Gottfried Feder

O Estado alemão numa Fundação Nacional-Socialista: Novas abordagens para o Estado, finanças e economia.

Traduzido com prefácio de: Alexander Jacob

Publicada pela primeira vez em 1923, antes da ascensão de Hitler ao poder, esta primeira formulação doutrinária do Estado nacional-socialista por Gottfried Feder destaca o foco econômico inicial do partido NSDAP na criação de um Estado Liberto dos fundamentos e distorções econômicas judaicas da comunidade ariana através do sistema de crédito dos bancos, com seus juros exploradores sobre o grande capital de empréstimo, e o sistema de bolsa de valores, com sua alienação do capital de trabalho. A solução nacional-socialista para a debilitação das nações arianas consiste no fortalecimento do Estado com base na justiça social pela qual o Estado assume o controle de sua economia através da nacionalização de seu banco central e distribuição supervisionada de seus bens industriais. Tal Estado naturalmente também exigia a exclusão de comunidades exploradoras e anti-nacionais como os judeus da vida pública da nação alemã.

@Tradução para português em 2025 por: *Alexander Schneider*. Edição digital.

Cite: *FEDER, Gottfried. O Estado alemão numa Fundação Nacional-Socialista: Novas abordagens para o Estado, finanças e economia. Edição digital, São Paulo, A. Schneider 2025.*

"Feder é como Hitler e os outros da "velha guarda", nacional-socialista pioneiro. Ele não deriva nem do marxismo nem do capitalismo, nem do assim chamado "nacionalismo". Ele próprio é um elemento no processo de criação do nacional-socialismo, e os esmaga-átomos políticos nunca conseguirão fazer essa unidade ir pelos ares."

(Arthur R. Herrmann. Gottfried Feder: der Mann und sein Werk, T. Weicher, 1933. Extraído de *"Em guarda contra as altas finanças: o pensamento de Gottfried Feder e Gustavo Barroso em perspectiva comparada (1919-1939)"*)

Conteúdo

Prefácio de Alexander Jacob (p.9)

O Estado Alemão numa Fundação Nacional-Socialista

Prefácio (Hitler e Feder) - (p.23-24)
Introdução para a primeira edição (1923) - (p.26)

I. Os fundamentos

Os Fundamentos Morais (p.29)
Os Fundamentos econômicos (p.36)
Os Limites do Estado na economia (p.43)
Os Fundamentos políticos nacionais (51)
Os Ensinamentos do passado e finalidades (p.60)

II. O Programa do Partido NSDAP

As origens do programa (p.67)
O programa econômico do NSDAP (p.69)

III. A Estrutura do Estado Nacional-Socialista

O Estado Nacional-Socialista Alemão (p.77)
O Estado Racialista (p.80)

O direito de cidadania (p.90)
A Economia Nacional-nacional-socialista (p.96)
Dinheiro e crédito no Estado Nacional-Socialista (p.111)
As finanças da economia Nacional (p.120)
O Tratado de Versalhes (p.125)
Os Empréstimos (p.133)
O Reichsbank (p.149)
A inflação (p.152)
Reforma financeira nacional-socialista (p.158)
Novos caminhos - O financiamento das grandes obras públicas (p.172)
O banco social de construções (p.186)
O Estado sem impostos (p.199)
Libertação política financeira do Estado (p.210)

Apêndice A: Nacional-Socialismo e Propriedade (p.222)
Apêndice B: Fundamentos da política econômica nacional-socialista (p.232)
Apêndice C: Ouro como moeda? (p.243)
Apêndice D: Abolindo a escravidão dos juros sob o nacional-socialismo (Kerry Bolton) - (p.250)
Apêndice E: Gottfried Feder contra a Escravidão dos Juros (Kerry Bolton) - (263)

Prefácio de Alexander Jacob

Gottfried Feder nasceu em 1883 em Wurzburg e estudou engenharia nas Universidades Técnicas de Munique, Berlim e Zurique. Após a conclusão de seus estudos, ele montou uma empresa de construção e engenharia civil própria em 1908 sob a égide de Ackermann and Co. e realizou vários projetos na Bulgária. A partir de 1917, ele aprendeu sozinho política financeira e economia e, no final de 1918, pouco depois da proclamação da República de Weimar por Philipp Scheidemann em novembro daquele ano, Feder escreveu um manifesto sobre os juros[1] e a enviou ao governo de Kurt Eisner, embora não tenha obtido nenhuma resposta. O Tratado de Versalhes, assinado em junho de 1919, que determinou a Alemanha como a única responsável pela guerra e sujeita a reparação, levaram Feder a temer que a Alemanha estivesse agora firmemente nas mãos dos financistas internacionais. Em setembro daquele ano, Feder estabeleceu uma liga militante (Kampfbund) para a quebra da escravidão dos juros e a nacionalização do banco estatal. Seu anticapitalismo estava ligado também ao racialismo na medida em que os financistas internacionais eram considerados majoritariamente judeus. Os esforços nacionalistas de Feder o levaram a uma estreita aliança com o ativista anticomunista Anton Drexler (1884-1942) e Dietrich Eckart (1868-1923), o editor do jornal anti-semita Auf gut deutsch e, mais tarde, do órgão nacional-socialista ‚Völkischer Beobachter. Os três formaram juntos, em janeiro de 1919, o Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP)[2]. Adolf Hitler juntou-se ao DAP no final de setembro de 1919 e logo emergiu como o líder do partido,

---

[1] *An alle, alle! Das Manifest Zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes, Munique, 1919*

[2] *Outro importante membro inicial foi Karl Harrer (1890-1926), que se juntou ao partido em março de 1919. Harrer, como Drexler, era membro da sociedade esotérica Thule em Munique, que era uma ramificação da Ordem Germanen fundada em 1912 por Theodor Fritsch. Eckart também foi influenciado pelas doutrinas da sociedade Thule.*

que ele rebatizou de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Hitler tinha, mesmo antes de se juntar ao partido, assistido às palestras de Feder sobre assuntos econômicos e escreveu mais tarde em seu Mein Kampf (1925/6) desta ocasião:

> "Pela primeira vez em minha vida ouvi uma discussão que tratava dos princípios do capital bolsista e do capital que era usado para atividades de empréstimo [...] A separação absoluta do capital bolsista da vida econômica da nação o tornaria possível opor-se ao processo de internacionalização dos negócios alemães sem ao mesmo tempo atacar o capital enquanto tal, pois isso poria em risco os fundamentos de nossa independência nacional. Observei claramente o que estava se desenvolvendo na Alemanha e percebi então que a luta mais dura que teríamos que travar não seria contra as nações inimigas, mas contra o capital-internacional" [3].

No prefácio da edição original de 1923 da obra atual, Der deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage[4] Hitler escreveu que nessa obra o movimento nacional-socialista havia de fato adquirido seu "catecismo".[5] Em 1920, Hitler, juntamente com Feder e Drexler, compôs o Programa de 25 pontos do NSDAP. Este programa rejeitou o Tratado de Versalhes e pedia uma reunificação dos povos alemães juntamente com a exclusão de estrangeiros, especialmente judeus, da vida nacional. Em fevereiro de 1920, Hitler realizou um comício no qual apresentou o programa ao povo alemão. Mais tarde, em 1927, Feder publicou uma versão abrangente do programa intitulado Das Programm der NSDAP und seine weltanschaulichen Grundlagen[6]. Em 1923, Feder ofereceu uma maior elaboração de suas visões econômicas nacionais no presente trabalho Des deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage, que foi reeditado em 1932 na série "Nationalsozialistische Bibliothek"[7].

---

[3] *Adolf Hitler, Mein Kampf, tr. James Murphy, Londres: Hurst e Blacken. P.168-171*
[4] *O Estado Alemão em uma base nacional e social*
[5] *Ver abaixo, página:*
[6] *Esta obra foi traduzida por E. T.S. Dugdale como o "Programa do NSDAP e suas concepções gerais", Munique, 1932.*

[7] *Para minha tradução, usei a edição de 1932, vol.35 do Nationalsozialistische*

Feder participou do fracassado Putsch da Cervejaria de Hitler contra o governo da Baviera em 1923, mas foi multado em apenas 50 marcos por assumir ilegalmente a autoridade, pois atuou, por um dia, como o novo "ministro das Finanças". Em 1924, foi eleito representante do Parlamento. No parlamento, ele exigiu o confisco de propriedades judaicas e o congelamento das taxas de juros, que eram elementos-chave do programa anticapitalista do partido. Em 1926, Hitler confiou a Feder a direção editorial de uma série de livros sobre a doutrina Nacional-Socialista sob o título "Nationalsozialistische Bibliothek" (Biblioteca Nacional Socialista). Em 1931, Feder foi nomeado presidente do conselho econômico do NSDAP. Mas aos poucos, sob pressão de grandes industriais como Gustav Krupp, Fritz Thyssen e Emil Kirdorf, Hitler decidiu se distanciar das ideias socialistas "radicais" de Feder.[8] Com a aliança estratégica de Hitler com grandes industriais e capital, mesmo capital estrangeiro, para sua pretendida guerra contra o bolchevismo, Feder perdeu a maior parte de sua influência no partido, já que os bancos estrangeiros especialmente não teriam apoiado os planos de Feder para um sistema bancário nacionalizado sem juros. A perda de interesse pelas políticas econômicas de Feder entre os membros do partido é evidenciada no livro de Hans Reupke Der Nationalsozialismus und die Wirtschaft (1931), onde o autor afirmava que não era mais necessário lidar com a quebra da escravidão dos juros "na forma extrema em que surgiu pela primeira vez"[9]. Assim, quando Hitler assumiu o poder em 1933, Feder não foi nomeado Ministro da Economia, mas apenas Secretário de Estado no Ministério da Economia. No entanto, Feder publicou em 1933 uma coleção de seus ensaios intitulada Kampf gegen die

---

Bibliothek em forma de série.

[8] *Sobre o papel desempenhado pelas grandes indústrias na ascensão de Hitler ao poder, ver: G. Hallgarten, "Adolf Hitler and German heavy industry 1931-1933", Journal of Economic History (1952).*

[9] *H. Reupke, Der Nationalsozialismus und die Wirtschaft, Berlin, 1931, pp.29ff.*

Hochfinanz, bem como um livro sobre os judeus chamado Die Juden. Em 1934, o influente banqueiro Hjalmar Schacht foi nomeado Ministro da Economia, pois seus contatos com os grandes industriais o tornaram mais útil para Hitler em seus objetivos de rearmamento do que Feder com suas doutrinas anticapitalistas. A subordinação de Feder a Hjalmar Schacht foi de fato um sinal concreto de sua queda em desgraça. Após o Cavaleiro das Facas Longas em 1934, quando nacionalistas de esquerda como Gregor Strasser foram assassinados, Feder se retirou do governo. Em 1936, ele recebeu um novo emprego como professor na Universidade Técnica de Berlim, que manteve até sua morte em 1941. O Deutsche Staat de Feder é de fato um dos mais importantes tratados sobre economia nacional-socialista[10]. No entanto, tem um precedente no alemão austro-húngaro boêmio, o trabalho de Rudolf Jung, Der Nationale Sozialismus (1919). Rudolf Jung (1882-1945) foi um engenheiro civil de Jihlava (na atual República Tcheca e antigo Império Austro-Húngaro) que ingressou no Partido dos Trabalhadores Alemães da Boêmia (DAP) em 1909. O DAP foi fundado em 1903 em Aussig (atual Ústí nad Labem na República Tcheca) por alemães ameaçados pela crescente influência judaica e tcheca no império. Foi nomeado para Deutsche Nationalsozialistische Arbeiterpartei (DNSAP) em 1918. A obra de Jung: *Nacional-Socialismo e seus fundamentos, carreira e objetivos* (1919) pretendia ser uma resposta nacionalista alemã ao Das Kapital de Marx[11]. O trabalho está dividido em duas partes, a primeira tratando de "Os Fundamentos do Nacional Socialismo" e a segunda de "O Desenvolvimento e Objetivos do Nacional Socialismo". O nacionalismo de Jung se concentra em questões sociais e econômicas

[10] *O mais próximo da economia nacional-socialista é o Movimento de Crédito Social fundado na Grã-Bretanha por C.H. Douglas (1879-1952), cuja obra Economic Democracy foi publicada em 1920 (ver F. Hutchison e B. Burkitt, The Political Economy of Social Credit and Guild Socialism, Londres: Routledge, 1997). Douglas influenciou a União Britânica de Fascistas de Oswald Mosley nos anos trinta (veja Kerry Bolton, "Breaking the bondage of interest, part 2", Counter-Currents. 11 de agosto de 2011,* https://www.counter-currents.com/2011/08/breaking-the-bondage-of-interesta right-answer-to-usury-part-2/

[11] *Foi por sugestão dele que Hitler mudou o nome da filial alemã do DAP em 1920 ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP).*

e, exatamente como Feder, Jung enfatiza a diferença entre a renda derivada do trabalho real e a proveniente de juros[12]. Seu forte ponto de vista socialista e antijudaico é evidente ao longo desta obra:

> "Todos os partidos não socialistas são baseados principalmente no "individualismo", que é exigência da maior liberdade possível e ausência de constrangimento do indivíduo. Economicamente, é expresso no liberalismo de Manchester e, além disso, no mamomnismo. O governante implacável que não é atormentado por nenhuma dor de consciência é o objetivo, o homem mais fraco cai sob as rodas. Agora, como o judeu é o mais implacável, ele se sai melhor assim. Assim, todas as orientações anti judaicas não socialistas apoiam de má vontade a ascensão dos judeus ao domínio mundial[13].

Além disso, a democracia é vínculo do capitalismo internacional judaico:

> "Se fôssemos resumir, poderíamos dizer que toda a democracia internacional, cujos supostos ideais a grande imprensa e os partidos representam e em cuja bandeira eles juram, nada mais é do que a cristalização política do espírito judaico e, em última análise, não serve outro objetivo senão o estabelecimento do domínio mundial do judaísmo. "[14]

Outro escritor que contribuiu para a identificação exata da constituição judaica da alta finança internacional foi Heinrich Pudor (1865-1943), que também escreveu sob o pseudônimo de Heinrich Scham (a tradução alemã do latim "pudor"). Pudor era um vegetariano e naturalista que, a partir de 1912, publicou vários panfletos e livros anti-semitas, incluindo uma extensa série sobre as conexões internacionais entre os vários altos financistas judeus.[15] Feder

---

[12] *O manifesto de Feder curiosamente foi publicado no mesmo ano que o trabalho de Jung ao Nacional-Socialismo*

[13] *Rudolf Jung. Der Nationale Sozialismus, Munich, 1922, p.187*

[14] *Idem 531*

[15] *Os panfletos que ele auto-publicou (em Leipzig) nesta série. "Die internationalen verwandtschaftlichen Beziehungen der jüdischen Hochfinanz" (As relações afins internacionais da alta finança judaica'), entre 1933 e 1940, apresenta breves relatos históricos dos diferentes ramos do judaísmo em vários países da Europa, bem como na América. Por exemplo, o primeiro panfleto é sobre Das Haus Rothschild, números dois a quatro sobre Ginsberg und Ginsberg e Asher Ginzberg, cinco a oito sobre Jacob Schiff und die Warburgs e das New Yorker*

refere-se simpaticamente a Pudor no presente trabalho. No entanto, a revista de Pudor, Swastika[16] foi banida em 1933 pelos nacional-socialistas por suas críticas a liderança nacional-socialista e a surpreendente tolerância do regime aos judeus. Além disso, cinco edições da série sobre as altas finanças judaicas foram proibidas, incluindo a nº 13, *Neues über Br*. Além disso, cinco edições da série sobre as altas finanças judaicas foram proibidas, incluindo a nº 13, *Neues über Br. Roosevelt und seine jüdischen und kommunistischen Verbindungen*, e no.49, *Judendämmerung. Juden unerwünscht. Keine jüdischen Rechtsanwälte mehr. Ende der Juden Finanz na Deutschland"*, por causa do que um funcionário do Estado, Raymund Schmidt, descreveu como "métodos polêmicos não mais oportunos de Pudor", que foram de fato explorados pelos ingleses recentemente para fins de contrapropaganda.[17]

O tratado de Feder sobre economia nacional, como o de Rudolf Jung, é notável por sua forte base moral e por sua formulação do nacional-socialismo como um movimento de justiça social e de regeneração nacional. Ao contrário do capitalismo com seu "espírito materialista destruidor da alma de egoísmo e avareza com todas as suas concomitantes manifestações corruptoras em todos os campos de nossa vida pública, econômica e cultural" e ao contrário do marxismo, que insiste que tudo deve pertencer ao um, que pode ser o Estado ou Mammon controlando-o. O nacional-socialismo deseja voltar ao

---

Bankhaus Kuhn, Loeb & Co., nove a dez sobre Amsterdamer und Oppenheimer Juden, onze em Französische Finanzjuden, doze em Tschechoslowakische Finanzjuden, quatorze em Rumänische Finanzjuden, quinze em Lessing e Moses Mendelssohn e das Bankhaus Mendelssohn & Co., dezessete em Polnische Finanzjuden, dezoito em Schwedische Finanzjuden, dezenove em Holländische und belgische Finanzjuden, vinte em Frankfurter Finanzjuden und die L.G. Farben, vinte e um a vinte e três em Englische Finanz Juden, trinta e quatro a trinta e oito e quarenta e três a quarenta e quatro em Tschechische Finanz Juden e trinta e nove a quarenta e dois em Ungarische Finanz Juden. Além disso, publicou, em Halle, um trabalho semelhante sobre Amerikanische Finanz Fuden (1936).

[16] *Veja abaixo*

[17] *Métodos de luta não mais atualizados, que foram recentemente explorados pelos ingleses para fins de contrapropaganda" (ver Gerd Simon. "Chronologie. Pudor, Heinrich", http://homepages.uni-tuebingen.de/gerd.simon/ChrPudor.pdf p.191.*

ditado medieval e prussiano de "suum cuique", "cada um o que é seu", segundo o qual cada um ganhará o quanto merece de acordo com suas desempenho do trabalho, com a maior responsabilidade possível, como um dever a ser cumprido. Economicamente, essa doutrina moral se traduz na doutrina de servir "o interesse público antes do interesse privado". Não a lucratividade, mas a satisfação da demanda é a base nacional-socialista da economia.

Ao contrário do marxismo, o nacional-socialismo não proibirá a propriedade privada, mas a respeitará como privilégio do homem ariano criativo e produtivo. Por outro lado, a mente judaica móvel não tem uma conexão profunda com a terra, mas explora financeiramente as produções e propriedades dos nativos por meio de todos os tipos de títulos e hipotecas legais, por meio dos quais a “propriedade” é transformada em uma “posse” lucrativa. A fim de combater essas estratégias avarentas dos judeus, o Estado nacional-socialista impõe limitações ao direito de propriedade, pessoal ou comercial, de modo que em todos os casos o bem comum da nação, e não dos indivíduos, seja servido em primeiro lugar. Na discussão de Feder sobre o programa do partido na Parte II, notamos que, uma vez que a política social é "o bem-estar de todos", a política financeira do Estado nacional-socialista é dirigida contra aqueles poderes financeiros que tendem a desenvolver "um Estado dentro do Estado". Como ele coloca: *"Em última análise mais profunda, trata-se da batalha de duas visões de mundo que se expressam através de duas estruturas intelectuais fundamentalmente diferentes - o espírito produtivo e criativo e o espírito avarento móvel. O espírito criador enraizado no solo e mais uma vez vencendo o mundo na experiência metafísica encontra seus principais representantes no homem ariano - o espírito comercial e materialista avarento e desenraizado, voltado exclusivamente para o mundano, encontra seu principal representante no judeu."*

A força da Alemanha antes da guerra deveu-se à sua unidade sob Bismarck e ao seu eficiente setor industrial. Essa vantagem foi prejudicada pela dependência da economia do sistema de crédito dos bancos e "os inventores e portadores do sistema de crédito moderno" são os judeus. O sistema de crédito medieval baseava-se na crença ("credo") do credor de que seu dinheiro poderia ser usado para maior vantagem econômica pelo devedor, por meio do qual o devedor, se bem sucedido em seu empreendimento, pode devolver uma parte de seus lucros em agradecimento. ao credor. Os juros padronizados, por outro lado, eram proibidos pela Igreja como usura. Feder defende um retorno à concepção do dinheiro como um símbolo de "trabalho realizado" ou de um produto para que o dinheiro não possa, independentemente de qualquer trabalho, ser entesourado para ser emprestado posteriormente a juros.

Feder aponta ainda que é o mercado de ações que está na base da alienação do capital do trabalho:

> "Anonimização a despersonalização da nossa economia através da forma negociável de ações da sociedade anônima separa até certo ponto o capital do trabalho, o acionista conhece raramente alguma coisa de sua fábrica, ele tem apenas o interesse unilateral na lucratividade de seu dinheiro quando investiu na forma de ações."

Além da indiferença do acionista pela qualidade dos bens produzidos pela empresa em que investe, o mercado em geral desviou a produção de sua legítima tarefa de atender necessidades reais para a de estimular pela técnica do mercador judeu de publicidade - necessidades artificiais entre o público que trarão maiores lucros. Essa transformação fundamental da economia nacional foi apoiada em círculos acadêmicos por estudiosos judeus que restringem suas análises econômicas à descrição do sistema econômico atual, em vez de investigar sua legitimidade social e política. Esse tipo de subversão

intelectual é continuado pela intelectualidade judaica nos campos da arte, do entretenimento e da imprensa.

A principal fonte da atual angústia da Alemanha são, de fato, os juros devidos ao grande capital de empréstimo. O peso dos juros endividou nações inteiras com a alta finança internacional e os forçou a se tornarem cobradores de juros para estes últimos, o que eles fazem ao tributar cada vez mais os trabalhadores. Feder corretamente chama esse falso processo econômico de "fraude internacional". O poder das finanças internacionais, no entanto, cresceu tanto que foi capaz de cercar a Alemanha assim que percebeu que sua moeda estava crescendo em força e independência. Uma vez que conseguiram derrotar militarmente a Alemanha, as potências financeiras internacionais aplicaram ainda mais enormes encargos de dívida através do Tratado de Versalhes. Feder propõe, portanto, o cancelamento do pagamento dos juros dessas dívidas aos Aliados. De fato, o remédio para os encargos de juros de todas as nações para as finanças internacionais é a abolição legal dos juros. E esta é simultaneamente a solução para a própria questão judaica:

> "A solução do problema dos juros é a solução da questão judaica. A solução do problema do interesse no sentido de nossas explicações é a quebra da regra mundial judaica, porque esmaga o poder do judaísmo mundial - seu poder financeiro."

A representação mais completa dos interesses socioeconômicos de uma nação deve ser o Estado, e suas indústrias devem ser modelos de eficiência e sucesso comercial. Um exemplo de tal indústria na Alemanha é de fato a indústria de transporte e especialmente as ferrovias alemãs. Ao contrário do bolchevismo, que busca controlar toda a produção, o Estado nacional-socialista irá, através do estabelecimento de cooperativas de armazenamento e distribuição sob supervisão estatal, remover apenas a interferência avarenta do

comércio privado entre produção e consumo. Como meio de troca necessário para a troca de bens, o dinheiro estará sob o controle do Estado por meio de um banco estatal nacionalizado. Em vez de tomar dinheiro emprestado de bancos privados, o Estado deveria, no caso de todos os grandes projetos de obras públicas, financiá-los através da emissão de notas próprias sem juros. A soberania de emissão de notas do Reichsbank deve ser recuperada através da nacionalização. Livre dos encargos de juros para os bancos, o Estado poderá, em última análise, operar de maneira quase isenta de impostos (Cap. 'O Estado sem impostos'). Os impostos serão restritos à cobertura de tarefas não produtivas, como a administração da justiça, o sistema policial, os sistemas médico e educacional, se as empresas comerciais do Estado, como os correios ferroviários e telégrafos, mineração e silvicultura, não apresentarem excedentes com que pagar por essas tarefas. As transações internacionais devem ser realizadas através de um sistema de compensação semelhante ao da união postal internacional "sem que as finanças internacionais se beneficiem duas ou três vezes em todas essas simples operações mercantis e se tornem grandes e gordas à custa das nações produtivas". Mas o Estado deve ser poderoso para efetuar quaisquer reformas. Infelizmente, a República de Weimar aceitou abjetamente o monstruoso fardo da culpa após a guerra, com o resultado de que "os membros do Povo Escolhido" podem, com essas reparações, levar para sempre uma vida glamourosa sem trabalho em todos os países do mundo ao custo do trabalho alemão." A crise enfrentada pela Alemanha após a guerra foi facilitada pelo parlamentarismo e pelo mammonismo. "A grande mentira democrática da capacidade de autogoverno do povo" deve ser combatida junto com os verdadeiros governantes capitalistas das democracias. O marxismo também é um falso sistema socialista que emprega a insatisfação dos explorados pelo mammonismo em benefício dos "manipuladores do capital internacional" para "desviar de si o ódio dos explorados". A maioria dos principais marxistas, bem como os mammonistas são judeus, e assim "A questão judaica está se

tornando uma questão mundial de cuja solução o bem-estar e a desgraça das nações serão dependentes". A solução dessa questão não pode ser pela violência, pois "de fato, não se pode matar o bacilo da peste individualmente, só se pode erradicá-lo cortando-lhe as necessidades vitais". Uma sugestão do que pode ser feito para reduzir seus ganhos mal adquiridos está contida no ponto 17 do programa do partido que prevê:

> "[..] criação de possibilidades legais de confiscar, se necessário, terras que foram adquiridas de forma ilegal ou não administradas de acordo com o ponto de vista do bem comum do povo. Isso é dirigido, portanto, principalmente contra as empresas judaicas de especulação de terras" (p.47)

Além disso, a remoção de judeus de todos os cargos públicos não causará dificuldade à nação, uma vez que "a atividade produtiva de vital importância na indústria e na agricultura, nas profissões e na administração, é quase inteiramente livre de judeus". Concomitante com a remoção dos judeus do "corpo nacional" está a aplicação de novas leis de cidadania pelas quais os direitos de cidadania serão "adquiridos" pelos cidadãos e não meramente concedidos a eles. Assim, apenas aqueles que se comprometem com a comunidade e cultura alemãs e não continuam a aderir a outra nação podem obter esses direitos.

O Estado nacional-socialista será um Estado forte que inclui todas as tribos alemãs e seu poder estará concentrado em um líder forte, ou autocrata, que encarna "a mais alta responsabilidade" (p.22)[18]. O líder do Estado nacional-socialista, por outro lado, não é visto como um governante permanente, mas escolhido apenas para o restabelecimento da ordem e prosperidade de uma nação debilitada. Depois de ter alcançado seus objetivos, ele pode se afastar para deixar

[18] *O "Führerprinzip" (princípio do líder) também foi defendido por Rudolf Jung em seu Nationalsozialismus p.177*

outros governantes tomarem seu lugar sob a constituição. De fato, o Estado nacional-socialista pode ser caracterizado como uma autocracia constitucional . O aspecto constitucional do Estado será utilizado especialmente para garantir uma efetiva lei trabalhista e previdenciária. Obviamente, em um Estado nacional alemão, nenhum membro de raças estrangeiras pode assumir a liderança dos assuntos de Estado. Feder está ciente da reação adversa dos financistas internacionais a tais medidas autárquicas, mas acredita que uma transformação de títulos remunerados em ativos bancários sem juros ou contas postais com as quais os credores estrangeiros possam ser pagos evitará a irá deste último. Ele também sugere que boicotes podem ser superados por meio de transações com países neutros. Quanto à ação militar, ele acredita que não é provável que seja perseguida pelos países credores estrangeiros, uma vez que se o povo alemão visse o cobrador de impostos francês ou judeu sentado em cada escritório de impostos e pensões, e se as melhores vacas fossem tiradas das barracas dos fazendeiros por esses opressores estrangeiros - então a raiva e a indignação talvez logo se tornassem tão fortes que uma noite varreria o espectro estrangeiro com uma vassoura ensanguentada e libertaria a Alemanha.

Vemos que, apesar da lucidez de suas doutrinas econômicas, Feder subestimou bastante a natureza implacável do Mammon contra o qual lutava. Seguindo as doutrinas de Feder, o Estado Nacional-Socialista cancelou oficialmente a dívida de guerra com as nações aliadas e procurou, a partir de 1933, combater a deflação cumulativa pela criação de dinheiro e trabalho.[19] O trabalho foi criado pelo aumento da atividade de obras públicas, como a construção de super-estradas, e outros projetos de construção e agricultura. Esses projetos foram financiados, como Feder havia recomendado, pela emissão de contas

[19] *Ver: G. Senft, "Anti-Kapitalismos von Rechts? - Eine Abrechnung mit Gottfried Feders ``Brechung der Zinsknechtschaft`. In: Zeitschrift für Sozialökonomie, 106 (1995), pp.18-32.*

do governo. A produção de armamentos foi especialmente estimulada pelo uso das chamadas cédulas 'Mefo bills'[20] - nomeadas em homenagem à Metallurgische Forschungsgesellschaft (Mefo) de Schacht, que serviu como uma "holding" do governo, e eram válidos como uma forma de moeda. Como resultado dessas estratégias econômicas, como observa Overy, "os bancos tornaram-se cada vez mais meros intermediários, mantendo ações do governo e ajudando no trabalho de manter as contas circulando da maneira que o governo queria"[21] - para pequenas empresas e indústrias pesadas através da "remissão de impostos já pagos".[22] No entanto, Hitler também dependia de seus ambiciosos planos de rearmamento das finanças estrangeiras, que certamente não aceitariam a insistência de Feder na abolição dos juros[23]. A economia nacional-socialista era cada vez mais controlada pelo Estado que procurava evitar a inflação controlando preços, salários e comércio exterior. As restrições autárquicas às importações foram compensadas por acordos bilaterais de permuta. Se a guerra que começou dois anos após a edição de 1937 da obra de Feder foi, como sugere a visão de Feder sobre o papel das finanças internacionais na Primeira Guerra Mundial, outro esforço para punir a independência financeira da Alemanha sob o nacional-socialismo ou se foi de fato secretamente pelos financistas internacionais para seus próprios fins geopolíticos, as crescentes perdas sofridas pela Alemanha no curso certamente levaram Hitler a tentar "varrer o espectro estrangeiro com uma vassoura sangrenta", como Feder havia previsto.

---

[20] *According to Henry Lim: "through an independent monetary policy of sovereign credit and a full-employment public-works program, the Third Reich was able to turn a bankrupt Germany, stripped of overseas colonies it could exploit, into the strongest economy in Europe within four years, even before armament spending began" (Henry C.K. Liu, "Nazism and the German economic miracle." Asia Times Online, 24 May 2005, http://www.atimes.com/atimes/Global Economy GE24Dj01.htm*

[21] *R.J. Overy. The Nazi Economic Recovery 1932-1938, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.43.*

[22] *Idem 3.*

[23] *See the web-log by "Scanners", "Gottfried Feder und das zinslose Geld", http://www.utopia de/blog/umweltpolitik/gottfried-feder-und-das-zinslose. The western financial powers may have partly supported Hitler's effort to check the westward spread of Bolshevism. For American involvement in National Socialist finance, for example, see Anthony C. Sutton, Wall Street and the rise of Hitler, Sudbury: Bloomfield Books, 1976.*

Mas nem Feder nem Hitler podem ter previsto a gravidade da vingança - mais cruel, pois mais duradoura do que depois da Primeira Guerra Mundial que os interesses judaicos internacionais enfrentariam a Alemanha após sua derrota em 1945. Enquanto Feder esperava que outras nações do mundo também eventualmente seguissem o exemplo alemão e "a humanidade, liberta da opressão judaica, viverá uma era de prosperidade sem precedentes - e, acima de tudo. Alemanha - o coração do mundo", o contrário do que de fato ocorreu, já que a maior parte A Europa foi transformada em "escrava, felá, escrava e serva da potência mundial totalmente judaica". E o próprio coração da Alemanha, drenado por um controle psicológico tirânico de sua população, praticamente parou de bater.

Prefácio (Adolf Hitler)

"Toda grande ideia precisa de duas coisas: vontade de poder e objetivos claros. A vontade de poder, de libertação, está brilhante e forte em nossos corações, Gottfried Feder em seu livro; O Estado alemão em uma base nacional e socialista, apresentou nossos objetivos de forma clara e simples e de uma forma compreensível para todos. Nela, a esperança e o anseio de milhões encontraram uma forma e uma expressão poderosa. A literatura de nosso movimento obteve nela seu catecismo."

- Adolf Hitler; Munique, 8 de novembro de 1923

Prefácio para a quinta edição por Gottfried Feder

"Aqui meu trabalho, O Estado Alemão sobre uma fundação nacional e socialista, aparece dentro da série da "Biblioteca Nacional Socialista". O texto permaneceu essencialmente e basicamente inalterado, mas as passagens que se referiam às circunstâncias da época em que esta obra apareceu (1923) e exemplos emprestados foram apagadas e as explicações da questão judaica abreviadas, pois uma obra especial será dedicada a esta última. A nova edição deve evidenciar especialmente o fato de que nada foi alterado no programa básico."

- Gottfried Feder, Murnau - outubro de 1931

"Bem-aventurados os povos a quem uma necessidade absoluta impõe uma ideia política elevada que, sendo grande e simples, força todas as outras idéias da época a seu serviço."

Heinrich von Treitschke

Introdução para a primeira edição de 1923

Olhamos para o futuro cheios de forte esperança e saudade. A Alemanha vai viver, a Alemanha não pode cair. A Alemanha está abalada como se pelas dores de parto avassaladoras de uma nova era. Os horríveis grilhões da auto-culpa, assim como os algozes estrangeiros, cairão e serão sacudidos com um poderoso encolher de ombros, e a Alemanha marchará à frente das nações. Se tanto sofrimento e angústia não estivessem ligados ao colapso e queda, poderíamos participar com certo sentimento de felicidade nos dias de criação de uma nova era. Se lançarmos nosso olhar sobre as degradações do dia, sobre a confusão do presente, vemos em toda parte uma vontade poderosa, um trabalho sério, uma intuição inspirada. A alma alemã move suas asas para um novo voo. As tarefas hoje são poderosas, maiores e mais difíceis do que nunca na tão dolorosa história dos alemães. Portanto, é necessário resolver a dupla tarefa - não apenas "reconstruir" o Estado e a economia - mas dar-lhes uma nova forma. E uma nova forma também para a vida cultural e intelectual de nosso povo. O velho anseio alemão por uma Alemanha unida deve finalmente se tornar realidade, uma nova lei econômica surgirá e varrerá a forma de pesadelo da economia capitalista de juros.

Tão abrangentes e avassaladoras são as tarefas que nos esperam. Grave e admoestador está o espírito do passado atrás de nós; cheios de admiração diante do que aconteceu historicamente, no terreno sólido da melhor tradição alemã, baseada na mais antiga sabedoria ariana, o povo e o Estado, a economia e a cultura devem ser criados de novo. Aqui os trabalhadores devem estar conscientes de sua

enorme responsabilidade, na verdade eles são sustentados pela esperança de toda a nação para a liberdade! Mas a doutrina nacional-socialista é muito mais do que apenas um retorno ou um desvio aos velhos costumes ancestrais, ela quebra as cadeias do Estado marxista e da forma econômica, ela, como a primeira e mais determinada ideia, conscientemente trava a mais dura batalha contra os poderes mammonistas, contra o poder mundial do imperialismo todo-judaico, contra o espírito de rapacidade, egoísmo e indiferença. Este grande e universal movimento de libertação alemão encontra seu mais poderoso, forte e consciente ativista no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. O partido traçou seus objetivos em um programa curto que resume de forma concisa as demandas fundamentais do movimento em 25 cláusulas. Alfred Rosenberg, o editor-chefe do Völkischer Beobachter (Observador Nacionalista[24]) o órgão polêmico do movimento nacional-socialista da Grande Alemanha, de uma maneira digna de agradecimento, explicou os pontos do programa individualmente em um pequeno trabalho. [25]

Com base neste trabalho é possível dizer ao menos aos amigos e inimigos o que o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães quer. Por outro lado, falta na literatura do nacional-socialismo um trabalho abrangente que dê conta das ideias políticas e econômicas das quais procede o nacional-socialismo, que caminhos pretende trilhar no que diz respeito à política nacional para chegar a seu objetivo final, o do Estado nacional-socialista alemão, o Estado do trabalho e do desempenho. O presente trabalho pretende cumprir essa tarefa. Teremos, portanto, que iluminar o ponto de partida, o caminho e o objetivo do nacional-socialismo, mostraremos

---

[24] *O Völkischer Beobachter foi comprado em 1920 pelo NSDAP como órgão do partido e editado por Dietrich Eckart até sua morte em 1923, quando foi liderado por Alfred Rosenberg.] [N.B. Todas as notas entre colchetes são do tradutor.]*

[25] *Rosenberg publicou pela primeira vez sua essência, princípios e objetivos do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. O programa do movimento em 1923.*

em que o Estado nacional-socialista alemão será essencialmente diferente do Estado existente, quais campos permanecerão essencialmente intocados, em quais campos haverá reformas substanciais, e onde essencialmente novos caminhos terão de ser iniciados ou seguidos.

Teremos que buscar e revelar novos caminhos para a vida pública, especialmente para a política financeira nacional, para o tratamento da questão racial e das questões a ela vinculadas. Teremos ainda que lidar fundamentalmente com objeções hostis, distorções e mentiras que já se tornaram altas.

A tarefa que nos propusemos é extremamente grande e, no entanto, apenas uma pequena parte de todo o escopo da renovação da Alemanha. Todo esforço seria em vão se a determinação até a morte e a vontade irrestrita de um líder não funcionassem para a eficácia das idéias. A vontade mais forte seria inútil se não carregassem em nossos corações uma imagem inabalável de como este Estado alemão, a Alemanha, a terra de nossos pais e filhos, de acordo com nossa vontade - depois de nossa vitória!

I. Os Fundamentos

Os Fundamentos Morais

O fundamento da política nacional-socialista é a total responsabilidade em relação ao povo e em relação a si mesmo. *"Bem comum antes do bem próprio"* é a primeira lei do nacional-socialismo.

Pode parecer estranho que tal princípio deva ser geralmente estabelecido para um Estado, pois reconhecemos a partir de períodos históricos em que o bem-estar do todo estava na mente dos governantes como o fundamento de sua liderança estatal. Se hoje é necessário colocar esse princípio acima de todas as outras considerações, isso é apenas a expressão do fato de que as condições públicas atuais são tudo menos a expressão desse único sentimento político correto. Vemos igualmente neste primeiro princípio como a moralidade e a economia estão intrinsecamente interligadas.

O interesse comum antes do interesse próprio é, antes de tudo, uma exigência moral. Mas expressa ao mesmo tempo com excelente clareza linguística a ordenação hierárquica entre o bem comum e o esforço justificado do indivíduo pela aquisição da propriedade pessoal. Este princípio nacional-socialista, portanto, de forma alguma exclui a propriedade privada. Pelo contrário: o nacional-socialismo reconhece total e completamente o significado da propriedade. Ele sabe que a propriedade pessoal é o direito de dispor livremente de uma aquisição é o fundamento de toda economia e, além disso, de toda cultura superior; mas o nacional-socialismo reconheceu igualmente que, para o reconhecimento da propriedade privada, é necessário traçar limites bem definidos, isto é, onde

a propriedade se torna um mero instrumento de poder e é aplicada de forma exploradora contra o bem comum.

Talvez dificilmente haja uma pessoa que pensa seriamente que gostaria de contradizer este primeiro princípio nesta forma geral. A dificuldade reside na avaliação correta dos interesses comuns em relação aos da pessoa privada ou individual. Apesar do consenso indubitavelmente existente de que as considerações de interesse comum devem prevalecer sobre os interesses privados, notavelmente não tem havido, de acordo com as ideias jurídicas válidas entre nós, justamente no que diz respeito à forma de uso da propriedade, nenhuma limitação determinada além do penal. É verdade que é proibido agir com violência contra o próximo (extorsão-assassinato - traição e enriquecimento ilegítimo, etc.), mas nunca e em nenhum lugar foi proibido acumular riquezas imensuráveis e fazer usos bastantes duvidosos de meios técnicos bancários e de bolsa de valores. Além disso, a lei dá a cada credor o direito de impiedosamente privar um devedor inadimplente de sua casa e bens quando condições adversas - doença, morte, má formação, más colheitas e fome - impossibilitam o cumprimento das obrigações incorridas. Todo juiz experiente pode relatar inúmeros casos em que nossa lei rígida destruiu existências econômicas em casos em que todo senso de justiça saudável se revoltou contra a entrega de um homem trabalhador e diligente que, no entanto, foi perseguido pela má sorte temporariamente à pressão brutal e alcance do credor.

O reconhecimento ilimitado do direito pessoal à propriedade e reivindicações legais em geral deve logicamente levar ao dano do interesse comum através da exploração egoísta desta ideia legal anti-social basicamente invertida em oposição ao nosso princípio estatal "Interesse comum antes do interesse próprio ".

Em contraste com a falsa formulação fundamental dominante entre nós, o sistema capitalista, é o outro extremo, a ideia marxista do Estado e da economia. A ideia fundamental dessa forma econômica é a negação da propriedade privada. A doutrina marxista chega a explicar a propriedade

diretamente como "roubo" (Proudhon).[26]Exige, no jargão estrangeiro tão obscuro especialmente para os proletários alemães, a "expropriação dos expropriadores"[27]- em outras palavras, a desapropriação da propriedade! Essa doutrina destruidora de Estado, povo, cultura e economia encontrou sua realização extrema, mas lógica, no bolchevismo russo em seu aspecto econômico este extremo pode ser resumido na frase: *"Tudo é de Todos"*.

Trata-se aqui de uma despersonalização da propriedade, de uma transferência de toda a propriedade para a propriedade anônima da coletividade. O extremo ainda reinando entre nós (capitalismo) de um direito ilimitado à propriedade, por outro lado, já nos conduziu ao último degrau diante do templo do deus Mamon, em cuja porta se erguem letras douradas: "*Tudo é de um"*. Mesmo essa forma econômica assustadora deve igualmente levar a uma despersonalização da propriedade - só que de outra maneira, afinal, toda a humanidade trabalhadora é aqui pressionada a uma terrível escravidão por dívidas a um poder financeiro anônimo. Em total contraste com os extremos econômicos recém-descritos do socialismo marxista e do alto mammonismo capitalista dos democracias ocidentais, o ideal econômico do nacional-socialismo exige a realização do princípio: *"A Cada um o que é seu"*.

Precisamente neste princípio estão a moralidade e a economia, mais uma vez, intimamente interconectadas. A remoção dos princípios morais da vida comercial é de fato tão característica da economia atual em que apenas o poder superior de maior posse, maior astúcia, a arte de evitar a autoridade do Estado mesmo nos negócios mais perigosos, faz pender a balança. Um olhar para as milhares de existências na sua maioria sombrias que conduzem as suas maldades em todas as grandes cidades, que dispõem de somas fantásticas, um olhar para os vários processos que vão a julgamento apesar de toda a resistência dos participantes, mostra-nos quão terrivelmente depravados é a moralidade comercial atual. Consideremos, em contraste com isso, a terrível miséria nos círculos da classe média e dos

---

[26] *Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) declarou em uma obra de 1840: "Qu'est-ce que la port that "la propriété c'est le vol"*

[27] *Esta frase, emprestada do francês: "l'expropriation des expropriateurs", é usada por Marx em O Capital, L. Ch.24: "A hora final das greves de propriedade privada. Os expropriadores são expropriados"*

trabalhadores casados que não podem mais pagar pelo leite e pão para seus bebês e filhos em crescimento, deixemos claro que geralmente em muitos e muitos casos com trabalho honroso dificilmente as necessidades básicas para a vida podem ser conquistadas, especialmente quando há filhos para serem cuidados e criados. A angústia das profissões intelectuais e livres excede todas as medidas; artistas de primeira linha, especialmente quando sua orientação não corresponde à orientação judaica de gosto que rege hoje, são categoricamente entregues à fome; poemas alemães genuínos não podem ser apresentados publicamente. Mas indescritível é a angústia daqueles que, pela má gestão do Estado no que diz respeito à política financeira, foram despojados das suas poupanças, dos pequenos pensionistas e reformados do capital, dos inválidos de guerra, dos obrigados a ajudas de caridade, bem como de todos os aqueles que confiaram na certeza dos títulos públicos, bem como na estabilidade da nossa moeda nacional e na cobertura a ouro do marco.

Tal condição é uma decomposição da economia - anarquia. A diligência é recompensada com remuneração insuficiente, a preguiça é recompensada, o comércio honrado sofre aflição, o comércio insalubre, o comércio intermediário, o lucro prosperam acima de tudo. Quanto mais superior em aspectos culturais é uma produção, pior é a remuneração que pode ser obtida. A confiança se paga com a traição, e até pelo Estado, que deveria ser o protetor da lei e da justiça, o procurador da moralidade do bem comum.

Não precisamos mais apontar a corrupção na vida pública, a judaização e o empobrecimento da imprensa e a liderança miseravelmente impotente e indigna de nossa política externa para indicar a extrema degradação de nossa vida pública e nossa moralidade econômica.

Contra esse empobrecimento e contaminação materialista da vida pública, a idéia nacional-socialista do Estado estabelece o princípio há muito testado de Estado e economia: *"A Cada um o que é seu", mas sobretudo "bem comum antes do bem próprio".* Com a elevação deste princípio ao

princípio orientador do Estado nacional-socialista, o nacional-socialismo se liga aos melhores e mais gloriosos períodos da história alemã.

"Suum cuique"[28] já era o princípio econômico do saudável início da Idade Média alemã, mas especialmente por um longo período foi assegurado pelo ordenamento das guildas que a cada um foi atribuído o que era seu. A comunhão de trabalho entre mestre e aprendiz por meio ou um terço de um centavo pelo menos assegurava ao trabalhador sua renda, melhor trabalho e desempenho encontravam seu reconhecimento e sua recompensa e, em casos de desempenho excepcional, fama e volumosos ganhos.

"Suum cuique" adorna também a mais alta ordem prussiana, a Ordem da Águia Negra, embora aqui no sentido especial de que o mérito especial é devido a sua coroa. Precisamente esta interpretação corresponde muito especialmente ao nacional-socialismo - não tanto porque se trata aqui de peças de decoração da corte ou da homenagem unilateral ao serviço militar, mas porque o conteúdo moral do cumprimento recompensado do dever em relação ao Estado e ao povo encontra aí a sua expressão, um cumprimento do dever que se faz desinteressadamente, sem desígnio e sem consideração prévia por salários baixos, com uma relegação para segundo plano dos interesses pessoais, nascidos de um sentimento interior de responsabilidade para com o Estado e o povo. Nós, nacional-socialistas, estendemos esse princípio também em outra direção, acrescentamos ao "A cada um o que é seu" da Idade Média alemã e à ideia de "To merit its crown" (Para merecer sua coroa) do Estado de Friedrich, com maior destaque: *"Ao criminoso o seu castigo!"*. A cada um o que é seu, para merecer sua coroa, a cada trabalho ordeiro e honroso seu pagamento adequado, a cada desempenho especial sua remuneração mais elevada, a cada pobre e cada pessoa que caiu inocentemente em perigo ajuda suficiente de fundos públicos, mas igualmente a todos aqueles que agem contra a moralidade pública e a respeitabilidade econômica - o castigo merecido.

[28] *A cada um o que é seu*

No entanto, enfatizamos que não está de forma alguma dentro do escopo dos deveres do Estado nacional-socialista supervisionar o cidadão individualmente em suas questões econômicas, para nós é melhor que a economia prospere livre tanto quanto possível da tutela burocrática. Sabemos também que uma diminuição do risco no caso de cada cidadão individual do Estado através do Estado, no sentido do "homem livre de riscos" de Naumann, ou seja, de um homem para cuja existência básica o estado deveria fornecer - alcançaria precisamente o oposto do que Naumann esperava dela.[29] *O dever do Estado deve limitar-se a criar as pré-condições para uma economia que se mantenha o mais livre possível dos terríveis fenômenos usurários que conhecemos no atual Estado capitalista de juros e tributário.*

O bem-estar do Estado deve, portanto, tornar-se novamente a lei suprema, a eficiência do Estado deve colocar o princípio "interesse comum antes do interesse próprio" antes de todas as outras considerações.

Agora, porém, este princípio se faz necessário entre os estadistas, os funcionários do Estado e aqueles que ocupam posições de destaque na vida pública, uma característica que hoje quase desapareceu completamente da responsabilidade do governo e da vida pública. Toda a nossa vida pública está hoje diretamente sob o signo da irresponsabilidade. Os delegados não são responsáveis - diz-se "imunes" - pelo que fazem e falam no parlamento. Um termo desesperador quando se lembra que esta expressão é tirada da medicina em que se diz que um corpo já está tão saturado de venenos que os venenos recém-infundidos prejudicam o corpo muito menos ou nada, enquanto um corpo saudável morreria deles. As frações não são responsáveis pelas decisões da maioria, os ministros não são responsáveis pelo desempenho de seus cargos pois são apenas funcionários dos partidos que participam justamente da formação de um governo. Se algo der errado, o povo de fato sofre os piores danos, mas o chamado ministro responsável só é substituído por outro funcionário do partido igualmente irresponsável. De responsabilidade real não há menção.

[29] *[Friedrich Naumann (1860-1919) foi um teólogo protestante e político liberal que fundou o em 1896 e propagou uma forma de liberalismo social por meio de seu jornal Die Hilfe. Após a primeira guerra mundial. Naumann tornou-se o primeiro presidente do Deutsche Demokratische Partei. (DDP)]*

Já o apelo ao Todo-Poderoso Deus na era do direito divino dos reis era, infelizmente, muitas vezes uma forma bastante especial de irresponsabilidade dos senhores governantes - (raras exceções para quem a responsabilidade para com Deus era sinônimo de seu sentimento de responsabilidade para com seu povo é expressamente reconhecido). Em geral, porém, esse querido Deus sempre foi, em última análise, apenas um confortável escudo protetor atrás do qual se podia esconder, na escada do oficial responsável apenas por seu superior, do ministro responsável apenas por seu rei e de o governante responsável apenas por Deus, a mais incrível irresponsabilidade da classe dominante e seus representantes com relação às necessidades reais da vida do povo.

O nacional-socialismo terá que eliminar radicalmente essa irresponsabilidade sancionada pelo Estado.

'A mais alta responsabilidade' estará em letras de ferro sobre o portão de entrada do Estado nacional-socialista. Aquele que tem a honra de ocupar uma posição de liderança pelos interesses de um grande povo não pode ser lembrado com força suficiente de sua responsabilidade. De fato, só pode ser um líder aquele que carrega no peito esse sentimento mais profundo de responsabilidade. Para todos os funcionários do Estado e para aqueles que se encontram na vida pública esta responsabilidade deve ser especialmente estipulada e também cumprida com implacável rigor. Só assim uma recuperação pode realmente ser compelida, por assim dizer. Só assim pode reviver e crescer o que há de mais precioso para que o líder e o povo voltem a ser uma verdadeira comunidade do povo e histórica - a confiança. E da confiança então pode crescer mais uma vez a fé que, com a responsabilidade do líder, trará uma recuperação e renovação da Alemanha, um despertar da alma alemã, em um Estado nacionalista de trabalho e desempenho em que cada um encontrará o que é seu.

Os Fundamentos Econômicos

Em um corpo econômico saudável, a moralidade e a economia nacional não podem ser separadas. Caso contrário, a economia sofre da maneira mais severa, especialmente no que diz respeito à tarefa mais honrosa de toda economia, o atendimento das necessidades básicas de consumo da população. Sem compromisso no comércio, sem diligência, sem a lealdade dos funcionários e trabalhadores nenhum trabalho pode prosperar. Eficiência, justiça, espírito empreendedor, energia, confiança mútua entre todos os que participam de uma tarefa econômica são os pré-requisitos indispensáveis para a prosperidade de qualquer economia. Todas essas coisas precisam ser ditas apenas para serem reconhecidas em seu significado excepcional. Todo mundo que teve que ser economicamente ativo no presente e no passado recente sabe até que ponto essas coisas boas estão faltando hoje. E quem finalmente sofre os danos das doutrinas de salvação do marxismo e seus métodos operacionais, as greves, sabotagens e trabalho negligente e desleixado? - Mas, no final, apenas a própria população que, por meio de tais doutrinas desintegradoras do Estado e do povo, perdeu todo o sentimento comunitário e vê seu trabalho mais importante na luta de classes. Portanto, para este quadrante também devem ser dirigidas as queixas que ecoam especialmente dos campos racialistas de que não somos mais um povo, que deveríamos primeiro nos tornar um povo mais uma vez se quiséssemos readquirir nossa posição perdida de poder e posição internacional.

Essas reclamações são justificadas, mas com reclamações não se vai adiante. O marxismo não hesitou em realizar seu ideal econômico e político quando teve o poder de fazê-lo, não se esquivou da repressão brutal dos dissidentes: na Rússia, silenciou para sempre seus inimigos massacrando toda a intelectualidade burguesa, entre nós através das

leis para a proteção da república[30]. A aquisição do poder político é obviamente a pré-condição de toda reforma política económica ou nacional. Que nós conhecemos tão bem quanto os comunistas e os social-democratas, mas queremos o poder político não por si só, não para explorar a posição de poder adquirida contra uma certa classe, mas para criar as pré-condições para uma paz econômica entre os camaradas nacionais vinculados juntos em uma comunidade de trabalho.

O atendimento da demanda[31] é tarefa da economia nacional - não da lucratividade, que hoje é quase exclusivamente decisiva na produção de mercadorias. Com esta atitude fundamental do nacional-socialismo entramos em oposição definitiva às ideias econômicas básicas do Estado capitalista.

Em primeiro lugar, não foi produzido o que era necessário, mas o que era lucrativo. Qualquer coisa que não prometesse render juros e dividendos suficientes não era aceita desde o início. Como um exemplo especialmente claro da loucura da lucratividade atual do sistema econômico capitalista de juros pode servir o fato de que a construção de moradias, apesar da terrível necessidade de habitação - portanto, apesar da necessidade mais urgente - simplesmente não é realizada porque não é rentável! Que a construção de moradias consideradas de forma política nacional em um sentido mais elevado seria de fato lucrativa requer aqui nenhuma explicação adicional, mas fica imediatamente claro pelo que foi dito especialmente no que diz respeito às tarefas sociais do Estado. Além disso, se as pessoas passam fome e congelam, então uma economia capitalista voltada para o lucro não vê de forma alguma seu dever em atender a essa necessidade por meio da produção de sapatos, roupas íntimas baratas

---

[30] *[A Alemanha do pós-guerra tem uma lei semelhante, a Lei Federal para a Proteção da Constituição (Bundesverfassung Schutz Gesetz), que foi aprovada em 1950.]*

[31] *Por atendimento da demanda entende-se a satisfação, por meio de preços acessíveis, das necessidades vitais da totalidade de todos os que estão unidos em uma comunidade do povo*

e boas, etc, pois com a capacidade de compra reduzida da população isso não é "lucrativo". Por outro lado, a indústria de luxo em todos os campos está totalmente ocupada, pois nunca antes a riqueza adquirida sem esforço foi tão ávida para se cercar de puro luxo como hoje. Mas a ideia capitalista de lucratividade na verdade se torna um absurdo econômico nos ramos da nossa economia que hoje dominam tudo, no sistema bancário e na bolsa de valores. O fato da posição dominante dos bancos prova de forma mais impressionante a insensatez econômica da ideia capitalista. Com as "produções" dos bancos e das bolsas de valores, nunca uma criança foi alimentada, nunca um morador de rua foi vestido, em geral nunca foi fornecida a menor coisa básica necessária para a vida humana. Esta afirmação não é de modo algum um bordão demagógico, nem sequer inclui a dispensabilidade das instituições das transacções monetárias, apenas mostra com toda a clareza a enorme diferença que existe entre uma satisfação económica verdadeiramente nacional das necessidades de demanda básica da comunidade, como é o desejo dos nacional-socialistas, e uma economia baseada no lucro totalmente voltada para o capitalismo privado.

Mesmo o Estado nacional-socialista terá seus bancos e outras instituições financeiras, mas eles não serão mais os governantes da economia nacional, mas seus servidores, o dinheiro não será mais o senhor do Estado e do povo, mas apenas o auxílio necessário para a compra e venda de bens e serviços. Sabemos precisamente que esta batalha contra o capital de empréstimos bancários e bolsistas significará a batalha mais difícil para o movimento nacional-socialista porque hoje a maior plenitude de poder que o mundo já suportou está concentrada no capital bancário e bolsista. Aqui se trata de uma batalha de vida ou morte pelo poder, isso o adversário sabe melhor do que a maioria de nossos amigos e seguidores. Esta batalha será muito mais difícil porque setores inteiros da população ainda estão presos na loucura da lucratividade.

Uma questão fundamental que deve ser respondida neste lugar mais uma vez com toda a clareza é a questão de como o nacional-socialismo basicamente se posiciona em relação à propriedade. Das observações fundamentais do primeiro capítulo e especialmente da oposição fundamental ali descrita ao socialismo marxista, resulta em consequência natural para o nacional-socialismo o reconhecimento fundamental da propriedade. Este reconhecimento da propriedade privada está profundamente ancorado na vida ariana. A mente criativa que reconhece o ambiente, que contempla o ambiente para criar e formar a partir de seu mundo, o homem criativo que arranca seus frutos da terra com trabalho duro, que se estabelece, constrói para si casas e cidades, que, tendo se estabelecido e enraizado no círculo de seus parentes, seus camaradas raciais, o homem que então procede em tal infraestrutura enraizada no solo para uma cultura superior e cria para si mesmo seu mundo em um sentido intelectual superior nos campos da filosofia, poesia, música, arte e escultura - este homem certamente não pode concebê-lo de maneira diferente do que as obras de sua mão, que nasceram de suas próprias, também são sua propriedade. Deste conhecimento do homem criativo surge diretamente o respeito pela propriedade alheia, e surge o direito.

Em oposição fundamental e irreconciliável à mente criativa está a mente gananciosa e ladrão de outros homens dispostos de forma diferente, que nunca conheceram o sopro da criação, que se movem incansavelmente de um lugar para outro, que nunca poderiam lançar raízes em qualquer lugar, que não se ergueram expansivamente, e do solo, em um longo desenvolvimento para uma cultura cada vez mais elevada, mas, com sua mente em movimento incansável e com seu dinheiro, mudou-se de país para país, quando "pastaram" as cidades individuais ou extensões de terra. Mesmo nos campos das nações criativas, o judeu permaneceu essencialmente muito distante das produções reais, não conhecemos o judeu como fazendeiro, nem

como comerciante, nem como engenheiro ou mestre-de-obras, nem como operário assalariado ou fabril, e o verdadeiro gênio criativo lhe é estranho, mesmo nas artes plásticas e nas ciências. A mente em movimento inicia sua atividade característica apenas onde uma obra foi criada por uma mão criativa, um objeto foi produzido, onde a mente avarenta sabe obter esses bens para si mesma e movê-los para sua vantagem pecuniária. Não para suprir a demanda econômica nacional, mas para obter o maior lucro possível para si mesmo a partir desse tráfego da produção para o consumo que ela estabeleceu entre produtor e consumidor - surgiu o comerciante. Hoje, o comerciante e cambista tornou-se o conselho de administração e o senhor do banco. A economia do mundo inteiro foi subvertida da maneira mais absurda. A mente inteligente, inventiva, ousada, criativa e produtiva não mais governa; a mente distorcida, incapaz de criar qualquer coisa por conta própria, regras exploradoras e avarentas. O dinheiro domina o trabalho e o sangue.

A mente movente do judeu foi capaz de tornar tudo móvel, até mesmo a terra por meio de hipotecas, as maiores indústrias estabelecidas há muito tempo por anonimização e por meio da sociedade por ações e, por meio da economia de títulos do Estado, o capital internacional até separou os governos de seus povos. Hoje, os governos são todos dependentes de grandes empréstimos de capital e, em relação aos seus povos, são apenas os cobradores de juros de seus senhores anônimos em Wall Street, na City de Londres e Paris.

Essas breves observações nos mostraram o segredo mais profundo da oposição irreconciliável entre os povos criativos e o judeu avarento. "O ariano cria, o judeu apodera-se do mundo".

Aqui pode-se acrescentar brevemente que existe uma diferença muito sutil entre propriedade e posse. A posse não precisa necessariamente ser propriedade, a posse não pode ser auto-criada. No caso de uma

posse, a origem da posse não é questionada. O judeu tomou posse da propriedade dos povos arianos e agora governa os criadores por meio de seu poder financeiro. Essa forma abstrata de propriedade na forma de reivindicações legais, títulos, hipotecas, etc, tornou o mundo inteiro hoje sujeito por meio de juros ao capital. A forma econômica capitalista de juros geralmente não conhece limites de posse, ela faz com que nações inteiras com todo o seu trabalho fiquem sujeitas a juros de um punhado de magnatas de bancos e bolsas de valores.

Contra essa não pouco assustadora economia capitalista de juros, o nacional-socialismo estabelece a limitação do direito à propriedade. O princípio dessa limitação está na frase: "Interesse comum antes do interesse próprio". Além disso, que esse limite de propriedade pode ser aumentado muito decorre do fato de que o nacional-socialismo não rejeitará de forma alguma nem mesmo as maiores obras industriais, desde que permaneçam na posse privada dos criadores (pense em Krupp, Mannesmann, Thyssen, etc.), como contrariando os interesses do todo, especialmente quando os proprietários dessas grandes obras têm uma sensação e compreensão das questões sociais e são capazes de encontrar os limites corretos entre o auto-ganho adequado da produção, um preço adequado para a comercialização e atendimento da demanda da economia nacional, e uma correspondente e digna forma de participação da mão de obra nas receitas das obras.

Aqui chegamos a breves observações fundamentais sobre as formas externas de produção. A poderosa economia alemã em ascensão antes da guerra se distinguia por uma mistura muito afortunada de grandes, médias e pequenas empresas. Ora, em geral, na tendência ao grande capital reside de fato um perigo para a economia nacional, na medida em que o próximo degrau acima do grande capital, não mais serve ao atendimento da demanda, mas aos altos interesses capitalistas de dominação do mercado e da ditadura dos preços. Não obstante,

admite-se claramente que certas indústrias só podem funcionar como grandes empresas. Isso se aplica aos ramos industriais que geralmente designamos como indústrias pesadas. Sem querer entrar em detalhes neste ponto, pode-se afirmar basicamente que o Estado nacional-socialista não tem motivos para lutar por mudanças fundamentais nessas formas externas da economia. O nacional-socialismo rejeita todo tipo de "socialização ou nacionalização" no sentido marxista. Nosso ideal econômico exige um número tão grande de existências economicamente livres justamente nas médias e pequenas empresas. Sabemos que só os homens livres e independentes, que podem dispor livremente do seu trabalho e dos seus rendimentos laborais, têm um sério sentimento de responsabilidade relativamente ao seu trabalho, que só neste terreno surgem personalidades poderosas e que só no solo dá a liberdade e a responsabilidade fazem prosperar o senso comunitário que une os que estão ligados pelo trabalho comum a uma comunidade de vida e destino e, com isso, os torna uma nação livre e autoconsciente. Somente em tal solo o bem-estar do indivíduo pode ser unido ao bem-estar da comunidade

Os Limites do Estado na economia

O Manchesterismo[32] e o Socialismo de Estado são pólos opostos quando se trata de estabelecer os limites que o Estado deve observar em sua intervenção na economia. A primeira doutrina exige o máximo de liberdade possível de toda tutela estatal, ela gostaria de ver o Estado relegado ao papel de vigia noturno. O socialismo de Estado acredita que a maioria dos negócios é melhor conduzida e administrada pelo próprio Estado. As formas mais extremas de socialização ou nacionalização, que é o termo russo para a gestão das empresas por todos, mostraram a todos que observaram os experimentos socialistas imparcialmente, com clareza conclusiva, que tais formas comunistas de produção são, a longo prazo, inviáveis. Quem seguiu nossas explicações sobre os fundamentos da economia poderá reconhecer sem dificuldade as razões internas desse fenômeno. Por um lado, a supressão da iniciativa empresarial, a falta de fins lucrativos, a eliminação da concorrência, por outro lado, a compulsão ao trabalho que foi exercida com força implacável pelos sovietes deve reduzir ao mínimo a vantagem da produção na operação total de uma economia nacional.

Explicamos que o nacional-socialismo vê a tarefa da economia no atendimento básico à demanda. Produtor e consumidor, fabricante e usuário, são os dois principais participantes de toda economia. Agora sabemos que o uso é, em última análise, sempre e em toda parte puramente individual, ou expresso de forma muito clara: cada pedaço de pão pode ser consumido por apenas uma pessoa, roupas também são destinadas apenas para uso pessoal, um apartamento fornece em a qualquer momento um teto apenas para um pequeno círculo

[32] *[O manchesterismo é a escola de pensamento econômico que surgiu no século 19 em Manchester como uma reação contra as protecionistas Com Laws de 1815 e 1846. Defendia o livre comércio e apoiava os industriais contra os interesses agrários da aristocracia fundiária. Os principais proponentes desse movimento foram Richard Cobden (1804-1865) e John Bright (1811-1889)]*

conectado, o local de trabalho dá a qualquer momento uma posição apenas para um número talvez maior, mas ainda limitado de camaradas de trabalho, então não podemos falar de um consumo comum ou uso de produtos. Se, portanto, o consumo é, em última análise, individual, o mesmo vale para a produção, para a produção de bens. Quanto mais valioso é o produto do trabalho produtivo, mais claro fica que ele surge apenas de uma força criativa altamente pessoal. Para as obras da mente nos campos da ciência e das artes plásticas, no campo das invenções e descobertas técnicas, isso é imediatamente claro, mas mesmo no caso do trabalho montado em empresas semelhantes a fábricas, nas quais a mecanização por meio de máquinas suprime trabalho individual quase inteiramente humano, finalmente ainda é válido que o par de sapatos que precisamente este trabalhador fábrica só pode ser fabricado por este e não por outro. A qualidade dos produtos, no entanto, diminui com o aumento da mecanização. Já no agronegócio vale a velha regra: “O olho do senhor engorda o gado”, ou seja, só o cuidado pessoal do criador obtém os maiores resultados.

Todas as tentativas da economia socialista marxista sempre terminaram em completo fracasso. Devemos, portanto, declarar fundamentalmente que tanto o consumo quanto a produção vão contra a socialização. Agora, assim que a humanidade abandonou as formas econômicas originais da economia individual na família e mudou para formas econômicas mais complicadas através da divisão do trabalho e formou grandes comunidades estatais, interveio entre a produção e o consumo algo novo - o comércio e o sistema financeiro.

Esta simples observação filosófica econômica nos dá a evidência mais clara dos campos em que o Estado tem que limitar sua atividade econômica. De fato, fica imediatamente claro que se trata aqui de questões nas quais todos os indivíduos estão igualmente interessados.

E é lógico que aqui o Estado encontrará seu escopo de deveres como a personificação dos interesses comuns.

Se nossa filosofia econômica estiver certa, o Estado deve ter realizado algo exemplar em um desses campos, caso já tenha tentado alguma coisa. Isso também tem sido realizado no campo dos transportes. O desempenho das autoridades ferroviárias alemãs antes da guerra foi simplesmente exemplar, e ainda o é hoje, na medida em que a antiga fidelidade ao dever e a consciência ainda imperam. Muitas vezes, também se credita ao sistema ferroviário não estatal na América uma perfeição especial; isso também é preciso em um determinado contexto, na medida em que o tráfego ocorre com mais liberdade e muitas pequenas dificuldades que estão conosco ligadas ao sistema burocrático dificilmente poderiam ter sido evitadas. Mesmo a construção de locomotivas de grandes dimensões na América evocava espanto entre nós anteriormente, mas a principal razão para isso era que a bitola mais larga da rede ferroviária americana tornava isso tecnicamente mais fácil. Mas este não é um aspecto do transporte, mas um fato técnico que não pertence ao escopo de nossas observações. Por outro lado, muito mais importante para a nossa questão é a segurança do transporte nas ferrovias. Nesse campo, as ferrovias alemãs estavam constantemente cientes dessa tarefa superior do transporte estatal e também podem reivindicar a reputação de terem feito, técnica e organizacionalmente, tudo o que era possível. Com que irresponsável imprudência a vida dos passageiros foi posta em perigo neste domínio precisamente nos caminhos-de-ferro americanos e franceses emerge da história de acidentes ferroviários em caminhos-de-ferro americanos e em caminhos-de-ferro franceses antes da nacionalização, desde que estes servissem à busca temerária do lucro de os Rothschild de Paris - Mesmo aqui, vemos mais uma vez a oposição fundamental entre a ideia capitalista de lucratividade e a ideia de dever da economia de atendimento das necessidades básicas de demanda. A tarefa do comércio é, em primeiro lugar, servir a

economia nacional através da transferência segura, rápida e barata de bens e pessoas para os locais de uso ou trabalho. A questão da lucratividade vem apenas em segundo lugar em uma empresa estatal, ou é apenas uma questão de política tarifária e das finanças. Ao comércio pertence naturalmente também o correio e o telégrafo. Mesmo aqui, é necessária apenas a memória honrosa das atuações da administração alemã de correios e telégrafos para mostrar com que segurança, rapidez e confiabilidade essa importante tarefa econômica nacional foi cumprida pelo Estado.

O comércio, por outro lado, sempre foi considerado como tarefa exclusiva da iniciativa empresarial privada. Agora, o comércio não pode ser falado de forma tão inequívoca quanto o sistema de transporte. Para uma regulamentação estatal, desde o início, é considerado apenas um certo tipo de bens, na verdade, bens de consumo de massa. Tão pouco entendimento quanto se poderia esperar antes da guerra de uma regulação estatal do comércio dos produtos alimentícios mais importantes - já que a doutrina do livre comércio regeu nosso modo de pensar econômico nacional, tão pouco se pode esperar hoje, em vista da usura vergonhosa em produtos alimentares mais importantes durante o ainda não esquecido período do pós-guerra, que caia em solo fértil a ideia de que é tarefa do Estado providenciar a preparação, transferência e distribuição dos produtos alimentares mais importantes. Excepcionalmente encontramos, mesmo entre nossos antípodas no campo econômico, os bolcheviques, tentativas de resolver este problema, isto é, através do controle estatal da produção e sua distribuição. O que há de errado aí, como já mostramos, é querer conduzir a produção ou entendê-la sempre de forma estatal. Por outro lado, a correta distribuição da produção é, sem dúvida, uma tarefa estatal especialmente importante. É notável que na Rússia as únicas organizações burguesas que permaneceram preservadas foram as cooperativas de produção agrícola e de consumo, ou seja, aquelas organizações que se propuseram

precisamente a armazenar e coletar os produtos alimentícios mais importantes de interesse comum e, por outro lado, de atender o consumidor no interesse comum. Um levantamento de nossa vida econômica alemã nos mostra agora que, mesmo entre nós, essa ideia não é completamente nova, mas que a ideia cooperativa tem se consolidado cada vez mais em todos os lugares e, com isso, criando as pré-condições que o nacional-socialismo tem em mente para a regulamentação extraordinariamente dessa questão importante. A utilização de forma cooperativa de produtos agrícolas assegura, por um lado, ao agricultor a retirada dos seus produtos a preços adequados, assegura a compra cooperativa de fertilizantes, alfaias agrícolas, etc, e procura sobretudo garantir o cumprimento da demanda através da criação de armazéns agrícolas. Por outro lado, os sindicatos de consumidores tomaram medidas completamente práticas para fornecer os produtos aos consumidores o mais diretamente possível e, acima de tudo, com a supressão do comércio intermediário. Uma fusão das cooperativas de produção e das cooperativas de consumo sob a supervisão do Estado está destinada a resolver esta questão.

Mesmo aqui, o cerne da questão é mais uma vez: *Não é a lucratividade, mas o atendimento das necessidades básicas de demanda é a primeira tarefa da economia.*

Para o comércio resta mais do que suficiente para ocupá-lo, especialmente em todos os campos onde o fator pessoal de risco entra em questão. Para um produto alimentar seguro sempre, e em todas as circunstâncias das vendas, os fatores que caracterizam o empresário são desde o início eliminados.

O sistema financeiro é a terceira e mais importante coisa a ser submetida à regulamentação estatal. O dinheiro é explicado por muitos teóricos financeiros como um meio para facilitar as trocas de,

é um intermédio entre produtos; esta explicação de fato não é falsa, mas também não é abrangente e não é clara. No entanto, esta definição expressa o sentimento correto de que o dinheiro é uma ajuda para o comércio de mercadorias. O fato do Estado reivindicar para si o privilégio da cunhagem monetária já prova que o Estado considera o dinheiro como um campo especialmente importante da vida pública. O fato do Estado ter produzido toda uma série de seções no código penal que trata da falsificação de papel-moeda prova igualmente que se trata de um assunto público de primeira importância. De fato, o Estado também determinou por muito tempo, por meio de sua própria autoridade, o que deve ser válido como dinheiro no comércio público. Uma orientação especial dos teóricos financeiros - os cartalistas[33] - representa a teoria estatal do dinheiro que declara sumariamente: "O dinheiro é o que o Estado declara ser dinheiro". Com isso, o dinheiro é totalmente separado da substância do dinheiro, e o selo da soberania do Estado é suficiente para fazer "dinheiro" de ferro, alumínio, porcelana e, acima de tudo, papel e também moedas. O presente nos ensina que essa teoria de fato se tornou realidade.

Os adversários desses teóricos financeiros - os Metalistas[34] - se apegam à velha ideia de que o dinheiro deve ter um valor interno, portanto deve ser de metais preciosos (ouro e prata). As relações do presente não sustentam essa orientação porque, de fato, o Estado até ganha dinheiro com papel, dinheiro com o qual realmente se pode comprar alguma coisa mesmo quando as notas são feitas de papel sem valor. Mas a questão do poder de compra desse dinheiro é outra história. Aqui, a queda do poder de compra do dinheiro que está em proporção inversa à crescente quantidade de papel-moeda parece provar que os metalistas estão certos, pois na verdade as moedas de ouro e prata não causaram a perda do poder de compra do

[33] *[Chartalistas apóiam o uso de moeda fiduciária ou tokens emitidos pelo governo (latim: churta) como moeda nacional.]*
[34] *[Os metalistas sustentam que o dinheiro deriva seu valor de metais preciosos e se opõem ao dinheiro fiduciário por não ter valor intrínseco.]*

papel-moeda. Mas isso se deve a outra razão, a saber, o caráter de mercadoria do dinheiro-ouro. Não é porque o dinheiro-ouro é ouro real que ele mantém seu poder de compra, mas porque o dinheiro-ouro também é uma mercadoria. A moeda de vinte marcos hoje deriva seu poder de compra não do sinal de moeda do Estado estampado '20 marcos', mas de seu conteúdo da mercadoria de ouro refinado.. Mas não podemos demorar aqui nessas questões controversas da teoria financeira, teremos que falar mais longamente sobre essas questões na representação do sistema financeiro estatal de acordo com o raciocínio da reforma nacional-socialista. Trata-se aqui de reconhecer que o sistema financeiro, no caso da questão que neste momento nos ocupa sobre os limites do Estado e da economia, pertence em todo o caso aos domínios que, como matéria eminentemente importante de toda a economia a vida, assim como o comércio dos produtos alimentícios mais importantes, deve definitivamente ser submetida à mais cuidadosa regulamentação fiduciária por parte do Estado.

A importância do problema financeiro em si não requer hoje nenhuma explicação especial. O poder das grandes potências financeiras que comandam tudo está manifesto para quem quiser vê-lo. O perspicaz já há muito reconhece que justamente a forma incompetente e falsa como o Estado se posicionou em relação ao sistema financeiro é a razão básica das atuais condições catastróficas das finanças estaduais. O fato de que a maioria dos chamados bancos centrais estaduais não são institutos puramente estatais, mas sociedades anônimas nas quais os governos retiveram para si apenas certos direitos de supervisão, já dá uma ideia das condições confusas no campo do sistema financeiro público. Na realidade, a nacionalização dos bancos centrais, especialmente do Reichsbank Public Ltd. Co.[35] (!), significou virtualmente a transferência dos mais importantes direitos soberanos do Estado para o capital privado. Além disso, os grandes bancos e

[35] "*Ltd. Co" É uma abreviação para Limited company, que significa Sociedade empresária em português.*

outras instituições financeiras tornaram-se os governantes desenfreados de toda a economia nacional.

Os Fundamentos políticos nacionais

Não há Estado sem poder e sem autoridade não há governo. Nada é mais auto-evidente e mais imediatamente óbvio para o senso comum. Deve-se atribuir a total negligência de nosso pensamento público se, entre nós, nos círculos governamentais, ainda hoje se acredita que se pode governar com total falta de poder militar e político.

O poder sem um instrumento de poder é impensável; o poder político e os meios militares de poder se condicionam mutuamente tão intimamente quanto a economia e a moralidade e não podem ser separadas. Para recuperar o poder perdido, existe apenas o único meio de criar um instrumento militar de poder.

Quão terrivelmente a nossa pobre pátria foi castigada porque abjurou da ideia de poder e se entregou à fanfarra pacifista que vivemos agora diariamente e a cada hora. "Para evitar uma situação pior" nós mesmos nos rendemos e destruímos nossas armas, "para evitar uma situação pior" assinamos o ditado de Versalhes, "para evitar uma situação pior" o governo de Berlim disse sim e amém a tudo o que foi exigido de nós, "para evitar uma situação pior", permitimos que cada malícia, cada humilhação, cada exploração fosse decretada contra nós. Com esta vergonhosa palavra de ordem de covardia e abjeção, o povo alemão foi levado a uma miséria cada vez mais profunda. Cumprimos o que nos foi exigido, e um ministro que desejava ser alemão, Dr. Rathenau[36], ousou declarar publicamente: Não há incapacidade absoluta de cumprir, é apenas uma questão de quão profundo um povo pode ser permitido cair em apuros!! Isso significa em outras palavras -

[36] *[Walther Rathenau (1867-1922) foi um industrial e político judeu que serviu como Ministro da Reconstrução em 1921 e Ministro das Relações Exteriores em 1922. Sua insistência de que a Alemanha deveria cumprir suas obrigações sob o Tratado de Versalhes provocou a hostilidade dos nacionalistas alemães e foi assassinado em junho de 1922. A reação do governo de Weimar a esse assassinato foi a promulgação, em julho de 1922, da Republikschutzgesetz (Lei para a proteção da república) à qual Feder frequentemente se refere (ver acima, p.14).]*

embora as palavras de Rathenau já sejam bastante claras: a nação alemã está completamente indefesa, politicamente completamente impotente, intelectualmente quase embrutecida, ela pode simplesmente continuar trabalhando. Deixou-se carregar com um fardo de culpa tão gigantesco que os membros do Povo Eleito podem, com essas reparações, levar para sempre uma vida glamourosa sem trabalho em todos os países do mundo à custa do trabalho alemão. Mas agora existe o perigo de que mesmo a enorme força de trabalho dos alemães possa quebrar sob o fardo fantástico. Portanto, os alemães devem ser mantidos vivos constantemente por meio de estimulantes e justamente assim ser mantidos no limite de sua capacidade de desempenho físico para que possam trabalhar reunindo todas as forças sempre na esperança enganosa de que um dia possam se livrar de seus fardos. "É apenas uma questão de quão profundamente um povo pode cair em angústia!" Este era o sentimento político do Ministro Rathenau tão celebrado por todos os republicanos.

Se recordamos este paradigma da política alemã moderna, foi apenas para confirmar este exemplo tão terrível que está tão perto de nós de uma nação indefesa e sem armas tendo que simplesmente suportar tudo, até mesmo qualquer escárnio. Contra isso é válida para nós a crença em um Estado extremamente poderoso, o único que pode garantir a paz e a liberdade. Dispensamos as razões históricas, não é tarefa de um manifesto, mas do historiador.

A contrapartida da ideia de política de poder dirigida externamente é o Estado constitucional rígido dirigido internamente. Chegamos bem perto dessa condição ideal no Estado de poder bismarckiano, mas nas áreas que diziam respeito ao sistema financeiro e ao reconhecimento ilimitado da propriedade privada e às demandas daí derivadas, nossas ideias jurídicas estavam totalmente sob a ideia capitalista.

Não requer ênfase especial que, em termos de política interna, o Nacional-Socialismo se posicione incondicionalmente no ponto de vista da lei, na medida em que todos devem ser iguais perante a lei e não deve haver diferenças nas ordens sociais. Mas uma transformação essencial deve ser realizada em relação à ideia básica da lei que significa para o alemão uma necessidade interior, uma subordinação voluntária aos interesses superiores do bem comum, enquanto as prescrições da lei válidas entre nós hoje aparecem simplesmente como um mandamento do poder e, de fato, como mandamentos de um poder que não está a serviço do bem comum, mas, precisamente em relação às questões de propriedade, colocou a proteção da propriedade antes da proteção da pessoa. A questão do novo ordenamento do direito público deverá ser discutida mais detalhadamente em outra seção.

Agora nós voltamos brevemente para as questões da forma de Estado externo. Uma decisão final sobre esta questão não é de forma alguma urgente. Em geral, só pode ser resolvido após uma purificação bastante básica de nossas condições políticas internas. A única via possível para esta depuração política interna parece-nos ser exclusivamente através de uma ditadura que com total determinação corta e queima as fontes de decomposição e doença do nosso corpo nacional.

As exigências que fazemos a tal líder são extraordinariamente altas; um amor apaixonado por seu povo, uma vontade inflexível, uma certeza quase sonambúlica em todas as suas decisões devem distingui-lo. Que suas capacidades intelectuais devem elevar-se acima da média é evidente, mas o conhecimento e as capacidades nos diferentes campos não são o fator decisivo. Conhecimento e aprendizado podem ser realizados por outros – quantos homens existem de elevado conhecimento, grande clareza de pensamento, grande intuição, o melhor talento artístico – mas se a última coisa lhes falta, a vontade apaixonada, o impulso inabalável, com base na mais

profunda seriedade moral, eles nunca avançaram à frente das nações, como pioneiros e líderes, a novas alturas. Pensamos em gênios religiosos como Jesus Cristo e Lutero, Savonarola[37] e Maomé, estadistas como Bismarck e Cromwell, generais como Frederico o Grande e Yorck[38], etc. O ditador deve estar completamente livre de todas as restrições e hesitações desnecessárias, para ele não pode haver inevitabilidades , pois deve ser ele quem faz a história e agarra com mão ousada e determinada quando chega a sua hora, ele encarna o anseio da nação e, portanto, nunca erra e é levado pelo amor fanático daqueles a quem sua ação traz libertação.

Ele deve ser capaz de odiar, tão forte e impiedosamente quanto ama seu povo e sua sagrada tarefa. Em relação aos seus assistentes e colegas, ele se coloca como o primeiro entre as pessoas livres e iguais. Essa velha ideia alemã forma a base dessa conexão férrea entre o líder e seus amigos em prol da causa.

Ele é o líder porque se provou, e desde que se prove.

"Todo poder parece redobrado por sua presença.
Ele extrai toda energia latente, mostrando a cada um seu próprio talento peculiar, ainda deixando tudo para ser o que a natureza os fez. E observando apenas que eles não são mais nada no lugar e na hora certa."

(Schiller, Wallenstein)[39]

---

[37] *[Girolamo Savonarola (1452-1498) foi um frade dominicano que pregou contra a corrupção do estado e do clero e profetizou que Florença se tornaria uma poderosa Nova Jerusalém se corrigisse seus vícios morais. Sua recusa adicional em apoiar a Santa Liga do Papa Alexandre VI contra a França provocou sua excomunhão em 1497 e execução no ano seguinte.]*

[38] *[Ludwig Graf Yorck von Wartenburg (1759-1830) foi um marechal de campo prussiano que se opôs à cooperação do general prussiano Julius von Grawert com os franceses durante a invasão da Rússia por Napoleão em 1812 e foi, portanto, fundamental na formação da Sexta Coalizão contra Napoleão que acabou no exílio de Napoleão em Elba em 1814.]*

[39] *Friedrich Schiller, Die Piccolomini, a primeira peça de sua trilogia Wallenstein (1799). A tradução é de Samuel Taylor Coleridge.*

Ele é rigoroso e duro consigo mesmo, orienta-se de acordo com suas próprias leis. Ele tem tempo e escuta a todos, mas é perfeitamente capaz de diferenciar entre o importante e o sem importância. Para a realização de seu objetivo, ele não pode ter medo de sangue e guerra, ele não pode descansar e relaxar até que seu objetivo seja alcançado, então ele protege sua criação tanto quanto isso é humanamente possível, mas ele mesmo pode se retirar, como o ditador Sulla fez, e assim garante seu trabalho de maneira dupla, pois ele opera à distância, mas ainda não força tudo por meio de sua forte personalidade a ser medido por padrões extraordinários; por outro lado, um seguidor mais livre e independente poderá se desenvolver se o ditador não determinar constantemente a vida política cotidiana, mas permanecer o líder no sentido espiritual. Tal brilho de ação distinguirá o ditador que novamente levará a Alemanha às alturas. Se então a saída da lama for encontrada através da realização de um líder extraordinário, as pré-condições internas e externas para uma vida nacional independente terão sido recuperadas, então a nação poderá mais uma vez decidir sobre a forma externa do Estado.

A nossa visão sobre a forma futura do Estado será essencialmente influenciada pela forma como serão constituídas certas formas da vida pública, especialmente o sufrágio e a representação popular dele decorrente. Certamente poderíamos pensar na possibilidade de uma forma saudável de Estado republicano, como na Roma antiga. De fato, quase todas as memórias históricas na Alemanha apontam para a forma de estado monárquico. Agora, com a forma de estado monárquico, não está de forma alguma inseparavelmente ligada à ideia dinástica. Pelo contrário, parece que com muita frequência os interesses dinásticos se desenvolveram grandemente em prejuízo das nações. Outro fator nos alerta para extrema cautela na questão de uma possível reintrodução da forma de estado monárquico - consequência da hereditariedade entre as dinastias. Na dolorosa história do povo alemão, pode-se encontrar repetidamente que a terceira geração após

um governante significativo desperdiçou a herança de seus antepassados, prejudicou a honra e o valor da nação, perdeu a posição de poder do império e destruiu a paz e bem-estar dos cidadãos. O que o alemão imagina quando fala das vantagens da monarquia, especialmente sob uma casa governante hereditária, é sempre o pensamento daqueles a quem a história deu o epíteto de "o Grande". Pensamos, assim, em Carlos, o Grande, Otto, o Grande[40], Frederico, o Grande[41], e nos poucos que se equiparam a esses governantes reais; mas apenas uma memória fugaz da galeria de incapacidade, indolência, egoísmo, prodigalidade, fantasia, distância do povo e outras características perigosas que estão ligadas aos nomes de Luís, o Piedoso[42], Otto III[43], Wenceslaus[44], Charles Vl[45]. Frederico Guilherme III[46]. Wilhelm II[47] é suficiente para reconhecer claramente que a forma dinástica do Estado não inclui de forma alguma uma garantia do bem-estar da nação.

---

[40] *[Carlos Magno (ca.742-814) tornou-se rei dos francos em 768 e estendeu seu governo além da França em um império carolíngio que incluía a maior parte da Europa Ocidental.]*

[41] *Otto, o Grande (912-973) foi o duque da Saxônia que se tornou rei dos alemães em 936, derrotou os magiares em 955 e conquistou o reino da Itália em 961. Em 962 foi coroado imperador pelo papa João XII e reinou de Roma como Sacro Imperador Romano.]*

[42] *Louis le Pieux (778-840) era filho de Carlos Magno, com quem governou como co-imperador a partir de 813. Em 817, ele dividiu seu império entre seus três filhos e seu sobrinho Bernard, que governou como rei da Itália. No entanto, Bernard se rebelou contra seu tio e foi punido com uma sentença de cegueira, logo após a qual ele morreu. Louis expôs sua crueldade publicamente e, assim, perdeu muito de seu prestígio como governante. O império franco foi marcado por guerras civis durante o restante de seu reinado.]*

[43] *[Otto III (980-1002) foi o Sacro Império Romano de 996 e enfrentou muita oposição durante seu reinado dos povos eslavos, de modo que foi forçado a abandonar os territórios imperiais a leste do Elba, embora tenha conseguido consolidar a influência de Cristianismo na Polônia e na Hungria.]*

[44] *Václav (ca 907-935) da dinastia Premyslid foi duque da Boêmia de 921. Em 929, a Boêmia foi atacada pelo rei franco oriental. Henry the Fowler e forçado a retomar o pagamento de tributos a este último. Václav foi assassinado por um grupo de nobres aliados a seu irmão Boleslav, que se tornou o próximo Duque da Boêmia.]*

[45] *Carlos VI (1368-1422) era chamado de 'le bien-aimé (o Amado) e também de 'le fou (o Louco). Sofria de surtos de loucura e seu reinado foi marcado pelos contínuos conflitos da chamada Guerra dos Cem Anos. A rivalidade contínua de Carlos com a Borgonha foi aproveitada por Henrique V da Inglaterra, que derrotou os franceses na Batalha de Agincourt em 1415. Pelo Tratado de Troyes assinado em 1420, Henrique recebeu a filha de Carlos VI, Catarina, em casamento, bem como a sucessão ao trono da França.]*

[46] *Friedrich Wilhelm III (1770-1840) foi rei da Prússia desde 1797. Embora tenha tentado seguir uma política de neutralidade nas guerras napoleônicas e não tenha se juntado à Terceira Coalizão, foi forçado pelo partido pró-guerra que sua rainha Luise apoiou para se juntar à Quarta Coalizão de 1806, que levou à Batalha de Jena, na qual a Prússia foi derrotada por Napoleão.]*

[47] *Guilherme II (1859-1941) foi o último imperador alemão e reinou de 1888 a novembro de 1918. Guilherme não apoiou as rígidas leis anti-socialistas de Bismarck e demitiu o chanceler em 1890. Quando a Áustria foi forçada a atacar a Sérvia após o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand em Sarajevo, ele decidiu apoiar a Áustria-Hungria mesmo sabendo dos perigos de uma guerra que poderia envolver Rússia, França e Inglaterra.]*

O que expressa a inclinação do alemão à monarquia é a necessidade do alemão de um líder e a disposição de se subordinar a um líder. Precisamente esta última característica é talvez uma característica especialmente típica do alemão, conhecemos muito bem esse traço do caráter alemão em seus aspectos bons e ruins. A lealdade até a morte permitiu-lhe lutar e conquistar as vitórias mais poderosas, permitiu-lhe seguir até bandeiras estrangeiras; mas inclui também muita falta de independência entre os tipos mais fracos a ponto de inutilidade e servidão, amor por coisas estrangeiras e falta de julgamento. A questão da sucessão, portanto, na própria Alemanha, não é difícil de resolver. A questão muito mais difícil está no problema do líder.

A escolha do líder até agora foi mais ou menos deixada ao puro acaso. O leito matrimonial principesco não é, de fato, garantia da capacidade intelectual e dos traços de caráter necessários que devem ser exigidos de um monarca. E se nos lembrarmos da economia alemã moderna, onde a mera adesão ao partido decide sobre a qualificação para os mais altos cargos oficiais, devemos dar uma atenção especial a esta questão.

A dificuldade reside, em todo o caso, em salvaguardar as qualidades morais e de carácter daquele em cujas mãos deve estar posto o destino do povo. Embora um ditador assuma a liderança de si mesmo, como portador do anseio nacional, um futuro líder deve emergir realmente da vontade consciente da nação como o melhor e mais adequado. Assim, pode permanecer completamente em aberto se o maior valor deve ser reunido em uma pessoa ou se a liderança do estado deve ser constituída por dois ou mais. Em todo caso, uma coisa permanece firme para nós, que aquele a quem é confiada a liderança dos mais altos assuntos do Estado, sejam chefes coroados ou dum ou triunvirato consular, a maior responsabilidade será, na melhor das hipóteses, ancorada na constituição. A maior responsabilidade será,

portanto, o fundamento político nacional mais essencial que distinguirá o estado nacional-socialista das formas anteriores de governo.

Um aspecto especial das fundações políticas nacionais do estado nacional-socialista é a demanda por um estado nacionalista no qual os membros de países e raças estrangeiras sejam excluídos da liderança dos assuntos do estado, bem como da assunção de cargos públicos.

A grande lição de toda a história alemã pode ser resumida no fato de que a Alemanha sempre foi pobre, fraca e miserável quando seus governantes buscavam interesses estrangeiros e quando os pequenos interesses de cada província e cidade eram colocados acima dos assuntos comuns do país. Reich; e da mesma forma a Alemanha sempre foi forte e poderosa quando estava unida e seus governantes pensavam e sentiam de maneira alemã e as províncias e cidades se sentiam como membros da grande pátria comum. Fechamento da nação externamente com toda liberdade e diversidade internamente. Esta é a ideia correta de um Estado alemão. O Reich de Bismarck já chegou muito perto desse ideal da ideia do estado alemão, só que nossos irmãos raciais na Áustria[48] alemã ainda permaneciam fora do Reich. A unificação de todas as tribos alemãs em um estado nacional fechado é, portanto, nosso objetivo político nacional mais distinto. Internamente, o caráter federativo e federal das províncias maiores, tal como foi produzido historicamente, deve ser mantido ou reconstruído. As linhas de base da política nacional a esse respeito são as seguintes: Todas as funções do Reich em que se trata da posição política de poder do Reich alemão em relação aos países estrangeiros são assuntos do Reich. São eles o Ministério das Relações Exteriores, as embaixadas e consulados, o sistema de passaportes, o controle do

[48] *[A República da Áustria Alemã foi o nome dado ao estado formado em 1918 após a primeira Guerra Mundial das terras de língua alemã do Império Austro-Húngaro. Incluiu. além dos atuais territórios austríacos, Tirol do Sul e Tarvisio (atualmente na Itália), sul da Caríntia e sul da Estíria (atualmente na Eslovênia) e Sudetos e Boêmia Alemã (atualmente na República Tcheca).]*

comércio exterior, o sistema alfandegário e, sobretudo, o exército e a marinha. Por outro lado, politicamente interna, a ideia da mais ampla independência das províncias individuais ou estados federais deve ser fomentada. A independência financeira é a pré-condição para a existência independente da nação, pelo que a legislação fiscal terá de ser delegada principalmente nas províncias. A legislação para o direito civil, comercial e penal será regulada pela lei do Reich, mas subordinada na prática à justiça provincial e às autoridades policiais.

Da mesma forma, as instituições de transporte certamente serão regulamentadas de acordo com as diretrizes da lei do Reich, mas permanecerão, no entanto, em suas finanças e administrativa e operacionalmente, sob a soberania provincial.

Que a liberdade de religião deve permanecer totalmente mantida pela constituição não requer menção especial; por outro lado, as religiões cujos escritos não são totalmente em língua alemã e acessíveis a todos e cujo conteúdo contém doutrinas perigosas para o Estado não receberá desta proteção.

A forma constitucional do caráter socialista básico do Reich é enfatizada especialmente no campo da lei trabalhista, bem como nos campos do seguro de doença, acidente, velhice e invalidez e será melhor implementada do que acontece hoje.

Os Ensinamentos do passado e finalidades

Se todo tratamento minucioso de questões relacionadas ao tempo exige uma resposta às três perguntas: Como está agora? Como isso aconteceu? e agora? - pois sem esta investigação básica nunca se espera um trabalho completo e conscienciosо - isto é válido num sentido mais elevado quando se trata de construir um novo estado. Uma descrição da situação atual no escopo deste trabalho naturalmente só tem lugar na medida em que se trata de extrair as características essenciais das condições críticas atuais do estado e da economia. Em tal tarefa, deve-se evitar especialmente tomar quaisquer sintomas como causas. Esta é precisamente a arte de todo diagnóstico que não se deixa enganar por exterioridades ou excrescências, mas que se aprofunda na razão das coisas. Isso fica mais claro no exemplo médico ou no caso de um homem vivo. Se um inchaço aparecer em algum lugar do corpo, a causa deve ser procurada primeiro na doença da parte afetada do corpo; o fato de esta parte do corpo estar doente tem sua causa em uma má condição do sangue; mas mesmo esse conhecimento não deve ser considerado como a última causa, mas a má condição do sangue será, por sua vez, a consequência de uma alimentação ruim ou insuficiente. Ora, a cura não teria êxito se o médico combatesse apenas o fenômeno externo; assim, na melhor das hipóteses, um alívio temporário se estabeleceria, um alívio para as dores, mas a doença continuaria. Mesmo uma tentativa de cura através de um tratamento de purificação do sangue não seria capaz de trazer uma cura duradoura se a causa básica, ou seja, a alimentação deficiente ou má ou outras circunstâncias nocivas, não fossem removidas. Somente tal tratamento de dentro para fora pode trazer uma cura real. Isso é claro para todos. Precisamente assim deve ser feita a investigação se se trata de um organismo nacional doente. Mesmo aqui é muito pouco útil se os sintomas externos da doença forem combatidos. Sente-se muito bem como uma triste

verdade o conhecido ditado: "Os pequenos bandidos são enforcados, os grandes são libertados". A frequência de violações contra o interesse comum é apenas o sinal externo do fato de que nos bastidores acontecem coisas que prejudicam em grande medida o bem-estar comum. Pois, somente se algo estiver podre no estado, tais grandes danos podem persistir e se tornar um perigo duradouro para a existência do próprio estado. Se assim o próprio Estado está doente, deve-se supor com a maior probabilidade que a causa disso sejam atitudes intelectuais erradas com relação às preocupações populares e com relação às funções reais e à autoridade do próprio Estado. Uma cura pode, portanto, ser esperada, em última análise, de uma nova ideia saudável do estado, através da criação de uma liderança estatal poderosa e saudável que seja totalmente independente e não sobrecarregada com os pecados do passado. Toda solução que parte de um compromisso com os poderes existentes ou que busca vincular-se novamente às formas desmoronadas do estado anterior carrega em si a semente de sua própria decadência. A esse respeito, deve-se também advertir contra a vinculação a formas históricas de estado que, de fato, não eram ruins em si mesmas, mas ainda assim sucumbiram muito rapidamente ao colapso. Quais são agora as características mais marcantes da crise atual?

Externamente e superficialmente como no caso de uma febre - alta temperatura ou, traduzido em termos econômicos e políticos: agitação, tensão em todas as ocasiões, inquietação e desordem. É extremamente significativo que toda pessoa enfadonha e preguiçosa, mas também todo o exército de devedores reais, sempre tenha elogiado com a voz mais alta "descanso e ordem" como a cura para tudo. Descanso e ordem naturalmente não são um objetivo político em geral, mas apenas uma condição que mostra que as condições saudáveis regem o corpo nacional. Mas se uma nação está doente, é bastante natural e evidente que isso se manifeste em agitação e desordem. Uma atitude política que prega e busca estabelecer apenas

"descanso e ordem" é, portanto, totalmente equivocadamente orientada; por outro lado, apenas ajuda a doença a entrar cada vez mais fundo, até que a morte entre com as cólicas mais terríveis. Mesmo as úlceras e supurações, pensadas como personificadas, naturalmente desejam também que o doente permaneça bastante quieto, pois os bacilos podem então se multiplicar tão maravilhosamente rapidamente e se espalhar por todo o corpo e amadurecê-lo totalmente também internamente. Não, muito pelo contrário: fora as supurações! Estes devem ser cortados, não se pode aduzir as dores do ataque operatório como contrarrazões; o paciente deve ser retirado de seu ambiente ruim e, acima de tudo, deve receber uma dieta saudável e forte. Os outros sintomas são o preenchimento de cargos estatais com elementos inadequados, a eliminação de assuntos estatais por meio de decisões da maioria, a ocorrência de decisões majoritárias no parlamento que não carregam qualquer responsabilidade, a eleição de tais parlamentos de acordo com um sufrágio que externamente é na verdade, o mais livre e universal, mas internamente especula sobre a falta de julgamento das massas e simplesmente suprime uma melhor percepção e maior sentimento de responsabilidade. Um governo que depende de maiorias parlamentares - que surgem puramente por acaso e para o qual apenas as considerações político-partidárias são decisivas - pode, naturalmente, por seu lado, não mais ser o guardião objetivo do bem comum, mas é o carimbo para o partido ambicioso políticos e doutrinários obstinados. Todos esses sintomas podem ser resumidos na palavra "parlamentarismo".

Esse parlamentarismo é a grande mentira democrática da capacidade de autogoverno do povo. Claro que podemos pensar que os cidadãos do estado conscientes da responsabilidade são completamente capazes de julgar de forma autoritária sobre assuntos públicos e de liderar o destino de sua comunidade ou país, mas um sufrágio como o universal, direto e secreto para maiores de 21 anos de ambos os sexos,

carrega em si necessariamente a semente do domínio vil dos inferiores e sem escrúpulos.

Juntamente com o vil domínio dos parlamentos e dos governos que deles dependem, reina hoje, na realidade, apesar de todos os slogans anticapitalistas dos marxistas, o grande capital de empréstimo. A alta finança é o governante irrestrito do estado e da economia. Nenhum governo se atreve a tomar medidas drásticas contra os interesses lucrativos do mundo bancário e bolsista. Todas as nações tornaram-se vinculadas em juros e pedágio a esta potência mundial supranacional através de dívidas nacionais bastante gigantescas. Os resultados dessa escravidão de interesses são enormes, abalam o mundo inteiro em seus alicerces nas relações econômicas e políticas nacionais. A cobrança de juros tornou-se, de fato, o principal trabalho dos governos. Isto significa para as nações uma terrível exploração e espoliação tributária através dos diversos métodos de impostos diretos e, principalmente, indiretos, por meio de uma inflação progressiva imparável que levou, em seu auge, ao roubo de toda a classe média de suas economias. Essa regra irrestrita da bolsa de dinheiro exerce, por trás da máscara da reivindicação legal de juros, a regra mais brutal que já governou o mundo. Leva ao empobrecimento e à pauperização das massas e especialmente daqueles círculos para quem a aquisição de dinheiro não é um objetivo em si e, portanto, não é o ponto central de todo o seu pensamento. Só daí advém a mais terrível consequência deste domínio financeiro absoluto, ou seja, a degradação moral dos povos submetidos a este domínio. Todos os instintos se dirigem à aquisição e à posse, todos os conceitos de lealdade e fé se afundam na busca implacavel do ganho, o homem respeitável é forçado a experimentar que, como recompensa pela sua respeitabilidade, deve afundar-se cada vez mais fundo enquanto a falta de escrúpulos traz lucros gigantescos em o caso de todos os negócios possíveis e impossíveis. Círculos grandes lutam desesperadamente por seu

sustento, uma renda suportável apenas com o trabalho torna-se cada vez mais difícil.

Em frentes fechadas, os trabalhadores procuram extorquir salários cada vez mais elevados, as greves abalam os locais de trabalho económico, aleijam a sua produção e prejudicam indirectamente com isso sobretudo aqueles que dependem da maior produção possível de bens para a economia nacional, precisamente os próprios trabalhadores. Como um fenômeno total, podemos resumir essas condições sob o conceito de "mammonismo".

O reverso desse mamonismo é a visão de mundo marxista nascida do humor intelectual das vítimas da violação mammonística. Sabemos muito bem que os mentores dos marxistas souberam usar habilmente esse humor intelectual para si mesmos como manipuladores do capital internacional e, ao mesmo tempo, desviar de si mesmos o ódio aos explorados, mas temos que lidar aqui com uma disposição intelectual que se posiciona não apenas de forma obstrutiva, mas altamente hostil contra o restabelecimento de um Estado nacional saudável.

A essência do marxismo deve ser vislumbrada no fato de que ele nega a propriedade privada e, com isso, corta o terreno de toda economia e, além disso, de toda cultura superior; além disso, no fato de ter fomentado a ideia de luta de classes e, com isso, dividido as pessoas em diferentes classes lutando entre si. Basta apontar para a miséria sem nome do povo russo, onde, no estado soviético, essa doutrina errônea de matar a nação e a economia foi traduzida em realidade na mais alta medida.

E se agora procurarmos os patógenos reais da doença, estranhamente nos deparamos em todos os lugares contra os judeus como líderes e principais beneficiários. A questão judaica está se tornando uma

questão mundial de cuja solução dependerá o bem-estar e a desgraça das nações.

A esta questão será dedicado um trabalho especial nesta série da Biblioteca.[49]

Uma revisão da história nos mostra que as nações desesperadas têm repetidamente procurado se libertar desse mal por meio da repressão sangrenta e erradicação de judeus individuais - mas depois de algumas gerações os judeus voltaram mais uma vez mais fortes e financeiramente mais poderosos após tais pogroms.

Devemos, portanto, evitar procurar a solução da questão judaica dessa maneira primitiva - de fato, não se pode matar o bacilo da peste individualmente, só se pode erradicá-lo cortando dele suas necessidades vitais.

O anti-semitismo que arde em todo o mundo é o sinal da tocha de que as nações reconheceram seu maior e mais mortal inimigo, mas agora é nossa tarefa direcionar esse conhecimento emotivo correto de maneira correta e razoável.

A batalha contra o marxismo e, com isso, contra os judeus é bem-sucedida por meio da educação incansável das massas envenenadas. É a primeira etapa da nossa batalha.

A quebra da escravidão dos juros é a última e mais dura batalha no campo econômico pela libertação do povo e do Estado da rede áurea do poder financeiro supranacional.

---

[49] *[O trabalho de Feder sobre os judeus. Die Juden, foi publicado em 1933 como vol.45 da Nationalsozialistische Bibliothek]*

Somente depois de lutar por essas etapas, e quando a vitória tiver sido totalmente conquistada e assegurada, seria o momento de realizar todas as reformas ulteriores que darão ao debilitado e doente corpo nacional uma nova vontade de viver e uma nova força vital que primeiro perceber o que está em todas as nossas mentes, no qual todos nós acreditamos com corações brilhantes e pelo qual lutamos com uma vontade inflexível:

O renascimento da Alemanha.

Uma nova Grande Alemanha, livre e unida, em um Estado saudável, firme e poderoso de trabalho e desempenho.

II. O Programa do Partido NSDAP

As origens do Programa

Toda obra requer um projeto, toda realização deve ser precedida de criação intelectual. Quanto mais claramente e melhor elaborados forem os planos de construção, mais bela e rapidamente o edifício será erguido. Mesmo novas estruturas políticas requerem um plano de construção claro, isso é chamado aqui de programa político.

As demandas que devem ser colocadas em um programa político são muito altas e muito diversas. Trata-se de uma tarefa da mais alta responsabilidade, pois o bem-estar e a desgraça do próprio povo depende de o plano ser bom. Um programa deve ainda tratar, com a mais concisa brevidade, de todos os campos importantes da vida pública, deve resistir a todas as críticas, não pode se perder em detalhes, não pode oferecer aos adversários pontos fracos desnecessários, não pode despertar esperanças utópicas que não pode mais tarde ser satisfeita. O programa deve ser uma imagem fiel do estado vindouro e da nova economia. Deve mostrar a todos em linhas gerais o esboço da ordem estatal e econômica que se deseja, mas não pode também constranger ou antecipar a execução em seus detalhes.

Cada programa também tem uma história e um desenvolvimento, mas certamente é uma pedra de toque da correção fundamental de um movimento se, depois de tantos anos, nada essencial deve ser mudado em suas características básicas e apenas algumas obscuridades devem ser removidas. Só o ponto programático mais importante e marcante do antigo programa de 24 de fevereiro de 1923, nos termos políticos. O tratamento detalhado deste ponto não era então uma necessidade

tão absoluta porque, naquela época, os escritos mais detalhados relacionados a isso, Manifesto pela quebra da escravidão de juros e A falência do Estado, sua solução, eram quase os únicos existentes escritos e eram totalmente conhecidos e familiares aos fundadores e primeiros seguidores do movimento. De certa forma, foi o conteúdo intelectual desses escritos que somou o escopo de atuação socialista - com planos já então determinados em seus traços fundamentais - à vontade de renovação que reunira um pequeno círculo em torno de Anton Drexler[50] e Adolf Hitler, ao redor das ideias nacionalistas e populistas.

[50] *Anton Drexler (1884-1942) foi, juntamente com Dietrich Eckart e Feder, um dos fundadores da contraparte alemã do originalmente austríaco Deutsche Arbeiter Partei em Munique. Drexler serviu como presidente honorário do partido, do qual Hitler já havia participado Drexler deixou o partido em 1923 e voltou quando Hitler subiu ao poder em 1933.]*

O programa econômico do NSDAP

Nosso objetivo é o renascimento da Alemanha de um espírito alemão para uma liberdade alemã.[51]

O caminho para este objetivo principal é:

I. O princípio político nacional: O Reich alemão é a nação dos alemães.

a) na política externa:

1. O estabelecimento de um Estado nacional fechado que inclua todos os alemães.

2. A poderosa representação dos interesses alemães no exterior.

b) na política racial:

3. A remoção dos judeus e de todos os não-alemães de todas as posições de responsabilidade na vida pública.

4. Proibição da imigração de judeus orientais e outros estrangeiros parasitas. Estrangeiros e judeus problemáticos podem ser deportados.

c) na política cívica:

---

[51] *[Para uma discussão detalhada desses pontos, veja Das Programm der NSDAP und seine weltanschaulichen Grundlagen, de Feder, Munique, 1927; tr. E.T.S. Dugdale, O Programa do NSDAP e suas concepções gerais, Munique, 1932).*

5. Somente o alemão que se compromete com a cultura e a comunidade do povo alemão pode exercer os direitos de cidadania do Estado.

6. Quem não é alemão só pode residir como hóspede no Estado alemão e está sujeito à lei estrangeira.

7. Os direitos e interesses dos alemães prevalecem sobre os membros de nações estrangeiras.

II. O princípio político econômico: *A tarefa da economia nacional é o atendimento das necessidades básicas de demanda e não a lucratividade sem limites do capital de empréstimos.*

8. O nacional-socialismo reconhece fundamentalmente a propriedade privada e a coloca sob a proteção do Estado.

9. O bem-estar do povo, entretanto, limita o acúmulo imoderado de riqueza nas mãos dos indivíduos.

10. Todos os alemães formam uma comunidade do povo e de trabalho para a promoção do bem-estar comum e da cultura.

11. No âmbito desta obrigação geral de trabalho de todo alemão e com o reconhecimento fundamental da propriedade privada, é permitida a todo alemão a livre possibilidade de aquisição e livre disposição de sua renda de trabalho.

12. Mantém-se a saudável combinação de pequenas, médias e grandes empresas em todos os campos da vida econômica e, portanto, também na agricultura.

13. Empresas gigantescas (corporações, sindicatos e trusts) serão combatidas.

14. Usura e extorsão, bem como enriquecimento implacável à custa e dano do povo, serão punidos com a morte.

15. A introdução de um ano de trabalho obrigatório para cada alemão.

III. O princípio político financeiro: *O sistema financeiro está a serviço do Estado, os poderes financeiros não podem formar um Estado dentro do Estado; assim nosso objetivo: Quebrar a escravidão dos juros através de:*

16. Libertação do Estado e, com isso, do povo de sua dívida vinculada a juros para o capital de empréstimos.

17. Nacionalização do Reichsbank alemão e dos bancos centrais.

18. O financiamento de todas as grandes tarefas públicas (desenvolvimento de hidroenergia, estradas, etc.) evitando empréstimos por meio da emissão de vales do tesouro do Estado sem juros ou por meio de um método sem papel-moeda.

19. A introdução de uma moeda estável em uma base coberta.

20. A criação de um Banco de Construções e Economia sem fins lucrativos (reforma cambial) para a concessão de crédito sem juros.

21. Reestruturação completa do sistema tributário de acordo com os princípios econômicos socialistas e nacionais. Libertação do consumo do ônus dos impostos indiretos e da produção dos impostos restritivos (reforma tributária e desoneração).

4. O princípio político social: O bem-estar comum é a lei suprema.

22. Desenvolvimento generoso do seguro de velhice por meio da nacionalização do sistema de renda vitalícia. A cada camarada cidadão alemão necessitado será garantida uma pensão adequada a partir de certa idade ou no caso de uma ocorrência prematura de incapacidade permanente de ganhar a vida.

23. A partilha de todas as pessoas envolvidas em empresas produtivas de acordo com o desempenho e a idade nas receitas do trabalho com uma participação concomitante na responsabilidade pelo cumprimento das tarefas econômicas nacionais do trabalho.

24. O confisco de todos os lucros de guerra e revolução não baseados em trabalho honesto, bem como de propriedades adquiridas por entesouramento e usura e seu uso para o desenvolvimento do seguro social.

25. Eliminação do déficit habitacional por meio de novos edifícios habitacionais abrangentes em todo o Reich por meio do novo Banco Econômico e de Construção sem fins lucrativos a ser criado de acordo com o Art.21.

V. Na política cultural: *O florescimento de todas as ciências e artes plásticas com base em um estado politicamente livre e economicamente saudável é nosso principal objetivo cultural.*

Isso deve ser alcançado através de:

26. A educação da juventude em homens fisicamente saudáveis e intelectualmente livres de acordo com as grandes tradições da vida intelectual alemã.

27. Liberdade de religião e de consciência.

28. Proteção especial do Estado para as confissões cristãs.

29. Supressão e exclusão de doutrinas religiosas que vão contra o sentimento moral alemão e cujo conteúdo tenha um caráter destruidor do Estado e da nação.

30. Supressão de todas as influências nocivas na literatura e na imprensa, palco, arte e cinema.

31. Liberdade de instrução nas universidades alemãs, formação de uma classe dominante de homens de caráter.

VI. Militarmente:

32. Tornar a nação defensável através da introdução do alistamento militar para cada alemão da comunidade.

33. Abolição das tropas mercenárias.

34. A criação de um exército de milícias para a defesa da pátria sob um corpo de oficiais profissionais a ser construído através de uma rígida disciplina hierárquica.

VII. Outras reformas:

35. Reforma do sistema de imprensa. Supressão de todos os instrumentos de imprensa que contrariem as preocupações do povo alemão. A mais estrita responsabilidade por todas as notícias falsas ou tendenciosamente distorcidas.

36. Reforma do sufrágio com a abolição das atuais formas corruptoras de campanha eleitoral e desresponsabilização dos eleitos (imunidade).

37. Desenvolvimento de câmaras profissionais.

38. Reforma do judiciário no campo da Lei de Terras (reconhecimento fundamental do direito de propriedade sobre a terra, não localidade da terra por parte do capital privado, direito de preferência do Estado e reversão da terra para o Estado em caso de gestão descuidada).

Direito civil (proteção muito mais estrita da honra pessoal e da saúde, em oposição à proteção legal unilateral da propriedade que vigora hoje).

39. Reformas constitucionais:

Constituição. A constituição correspondente ao caráter alemão é uma liderança estatal soberana centrada em uma posição mais elevada. -Se esta posição mais alta é ocupada por um monarca a ser eleito pelo povo ou por dois ou três altos funcionários responsáveis do Reich, deve ser deixado para posterior determinação pelo povo.

Caráter federal do Reich. A composição do povo alemão de diferentes províncias unidas internamente por meio de tribos e da história condiciona a total independência dos estados federais individuais em relação aos seus assuntos internos.

A preocupação do Reich é a representação do povo alemão externamente, passaportes e portagens, e, além disso, o exército e a marinha. Três oponentes principais se interpõem no caminho da realização desse programa nacional e econômico do nacional-socialismo. Marxismo, parlamentarismo e, acima de ambos, grandes empréstimos de capital.

1. Nossa batalha antimarxista é dirigida contra a doutrina desintegradora do Estado do judeu Karl Marx, contra a doutrina desintegradora do povo da luta de classes, contra a doutrina desintegradora da economia da negação da propriedade privada e contra o materialismo puramente econômico concepção da história.

2. A nossa luta antiparlamentar é dirigida contra a irresponsabilidade dos chamados representantes populares que - imunes - nunca terão de efectivamente assumir a responsabilidade pelas consequências das suas decisões, bem como contra todos os danos daí resultantes. (corrupção, nepotismo, suborno) e, como pior consequência, um governo dependente de tal parlamento.

3. Nossa batalha anti-mammonista, que está acima das outras duas frentes de batalha, é dirigida contra o poder financeiro mundial, isto é, contra a permanente sangria financeira e econômica e a exploração de nosso povo por meio de grandes empréstimos de capital.

Esta batalha, porém, é, por outro lado, também uma poderosa luta intelectual contra o espírito materialista destruidor de almas do egoísmo e da avareza, com todas as suas concomitantes manifestações corruptoras em todos os campos de nossa vida pública, econômica e cultural.

Em última e mais profunda análise, trata-se da batalha de duas visões de mundo que se expressam através de duas estruturas intelectuais fundamentalmente diferentes - o espírito produtivo e criativo e o espírito móvel e avarento. O espírito criativo enraizado no solo e mais uma vez superando o mundo na experiência metafísica encontra seus principais representantes no homem ariano - o espírito comercial e materialista avarento, desenraizado, voltado puramente para o mundano, encontra seu principal representante no judeu.

O nacional-socialismo como o anti-semitismo vislumbra no espírito materialista judaico a raiz primária do mal, mas também sabe que esta batalha mais poderosa da história mundial não pode permanecer em reivindicações anti-semitas puramente negativas, portanto, toda a nação - e O programa econômico do nacional-socialismo se eleva muito acima da batalha anti-semita certamente inovadora, mas negativa, ao fornecer positivamente uma imagem construtiva e criativa de como o Estado de trabalho e desempenho do nacional-socialista deve ser.

Se este objetivo principal for alcançado, o Partido Nacional Socialista será dissolvido. O nacional-socialismo terá então se tornado o conteúdo vital de todo o povo alemão. O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães não é, de fato, em geral, um partido parlamentar no sentido usual da palavra, mas apenas o setor determinado, voltado para o futuro e orientado para o futuro da população que se reuniu em torno de um líder forte em vontade e mente, a fim de tirar a Alemanha da vergonha e impotência externamente, da destruição e da corrupção internamente, para uma posição poderosa e imponente externamente e, internamente, para uma comunidade do povo economicamente sólida, culturalmente fluorescente, intelectual e moralmente elevada.

Queremos construir o Reich da saudade alemã como canta Geibel[52]:

Um externamente, com uma espada poderosa, reunindo-se em torno de um alto estandarte internamente rico e multifacetado a cada tribo à sua maneira!"

[52] *[Emanuel Geibel (1815-1884) foi um poeta e dramaturgo alemão que escreveu vários poemas patrióticos que foram atacados pelo liberal contemporâneo "Jovem círculo literário alemão em torno dos escritores judeus, Heinrich Heine e Ludwig Bömne, mas posteriormente defendido pelos nacional-socialistas] .*

III. A Estrutura do Estado Nacional-Socialista

O Estado nacional-socialista alemão

Já no capítulo sobre os fundamentos políticos do poder, apontamos para o fato de que todo desvio dos governantes alemães de suas tarefas puramente alemãs era acompanhado pelas consequências mais funestas para o povo alemão. Se alguém examinar a história alemã, sempre encontrará o desejo alemão por um estado nacional fechado realizado apenas em curtos períodos históricos, repetidamente esse sonho alemão desapareceu e repetidamente a Alemanha afundou na impotência e na desintegração. Assim, fica firme em toda a história alemã uma lição de que somente o fechamento da nação dentro de um estado fortemente liderado permite à Alemanha resistir aos enormes perigos que surgem apenas de sua situação geopolítica desfavorável. Quase em nenhum lugar a Alemanha tem fronteiras naturais, em quase todos os lugares ela é livre e desprotegida contra incursões hostis. Nem o mar que circunda a Inglaterra nem as altas montanhas que separam a Espanha e a Itália de seus vizinhos dão à Alemanha uma defesa natural. A França tem apenas um lado aberto contra nós, a Rússia o mesmo. Apenas a Alemanha está no meio entre as outras nações - como o coração e como o campo de batalha da Europa. Em solo alemão lutaram os exércitos espanhóis, franceses, ingleses, suecos, russos e mongóis, em solo alemão foram travadas as terríveis guerras religiosas da Guerra dos Trinta Anos e, inversamente, os alemães sangraram no serviço estrangeiro por interesses estrangeiros em todas as terras. Mãe Germânia sangrou de milhares de feridas que

foram desferidas por seus exércitos estrangeiros e - que foram desferidas nela pela luta de seus próprios filhos. Infinitamente trágica é a história alemã, tão trágica que o desejo alemão de um Reich alemão unificado e fechado foi incluído em contos de fadas, nas sagas da velha Barbarossa no Kyffhäuser.[53] Durante séculos, a realização da ideia do estado alemão permaneceu um desejo e esperança das melhores pessoas da nação, até que, em 1871, um poderoso ferreiro forjou a unidade da Alemanha. Muito ficou a desejar na realização do Grande Estado Alemão que deveria incluir todos os alemães que vivem em conexão territorial com a pátria. Mas já esta realização parcial do desejo alemão nos concedeu um grande florescimento da história alemã como raramente antes.

Mas não temos que contar com 'ses' e 'mas', ao contrário, temos que aprender com a história. A política é a história que está se tornando, e se do "fazer da história" a salvação deve florescer para o nosso povo, então nossa política, nossa política nacional deve, com respeito pelo que aconteceu na história, evitar os erros de tempos anteriores e vincular eles próprios à melhor tradição. O homem, o político sem história que dogmaticamente faz a história de sua poltrona, só poderá trazer calamidade a um povo como a experimentamos nos últimos anos dos novos showmen do governo marxista alemão. Por mais desastroso e pernicioso que seja o colapso completo da velha forma social, especialmente quando essa destruição é idêntica à força do movimento marxista, tão pouco o velho pode ser preservado apenas porque é velho. Aqui reside mais uma vez a tragédia do espírito conservador, que, criativamente infrutífero e sem imaginação, rejeita tudo o que é novo apenas porque é novo e porque se apega tenazmente a formas ultrapassadas que há muito perderam sua substância. As pessoas e o estado não são múmias e construções, mas

[53] *[A cadeia de colinas Kyffhäuser entre os estados da Turíngia e Saxônia-Anhalt é considerada o local de descanso do Sacro Imperador Romano, Friedrich Barbarossa (1122-1190), que se afogou no rio Saleph, na Turquia, durante a Terceira Cruzada.]*

entidades vivas; as roupas cortadas uma vez não servem para sempre. Apenas alguns traços básicos bastante amplos são traçados pelo destino das nações, e uma negligência desse conhecimento básico sempre se vingou amargamente das nações. Para nós, alemães, a doutrina política nacional histórica fundamental é: *"Sejam unidos!"*

A palavra "unidos", porém, não significa "unidade", mas "estar de acordo". Somente do acordo das tribos alemãs sobre os princípios da política externa e interna pode crescer como sua flor mais bela um Estado internamente livre que é externamente poderoso com peso internacional. Para o Estado alemão, portanto, não pode haver motivos econômicos, religiosos ou humanitários europeus ou internacionais, mas apenas exclusivamente o bem comum de toda a nação alemã. Quero dizer "motivos" para a ação política. Ao lado correm naturalmente as influências de um caráter eclesiástico, econômico e geralmente humano que devem ser adequadamente valorizados e considerados. Mas o princípio deve ser e permanecer que o estado nacional alemão tem que representar apenas os alemães e isso na política interna, bem como na externa. Nosso objetivo político nacional, portanto, é:

1. O estabelecimento de um Estado nacional fechado que inclua todos os alemães.

2. A poderosa representação de todos os interesses alemães no exterior.

O Estado Racialista

A pré-condição para o despertar, ou melhor, para o novo despertar de uma forte consciência nacional é a remoção de todos os judeus e não alemães de todas as posições de responsabilidade na vida pública. A determinada batalha defensiva contra a invasão dos judeus em quase todos os campos de nossa vida pública é realizada com total energia apenas pelo nacional-socialismo. A batalha contra os judeus é a luta consciente pelo espírito alemão e pela liberdade alemã.

A influência e o efeito dos judeus sobre os povos anfitriões não podem ser comparados com as relações de poder e as batalhas de outros povos, mas apenas com a luta pela vida ou morte entre um corpo saudável e os germes venenosos mortais que o atacaram. Quando um organismo vivo é atacado por bacilos venenosos, a questão é apenas: ou a força saudável do corpo se tornará o escravo dos intrusos estranhos - então ele os elimina ou não será mais o mestre deles, então morrerá por conta deles. Assim também para os povos anfitriões dos judeus em todo o mundo, existe apenas isso: ou exclua os judeus do corpo nacional - ou morra por causa do judeu.

Precisamente a comparação com o corpo humano e os germes nos mostra muito graficamente quão distorcida é a opinião enganosa favorita. que os judeus subiram em todos os lugares apenas por causa de sua maior eficiência e é altamente errado e injusto atacá-los e persegui-los por esse motivo. Não se pode simplesmente dizer que o bacilo da cólera é igualmente muito mais forte e eficiente do que o homem e por isso venceu o homem são - não, é um veneno para o homem. E, precisamente como nesta batalha do organismo vivo contra os venenos invasores, sintomas especiais de envenenamento aparecem acompanhados de febre, cãibras, sintomas de paralisia etc.

doença - inquietação e agitação na vida cívica e política, poderosas convulsões no corpo nacional, turbulência, terror, guerra civil alternando com sintomas de paralisia bastante típicos, especialmente nas partes intelectuais das nações - nos governos. Então há apenas uma questão, se os círculos nacionalmente conscientes que reconhecem o inimigo conseguem advertir e esclarecer os governos ou formar o governo e neutralizar os próprios judeus - então a cura entra com certeza; se não conseguir fazer isso, então a morte nacional entra com a mesma certeza. Não existe uma terceira via. Um isolamento temporário para permanecer com a imagem médica - traz apenas remédios aparentes: mais cedo ou mais tarde os bacilos irrompem novamente nos vasos sanguíneos do corpo, o fim desta segunda luta é então mortal para o paciente.

Decisivo para o sucesso final - como na vida em geral - é a vontade de poder. Sem essa vontade de poder, sem essa vontade de manter a nação, a nação está irremediavelmente entregue à ruína. O que não desce literalmente torna-se um escravo, fellahin, servo e servo da potência mundial totalmente judaica.

É uma batalha de vida ou morte. Muitos soldados eficientes partiram, mas a maioria de nossos camaradas nacionais ainda está dormindo. Educação sempre, incansável, é a solução. O que torna essa educação especialmente difícil é a ingenuidade e a suavidade do ariano precisamente nessas questões raciais vitais.

A forte mistura racial dentro de nosso próprio povo alemão sem dúvida enterrou quase completamente a clara e elevada consciência racial em muitos, de modo que apenas um sentimento indefinido de aversão contra os judeus racialmente estrangeiros permaneceu em vez de um conhecimento preciso das leis raciais. O judeu, por sua vez, tem seguido estritamente suas leis raciais por mais de dois mil anos,

com o claro conhecimento da notável importância da manutenção da pureza do sangue para o caráter e a nação.[54]

Por outro lado, ele conseguiu representar a agitação racial como um lixo ultrapassado, o que, no que diz respeito à mistura racial na Alemanha, infelizmente lhe foi possível com certa aparência de justificação. Em vez de o desprezo judaico pela ciência racial por parte dos alemães ser combatido com total determinação, pela exigência: "Alemão, mantenha seu sangue puro!". O século do Iluminismo com seus ideais humanitários de fato trouxe aos judeus a emancipação das correntes que haviam sido forjadas por nossos antepassados em sua sabedoria superior contra a infestação do espírito judaico de roubo e usura, mas para nós mesmos apenas confusão e incerteza sobre isso questão fundamental. Com a frase: "os judeus também são homens" - uma frase que nunca foi e nunca foi contestada por ninguém - foi concedida a entrada dos judeus na igualdade de direitos cívicos. A resistência nacional-racial contra o povo judeu estrangeiro de uma estrutura intelectual totalmente diferente foi com isso embalada e a batalha contra a emancipação cívica foi com isso prejudicada desde o início.

A partir desta plataforma agora ocorreu a conquista de toda a nossa vida econômica e, recentemente, pública até a situação atual do domínio irrestrito dos judeus. Toda uma série de testemunhos dos próprios judeus revela que eles se sentem como um estado dentro do estado, que se sentem mais ligados a seus camaradas raciais em outros países do que a seus povos anfitriões.

Deste sentimento judaico de pertença estreita entre os povos são produzidos diretamente perigos para os povos indígenas no campo das relações políticas externas das nações em guerra e paz. A princípio, porém, a atenção dos judeus voltou-se para a demanda por vantagens

[54] *Os volumes da Biblioteca Nacional Socialista sobre raça e os judeus!*

econômicas. Aqui, mais uma vez, sua busca irrestrita pelo lucro, prejudicada por nenhum sentimento social por seus povos anfitriões, os colocou em boa posição.

Como inventores e portadores do moderno sistema de crédito, logo foi fácil para eles trazer toda a economia financeira dos estados e, por meio do banco e da bolsa de valores, também do setor privado em sua maior parte sob sua influência.

A partir daqui, assim após a criação de sua posição financeira, os judeus estenderam seus dedos também para os produtos intelectuais-culturais da nação; aqui seu espírito comovente, seu raciocínio rápido, sua compreensão crítica - características que muitas vezes podem aparecer como vantagens definitivas para o espírito ariano sério, pesado e pé no chão - vieram em seu auxílio.

Mas na realidade era apenas o instinto de ladrão, sua falta de consciência e falta de escrúpulos que já se anunciava em suas doutrinas religiosas. Para o judeu, de acordo com as doutrinas do Schulchan Aruch, a propriedade do não-judeu é como uma propriedade sem dono - existe para que o judeu se aproprie dela! O judeu colocou todos os meios da técnica bancária e da bolsa a seu serviço. A anonimização - a despersonalização da nossa economia através da forma bolsista da sociedade anónima - até certo ponto separou o capital do trabalho, o accionista conhece, em raras ocasiões, alguma coisa da sua fábrica, tem apenas uma visão unilateral interesse na rentabilidade de seu dinheiro quando o tiver investido na forma de ações. Este fenómeno tem de ser referido neste local porque a esta despersonalização da nossa economia anda a par também a sua degradação. O empresário e fabricante que construiu sua empresa do zero, que conhece as exigências de seus clientes, que ainda mantém a velha honradez empresarial e considera seu dever produzir um produto sólido, bom e duradouro que corresponda às necessidades

reais do economia, esse empresário realmente sólido é algo tão fundamentalmente diferente do grande acionista moderno que, com a posse puramente capitalista de um grande pacote de ações, conhece apenas um interesse: visar o retorno mais alto possível. Se nas empresas são fabricados objetos bons e baratos, se em geral valores produtivos são criados por uma sociedade anônima ou, como no caso das empresas de crédito (bancos) em geral, nenhum valor é criado é uma questão de extrema indiferença para o capitalista - o acionista. Isso tem como consequência adicional que a produção é menos orientada para as necessidades, que, ao contrário, apenas uma necessidade aparente precisa ser estimulada por meio de uma enorme publicidade. Anteriormente, era totalmente proibido no código de honra dos empresários exaltar os próprios produtos; aquele que fazia isso era um pregador do mercado, e tal exaltação de seus produtos, como um pregador do mercado, era considerado pelo sólido homem de negócios como uma competição desonesta. O comerciante judeu, no entanto, conduzia exatamente esse tipo de negócio de clamor de mercado com total insistência, onde suas artes de persuasão eram úteis. Hoje, no lugar do importuno pregoeiro judeu, apareceu a publicidade judaica.

No campo da ciência ocorreu um desenvolvimento semelhante, especialmente no campo da ciência econômica, a chamada economia nacional. Gradualmente, a tarefa da economia nacional deixou de residir na investigação das legitimidades e necessidades econômicas nacionais e na derivação de diretrizes para a liderança econômica a partir dos resultados das investigações, mas cada vez mais apenas uma descrição da situação foi realizada sem investigar se os fenômenos e formas econômicas encontrados também eram bons e adequados e aplicáveis às reais necessidades da economia nacional. Desta forma conseguiram, e conseguem hoje mais do que nunca, causar os espantosos prejuízos à economia e, por conseguinte, à comunidade nacional - considerada cientificamente e, por isso, de

forma imutável. Nesse campo entra especialmente a doutrina da indústria de serviços de crédito privados e estatais e, especialmente, a doutrina dos juros. Já tratamos dessa questão detalhadamente em outro lugar, aqui pode ser suficiente apontar para o fato de que basicamente o que hoje chamamos de economia nacional é apenas uma instrução capitalista privada para enriquecimento pessoal e uma tentativa bem arranjada de justificação do usurário roubo capitalista da força de trabalho das nações produtivas.

Vale a pena notar que entre os professores de economia nacional há uma porcentagem muito grande de judeus. Para o leigo mais marcante é a incursão dos judeus no campo literário e artístico.

Quem considera nosso teatro atual ficará chocado com a baixeza e o cinismo que se espalham por lá. Especialmente válido é isso do fenômeno moderno do cinema. O drama dos libertinos e libertinos rege nossos palcos; com dialética subversiva e inteligente, o bom alemão aprende que moralidade, ética, honra e consciência são basicamente pura estupidez sem a qual se pode ir mais longe. Esses ataques ao público são acompanhados pelo incômodo da agência de teatro judaica, na qual o conhecimento dos inclinados à arte tende a decidir menos do que a gratidão aos agentes de teatro e concerto daqueles que procuram uma posição.

Mas então seguiu-se em larga escala a manipulação da opinião pública através da imprensa diária. Quase todos os grandes jornais gradualmente passaram para a propriedade judaica. Com isso, o círculo em torno do povo alemão foi fechado. À regra econômica foi acrescentada a regra intelectual. Tudo o que era prejudicial aos interesses judaicos foi retido e silenciado o máximo possível do público; se ideias ou performances, no entanto, se afirmavam, então começava a verdadeira caça às bruxas, primeiro através da tentativa de tornar tais esforços ridículos e, mesmo que isso não ajudasse,

mentiras e deturpações, bem como difamação pessoal, tinham que operar. Tentaram-se subornos, ameaças e, finalmente, ninguém se esquivou nem mesmo de arruinar economicamente o inconveniente oponente ou admoestador, ou mesmo de matá-lo.

Esta última arma mais terrível geralmente não era usada, ou apenas raramente, contra pessoas privadas, pois dificilmente a reação de um verdadeiro amigo do povo sem uma posição política ou estatal de poder alcançou um grau de eficácia antes que ele já estivesse quebrado por a enxurrada de mentiras e calúnias nos órgãos públicos dos judeus.

Nos partidos, a insatisfação das massas foi alimentada pelo exagero extremo, e o ódio de classe contra os proprietários e seus supostos protetores, a autoridade do estado e o exército, foi aceso. Mesmo aqui - como em todos os casos desses ataques ao estado nacional - eram os judeus que mais agitavam e fomentavam. É preciso apenas lembrar que Karl Marx, o fundador da doutrina marxista da luta de classes, era de fato um judeu (Mardochai era seu nome verdadeiro). Seu arauto na Alemanha, Ferdinand Lassalle[55], originalmente Feist Lasal, também era judeu.

Na guerra e na revolução, então, o trabalho judaico de destruição contra o estado alemão foi concluído. Os príncipes foram expulsos, as dragonas arrancadas dos oficiais, os oficiais tornados complacentes pela fome para que pudessem disponibilizar sua mão de obra - indispensável até mesmo para o estado socialista-alto-capitalista da Alemanha moderna. Assim foi a nação alemã desarmada, emasculada, despojada de seus dirigentes, despossuída e violentada, desmoralizada e debilitada, enquanto em toda a vida pública, na economia e na

[55] *[Ferdinand Lassalle (1825-1864) era um socialista judeu-alemão que conhecia Marx, embora este o considerasse um oportunista por causa de sua disposição de se comprometer com o conservador Bismarck. Marx, portanto, não apoiou Lassalle quando este fundou a Allgemeiner Deutscher Arbeiter Verein (Associação Geral dos Trabalhadores Alemães) em 1863, com o objetivo principal de obter o sufrágio universal direto.]*

política, na arte e no teatro, os judeus arrogavam-se uma hegemonia inquestionável.

A base de seu governo é sua enorme riqueza. Apesar de seu pequeno número em relação aos povos anfitriões, eles foram capazes de colocar todos os cargos importantes da vida pública nas mãos de seus camaradas raciais judeus ou de alemães intimamente relacionados aos judeus. Mas, no entanto, uma remoção dos judeus do corpo nacional alemão é completamente possível - tanto mais que a atividade produtiva real e vitalmente importante na indústria e na agricultura, nas profissões e na administração, é quase inteiramente livre de judeus.

A remoção dos judeus de nosso corpo nacional não perturbaria a produção agrícola - ainda não vi nenhum judeu atrás do arado que contorna o sulco - nem as fábricas teriam que parar por falta de trabalhadores - a força de trabalho certamente saibam que nenhum judeu levanta carvão em trabalho árduo ou fica na forja - nossos locais de trabalho do ferreiro e metalúrgico, carpinteiro e sapateiro, não ficariam órfãos - as casas não teriam de forma alguma permanecer como ruínas após a expulsão dos Judeus, as estatísticas não mencionam nada de pedreiros e carpinteiros judeus, telhadores ou vidraceiros. Mas mesmo não no comércio e no comércio apareceria uma estagnação se os judeus não estivessem mais lá. No campo do sistema de transportes, o Estado já cuidou até agora do trânsito de pessoas e mercadorias de forma exemplar e, de qualquer maneira, quem já viu os judeus como condutores ferroviários ou maquinistas - ou como condutores de bonde, ou como carroceiros e trabalhadores do transporte?

Mas mesmo no campo da predisposição típica do judeu para o comércio e as finanças, os postos administrativos militares antes da guerra mostraram que eram capazes de realizar um cuidadoso serviço

de armazenamento e abastecimento, no próprio comércio centenas de milhares de balconistas e alemães há homens de negócios ativos que entendem os aspectos reais e as necessidades do comércio, e no banco do estado e no banco postal possuímos instituições que poderiam formar a base de uma economia nacional saudável, livre da economia de ladrões judeus.

Se vimos nesta breve pesquisa que os judeus não representam de forma alguma uma função insubstituível em nosso estado e vida nacional, que eles, por outro lado, abusam de sua supremacia da maneira mais implacável para o dano de seus povos anfitriões, então, como consequência óbvia e lógica, é produzida a demanda pela expulsão dos judeus de nossa nação. *Somente aquele que se compromete com a comunidade povo alemão pode ser um cidadão do Estado.*

Desta revisão da questão racial seguem-se naturais e necessariamente também as outras consequências da proibição da imigração de judeus orientais. É uma completa falta de compreensão da questão judaica se alguém acredita que é suficiente repelir os judeus orientais através da proibição da imigração. É absolutamente necessário colocar simultaneamente os judeus hostis ao nosso povo estabelecido entre nós sob um ato de alienígenas. Os judeus orientais são, naturalmente, o grande reservatório do qual os judeus se reabastecem constantemente. O grande perigo que esta imigração comporta em si revelou-se com toda a clareza através das experiências dos últimos anos. Em poucos anos, esses judeus orientais conseguiram, por meio de todos os truques e floreios comerciais possíveis, obter uma enorme riqueza. Nossos tribunais estão cheios de fraudes praticadas por tais elementos estrangeiros. O Estado não tem o menor interesse na imigração dessas pessoas que de forma alguma se tornam úteis produtivamente.

Esta posição do Estado nacional-socialista para os judeus orientais não exclui que mesmo os membros de outras nações que são parasitas do corpo nacional possam ser expulsos.

A discussão dessas questões nos leva agora à terceira seção da política de Estado do nacional-socialismo: ao direito de cidadania.

O direito de cidadania

O direito de cidadania deve ser adquirido. Neste princípio o Nacional-Socialismo difere consideravelmente do direito válido atualmente segundo o qual todo alemão adulto acima de 20 anos, do sexo masculino e feminino. pode exercer os direitos de cidadania do estado. Da mesma forma, hoje, de acordo com a constituição de Weimar, esta possibilidade está aberta aos membros da raça judaica. Da mesma forma, esta filiação estatal pode ser adquirida por qualquer estrangeiro com o cumprimento de algumas formalidades superficiais.

A constituição de Weimar não compreende em geral o conceito de cidadão do Estado, mas fala no Art.110 de filiação a um estado, e no Art.110. 109 de direitos iguais perante a lei para todos os membros do estado do sexo masculino e feminino. A imprecisão deste conceito exclui naturalmente a exigência de pré-condições morais e raciais para a aquisição do direito de cidadania. Em contraste com isso. Art 113 da constituição do Reich coloca as "seções da nação" (!) de língua estrangeira sob sua proteção especial; eles "não podem ser prejudicados em seu livre desenvolvimento tradicional, especialmente no uso de sua língua materna na educação, bem como na administração interna e na administração da justiça".

Se compararmos com esta consideração mais abrangente dos estrangeiros a prática da nossa Lei de Proteção da República contra os próprios camaradas nacionais, a obrigação de entregar ao inimigo os chamados criminosos de guerra, com a certeza garantida no art. 112 que "nenhum alemão de um governo estrangeiro pode ser entregue à perseguição ou punição", e, se compararmos precisamente este último artigo mencionado com os infames julgamentos dos franceses contra

Krupp[56] e seus diretores, talvez uma referência ao fato de que o autor desta constituição foi o judeu Preuss[57] suficiente para lançar uma luz definitiva sobre todos esses eventos.

Não "o futuro mais afortunado dos poloneses", como disse Bethmann-Hollweg[58] em um de seus infelizes discursos parlamentares. e não também a melhoria dos judeus na Romênia (de acordo com Kühlmann[59]) pode ser a idéia principal de um estado alemão, mas apenas o bem-estar do povo alemão. Este tema orientador está expresso no programa nacional e económico do NSDAP (O Programa, p.35) no nº 7: *"Os direitos e interesses dos alemães precedem os dos membros das nações estrangeiras"* e no nº 6: *"Aquele que não é alemão só pode viver como hóspede na Alemanha e está sob a lei de estrangeiros"*.

De acordo com isso, o direito de cidadania do Estado deve ser adquirido. Também pode ser perdido por indignidade. É um direito do qual os judeus estão fundamentalmente excluídos, do qual também podem ser excluídos os membros de outras nações.

A condição interna para o candidato à cidadania alemã é o compromisso com a cultura e a comunidade alemãs. Quem não se compromete com a nação alemã dessa maneira, quem se declara inimigo do Estado alemão, quem se sente mais ligado a membros de outras nações do que a seu povo, não pode receber nenhum direito de

---

[56] *Gustav Krupp von Bohlen und Halbach (1870-1950) dirigiu a Friedrich Krupp AG de 1909 a 1941. Em colaboração com o Reichswehr sob Hans von Seeckt (1866-1936), Krupp empreendeu o rearmamento secreto da Alemanha, violando o Tratado de Versalhes. Em 1923, quando os franceses e belgas ocuparam a região do Ruhr, eles também multaram a Krupp por realizar um grande funeral público para os treze trabalhadores da fábrica Krupp em Essen mortos a tiros pelos franceses durante a ocupação.]*

[57] *[Hugo Preuß (1860-1925) was the German-Jewish Minister of the Interior of the Weima Republic and was instrumental in the formulation of the Weimar Constitution of 1919.]*

[58] *[Theodor von Bethmann-Hollweg (1856-1921) serviu como chanceler alemão de 1909 a 1917. Durante a guerra, Bethmann-Hollweg parecia favorecer políticas mais moderadas do que aquelas defendidas pelos líderes militares.]*

[59] *[Richard von Kühlmann (1873-1948) served as Germany's Secretary of State for Foreign Affairs from August 1917 to July 1918. In May 1918 he negotiated the Peace of Bucharest with Romania.]*

cidadania do Estado alemão , pois ele realmente não deseja ter nada a ver com a comunidade do povo alemão.

Parece realmente uma loucura quando pessoas que declaram publicamente que não conhecem uma pátria chamada Alemanha, como Crispin[60] e outros fizeram, ainda desejam aconselhar sobre o destino deste país, quando se afirmam como representantes do povo, como delegados de ainda gozam de privilégios especiais e quando ainda gozam da proteção de leis especialmente estritas (a proteção da república) caso sejam promovidos deste parlamento a cargos de governo.

O Estado nacional-socialista alemão exigirá precisamente desses homens o mais difícil ajuste de contas e os membros dos governos e parlamentos revolucionários terão que assumir retrospectivamente a responsabilidade por suas ações ou omissões. As leis que devem ser desenvolvidas sobre a responsabilidade de todas as pessoas que estão na vida pública terão, portanto, de ser dotadas de poderes retroativos.

Aqui não se trata, como no caso do erro da revolução alemã, da luta por salários dos "proletários" famintos contra os capitalistas saciados e insaciáveis, portanto, não se trata de enganar os sentimentos saudáveis e corretos do trabalhadores através da ideia da luta de classes, mas aqui é uma questão de exigência moral de que a irresponsabilidade dos atuais beneficiários do atual sistema parlamentar e de governo deve terminar, e que aqueles que se enriqueceram de forma imoderada de acordo com a necessidade do povo ou aqueles que incitaram as maquinações de outros círculos serão levados ao castigo merecido.

---

[60] *[Arthur Chrispin (1875-1946) foi eleito deputado social-democrata em 1920 e tornou-se co-presidente do Sozialdemokratische Partei (SPD) em 1922.]*

O slogan: *"Os pequenos bandidos são enforcados, os grandes são soltos"* não deve ser correto. O Estado Nacional-Socialista irá, ao contrário, no caso da determinação da punição, levar em consideração o fato de os pequenos malandros serem seduzidos como muito atenuante e, por outro lado, trazer os grandes criminosos contra o povo alemão à justiça com todo o rigor da lei.

O trabalho purgativo deste tribunal estadual não pode agora de forma alguma parar com aqueles que chegaram ao poder pela primeira vez com a revolução. Também terá que atingir aqueles sob o governo imperial que, por negligência, tornaram possível a queda alemã. O principal responsável - Bethmann-Hollweg - foi de fato retirado de seus juízes terrenos, o mesmo é verdade para o próximo mais culpado - Erzberger[61], que, como o pai da miserável revolução parlamentar de julho de 1917, levantou mais uma vez o naufrágio para ganhar dos inimigos. Mesmo Eisner[62] e Rathenau foram removidos da cena de sua atividade destruidora de nações, com certeza de forma ilegal, mas de acordo com as leis de ferro da história. Mas ainda vivem muitos daqueles que, através da organização da greve de munições em janeiro de 1918, cravaram uma adaga nas costas do exército combatente, e ainda vivem aqueles que através da fala e da escrita quebraram a vontade de vencer, ainda vivem aqueles que pregaram 'paz sem vencedores e perdedores', ainda vivem e aceitam como certo aqueles que usaram mal a angústia do povo na guerra e na revolução para seu próprio enriquecimento desmedido.

---

[61] *Matthias Erzberger (1875-1921) era membro do Deutsche Zentrum Partei (Partido do Centro Católico), considerado o braço direito de Bethmann-Hollweg. Durante a guerra, em meados de 1917, ele pediu um fim negociado para a guerra e minou a confiança nas forças armadas alemãs. Erzberger assinou o armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial e, como Ministro das Finanças da República de Weimar, endossou o Tratado de Versalhes. Ele foi assassinado em 1921 por membros ultranacionais da "Organização Cônsul" fundada pelo comandante dos Freikorps, Hermann Ehrhardt (1881-1971).]*

[62] *[Kurt Eisner (1867-1919) foi um socialista judeu alemão que organizou a revolução que derrubou a dinastia Wittelsbach da Baviera em novembro de 1918. Ele se tornou o primeiro-ministro republicano da Baviera e na Conferência dos Socialistas de Berna atacou os socialistas moderados por não reconhecendo a culpa da Alemanha em provocar a primeira guerra mundial. Ele foi assassinado pelo nacionalista Conde Arco von Valley em fevereiro de 1919.]*

Certamente tal demanda política nacional espalhará medo e horror, e dezenas de milhares temerão por suas vidas porque não são puros de coração. Mas para o nacional-socialismo com essa demanda por justiça social permanece e cai a questão do destino para o povo alemão, se o povo alemão pode encontrar seu caminho para uma nação nobre, ou se vai sobreviver a uma vida miserável em degradação e corrupção como uma nação fellaheen. Para o movimento nacional-socialista, sua razão de ser também é decidida por essa questão.

O direito de cidadania estatal não é, portanto, algo que será colocado no berço de todos os nascidos na Alemanha; ao contrário, esse direito de cidadania do estado inclui em si também as mais altas obrigações morais para com o estado e a nação. A observância desta responsabilidade para com o estado e a nação deve, no entanto, também ser protegida pela possibilidade de que este direito possa ser novamente perdido em caso de indignidade.

Por outro lado, a aquisição do direito de cidadania estatal não será um ato de misericórdia, mas uma reivindicação que todo alemão industrioso pode levantar que se mostra digno da comunidade alemã e que se compromete com a comunidade racial e histórica alemã. Tem direito à aquisição do direito de cidadania do Estado aquele que cumpriu o seu dever militar e laboral, aquele que exerce a sua actividade como trabalhador honrado na sua profissão. Mas a este direito estatal de cidadania está também vinculado o dever de não esquecer em todo o seu trabalho a visão do todo maior e também de estar sempre consciente na sua actividade económica de que é preciso enquadrar o seu trabalho no todo, isto é, mesmo com total liberdade em áreas particulares, a atividade do cidadão do Estado alemão não deve ser dirigida contra o bem comum.

A Economia Nacional-socialista

A tarefa da economia nacional-socialista é a satisfação das necessidades básicas de demanda e não o acúmulo de capital através dos juros do capital de empréstimos.

Alguém poderia pensar que este princípio é dado como certo para todas as economias, e ainda assim a economia Nacional-Socialista é diferente da atual economia capitalista de juros precisamente neste princípio orientador. Não é tão fácil para o senso ingênuo do homem produtivo imaginar uma economia nacional que não atenda à demanda; e, no entanto, deve ficar claro agora que, para os atuais senhores da economia - o capital bancário e da bolsa de valores - o atendimento da demanda é basicamente de muito pouca importância. O capital internacional tem interesse nela apenas na medida em que essa satisfação da demanda pode ser explorada de forma capitalista-usurária.

Na verdade, temos aqui duas atitudes fundamentalmente diferentes em relação à economia. A única demanda urgente de toda a economia por parte de toda a população é, naturalmente, a satisfação da necessidade de alimentos, depois o atendimento da demanda de moradia e vestuário, e só então são agrupados em um sortimento todos os outros cotidianos requisitos até as artes superiores e os prazeres culturais. Pelo meio estão os serviços de apoio, todo o sistema de transportes e tudo o que está relacionado com ele, o comércio e o sistema financeiro. A produção de bens, por sua vez, tem em uma economia saudável o objetivo mais valioso de cobrir a necessidade da melhor maneira possível por meio de um pagamento que cubra os custos de produção e inclua uma renda de trabalho correspondente para o empresário e uma participação nos lucros

adequada da qual tanto perdas inevitáveis como benfeitorias e reformas no empreendimento podem ser custeadas.

A atenção do empresário justo não se volta para a obtenção de lucros imoderados em casos individuais, mesmo quando acidentes afortunados podem tornar isso possível. O justo empresário está plenamente consciente de suas tarefas econômicas nacionais, para estabelecer a produção de tal forma que a necessidade possa ser coberta com o menor custo para o usuário, que ao mesmo tempo a empresa cresça e floresça, que os custos de produção se tornem cada vez maiores. menores sem que os salários sejam reduzidos.

Talvez o exemplo mais esclarecedor dessa forma verdadeira de pensamento empreendedor seja Ernst Abbe[63], cofundador e diretor da Zeiss Works em Jena. Este homem compreendeu com alto grau de perfeição esta tarefa econômica nacional do empresário e procurou realizá-la da melhor maneira possível.

Mas a esse respeito também não temos, em geral, razão para fazer reclamações especiais sobre nossos empresários antes da guerra. Homens como Alfred Krupp[64], Mannesmann[65], Werner Siemens[66], Thyssen[67], Borsig[68]Krauss-Maffei[69], etc, garantiram para si mesmos, mesmo socialmente, um lugar de honra na história da indústria alemã. Nem todos eram governados pela busca unilateral do lucro, todos

[63] *Ernst Abbe (1840-1905) foi um físico e empresário contratado por Carl Zeiss, o fundador da empresa Jena. Carl Zeiss AG que produziu instrumentos e sistemas ópticos. Abbe tornou-se co-proprietário da empresa.]*
[64] *[Alfred Krupp (1812-1887) era filho de Friedrich Krupp (1787-1826), que fundou a Krupp Cast Steel Company em 1811. Durante a direção de Alfred Krupp, a empresa se tornou a principal fabricante de armas da época]*
[65] *[Mannesmann was founded in 1890 and originally produced seamless steel tubes.]*
[66] *[Werner Siemens (1816-1892) foi um inventor e fundador da empresa Telegraphen-Badeanstalt em 1847. Hoje, a Siemens AG é uma das maiores empresas eletrotecnológicas do mundo.]*
[67] *[August Thyssen (1842-1926) fundou a fábrica de ferro Thyssen-Fussol em 1867 e adquiriu outras empresas industriais pesadas que foram amalgamadas em 1926 na Vereinigte Stahlwerke, o maior cartel de mineração e aço do mundo antes da Segunda Guerra Mundial.]*
[68] *[Borsig era uma empresa de locomotivas fundada por August Borsig (1804-1854) em 1837.]*
[69] *[A Krauss-Maffei é uma empresa produtora de máquinas fundada em 1838.]*

permaneceram simples e modestos para si mesmos, apenas a prosperidade de suas obras era sua estrela-guia.

De fato, o incansável poder produtivo e inventivo da indústria alemã resultou no fato de que não apenas o aumento gigantesco da população encontrou trabalho e pão, mas que, apesar do aumento dos salários, apesar de uma melhoria abrangente do padrão de vida dos todos os setores da população, os produtos mais importantes poderiam ser barateados graças a melhorias e invenções sempre novas. O trabalhador manual alemão nunca deve esquecer que deve isso aos trabalhadores intelectuais.

E outra coisa deve ser enfatizada aqui novamente com toda a ênfase: que a fundação e a pré-condição para este alto florescimento da economia alemã foi o Bismarck Reich poderosamente liderado. Esses dois fatores, a situação política unida e, portanto, poderosa do Reich alemão e a industriosidade sem precedentes dos empresários e trabalhadores alemães permitiram que se registrasse uma elevação global do padrão de vida de toda a população, que o aumento gigantesco da população da Alemanha podiam ser alimentados, vestidos e alojados e que a emigração da Alemanha caiu para números insignificantes. Os números da migração alemã nas décadas posteriores a 1870 incluíam apenas o saudável excedente do espírito empresarial e mercantil alemão que se espalhou pelo mundo como os pioneiros da diligência e do desempenho alemães. Na maior parte, toda a economia nacional do Reich alemão fez justiça às exigências fundamentais que nós também colocamos em uma economia nacional saudável.

A demanda foi amplamente atendida. No entanto, apareceram já naquela época danos profundos em nossa economia que se expressaram de diversas maneiras.

1. Nossas finanças estatais se endividaram cada vez mais ao mesmo tempo em que o povo alemão se tornava cada vez mais rico e poderoso, em que os produtos da eficiência industrial e comercial alemã conquistavam os mercados de vendas do mundo, numa época em que nossa a economia interna avançava de sucesso em sucesso e as condições médicas e de vida melhoraram de ano para ano.

Agora, naturalmente não é um bom sinal se as dívidas se tornarem cada vez maiores. Tal fenômeno sempre aponta para o fato de que algo não está em ordem. Pois deve ser considerado totalmente absurdo e sem sentido se um estado cujos cidadãos desfrutam de riqueza crescente não se encontra ao mesmo tempo em uma condição de finanças de estado saudáveis e prósperas. Isso deve ser muito mais surpreendente quando, para o Reich alemão e os estados federais, receitas extraordinariamente grandes fluíam de suas ferrovias, correios e obras de mineração, bem como das florestas estaduais etc., além do fato de que o Reich e o governo federal Os Estados poderiam, em virtude de sua soberania financeira, reivindicar a considerável capacidade tributária de seus cidadãos.

2. Outro dano econômico profundo foi o progressivo endividamento de nossos imóveis agrícolas e urbanos. O movimento de reforma agrária que foi aplicado contra isso reconheceu corretamente uma parte muito importante de todo o problema sem, infelizmente, alcançar total eficácia.

3. O fato da inflação de nossa indústria por meio de crédito de todos os tipos também deveria ter enchido de ansiedade os observadores perspicazes. Certamente, em tempos de prosperidade crescente, as empresas comerciais e industriais aceitam levianamente a aceitação de dinheiro estrangeiro e a obrigação de juros vinculada a isso, porque, de fato, a possibilidade de trabalho e renda fortemente aumentada permite suportar esses encargos. Mas aí se as crises econômicas

começarem! Então, o uso do crédito vinculado a juros mostra-se em toda a sua perversidade econômica.

A forma de sociedade anônima que surgiu nestes anos com o real desprendimento do capital do trabalho a ele vinculado, ou seja, a separação dos interesses puramente capitalistas na rentabilidade do dinheiro, por parte dos credores, da saudável cooperação dos empresário individual e da inteira identificação de sua existência com sua empresa semeou igualmente a semente de danos econômicos profundos.

4. A crescente posição de poder dos institutos de corretagem de dinheiro, os bancos, deveria ter enchido de ansiedade o honrado amigo da nação. De servidores da economia, os bancos tornaram-se senhores irrestritos de toda a economia nacional. De forma notável e significativa, esta crescente posição de poder dos bancos não foi de forma alguma acompanhada por uma prosperidade concomitante da nossa economia nacional, mas, pelo contrário, quanto mais lamentável se tornava a nossa economia, mais os bancos se engrandeciam.

Não queremos aqui entrar mais neste desenvolvimento, haverá muito a dizer sobre isso na discussão da economia puramente financeira e monetária. A menção à quadrupla raiz dos grandes danos econômicos nacionais através do sistema financeiro e de crédito foi de grande importância porque precisamente este aspecto de toda a economia tornou-se o oposto de uma verdadeira economia nacional, ou seja, uma economia unilateral ladrão do sistema financeiro poderes.

Aquele a quem a imagem de um corpo parasitado não se impõe espontaneamente deve estar muito interessado na manutenção da situação atual ou dependente dos beneficiários dessa economia exploradora. Infelizmente, o último é o caso de um número muito grande de homens. É por isso que a resistência interna a esse moderno

sistema de barões ladrões da economia não surge de maneira correspondente.

É especialmente ruim que mesmo a ciência, e de fato especialmente a ciência, que tem que lidar com essas coisas obedientemente ainda esteja, com algumas exceções (Othmar Spann)[70], sob o feitiço da atual economia capitalista de juros e se encontre na dependência de isto. A economia nacional atual não é líder em direção à verdade e ao conhecimento correto, mas tornou-se porta-voz da criminalidade econômica nacional.

Todas as grandes verdades e sabedoria podem ser compreendidas e contempladas em seus aspectos essenciais por todo homem simples. Não se deve confundir com isso o fato de que naturalmente não é tão simples chegar a um conhecimento tão fundamental. Certamente, o próprio conhecimento, a intuição, é como uma luz brilhante que brilha na alma eternamente sedenta de conhecimento. Difícil, porém, é o trabalho subseqüente do entendimento, que deve empilhar tenazmente tijolo sobre tijolo para construir, com a mais cuidadosa seleção de materiais, toda a estrutura do pensamento, de modo que o trabalho acabado pareça a todos como auto-evidente.

Em tais casos, não há elogio mais refinado do que quando alguém ocasionalmente chega a tais pensamentos por si mesmo. Assim recebi, enquanto trabalhava nesta obra (verão de 1923), um excelente trabalho de um já idoso, o engenheiro austríaco W. Schober[71], no qual

---

[70] *Othmar Spann (1878-1950) foi um economista e sociólogo anticomunista austríaco influenciado pelas teorias econômicas de Adam Müller (1779-1829), que se opôs à economia liberal materialista de Adam Smith. Ele foi professor na Universidade de Viena de 1919 até 1938, quando foi impedido de exercer sua cátedra pelos nacional-socialistas após a Anschluss (anexação) da Áustria. Embora Spann simpatizasse com a orientação nacionalista do NSDAP, suas visões de um Estado corporativista não eram totalmente apoiadas pelos nacional-socialistas.*

[71] *[Wenzel Schober (1846-1928) foi um engenheiro ferroviário austríaco que, como o professor vienense Josef Schlesinger (1830-1901) - identificou em seus escritos econômicos a dependência das finanças internacionais judaicas como a principal causa dos problemas econômicos da Áustria. Suas principais obras incluem Die Noch und ihre Ursachen, 3 vols., Vienna, 1880-82, e Die Valuta-Regulierung in Österreich, 1892.]*

todo o desastroso desenvolvimento da situação financeira e creditícia austríaca foi previsto com precedentes clareza já há 30 anos.

Schober apontou para o fato de que apenas um afastamento completo das doutrinas econômicas nacionais fundamentalmente falsas poderia impedir o desenvolvimento desastroso da economia nacional - infelizmente sem o menor sucesso.

A razão principal reside então no fato de que os amigos de Schober, do Partido Socialista-Cristão, após um acordo inicial entusiástico, se afastaram dele com preguiçosas desculpas: "Ainda não é hora", mas na verdade porque não não convém às altas finanças cristãs.

O banco deixou há muito tempo de ser o intermediário de confiança entre o capital de poupança e os créditos da economia e do capital de giro. Hoje, os grandes bancos têm seus diretores e delegados em todas as sociedades por ações. Nada pode acontecer sem o conhecimento do banco. E que interesse o banco tem agora na economia? Ele tem interesse exclusivo no capital que rende o lucro mais alto possível; de que maneira é bastante indiferente a isso. Não vê a sua tarefa na fertilização da economia através do empréstimo de dinheiro às taxas mais baratas, precisamente quando a economia nacional é ameaçada por crises da pior espécie - esta, porém, seria a sua tarefa mais elevada -; os grandes bancos tendem a aparecer exatamente naquele momento com pacotes de crédito e avisos de crédito, quando a indústria manufatureira precisa com mais urgência de um crédito antecipado para seu trabalho.

Pode-se ainda considerar o seguinte: Que necessidades os bancos cobrem? - Alguém dirá: a necessidade de dinheiro. É claro. Mas como e em que condições? O padeiro, o sapateiro, o dono da fábrica, o comerciante, de fato cobrem a necessidade real de alimentos, roupas, etc., e recebem por isso o valor equivalente, o preço, em dinheiro ou

por transferência de dinheiro. Com isso, a necessidade é coberta, e o proprietário da fábrica, etc., tem novamente capital de giro para compras, pagamento de salários e outras manufaturas. Aqui vemos um círculo econômico concluído. O produtor cobre a necessidade do usuário, o dinheiro cumpre sua função de intermediário de um negócio de troca e fertiliza novamente a economia nas mãos do produtor.

É bem diferente no caso do negócio de empréstimo de dinheiro. Em primeiro lugar, não existe para nenhum banco nenhuma obrigação de doar sua mercadoria - dinheiro - da mesma forma que existe, por exemplo, para todo comerciante. Pode, portanto, garantir que dá dinheiro apenas para aqueles que são favoráveis a ele. Além disso, o banco exige, no maior número de casos, garantias que excedem em muito o valor do empréstimo, exige ainda uma certidão de dívida segundo a qual o devedor deve comprometer-se a pagar a dívida com tudo o que tem e vai ganhar. Em outras palavras, contra a distribuição de dinheiro, o banco atrai para seu domínio de poder ativos que são muito maiores do que a soma emprestada; também permite a entrega de um certificado de dívida que expõe ao seu alcance os rendimentos do trabalho do devedor. Mas isso não basta: por esse empréstimo de dinheiro duplamente, e muitas vezes garantido, o banco se deixa pagar ainda mais na forma de juros que se tornam enormes com o tempo. Trata-se, pois, aqui de um procedimento que, considerado economicamente, não é de todo uma prestação produtiva, a retribuição - penhor, certidão de dívida - é dada de imediato, e, além disso, o devedor deve acordar outro pagamento continuado que em alguns anos exceda o valor do dinheiro recebido, sem que o penhorados se liberte ou a dívida seja saldada. Tal negócio financeiro é naturalmente nacional economicamente um absurdo, é uma usura não adulterada.

O verdadeiro sentido do crédito, da crença na maior eficácia econômica do outro, é de fato que o dono do dinheiro economizado não vê que está em condições de usar ele próprio seu dinheiro de forma lucrativa, ele então se volta para alguém a quem ele pode confiar que pode confiar esse dinheiro a ele e que lhe oferece a garantia de que ele retornará novamente suas economias a pedido de forma total e inalterada. Se o empréstimo fortalecer o devedor em sua capacidade de trabalho econômico para que ele possa obter lucros consideravelmente maiores, pode-se considerar isso como um ato de justiça ou gratidão se o devedor der ao credor, além do retorno do dinheiro, também uma certa parte de seu lucros. Esta concepção de economia monetária e de crédito privada rege toda a Idade Média, constituindo o cerne da doutrina dos juros da Igreja. A exigência de juros foi considerada usura. Hoje, o juro que foi considerado usura pela Igreja tornou-se de fato axiomático de toda a nossa economia - o senso econômico nacional de crédito tornou-se um absurdo econômico nacional. Certamente, para o homem endinheirado, tal doutrina é a fonte de um enriquecimento duradouro e sem esforço. Não porque o ouro seja como gostaria de parecer - realmente um poder que produz dinheiro a partir de si mesmo, um fenômeno sobre-humano que, liberto das leis terrenas da perecibilidade, força tudo sob seu feitiço imperecível e para sempre, mas porque é sentido na modernidade economia financeira e internacional simplesmente como uma lei de que todo tipo de posse financeira carrega em si uma reivindicação de juros, até certo ponto inata no dinheiro, essa inversão mais monstruosa da relação entre trabalho e dinheiro é aceita como uma lei, como algo que não pode ser tocado, como algo para o qual a ciência que o trata tem de apresentar um grande número de razões justificadoras.

Só assim foi possível desviar toda a economia nacional de sua única e natural tarefa de cobrir as necessidades e com isso criar trabalho e

comida para todos e utilizá-la principalmente como um instrumento para o enriquecimento pessoal dos donos de bancos e capital de bolsa.

Agora é um truque favorito da batalha política contra nosso movimento que essa nossa oposição contra a alta exploração capitalista de nossa economia nacional e nossa batalha por uma economia nacional que satisfaça as demandas de justiça social seja retratada como uma oposição entre propriedade e outras formas de posse, que nossa exigência de "interesse público antes do interesse próprio" é condenada como comunista. Contra isso, devemos apontar constantemente o Art.8 do programa nacional e econômico (O Programa, p.35):

"O nacional-socialismo reconhece fundamentalmente a propriedade privada e a coloca sob a proteção do governo".

No entanto, será tarefa da legislação traçar os limites no que diz respeito ao entesouramento de riqueza imoderada nas mãos de indivíduos à custa do bem comum.

Positivamente e para a própria economia surge, como uma exigência para toda a economia e suas tarefas no espírito do nacional-socialismo, a exigência nº 10 do "Programa Nacional e Econômico: *"Todos os alemães formam uma comunidade do povo e de trabalho para a promoção do bem-estar comum e cultura do povo alemão."*

Daí deriva, por sua vez, a exigência moral de que todo alemão deve trabalhar intelectual e fisicamente de acordo com suas forças, mas que seu trabalho deve ser incorporado ao todo. Ressalto que essa é uma exigência moral. Não se trata, portanto, do estabelecimento de uma compulsão ao trabalho, como foi introduzido na Rússia soviética. Algo muito diferente é a introdução exigida por nós de um ano de

trabalho obrigatório para cada alemão antes da aquisição de plenos direitos de cidadania do estado.

Novamente, é bem diferente que nosso objetivo principal visa precisamente garantir uma velhice sem preocupações para todos os camaradas nacionais que trabalharam diligentemente na juventude e na idade adulta. Precisamente no caso de uma economia nacional que não esteja continuamente sob o derramamento de sangue de uma obrigação de juros e pedágio para emprestar capital, será, deve e pode ser facilmente alcançado que distribua grandes excedentes de tal maneira que a todos os camaradas nacionais uma pensão de velhice adequada e adequada - semelhante à aposentadoria dos funcionários - é assegurada ao atingir uma certa idade ou no caso de uma incapacidade para o trabalho que ocorreu prematuramente.

Trago aqui esta reivindicação político-social porque o cumprimento desta tarefa cabe às atuações de toda a economia nacional, porque é o ponto que não só é capaz de dizer constantemente ao trabalhador no sentido mais amplo da palavra: Você deve trabalho!, mas porque, por detrás da compulsão do trabalho, estabelece algo reconfortante e reconciliador - a perspectiva de uma velhice garantida para todos os que cumpriram o seu dever ao longo da vida.

Dentro do escopo do reconhecimento fundamental da propriedade privada como fundamento de nossa economia também pertence naturalmente o fato de que todo alemão é protegido em sua livre possibilidade de ganhar a vida e na livre disposição de sua renda de trabalho e sua riqueza adquirida (N°11 do "Programa Nacional e Econômico"). Limitar esse direito básico só é permitido por lei, segundo a qual deve ser seguida a diretriz de que somente o trabalho que não seja dirigido contra os interesses da comunidade é considerado como trabalho. O comércio em cadeia e a especulação também causam, sem dúvida, muito trabalho; da mesma forma, um

ladrão muitas vezes derramará mais gotas de suor em seu "trabalho" do que o pedreiro na construção de uma casa, mas tal "trabalho" é direcionado apenas para um enriquecimento pessoal unilateral à custa e dano de outros. Tal "trabalho" é, portanto, geralmente prejudicial e deve ser punido com toda a severidade.

Tal determinação expressa não é de forma alguma supérflua, pois, pela prática da lei, muitas vezes, e em uma extensão assustadora, muitas coisas são designadas como trabalho honesto. Há também toda uma série de atividades que estão muito próximas da fronteira, onde é difícil dizer que esse trabalho ainda se harmoniza “com o todo”.

Em qualquer caso, devem ser criadas ferramentas legais para que todas essas atividades ou empreendimentos que sejam dirigidos contra a saúde nacional de forma física ou intelectual sejam suprimidos. O mesmo vale para a exploração da miséria da população por meio da especulação e da usura.

Para esses vermes hostis à nação, exigimos a pena de morte. Penas financeiras ou mesmo prisão são ineficazes contra essas pessoas sem escrúpulos. Em suma, portanto, a política econômica do nacional-socialismo trabalhará no sentido de remover uma concentração basicamente falsa da economia na lucratividade e, por essa razão, restaurar a honra da única tarefa certa e razoável da economia nacional: o atendimento da demanda.

Isso não exclui de forma alguma a renda e o lucro do comerciante, do dono da fábrica e do empresário honesto; pelo contrário, de modo algum devem ser criadas dificuldades para a luta justificada por ganhos, desde que essa luta esteja contida no âmbito dos interesses públicos.

Trata-se, portanto, de uma ação purgativa e, em seguida, da manutenção da economia alemã que é inquestionável tanto em relação às suas formas quanto em relação aos seus desempenhos. Por isto se entende o que exige o nº 12 do "Programa Nacional e Económico": Mantém-se a sã conjugação de grandes, médias e pequenas empresas em todos os domínios da vida económica e, portanto, também na agricultura.

Com isso também é dada a posição fundamental do nacional-socialismo para as diferentes ordens sociais.

O Nacional-Socialismo apoiará e promoverá os agricultores por todos os meios como fundamento de uma nação poderosa e do sustento da população.

Se o ponto 17 do Programa contém uma cláusula que prevê a desapropriação gratuita em circunstâncias especiais, com isso apenas se quis dizer, como proclamava Adolf Hitler a 13 de Abril de 1928, a "criação de possibilidades jurídicas de confiscar, se necessário, terrenos adquiridos num forma ilegal ou não administrada do ponto de vista do bem-estar do povo. Isso é dirigido, portanto, principalmente contra as empresas de especulação de terras judaicas". Esta cláusula foi, portanto, concebida apenas para a proteção da população nativa. Especialmente caro ao nacional-socialismo reside também a prosperidade e a independência de uma saudável classe média comercial e mercantil.

E mesmo nas formas de produção da chamada indústria pesada não há, do ponto de vista do nacional-socialismo, nada de essencial a ser contestado. Precisamente esta grande indústria racionalizou tudo de forma exemplar, ou seja, não evitou custos para trazer métodos de produção melhores e mais simples. A atual sobrecarga das empresas que visam à comunização - com um número excessivo de pessoas

realmente dispensáveis (pensamos aqui principalmente na necessidade de manter os próprios fiscais, seguros, etc.) naturalmente trabalha diretamente contra o esforço de nacionalização da indústria .

Na conclusão dessas tarefas político-econômicas do nacional-socialismo está outra enorme performance organizacional: *"A introdução de um ano de trabalho-serviço para cada alemão"*. Mesmo aqui é um princípio profundamente moral que impõe esse dever de demanda. Aquele que deseja exercer os direitos de cidadania do estado deve também ter servido o estado, ele também deve ter se mostrado consciente de seus deveres e leal ao seu estado por meio de escritura e mesmo sem remuneração, isto é, possibilidade de enriquecimento, exatamente como o soldado serve a seu pátria.

Vislumbramos na ideia do serviço obrigatório do trabalho uma ideia totalmente complementar à ideia do serviço militar universal.

Tanto quanto gostaríamos de considerar possível reduzir substancialmente o treinamento para se tornar soldados eficientes em comparação com o período de serviço anterior de dois e três anos, consideramos necessário e aconselhável que todo jovem alemão conheça um ou mais atividades comerciais em que possa servir o Estado.

A consciência do dever em relação à qualidade do trabalho sofreu tanto sob o domínio da máquina e sob a doutrina ainda mais devastadora da hostilidade de classe dos trabalhadores contra os empresários que uma tutoria neste campo sob rígida direção do Estado de acordo com princípios uniformes parece absolutamente indispensável. Justamente os empresários, no bom sentido, vão acolher tal instituição e não considerá-la de forma alguma uma competição. Tal exército de trabalho já não pode ser uma competição porque, de acordo com a experiência, toda atividade econômica

produtiva do Estado deve ser excessivamente sobrecarregada com seu aparato oficial, porque o emprego e treinamento de uma força de trabalho jovem e inexperiente consome muito de sua eficiência.

Por outro lado, será tarefa deste ano de trabalho-serviço dar a conhecer melhor aos jovens das empresas estatais modelo todos os avanços da tecnologia. Eles devem, se possível, cobrir as necessidades reais da força de trabalho e dos camaradas nacionais servindo militarmente.

Assim, uma competição estatal com o resto da economia nacional não está em questão, ela poderia, no máximo, operar em certos campos como um regulador de preços com preços de mercado que ainda deixam aos livres comerciantes e aos livres empresários uma ampla margem para um lucro razoável. .

Não pode ser tarefa deste manifesto ir mais longe em detalhes. No entanto, eles devem ser esboçados e iluminados brevemente, pois sabemos que uma solução correta dessa questão será de enorme vantagem para a recuperação de nossa moral econômica, além do benefício que toda a economia retirará do fato de que a ideia de o dever em relação ao trabalho será despertado como um dever moral em relação à nação. Com relação à posição do estado-cidadão em relação à economia nacional, Bismarck certa vez declarou:

"Não vivemos para ser felizes, mas para cumprir nosso dever."

Este princípio moral está também na base da nossa posição em relação ao Estado e à economia.

Dinheiro e crédito no Estado Nacional-Socialista

A regra dos juros

A demanda pela quebra da escravidão dos juros é uma inovação e ao mesmo tempo revolucionário em um programa político. Este fato por si só seria suficiente para os círculos mais amplos apresentarem uma oposição mais veemente ao nacional-socialismo.

De longe, a maior parte dos oponentes é constituída por aqueles que de fato perderam tudo com a atual economia capitalista de juros e que, criados nessas idéias, ainda temem a perda de privilégios já perdidos. Essa oposição, de fato, não possui ímpeto, pois justamente a falta de ímpeto interno é característica do círculo aprisionado no ideal previdenciário do capital. Um outro grupo é aquele que depende de empréstimos ou pelo menos acredita que depende. Este grupo naturalmente não teme realmente a abolição da obrigação de pagar juros, mas teme que não receba mais capital de giro a menos que tudo permaneça como antes.

Outro grupo são os maravilhosos economistas nacionais para quem a oposição ao problema da liberação dos juros é o alfa e o ômega de sua sabedoria econômica nacional. Um outro grupo são os maliciosos que de fato não têm um ponto de vista melhor, mas que, por razões táticas pessoais ou partidárias, combatem essa demanda básica do nacional-socialismo com falsas afirmações e deturpações.

Que os círculos da finança internacional que exercem a regra do interesse são, precisamente por causa dessa demanda, nossos mais irreconciliáveis e ferrenhos inimigos é evidente.

Com exceção da oposição maliciosa e profissionalmente interessada, as principais razões para uma atitude hostil e desconfiada são - ignorância e preguiça intelectual, estupidez.

Temos aqui adversários bastante poderosos, adversários entre os quais falha qualquer sistema que se tente impor, que recuam como águas-vivas da pressão de explicações convincentes, mas imediatamente após o relaxamento da pressão voltam novamente para as velhas formas de pensar. Então, o que se entende por "escravidão de juros"? Por escravidão de juros deve ser entendida a dívida vinculada a juros do Estado e do povo para com os poderes financeiros supranacionais. Trata-se aqui, portanto, de uma nova forma de escravidão, da escravidão ao domínio das finanças. Essa escravidão é mais terrível e cruel do que qualquer forma de governo jamais foi sob o domínio de príncipes absolutos, porque é exercida de forma impessoal, sem nenhum sentimento humano, obcecada apenas por um instinto insaciável de expandir e ampliar o capital, com uma ganância por potência sem comparação.

A expressão usual para a existência desta regra é: "O dinheiro move o mundo". Mas aqui o dinheiro é usado apenas como símbolo de domínio do poder financeiro. O próprio dinheiro, o metal e o papel-moeda, não são naturalmente nem bons nem maus, e não exercem nenhum tipo de regra. O dinheiro como moeda é indispensável para a troca de bens e serviços. É por isso que todas as tentativas de lidar com a regra dos poderes financeiros apenas do lado do dinheiro são desde o início errôneas e fadadas à ineficácia, porque no caso dessa regra não estamos realmente lidando com uma questão do sistema monetário estreito mas com questões de poder. O dinheiro como instrumento de poder não é em si, como já foi dito, nem bom nem mau, depende apenas do seu uso. O fato de poder ser também usado de forma assassina, ou seja, mal utilizado, não neutraliza de forma alguma suas possibilidades infinitamente variadas e

indispensáveis de uso útil. Mesmo o dinheiro, aplicado de forma útil, tem um efeito benéfico na economia nacional. O dinheiro não foi erroneamente chamado de sangue no corpo econômico nacional. Enquanto o dinheiro permanecer fiel à sua função de meio de troca, enquanto o dinheiro recebido ou entregue for novamente direcionado para a economia, ele não poderá exercer nenhuma influência prejudicial sobre a economia nacional.

Agora entra um fator: esse é o desejo de usar o dinheiro como método de poupança. Este desejo é em si completamente justificado, pelo contrário, é apenas para ser totalmente desejado que o senso de poupança possa ser restaurado para honrar novamente se a poupança fosse realmente possível nas circunstâncias atuais. A desvalorização duradoura e ameaçadora de nosso dinheiro alemão por meio de uma política financeira irresponsável do Estado realmente torna a poupança uma estupidez, pois, após algumas semanas ou dias, o valor do dinheiro pode ter caído para uma fração de seu valor anterior. Portanto, se o dinheiro deve cumprir sua função como dinheiro de poupança, ele deve ter um valor estável.

Como o dinheiro alemão, por razões que ainda teremos que investigar, não tem valor estável no momento e também não pode ter valor estável, o poupador alemão procura em todo período instável por esse dinheiro de valor estável. Tal dinheiro de valor estável são as chamadas moedas nobres, os dólares, os francos suíços e os florins holandeses, o dinheiro dos povos escandinavos, etc, bem como o dinheiro metálico de metais preciosos.

Mas agora a tarefa econômica nacional do dinheiro como capital de giro da economia se opõe a esse desejo de acumulação de dinheiro estável. Para entender esta questão em toda a sua profundidade, devemos nos ater ao fato de que o dinheiro, em sua essência, é e deve ser apenas um "sinal de trabalho realizado". A explicação costumeira:

“O dinheiro é um meio de troca” não é de forma alguma falsa, mas não esgota a questão. É uma tarefa do dinheiro, e de fato a mais importante, mediar a troca de mercadorias. Mas essa tarefa também é cumprida por outras coisas, como os pacotes de chá dos chineses, os búzios dos negros etc. são fichas - pode-se dizer também comprovantes - de algum trabalho realizado por outras pessoas. Por "trabalho executado" devemos entender de forma bastante abrangente todo produto econômico, portanto também matérias-primas, pois mesmo essas têm valor comercial ou de venda apenas se forem extraídas e se forem trazidas ao mercado. A fim de facilitar essa troca de mercadorias entre si, de fato, a fim de torná-la possível em uma economia complicada, foi necessário inventar um meio de troca que tornasse diretamente possível que o produtor de apenas um artigo pudesse satisfazer suas múltiplas necessidades por meio desse meio de troca, que tinha validade geral. Um sapateiro faz sapatos e botas ano após ano, mas ele precisa de seu pão diário, carne, leite, ovos, ele precisa de roupas e assim por diante. O padeiro, de quem o sapateiro compra seu pão, pode de fato precisar de um ou dois pares de botas por ano, mas ele não pode realmente ser pago durante todo o ano por todo o pão que todos comem apenas com botas, ele também deve pagar seu moleiro e fornecedor de lenha para farinha e combustível, mas estes também não podem usar mais botas porque eles próprios já recebem botas e sapatos de outro sapateiro. Mas o padeiro naturalmente não pode pagar o moleiro por sua farinha com seus próprios produtos, o padeiro deve assar o pão para a comunidade. Em outras palavras: uma economia de troca pura é totalmente impossível em uma economia nacional desenvolvida com uma extensa divisão do trabalho. Um intermediário de câmbio é, portanto, indispensável. Na forma mais geral, esse intermediário de troca deve ser um registro geralmente reconhecido, protegido pelo Estado, das produções da economia nacional; deve-se também poder comprar algo com esses registros e todos devem ser obrigados a fornecer seus produtos comerciais por esse dinheiro de troca.

É, por exemplo, também errôneo dizer que o dinheiro é o registro de uma obra realizada. Certamente, aceita-se esse dinheiro como um trabalho realizado, mas não porque um ciclo econômico já tenha sido concluído com ele, mas porque esse dinheiro é de fato um registro de cada uma das muitas atividades de trabalho executadas - registros com os quais todos podem satisfazer suas necessidades de vida - necessidades e suas outras necessidades. Somente quando essa necessidade é atendida e o dinheiro é devolvido à economia, o ciclo básico do dinheiro é concluído. Mas se o dinheiro permanecer como dinheiro acumulado ou economizado em uma mão, então apenas metade de uma troca, apenas meio ciclo é executado. O dinheiro ainda não cumpriu seu objetivo, pelo contrário, foi afastado do objetivo para o qual foi inventado e para o qual existe. Devemos declarar fundamentalmente que esta interrupção da tarefa econômica nacional do dinheiro é, por razões econômicas e políticas nacionais, inadmissível. Obviamente, não pode ser que todo montante financeiro recebido deva ser imediatamente distribuído, que o mercado financeiro deva ser abastecido com dinheiro tão abundantemente que cada pessoa privada possa fazer seus arranjos econômicos de tal maneira que preserve para si somas para cobrir seus gastos. necessidades mensais ou as quantias para serviços anuais únicos maiores, mas deve ser declarado como completamente inadmissível nacional economicamente que a moeda dispensada pelo estado para o bem-estar da comunidade seja retirada da circulação pública como dinheiro acumulado.

Ao sistema financeiro corresponde, portanto, também o dever de gastar, isto é, o dever de repor em circulação o dinheiro adquirido. Pode-se também especificar aqui novamente de forma bastante precisa que a economia não é de forma alguma impossibilitada. A poupança, compreendida corretamente, não é de forma alguma o avarento e mesquinho acumular de dinheiro, mas - se alguém deseja empregar a combinação favorita da ideia de poupança com assistência

infantil, é a criação e aquisição de bens, a compra ou construção de um pequena casa, a compra de objetos de valor, de coleções, livros, quadros, utensílios domésticos, a expansão e melhoria do estabelecimento comercial, a ampliação dos estoques, etc., e isso é uma "economia" muito melhor do que o acúmulo de ouro.

Precisamente nós, alemães, tivemos que passar por uma educação em visão de mundo do mais alto estilo sobre esta questão. Esta "economia" correta que acabamos de descrever recompensou-se melhor, a falsa, centrada no dinheiro, foi amargamente vingada.

Esse sentimento infalivelmente correto do povo, mesmo para essas questões, refletiu-se com bastante exatidão nas sagas e contos de fadas. O dinheiro acumulado se transforma em torrão sem valor ou desaparece, ou traz infortúnio sem fim. Por outro lado, sempre e em toda parte, aquele que, por sua diligência, "conseguiu alguma coisa" - e por esse raciocínio saudável sempre entende uma florescente economia privada, seja ela mercantil, comercial ou industrial - conquistou respeito e estima. Tal desenvolvimento da riqueza é inquestionável, não é dirigido contra o espírito do dinheiro, é, como membro próspero de toda a economia, social no melhor sentido.

Depois destas breves mas necessárias, porque essenciais, observações sobre o sistema financeiro, voltemos ao ponto de partida da nossa pergunta: "O que queremos dizer com a escravidão dos juros?"

Se, pela retenção de dinheiro nas mãos de pessoas que não estão conscientes da função econômica nacional do dinheiro, ou ainda mais nas mãos daqueles que desejam usar o dinheiro arrecadado como instrumento de poder, surge um impasse, o o dinheiro que fica em circulação fica mais escasso, aparece um aperto monetário. Mas aqueles que possuem dinheiro ainda não o põem em circulação de maneira nacional economicamente saudável, porque eles, por sua vez,

satisfizeram necessidades contínuas e mandaram construir casas ou adquiriram outros produtos comerciais ou industriais. Eles, portanto, não tiram do empresário ou do dono da fábrica, que precisa definitivamente do capital de giro para a manutenção de seu empreendimento, seus produtos, mas dão a ele o dinheiro retido por eles ilegitimamente, no sentido econômico nacional, contra um pedágio especial - contra juros. O aperto econômico nacional começa.

A relação da produção de bens - o produtor do trabalhador econômico nacional com o dinheiro é de uma só vez virada de cabeça para baixo. O dinheiro que deveria, segundo sua essência e sua invenção, servir à economia emancipou-se repentinamente e exerce pressão sobre a produção de bens. A regra financeira começa. Certamente a economia privada está satisfeita por poder manter seus empreendimentos pelo menos dessa maneira, pois se sente obrigada a servir economicamente a produção nacional. O entesourador tira desse sentimento de dever econômico nacional do trabalhador econômico nacional um duplo benefício: primeiro ele tem um certificado de dívida redigido - portanto, um título legal - segundo o qual o devedor com toda a sua riqueza é responsável pelo reembolso inalterado de as somas emprestadas, na maioria dos casos, outros objetos definidos de riqueza são especialmente penhorados e, em segundo lugar, o devedor deve comprometer-se ainda mais com um pagamento extra contínuo que chamamos de juros.

O crédito garantido é assim concedido não por razões que correspondem ao sentido literal da palavra crédito, ou seja, a confiança na maior eficácia económica e capacidade de desempenho, mas puramente com o intuito de explorar a necessidade do empresário económico de obter para si mesmo, sem nenhum esforço, uma parte de sua renda de trabalho. O crédito também não é dado para com isso promover a produção, mas apenas para tornar "rentável" a posse do dinheiro. A quais negócios o crédito é usado é basicamente uma

questão de total indiferença para o credor; se ele está interessado nele, isso acontece apenas para se certificar de que seu dinheiro está seguro e, acima de tudo, que também rende juros efetivamente.

Observado de maneira geral, o sistema de crédito mediado pelos bancos está hoje construído de tal forma que geralmente o capitalista, possuidor do dinheiro e do crédito, está totalmente desvinculado do trabalho. Ele não tem nenhuma relação de natureza pessoal com os diferentes ramos da produção em que "deixa seu dinheiro trabalhar", como diz a expressão enganosa favorita. O que o acionista sabe de "Girmes", "Pöge", "Weser", "Riebeeck Montan", "Otavi", "Salitrera", "Steaua Romana"[72], o que ele sabe o que é fabricado nessas fábricas? Ele não tem nenhum interesse nisso, ele tem apenas um interesse unilateral, quer as ações subam ou caiam, e quão altos são os dividendos que seu capital rende. Também é totalmente indiferente se as sociedades anônimas ou as outras formas de atividade capitalista (sociedade anônima, sociedade anônima, união, etc.) servem à produção em geral. O principal, o único decisivo é - a "rentabilidade". Prova disso é a enorme popularidade de que gozam as ações do banco. Os grandes bancos, assim como todas as instituições de crédito, em geral não realizam nenhum trabalho produtivo no sentido da produção de mercadorias. Aqui, no sistema do grande banco, a ideia de juros - isto é, a possibilidade de transferir uma parte gigantesca das rendas do trabalho produtivo para a posse do mero dono do dinheiro e, de fato, para este último, com total facilidade - celebra verdadeiras orgias. Hoje quase não há mais empresa que não dependa de alguma forma do banco, que não seja administrada de forma puramente capitalista de juros. Todo o trabalho econômico nacional depende do capital bancário e da bolsa de valores e a ele vinculado aos juros.

---

[72] *[Girmes é uma empresa têxtil fundada por Johannes Girmes (1854-1912); Weser era uma empresa de construção naval, Riebeck-Montan era uma empresa de mineração. Otavi era uma empresa de mineração e ferrovias, Salitrera era uma empresa chilena de salitre, Steaua Romana é uma empresa romena de refino de petróleo.]*

Os senhores dos bancos - as altas finanças - são também os senhores da produção. Depende deles se o trabalho para ou se o mercado é inundado com uma enorme quantidade de lixo. Para o setor privado organizado, o atendimento da demanda é totalmente incidental.

No caso dessa forma econômica capitalista de juros do sistema de crédito moderno, temos, portanto, a ver com a mais completa imoralidade econômica nacional, com uma perversão total do significado do sistema financeiro e de crédito como servidor da economia na posição de senhor absoluto da economia.

O trabalho criativo e produtivo tornou-se o escravo e o astuciosamente voraz, o espírito judaico eternamente móvel da usura governa o mundo. Uma extorsão só possível através da conjuração de um estado de emergência artificial através de uma retenção nacional economicamente ilegítima de dinheiro. E isso é considerado hoje como justo, como um direito que ninguém ousa tocar porque o coloca em conflito com o poder mundial do grande capital de empréstimo.

A escravidão aos juros foi aperfeiçoada!

Aperfeiçoou-se pelo fato de que as artes sedutoras do espírito móvel conseguiram amarrar até o Estado, dado protetor do sistema financeiro, à escravidão dos juros para que também este, de mãos atadas, reconheça o capital internacional como seu senhor e tenha deixou-se desviar de sua tarefa real de protetor da economia nacional para a posição de meirinho, o cobrador de juros de grandes empréstimos de capital.

As finanças da economia Nacional

Agora é nossa tarefa especial acompanhar esse desenvolvimento da economia financeira nacional.

Mesmo aqui será o caminho certo para começar a partir de uma determinação dos fatos como eles são encontrados hoje. O fenômeno marcante na vida nacional das nações do círculo cultural ocidental é a enorme dívida de todos os estados.

Sejam vencedores ou vencidos, todos carregam cargas gigantescas de dívidas em suas economias nacionais afetadas severamente pela guerra.

O trabalho estatístico mais significativo do Império Britânico é The Statesman Yearbook; este anuário nacional oficial dá aos Estados individuais uma visão geral precisa da condição de suas dívidas públicas, etc.

Segundo ele, a dívida da Inglaterra - isto é, da classe trabalhadora inglesa - ao capital internacional - em 31 de março de 1930 era de 7.596.000.000 libras esterlinas com um pagamento anual de juros de cerca de 350 milhões de libras esterlinas. É bastante útil converter esta quantia em marcos alemães, pois assim se vê melhor que nesta questão de juros se trata de uma questão internacional do mais amplo alcance.

A França deve a seus credores internos e estrangeiros cerca de 279 bilhões de francos-ouro.

Os Estados Unidos da América do Norte, a terra abençoada do dólar, carregam uma dívida pública de cerca de 16 bilhões de dólares.

No Canadá, Austrália, Índia, Itália, Tchecoslováquia, Polônia, em todos os lugares encontramos a mesma imagem miserável de uma dívida sem esperança dos estados e, com isso, dos povos para com o capital internacional. Em toda parte, a vida nacional gira em torno de uma questão: como pagamos os juros de nossos empréstimos, isto é, de nossas dívidas com as finanças internacionais, com o grande capital de empréstimo?

Os ministérios da fazenda em todos os estados estão incansavelmente ocupados em explorar novas fontes de impostos, os parlamentos aconselham por meses sobre os novos impostos, mas toda resistência é inútil. Diante da majestade do capital usurário internacional e de suas pretensões "legais" aos pagamentos de juros, parlamentos e governos desmoronam e oprimem seus povos com cargas tributárias sem precedentes, em vez de ousaram pôr fim a essa enorme fraude internacional com um simples 'Não". A injustiça tornou-se a lei, o senhor um escravo. Como as coisas estão em nossa pobre pátria, experimentamos diariamente e a cada hora.

Violenta e poderosamente o jovem gigante do trabalho alemão se levantou depois de ter alcançado uma unidade nacional a sangue e ferro. Seu trabalho incansável, seu espírito criativo trouxe sempre novas invenções. O espírito empreendedor e ousadia alemão conquistou os mercados do mundo. Com espantosa ansiedade, o capital de empréstimo francês e inglês dos Rothschilds e outros magnatas bancários, bem como o capital fiduciário dos financeiros americanos, os Kahns, Loebs, Speyers, etc., viram-se seriamente ameaçados em sua lucratividade. O valor do marco alemão, ou seja, a qualidade e barateamento dos produtos alemães, continuou subindo, imaginava-se quando o marco chegaria ao valor do dólar até que o

comércio mundial inglês fosse superado pela Alemanha, viu-se como em todo o mundo as instalações de transporte alemãs, as instituições educacionais alemãs, as organizações sanitárias alemãs, as administrações urbanas alemãs, os métodos militares alemães foram tomados como modelo, viu-se como em todo o mundo engenheiros alemães como pioneiros da capacidade de trabalho alemã construíram ferrovias, pontes e ruas. Mas tudo isso significava que a rentabilidade do capital emprestado em todo o mundo pelas finanças internacionais estava ameaçada. Então as finanças internacionais decidiram, com a ajuda da Maçonaria internacional, cercar a Alemanha e, através do uso de todos os meios de mentiras e calúnias, representar a Alemanha como inimiga do mundo. Eduardo VII foi apenas uma peça empurrada para frente neste jogo de xadrez. As paixões nacionalistas foram atiçadas contra a Alemanha, tanto na Inglaterra quanto na França. Indicar a pré-história política da guerra mundial não cabe aqui, mas é certo que o lado da Alemanha, apesar de sua força militar, foi perdido, porque em geral não se pode falar de um contra-jogo político contra o jogo de intriga das potências da Entente (Rosenberg, International Freemasonry).[73]

O Estado alemão Mesmo o único grupo que ainda tinha um instinto político estrangeiro na Alemanha, o All German, não fazia ideia de que essa poderosa luta entre as nações armadas não era sobre o sucesso político, mas estava voltada para o objetivo da sujeição financeira de os trabalhadores alemães aos juros da escravidão do capital internacional. A dominação militarista da Alemanha era naturalmente o objetivo especial da França, a destruição da marinha alemã o objetivo especial da Inglaterra, mas acima de ambos esses objetivos imperialistas da França e da Inglaterra sempre esteve a luta pelo domínio mundial do capital internacional.

---

[73] *[Alfred Rosenberg publicou uma obra intitulada Das Verbrechen der Freimaurerei (1921). bem como Freimaurerische Weltpolitik im Lichte der kritischen Forschung (1929) na série Nationsozialistische Bibliothek, vol.9.]*

Enquanto as nações se despedaçaram em uma luta selvagem e o sangue dos melhores corria em riachos nos campos de batalha, os judeus do mundo inteiro estavam em movimento. Para All-Judá, chegou a hora da colheita.

A alta finança financiou a guerra mundial; em todas as nações do mundo, os escribas judeus sentaram-se nos escritórios editoriais da imprensa internacional e mentiram e instigaram as nações a sempre novos esforços uns contra os outros. 26 Estados foram assim levados à guerra contra as Potências Centrais. Do leste fluiu um fluxo de judeus orientais sobre as terras alemãs; estes lançaram-se para a frente, pechinchar e monopolizaram-se e enriqueceram-se, apoderaram-se dos apartamentos nas cidades e adquiriram tudo o que puderam. Nas empresas industriais militares, esse negócio de pilhagem e desgoverno da força de trabalho alemã foi resolvido pelos membros da raça judaica, e os judeus se forçaram a avançar e subir em todas as posições do estado e da economia. A desmoralização interna também foi conscientemente liderada por judeus, os Haases, Dittmam, Cohns, Luxemburgs, Barths, depois os Parvus-Helphands,

Eisners, Leviens, Grandeurs[74] agitados e incitados, apoiados por pessoas ambiciosas, tolos e criminosos sedentos de poder contra os alemães.

Dessa forma, a nação alemã finalmente desmoronou por dentro. A estrela de Judá subiu ao vermelho-sangue. A última nação que havia resistido firmemente às finanças internacionais e sua feitiçaria desmoronou, baixou as armas e se curvou diante do terrível jugo do ditame de Versalhes. Sangrando por mil feridas, sem liderança, não propriamente pela expulsão dos príncipes, pois justamente estes haviam fracassado plenamente como verdadeiros dirigentes, a nação alemã foi conduzida por seus parlamentos e governos parlamentares com a fatídica sentença que sempre pode ser aplicada em nessas ocasiões, com a frase "Para evitar o pior", na escravidão dos juros para emprestar capital.

---

[74] *Hugo Haase (1863-1919) foi um socialista judeu que se tornou presidente do Socialdemokratische Partei Deutschlands (SPD), juntamente com o alemão August Bebel, em 1911. Ele professava ser pacifista e organizou uma grande manifestação antiguerra em julho de 1914 .*

Wilhelm Dittmann (1874-1954) foi um proeminente membro do SPD que foi condenado à prisão por sua participação na greve dos armamentistas de Berlim em fevereiro de 1918. Durante e após a Revolução de Novembro após o fim da Primeira Guerra Mundial, Dittmann jogou um papel parlamentar ativo como membro do Partido Social Democrata Independente da Alemanha (USPD), em 1933, após a ascensão de Hitler ao poder, Dittmann fugiu para a Suíça.]

Oskar Cohn (1869-1934) foi um político judeu que trabalhou com Karl Liebknecht, o fundador da Liga Espartaquista, e era um sionista convicto. Ele fugiu para Paris em 1933. Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma judia marxista que fundou, junto com Liebknecht, a Liga Espartaquista que eventualmente se tornou o Partido Comunista da Alemanha (KPD). Tanto Luxemburgo quanto Liebknecht foram assassinados pelos Freikorps em 1919. Emil Barth (1879-1941) ingressou no USPD em 1917 e um dos seis membros do Conselho de Deputados do Povo (Rat der Volksbeauftragten) criado em novembro de 1918 após o queda da monarquia alemã (os outros membros sendo Friedrich Ebert, Philipp Scheidemann e Otto Landsberg do SPD e Haase e Dittman do USPD.] Alexander Parvus (ne Israel Helfand) (1867-1924) era um judeu do gueto da Bielo-Rússia que foi instrumental na efetivação da estratégia marxista de uma "revolução permanente" através de seus vários contatos internacionais com Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky e os Jovens Turcos.

Max Levien (1885-1937) foi um bolchevique judeu russo que se tornou cidadão alemão em 1913 e membro do KPD (Partido Comunista da Alemanha). Em abril de 1919, Levien estabeleceu a República Soviética da Baviera junto com outro membro judeu russo do KPD, Eugen Levine (1883-1919). Mas esta 'experiência soviética foi derrubada pelo presidente Friedrich Ebert. que empregou os Freikorps para manter a ordem em Munique. Levine foi preso e executado pelos Freikorps em maio de 1919, mas Levien fugiu para a Áustria e a União Soviética, onde também foi executado em 1937 durante o Grande Expurgo de Stalin. Georg Gradnauer (1866-1946) foi um membro judeu do SPD que serviu como o primeiro ministro-presidente da Saxônia após a abolição do Reino da Saxônia. Socialista moderado, tentou reprimir os radicais em Leipzig com a ajuda dos Freikorps, seguindo o exemplo de Ebert em Munique. Isso lhe custou votos eleitorais e ele foi forçado a renunciar em 1920.]

O tratado de Versalhes

O Pacto Dawes e o Plano Young

O objetivo da guerra mundial havia sido alcançado: a Alemanha, a nação mais industriosa e eficiente do mundo, removida como competidora no mercado mundial, militarmente dominada, sem liderança, seduzida e envenenada pelas falsas doutrinas marxistas, moralmente dissipada e enterrada sob uma montanha de dívidas que nunca mais poderá saldar de si mesma, mas que deve servir para sempre como escrava dos juros do capital internacional. De acordo com o plano de pagamento de Londres, a Alemanha teve que reconhecer uma dívida remunerada de 132 bilhões de marcos de ouro, e a essa dívida foram adicionados também os juros.

Seria ridículo se não fosse tão terrivelmente sério e se os inimigos não o tomassem tão impiedosamente, exatamente contrário a todos os chavões dos pacifistas, "mas não será tão ruim" e "a razoabilidade triunfará". Não! Não triunfará! E a finança internacional fará de tudo para manter a Alemanha continuamente nessa escravidão de interesses. Só nós podemos nos libertar.

É a profunda tragédia da nação alemã que, por mais eficiente que seja em geral em seu estreito círculo de trabalho, torna-se imediatamente incerta quando ergue o olhar para além dos limites do trabalho cotidiano e se coloca diante dos grandes acontecimentos mundiais. Aqui o alemão consciencioso e preciso perde toda a medida, torna-se visionário e entusiasta. O "professor alemão", que realiza coisas marcantes em sua especialização torna-se, diante das coisas do mundo, objeto dos jornais cômicos, desde o esquecimento de seu guarda-chuva até a prolixidade efusiva dos ideólogos; o oficial alemão, confiando na excelente eficiência de suas tropas, tende a

subestimar os imponderáveis espirituais de natureza política e o poder das ideias. e assim colocar em dúvida o sucesso final; o funcionário alemão tende a se considerar o chefe da população, e não o servo de todos.

Assim, vemos em grande e em pequena escala esse traço desastroso no caráter alemão: os alemães são especialistas e sonhadores. Individualmente mais eficiente e trabalhador em todos os campos especiais do que qualquer pessoa, até completamente capaz de se entusiasmar com qualquer grande ideia e com bravura heróica dando a vida por uma ideia, mas menos habilidoso em ver e encontrar a solução certa dentro do círculo intermediário de assuntos econômicos e políticos internacionais.

O reflexo de um traço de caráter tão fundamental no alemão no campo político é sua tão lamentada falta de sentimento nacional e sua incompetência política. O alemão médio carece até certo ponto do senso de grandes encomendas; assim, ele também não entende principalmente que aqueles números da dívida são realmente seu destino, que esses números, que o reconhecimento dessa dívida e a disposição e a tentativa de pagar essa dívida em dinheiro e bens materiais é a razão básica de toda a situação desesperadora da nação alemã. Muito menos ele vê, no entanto, que os beneficiários dessa obrigação de pagamento alemã não são realmente as outras nações, mas apenas as finanças internacionais.

Para as finanças internacionais, no entanto, o reembolso do empréstimo não é importante, apenas a obrigação duradoura de juros. É por isso e somente por isso que a finança internacional, que compôs o ditame de Versalhes em suas partes financeiras, fixou desde o início a soma básica tão fantasticamente alta que nunca se pode pensar em um reembolso, mas, mesmo em uma eventual redução da soma básica (em em qualquer caso, apenas com um aumento simultâneo da taxa de

juros), a Alemanha será mantida permanentemente na escravidão dos juros.

A imposição dessa regra de juros sobre nosso pobre povo trabalhador foi o objetivo final da guerra mundial, foi o objetivo das altas finanças e esse objetivo foi plenamente alcançado.

As cláusulas relevantes do ditame de Versalhes são tão assustadoras, mostram tão claramente toda a seriedade e a dureza destruidora dessa regra dos juros que entrega tudo o que temos e pelo que trabalhamos ao alcance das finanças internacionais que as cito em trechos do Os seguintes:

Art.231. Os governos aliados e associados declaram, e a Alemanha reconhece (!), que a Alemanha e seus aliados são, como os originadores (!), responsáveis por todas as perdas e danos que os Aliados e governos associados e seus membros sofreram como resultado da guerra imposta a eles pelo ataque da Alemanha e seus aliados.

Embora seja cinicamente reconhecido no Art.232 *"que os recursos da Alemanha não são suficientes para garantir a restituição completa de todas essas perdas e danos*", a obrigação é, no entanto, exigida *"que todas essas perdas e danos sejam compensados".*

Art.233 diz: *"A extensão dos danos será determinada pelo Comissão de Reparações.*

O Art.234 diz: *"A Comissão de Reparações testará periodicamente a capacidade de pagamento da Alemanha... Mas não pode renunciar a qualquer quantia sem a aprovação dos diferentes governos representados na Comissão".*

O Art.234 determina: "*A Alemanha pagará antes da determinação do valor final do pedido de indenização... 20 bilhões de marcos em ouro (em ouro, mercadorias, navios, valores mobiliários ou de outras formas)"* A Alemanha emitirá, além disso, os títulos indicados em art. 12 do Anexo II.

E agora vem, lindamente arrumado e perto do fim neste Anexo II Art. 12c na Seção VIII do chamado Tratado de Paz de Versalhes, o estrangulamento político financeiro da Alemanha. Esta Arte. 12 diz em seus pontos mais importantes o seguinte:

A Comissão tem todos os poderes e exerce toda a autoridade que lhe são garantidas neste tratado.

A Comissão tem, em geral, o poder mais abrangente de supervisão e execução no que diz respeito às questões da reparação. Deve observar as seguintes condições e determinações:

a) Toda parte do valor total das demandas determinadas que não seja paga em ouro, navios, títulos ou mercadorias ou de outra forma deve ser garantida pela Alemanha nas condições determinadas pela Comissão através da transferência de um valor correspondente a títulos ou obrigações de qualquer tipo, a fim de efetuar um reconhecimento do valor devido.

b) A Comissão avaliará periodicamente a capacidade de pagamento da Alemanha e examinará o sistema tributário alemão (!), de modo que, em primeiro lugar, todas as receitas da Alemanha, incluindo as receitas determinadas para o serviço de juros e dívida de seus empréstimos domésticos sejam preferencialmente (!) utilizado para o pagamento das quantias que lhe são devidas a título ou reparações e, em segundo lugar, para obter a certeza de que o sistema tributário

alemão é exatamente (!) tão opressivo quanto o de qualquer outro poder representado na Comissão.

Este parágrafo é diabolicamente focado na repressão duradoura da Alemanha, praticamente contém a possibilidade, com referência a algum pequeno estado ladrão em que são decretados impostos irrestritos, de simplesmente estipular a imposição dos mesmos impostos até mesmo na Alemanha. Mas também reconhece ao mesmo tempo com franqueza brutal que até mesmo as outras nações devem ser mantidas na mesma escravidão por dívida. E agora vem o infame parágrafo c.

c) A fim de facilitar e realizar a restauração da vida econômica nos países aliados e associados, a Comissão receberá, conforme disposto no Art.232, um primeiro pagamento da Alemanha como garantia e reconhecimento de sua culpa, consistindo em títulos aos detentores, pagáveis em ouro, isentos de qualquer imposto ou encargo de qualquer espécie (!) que sejam introduzidos ou possam ser introduzidos pelos governos do Reich ou dos estados alemães. Esses títulos são dados em parcelas (!) e em três parcelas conforme determinado abaixo: 1,20 bilhão de marcos de ouro serão pagos imediatamente 2. 40 bilhões de marcos de ouro serão dados em títulos que terão juros a um custo adicional de 5 % +1% para amortização a partir de 1926. 3. Uma obrigação por escrito de pagar 40 bilhões de marcos de ouro a mais em títulos, com juros de 5% como cobertura, será dada imediatamente.

Esta cláusula é o núcleo de todo o ditame de Versalhes. Sabemos que o London Ultimatum[75] não apenas estabeleceu menos pagamentos,

[75] *[Depois que a Comissão Inter-Aliada de Reparações estabeleceu, em janeiro de 1921, o valor que a Alemanha deveria pagar como reparações em 269 bilhões de marcos de ouro, o primeiro-ministro britânico David Lloyd-George apresentou, em 5 de maio de 1921. ultimato ao embaixador alemão em Londres, segundo o qual, se a Alemanha não reconhecesse o reembolso de 132 bilhões de marcos (um cálculo um pouco diferente dos 269 bilhões de janeiro), bem como os demais ditames do Tratado de Versalhes, os Aliados ocupariam o Ruhr região.]*

mas, ao contrário, fixou o valor total em 132 bilhões de marcos de ouro. Art 16 declara expressamente: "A partir de 1º de maio de 1921, o governo alemão deve pagar os juros de sua dívida". A taxa de juros é fixada em 5%.

Segue-se o art. 17 que dá um jeito para cada violação:

Arte. 17. Se a Alemanha se atrasar no cumprimento de qualquer dívida que a seção anterior do tratado lhe impõe, a Comissão informará imediatamente todos os poderes participantes desse inadimplemento e simultaneamente proporá as medidas a serem tomadas contra ela.

E agora segue uma das cláusulas mais ultrajantes de todo o tratado:

Arte. 18. A Alemanha compromete-se a não interpretar as medidas que os Aliados e as potências associadas se justificam (e o que não se justificaria aos olhos dos inimigos (!). Essas medidas podem consistir em proibições de importação e sanções econômicas e financeiras e, em geral (!) em todas as medidas (!) que possam parecer aos governos envolvidos como exigidas pelas circunstâncias.

Com esta cláusula, naturalmente, a porta e o portão são abertos para todo terror, mesmo o mais brutal, e o governo alemão assinou expressamente que não pode considerar nem mesmo a maior opressão, assassinato de alemães, as expulsões mais brutais, saques, destruição , etc. "como tratamento hostil"!

Esta entrega escrita do povo alemão a um inimigo cruel, vingativo e implacável é, além disso, prevista para sempre, pois o Art.23 diz:

A Comissão será dissolvida quando a Alemanha e seus aliados tiverem pago todas as quantias que lhe são devidas pela

implementação do presente tratado ou de acordo com as decisões da Comissão e quando todas essas quantias ou seus equivalentes forem distribuídos aos poderes participantes.

Esta é a eterna escravidão de juros da Alemanha.

Talvez nossos amigos e inimigos políticos entendam agora o que deve ser entendido por escravidão de juros, talvez se entenda por que a quebra dessa terrível escravidão de juros está no centro de nossas reivindicações. Talvez se entenda também por que, no caso dessa demanda, trata-se de uma questão internacional de primeira ordem. Para a Alemanha é simplesmente uma questão de destino e mesmo para as outras nações é a questão mais decisiva para a recuperação. Comparadas a esta questão internacional, todas as outras questões afundam no nada, pois sem a quebra da escravidão de juros, um aumento de nações produtivas em geral não é possível. Se a escravidão de juros agora iniciada for mantida, o deus Mammon teria ascendido ao trono. Deus está morto, as almas das nações morrem, uma bagunça humana enche o mundo como escravos de juros das finanças internacionais. O dinheiro governa o mundo.

Os regulamentos do ditame de Versalhes foram pontos essenciais substituídos em 1924 pelo Pacto de Dawes. Agora, depois dos temores de inflação, a pilhagem da Alemanha continuaria "em uma base mais sólida". As altas finanças permitiram que garantias de todos os tipos fossem emitidas, entre as quais as mais significativas e de longo alcance devem ser mencionadas a desnacionalização do Reichsbank e das ferrovias do Reich. Apesar de todas as profecias da "nuvem de prata", a economia alemã continuou a entrar em colapso, a impossibilidade de pagamentos de acordo com o Pacto Dawes foi finalmente percebida até mesmo pelos sádicos cegamente furiosos da implementação. O Plano Young entrou no lugar do Pacto Dawes. Era para trazer "alívios". Agora chegou o fim.

Sobre os horrores do Pacto Dawes Vol.7 da Biblioteca Nacional Socialista (preço 1,80 marcos) fornece as informações mais precisas, que contém uma reimpressão do texto original junto com um comentário crítico abrangente. O Vol.13 da presente série trata dos principais pontos do Plano Young.

Os empréstimos

"Se o Estado precisa de dinheiro, deve tomar esse dinheiro emprestado daqueles de seus cidadãos que têm mais do que podem usar. Naturalmente, deve pagar juros pelo retorno desse dinheiro, caso contrário, não receberá o dinheiro; de fato, já tem bastante dificuldade em acomodar seus empréstimos."

Essa formulação foi usada pelo ex-ministro socialista Dr. David[76] comigo, em uma discussão em Berlim. Coloquei esta formulação aqui intencionalmente porque reflete, de maneira exemplar, a forma de pensar capitalista em relação aos juros da nossa época; o fato de ele, de todas as coisas, ser marxista dá a todo o conjunto um atrativo especial.

Agora, sei por centenas de discussões e palestras que a formulação acima deriva tão totalmente do mundo atual de ideias capitalistas sobre juros que quase ninguém perceberia a falsidade dessa explicação sobre a economia de juros e dívida do Estado, quanto menos encontraria uma resposta correta para ela.

Isso tem uma razão psicológica muito simples, a saber: a explicação dada acima se aplica à cobertura da necessidade monetária de um homem privado dentro do escopo da forma capitalista de economia baseada em juros.

Para o indivíduo privado, assim como para a economia privada em geral, a frase é verdadeira: *"Se alguém precisa de dinheiro, deve tomar esse dinheiro emprestado com juros daqueles que possuem mais dinheiro do que podem usar"*.

[76] *[Echard David (1863-1930) foi Ministro do Interior da República de Weimar de junho a outubro de 1919.]*

Mas devemos, de fato, evitar responder a questões de economia financeira nacional a partir de um ponto de vista capitalista privado, e sim a partir de um ponto de vista estadista. Quero dizer que seria, de fato, um grande infortúnio se alguém simplesmente transferisse esse modo de pensar da economia privada, sem questionamento, para a economia nacional.

O Estado, com os seus instrumentos de poder, o seu poder soberano, não pode ser equiparado a qualquer indivíduo privado aleatório. O Estado possui três poderosas possibilidades através das quais, em virtude da sua soberania, pode cobrir a sua necessidade de execução das suas tarefas. Estas são a sua soberania de serviço, a sua soberania monetária e a sua soberania financeira.

Por soberania de serviço entende-se o direito soberano do Estado de convocar os seus cidadãos para serviços gratuitos. Esta soberania do Estado sobre o indivíduo revela-se no seu âmbito mais poderoso no serviço militar obrigatório e ainda mais no serviço de guerra. Perante as exigências que o Estado pode impor aos seus cidadãos em tempo de guerra, todas as considerações privadas devem recuar. Família, profissão, negócios e rendimentos, tudo deve ficar em silêncio quando o Estado chama os seus filhos à bandeira. Mas o Estado pode chamar os seus cidadãos não só para o serviço militar, o Estado pode chamá-los até mesmo para grandes empreendimentos económicos, lembramo-nos da lei do serviço auxiliar que, no entanto, infelizmente, em contraste com o serviço militar, previa uma remuneração elevada e cada vez maior pelos serviços prestados, de modo que logo surgiu uma profunda divisão entre os soldados da frente, que tinham de oferecer diariamente as suas vidas pela pátria sem remuneração, e aqueles que estavam empregados, na pátria, protegidos atrás da frente, com um salário elevado. A título de curiosidade, podemos também

recordar os grandes feitos de outras nações que se basearam em obrigações de serviço: recordamos a construção da Muralha da China, a circunvalação das nossas cidades medievais. Na prática, portanto, estaria totalmente dentro do poder soberano do Estado reviver e expandir o antigo serviço manual e coletivo[77] e resolver grandes tarefas económicas com eles, desta forma, para a disposição das forças existentes.

A soberania monetária do Estado é uma segunda fonte de poder a partir da qual o Estado pode cobrir diretamente as suas necessidades monetárias. Ninguém contesta o direito do Estado de cunhar moedas ou emitir notas do Tesouro; na verdade, além disso, o Estado, em virtude da sua soberania, produziu dinheiro a partir de todas as fontes possíveis. A partir do cobre, do níquel, do ferro, da porcelana, do alumínio e, acima de tudo, do papel. Basta recordar a época em que o nosso governo do Reich considerou justificado emitir diariamente 100.000.000.000.000 [100 trilhões] de marcos e cada vez mais papel-moeda novo. Não entraremos aqui em maiores detalhes sobre se isso era certo e aceitável, devemos apenas afirmar que o Estado pode realmente cobrir as suas necessidades em virtude da sua soberania monetária e que não é forçado a *"pedir dinheiro emprestado com juros aos seus cidadãos que têm mais do que podem usar"*.

A soberania financeira ou a soberania fiscal do Estado também não poderá ser contestada por ninguém, e quem contestasse isso e tentasse conduzi-la na prática como indivíduo poderia sentir a autoridade do Estado na forma do oficial de justiça. A soberania financeira ou fiscal do Estado, ou seja, o direito do Estado de recorrer aos seus cidadãos para serviços financeiros, é tão óbvia e antiga quanto as estruturas estatais. Esta forma é também a mais natural e saudável, embora, neste domínio, tenha sido reservado aos nossos tempos transformar o

[77] *[Os serviços agrícolas, manuais ou com animais, exigidos dos camponeses pelos seus senhores na Idade Média].*

sentido razoável da tributação num completo disparate e fazer do sistema fiscal um meio de pilhagem total do povo em favor dos poderes financeiros supranacionais. Mesmo aqui, a questão da permissibilidade dos impostos não deve ocupar-nos mais, mas apenas o fato de que o Estado é perfeitamente capaz de cobrir as suas necessidades monetárias por meio de impostos, ou seja, novamente, por uma via que não está aberta à economia privada, mas que remove absolutamente do Estado a necessidade de obter as suas necessidades monetárias através da adoção de uma obrigação de pagamento de juros aos capitalistas.

Certamente, o Estado, como qualquer pessoa privada, tem naturalmente a possibilidade adicional de cobrir as suas necessidades contraindo dívidas. Mas isso já é uma faca de dois gumes para a pessoa privada; para o Estado, porém, é, para expressá-lo em alemão simples e bom, a coisa mais estúpida que ele pode fazer em geral. Mas não é apenas a coisa mais estúpida, é francamente criminoso em relação à missão do Estado como protetor dos interesses comuns.

A economia de empréstimos dos Estados praticamente arruinou os Estados e os entregou nas mãos das finanças internacionais, entregou a riqueza das nações aos poderes financeiros e, hoje, os empréstimos estatais são a terrível sanguessuga da qual as nações não conseguem se libertar e pela qual entrarão em colapso impotentes, se não pusermos fim a esse espectro de forma determinada, quebrando a escravidão dos juros.

Com isto, estamos no meio do campo da política financeira nacional, ou seja, num campo em que o alemão comum não se sente nada à vontade. O que se deve fazer agora com todos esses números grandes e numerosos? O cidadão comum geralmente não lê debates sobre o orçamento e tem um respeito tão religioso pelos caminhos secretos e enganosos da arte financeira que preferiria ser totalmente poupado

dessas coisas. No inconsciente, isso certamente também está relacionado ao fato de que cada indivíduo carrega dentro de si um sentimento tão leve pela soberania tributária do Estado e ninguém deseja ser lembrado de números. Somente quando os documentos fiscais chegam à sua casa é que o homem moderno percebe que essas coisas realmente o preocupam consideravelmente e que ele é sempre vítima de todo tipo de política financeira nacional falsa.

Agora, é extremamente notável que, basicamente, as questões da política financeira nacional não sejam tão opacas e misteriosas como parecem à primeira vista, mas que sejam, na verdade, tão claras e simples que podem ser compreendidas por qualquer pessoa com um entendimento médio, pelo menos em suas linhas gerais.

Portanto, não são necessárias grandes explicações constitucionais para que o Estado possua as possibilidades descritas para cobrir as suas necessidades monetárias, pois todos sabem e experimentaram na sua própria vida qual é a natureza da soberania de serviço do Estado, e todos recebem diariamente nas suas mãos as notas emitidas pelo Estado, e ninguém é poupado dos impostos. Seria, portanto, a coisa mais natural do mundo se o Estado cobrisse as suas necessidades monetárias exclusivamente dessas três maneiras.

Para o indivíduo privado, porém, essas três formas não estão disponíveis, pois ele não poderia exigir com sucesso que seu vizinho trabalhasse ou prestasse serviços tributários, nem estaria seguro se tentasse imprimir dinheiro por conta própria e colocá-lo em circulação. Para ele, existe de fato apenas a forma de contrair dívidas com juros, se ele já pensa absolutamente que só pode ser feliz com o dinheiro dos outros e não pode evitar contrair dívidas.

Mas o fato de o Estado, em geral, considerar correto o único meio de aceitar empréstimos com juros, ou seja, dívidas, quando precisa de

dinheiro, e aplicar os seus outros direitos soberanos hoje apenas de forma dissimulada para cobrar as dívidas contraídas pelo povo, são condições para as quais se procura em vão uma explicação razoável. De fato, não há explicação razoável para isso, mas apenas o fato de que todo o nosso pensamento, mesmo em questões financeiras e políticas nacionais, é direcionado ou corrompido de maneira capitalista privada. Com tal poluição geral da opinião pública, explicações aparentemente lógicas para a política de empréstimos do Estado, como as que relatei, desempenham um papel importante, na verdade, fundamental.

O judeu provou ser um mestre da psicagogia, mesmo nessas questões. Nesses casos, é sempre muito difícil não falar imediatamente de corrupção direta dos estadistas responsáveis, a presunção é óbvia, mas na maioria dos casos não houve corrupção, apenas incerteza em questões do sistema financeiro e de crédito, miopia e complacência que levaram ao fato de as administrações financeiras do Estado terem caído lenta mas seguramente num delírio de empréstimos do qual até agora não veem saída.

Para este desenvolvimento das circunstâncias contribuiu de forma muito essencial o fato de, inicialmente, se ter considerado inofensivo o financiamento de grandes obras públicas, como a construção de caminhos de ferro, etc., que prometiam render receitas, através de empréstimos. Decidiu-se da seguinte forma: a partir das receitas dos caminhos de ferro ou das vias navegáveis, os juros podem ser imediatamente cobertos, então temos realmente o preço sob controle. Com os seus próprios recursos, o Estado não pode financiar obras tão grandes de uma só vez com o seu tesouro, por isso aceita com gratidão a ajuda de crédito oferecida pelos bancos. Isto livra o governo do incómodo de aprovar novos impostos no parlamento estadual, os recursos líquidos do Estado não são reclamados e as ferrovias podem facilmente pagar os juros com os excedentes. As

artes sedutoras do capital emprestado, que por si só não pode fazer nada com o dinheiro se não encontrar ninguém que o retire e pague juros adicionais, conseguiram transformar o preto em branco e tornar o próprio Estado um cobrador de juros para o capital privado.

Mesmo a mais simples reflexão económica por parte de um governo ou de um parlamento consciente da sua responsabilidade deveria ter levado à seguinte conclusão: se se constroem ferrovias com dinheiro estrangeiro e se tem de pagar por isso, ano após ano, apenas 5% de juros, com tudo o que isso implica, em 20 anos já se paga uma vez o montante total, em 40 anos já se paga duas vezes e, no entanto, a mesma dívida continua por liquidar. Esses montantes extraordinários, que excedem muitas vezes os custos iniciais de investimento, devem ser novamente cobrados indiretamente da população, que deve pagar as tarifas de transporte ferroviário aumentadas precisamente de acordo com esses montantes de juros.

Um anúncio único ao povo de uma grande taxa ferroviária seria, ou teria sido, melhor. Então, essas taxas teriam sido, é claro, bastante opressivas por alguns anos, mas também por não muito mais tempo, já que os custos de transporte e as ferrovias teriam muito em breve se tornado um ativo realmente livre de dívidas do Estado, o que mais tarde lhe garantiria grandes receitas anuais. Mas é a velha história de que se prefere cortar a cauda do cão aos poucos, porque se pensa que assim será muito menos doloroso para ele. Naturalmente, o oposto é verdadeiro. Os custos de investimento de um empreendimento nacional como esse devem, de fato, ser pagos pela população, mas se forem financiados por empréstimos, então inevitavelmente entram, além disso, os juros que, ao longo dos anos, somam muitas vezes o próprio valor da dívida. Portanto, é uma pura estupidez financeira financiar tais obras públicas por meio de empréstimos. Já aqui podemos apontar o que resgatará o Estado de sua loucura de empréstimos: ninguém pode proibir o Estado, por exemplo, para tais

empreendimentos produtivos, de emitir notas de crédito, notas de crédito do Tesouro Público, e pagar pelas obras com elas. Essa criação de dinheiro pelo Estado, em casos em que não pode haver qualquer questão de inflação, porque há um novo valor também para as novas notas, resolveria de uma só vez todas as dificuldades e libertaria o Estado e o povo para sempre da dívida com juros ao capital privado.

Teremos de aprofundar este problema noutro local. Uma administração financeira competente deveria ser capaz de organizar as coisas de tal forma que obras tão grandes fossem realizadas a partir de impostos especiais, juntamente com o uso de outras fontes de receita do Estado e apenas com uma emissão parcial de novas notas. É claro que essa possibilidade ocorreria em grande medida apenas se todas as outras despesas do Estado, especialmente as chamadas despesas improdutivas com administração, justiça, educação, etc., pudessem ser cobertas pelos excedentes das empresas comerciais do Estado.

Isso pode parecer uma ironia, tendo em vista a atual economia deficitária frenética das ferrovias, dos correios, etc., mas não estávamos tão longe dessas possibilidades, como já mostrei em 1919 na minha primeira publicação na Süddeutsche Monatshefte (fevereiro), :O que agora?", sob o título "Os meios radicais". Apenas a obrigação de juros do Estado ao capital privado nos separava dessa condição ideal de uma economia financeira nacional. A ilusão já eficaz naquela época, de que o Estado, quando precisa de dinheiro, deve simplesmente injetar dinheiro em si mesmo com juros, impediu isso.

É claro, e todos deveriam ter sido capazes de acompanhar as minhas explicações, que o Estado não está de forma alguma direcionado para o dinheiro estrangeiro, portanto, para o endividamento, quando deseja empreender algo, que poderia, por exemplo, exigir trabalho e serviço em equipa e que, finalmente, seria sem dúvida justificado emitir notas

de crédito do tesouro do Estado para tais objetivos, a fim de instituir essas obras com elas, sem sobrecarregar o povo. Tal procedimento teria a enorme vantagem de libertar essas obras, desde o início, de qualquer obrigação de juros e taxas; as obras se tornariam imediatamente propriedade estatal livre e sem dívidas. A partir das receitas das obras, os vales emitidos pelo tesouro público poderiam, de fato, ser resgatados e destruídos em pouco tempo; os produtos dessas obras, ou os preços do transporte de carga e passageiros, poderiam ser reduzidos consideravelmente. Dessa forma, os maiores serviços poderiam, em geral, ser prestados a toda a economia nacional, o Estado poderia ter obtido fontes de receita bastante significativas que teriam sido de grande utilidade para toda a comunidade nacional e também teriam tornado o próprio Estado bastante independente das altas finanças. Mas também deveria ter sido assim. Pois o Estado é o mestre do sistema financeiro e não as altas finanças, ou seja, assim será no Estado nacional-socialista do futuro.

Foi realmente um truque psicagógico fraudulento que os bancos conseguiram impedir que tais processos de pensamento óbvios e evidentes, uma vez expressos, não pudessem mais ser contestados, e confundir o Estado e a economia com a frase citada acima, prendendo-os à escravidão dos juros do capital.

Sei que, embora estas coisas sejam agora claras como a luz do dia, muitos dos meus leitores ainda desconfiam do seu bom senso e simplesmente não querem acreditar que tal absurdo tenha sido possível, preferindo supor: *"Isso não pode estar certo, os nossos estadistas não podem ter sido tão estúpidos, mas eu simplesmente não consigo julgar isto"*. Esta confissão de falta de discernimento em relação a uma incompetência tão evidente do Estado em matéria de política financeira contradiz duplamente a tendência para criticar e

protestar contra as medidas estatais e o fato de se tratar aqui de questões que afetam profundamente o bolso de cada indivíduo.

A estas pessoas, gostaria de deixar outra perspetiva para reflexão, relacionada com o método de aprovação de crédito através do parlamento provincial ou do Reich.

Tarefas estatais tão grandes são, de fato, deliberadas exaustivamente nos parlamentos. Após longos debates, os créditos são finalmente "aprovados". O cidadão médio acredita agora que tudo está em ordem e que o Estado, que é de fato um sujeito tão rico e poderoso, já possui os milhões aprovados. Pessoas bastante inteligentes talvez ainda coçam atrás da orelha e digam para si mesmas: "Isso significa novos impostos novamente". Mas penso que posso afirmar com segurança que, além dos iniciados — aos quais nem os representantes nem os ministros precisam de pertencer —, talvez apenas um, no máximo, perceba que essa grande aprovação de crédito no parlamento provincial ou do Reich não significa nada além da permissão para que esse "crédito" seja emprestado a si mesmo com juros de outra forma. Essa «aprovação de crédito pelo parlamento» apenas autoriza o ministro em questão a obter esse crédito com juros nos grandes bancos. Desta forma, a "aprovação de crédito pelo parlamento" torna-se naturalmente uma farsa, uma comédia, para toda a população — que, em última análise, deve pagar o capital e os juros, não estando em posição de realmente fornecer o "crédito", não, ele deve primeiro ser criado por um grande capital de empréstimo.

A única coisa lógica e natural seria, de fato, que, no caso de uma aprovação de crédito pelo parlamento, simultaneamente e automaticamente houvesse também uma aprovação para que o banco estatal pagasse ou autorizasse os montantes aprovados com base em ordens de pagamento das autoridades executivas aos empresários em causa.

Os créditos são aprovados, para a moeda necessária algo deve ser feito; portanto, não faz sentido que, como é comum atualmente, primeiro um empréstimo deva ser concedido e, em seguida, os créditos recém-aprovados sejam, de certa forma, concedidos uma segunda vez pelos capitalistas.

Agora, pode-se argumentar que o excedente monetário do Estado é retirado exatamente dessa forma e que isso deve ter uma influência benéfica na situação financeira geral do país, que, portanto, essa gestão de crédito funcionará de maneira a reduzir a inflação. Mas isso naturalmente não é o caso, e por razões que não podem ser contestadas por nenhum especialista bancário. Pode-se admitir que uma parte bem menor dessas letras e pagamentos desses empréstimos é paga em dinheiro, trata-se aqui do círculo de pequenos poupadores que procuram o banco com tais letras, que pouparam algumas centenas ou milhares de marcos que agora gostariam de investir num certificado de juros, num papel mágico do qual basta cortar um pedaço por ano para receber um determinado montante sem que o certificado perca valor. Mas os montantes que entram no banco desta forma são bastante insignificantes. Além disso, os bancos nos quais esses montantes são depositados, por sua vez, não transferem de forma alguma esses montantes em dinheiro para o tesouro do Estado, mas a transferência desses montantes é realizada exclusivamente por meio de transferência ou compensação.

Mas todas as letras maiores sobre esses empréstimos são realizadas pelos capitalistas, desde o início, nos seus bancos, por meio de transferência sem dinheiro ou através do processo de transações bancárias, etc.

Na realidade, portanto, nenhum dinheiro entra nas mãos do Estado e, se ele o recebe, deve imediatamente repassá-lo para a execução de

suas obras. Essa suposta vantagem, portanto, não existe. Pelo contrário, segue-se o seguinte: o Estado, como sabemos, emite para os montantes emprestados os chamados certificados de segurança ou títulos. Essas obrigações do Estado são papéis impressos com mais ou menos requinte que contêm um instrumento de dívida dotado de todas as salvaguardas estatais sobre os montantes recebidos e, além disso, as determinações necessárias das datas de pagamento de juros e, nas suas próprias folhas de cupões, os cupões com base nos quais o Estado se compromete a pagar trimestralmente, semestralmente ou anualmente os juros pelos montantes indicados na folha de cupões. Além disso, a esta folha de cupões é adicionado outro certificado chamado certificado de renovação (talão), que dá ao proprietário o direito de receber uma nova folha de cupões se a primeira tiver expirado após um determinado número de anos.

Agora, um certificado de segurança emitido pelo Estado, pelo qual o Estado é responsável com toda a sua riqueza em capital e juros, significa certamente capacidade de compra nas mãos do proprietário. O proprietário desses certificados estatais pode, de fato, comprar algo para si mesmo com esses certificados a qualquer momento, quer ele dê esses certificados diretamente como pagamento, quer ele primeiro venda esses certificados na bolsa de valores ou ao seu banqueiro e, em seguida, pague em dinheiro com o produto da venda.

Não há dúvida alguma de que a emissão de novos certificados de segurança pelo Estado significa a criação de capacidade de compra adicional — se isso é certo ou justificado não nos interessa neste momento —, o mesmo aconteceria se, por exemplo, o Estado imprimisse nova moeda de papel. A diferença consistiria no fato de, num caso, serem produzidos certificados de segurança que oneram o Estado, para além da dívida, com uma obrigação de juros duradoura, enquanto que, no caso da nova emissão de papel-moeda, uma obrigação de juros não entra de todo em consideração. Vemos,

portanto, já agora que a última forma seria, em qualquer caso, a mais favorável para o Estado e para o povo.

Mas agora, se seguirmos o método de tais financiamentos, verifica-se que um financiamento direto de grandes obras públicas, evitando a via do empréstimo, revela outras enormes vantagens.

Vimos que a forma atualmente adotada de financiamento de obras públicas leva à criação de capacidade de compra adicional, representada pela emissão de novos certificados de segurança. Neste caso, naturalmente, todos os novos montantes do empréstimo serão e devem ser concedidos de uma só vez, mesmo que as ferrovias, vias navegáveis, etc. a serem construídas estejam apenas em fase de construção e ainda não representem nenhum valor real digno de nota.

Se passarmos a financiar essas grandes obras públicas da forma que proponho, os enormes custos de publicidade do empréstimo desaparecerão primeiro. Podemos lembrar as quantias enormes que são devoradas apenas pelos anúncios nos jornais. Além disso, as percentagens concedidas aos bancos e outras instituições de crédito desde o início desaparecem. Mesmo estas são, mais uma vez, milhões. Além disso, tende-se a emitir os empréstimos abaixo do valor nominal, ou seja, por uma obrigação de 1000 marcos, apenas 970 marcos, mais ou menos, devem ser pagos pelo comprador desses certificados, e ainda assim ele recebe o montante total com juros. Mesmo essas são perdas que, desde o início, se tornam encargos para o Estado ou para a empresa e favorecem o capitalista. Na verdade, tende-se a «enfeitar» esses empréstimos com outras atrações, como se diz na bolsa de valores, oferecendo em perspectiva benefícios extras especiais que podem até incluir uma isenção fiscal. Lembro-me aqui do empréstimo com prémio de mineração que apresentava a mais fantástica dessas atrações a que um Estado já se rebaixou. O demónio da lotaria e do jogo foi colocado ao serviço da publicidade do

empréstimo, prometendo-se pagar ganhos de milhões num número muito grande de obrigações de 1000 marcos; além disso, foram oferecidos os chamados pagamentos de bónus e, ainda, uma taxa de juro anunciada de 5%, que, no entanto, estava protegida por cláusulas e, além disso, no caso de uma série de impostos, o empréstimo com prémio de poupança estava isento de todos os impostos! De onde se pretendia obter as enormes quantias para pagar esses prémios e benefícios, esses fabulosos ganhos da lotaria, ninguém pensou, embora devesse estar claro para qualquer pessoa séria e perspicaz que todas essas quantias teriam de ser retiradas mais uma vez dos bolsos do povo. Pois as quantias recebidas eram imediatamente utilizadas para as despesas mais urgentes. Todos estes são crimes políticos financeiros contra o povo, nos quais só podemos admirar a insolência consumada com que são encenados.

Se, portanto, não se optar pela via do empréstimo, mas diretamente pela criação direta de dinheiro, então todos esses encargos pesados e injustos do orçamento do Estado seriam removidos, não sendo necessário levantar os montantes necessários de uma só vez em papel-moeda novo, mas isso poderia ocorrer de forma bastante lenta, à medida que as novas obras fossem avançando. Isto teria a enorme vantagem adicional de que não haveria qualquer questão de emissão de dinheiro sem cobertura, pois o novo dinheiro só seria concedido quando outra parte considerável das obras estivesse concluída. Teríamos aqui a ver com um dinheiro totalmente coberto por valores reais, ou seja, com um dinheiro estável, com um dinheiro que corresponde a tantas horas de trabalho realizado. Mas mesmo esta forma de emissão sucessiva de dinheiro novo para a construção, que já parece muito mais favorável, não é de forma alguma o passo final. Pois não será de todo necessário colocar em circulação uma quantia de dinheiro equivalente às obras recém-criadas, pois as notas recém-emitidas voltam novamente para os cofres públicos; podem, assim, ser emitidas novamente sem que seja necessário colocar novas

séries em circulação. E agora vamos dar um passo adiante, ou seja, vamos declarar que a emissão de dinheiro novo próprio para tarefas estatais especiais não é, em si mesma, fundamentalmente necessária, mesmo que pudéssemos muito bem explicar a permissibilidade e, também, especialmente a clareza do processo de financiamento na emissão de dinheiro próprio para a construção e desejássemos aderir a ele para determinados fins.

Este último passo é o financiamento totalmente sem dinheiro de tais tarefas estatais.

É, como já demonstrado acima, errado supor que o Estado, por meio do empréstimo, obteria dinheiro com o qual poderia pagar ao empresário e aos trabalhadores das construções ferroviárias ou de usinas elétricas. No entanto, os empresários terão que sacar semanalmente de seus bancos os montantes necessários para o pagamento de seu trabalho em dinheiro. Os bancos, por sua vez, devem cobrir essas demandas extraordinariamente grandes sobre seus estoques de tesouraria mais uma vez junto aos bancos centrais ou ao Reichsbank, etc. Ora, em tempos normais, toda a liquidez existente já é suficiente para o pagamento semanal dos salários de toda a força de trabalho, e é fundamentalmente indiferente se, temporariamente, por exemplo, uma força de trabalho maior se concentra num único local na construção da central elétrica de Walchensee, na Baviera, pois, se não estivessem empregados ali, mesmo distribuídos por outras empresas, teriam de esperar e receber os seus pagamentos semanais de salários, ou receber dinheiro através do seguro-desemprego. Isso significa que é uma tarefa bastante geral do Estado cuidar da necessidade total de meios de pagamento para toda a economia nacional, independentemente de uma maior força de trabalho estar temporariamente empregada num único local para a execução de grandes obras públicas ou não.

O fornecimento de meios de pagamento para o pagamento de salários e a implementação de outras transferências sem dinheiro para os empresários são tarefas de transações de pagamento e não têm nada a ver com a situação de crédito.

Seria, portanto, o mais óbvio e natural que, com a aprovação do crédito para alguma grande obra estatal através da representação legal de toda a população, estivesse vinculada, ao mesmo tempo, a autorização para que o banco estatal pudesse, com base nesses créditos aprovados, efetuar os pagamentos necessários. Obviamente, da forma normal — que esses pagamentos sejam feitos somente quando as diferentes autoridades estatais contratadas (departamentos agrícolas, departamentos de engenharia rodoviária e fluvial, secções de construção ferroviária, departamentos especiais para fins específicos, etc.) tiverem examinado os montantes de pagamento exigidos pelos empresários e, de acordo com os regulamentos e o contrato, autorizado o pagamento.

Todo o esquema de empréstimos que é lançado para isso nada mais é do que a forma moderna de enganar uma nação, sendo completamente inútil e apenas prejudicial.

O Reichsbank

O Reichsbank não é, como qualquer cidadão crédulo do Estado pode acreditar, um banco estatal, mas sim uma sociedade anónima. O Reichsbank não é, portanto, uma instituição estatal, mesmo que o Estado tivesse, até junho de 1922, quando foi totalmente "autonomizado" a pedido da Entente, certos direitos regulatórios. Mesmo os funcionários do banco eram nomeados e pagos pelo Reich, mas o conselho consultivo era composto exclusivamente por representantes do mundo dos grandes bancos e da comunidade judaica internacional — os dois são o mesmo círculo de pessoas.

Já na sua fundação, em 1873, o primeiro conselho consultivo registrava, entre cerca de 15 membros, os seguintes nomes: Barão Rothschild, Conselheiro Privado do Comércio Bleichröder, Conselheiro Privado do Comércio Mendelssohn, Theodor Plaut, Conselheiro Privado do Comércio Oppenheimer, Conselheiro Privado do Comércio Warschauer e Conselheiro Privado do Comércio Zwicker, Conselheiro do Comércio Stern, Conselheiro do Comércio Gelpke; ou seja, onze judeus de pura raça e, como decoração, mais quatro senhores com nomes alemães.

Foi novamente uma jogada inteligente de xadrez com a qual o banqueiro que aconselhava Bismarck, Bleichröder, recomendou ao antigo chanceler do Reich que o Reichsbank não fosse desenvolvido como uma instituição puramente estatal, pois assim não poderia ser apropriado pelo inimigo em caso de guerra com base na segurança internacionalmente reconhecida da propriedade privada, enquanto que, como um banco puramente estatal, ficaria imediatamente exposto ao ataque do inimigo.

Na realidade, o judeu astuto, juntamente com os outros grandes financiadores, naturalmente desejava apenas colocar a principal instituição financeira do Reich sob a sua esfera de influência. Os senhores também tiveram sucesso nisso e o Reich renunciou totalmente a um dos campos mais importantes da sua soberania monetária: o direito de emitir notas bancárias.

O Reichsbank ocupa hoje uma posição bastante especial no sistema financeiro do Reich alemão, uma posição sobre a qual mesmo as pessoas menos importantes têm hoje uma ideia clara das suas terríveis consequências para o Estado e para o povo.

Deve ser tarefa de uma investigação individual examinar com precisão de que forma os grandes bancos abusaram da sua influência decisiva sobre o Reichsbank, desde a sua fundação, para os seus fins egoístas.

Enquanto Bismarck esteve no cargo, a sua visão estadista e o respeito por ele mantiveram as hienas da bolsa sob controlo; apenas uma vez em toda a história do Reichsbank Bismarck fez uso do veto do chanceler previsto na lei do Reichsbank, nomeadamente quando proibiu a aceitação de ações russas. Hoje, o Reichsbank, sob a pressão amigável dos banqueiros internacionais, como já mencionado no início, tornou-se totalmente independente. O governo do Reich não tem, portanto, mais nenhuma possibilidade de agir de forma decisiva na condução dos negócios.

A escravidão dos juros das nações significa o domínio do banco e da bolsa de valores. Quebrar a escravidão dos juros é, de longe, a maior tarefa do nacional-socialismo.

Tudo o que acontece hoje no Estado e na economia — tudo se torna uma exigência de juros do grande capital contra o trabalho produtivo.

Se uma ferrovia é construída, resulta um empréstimo; se uma guerra é travada, resultam empréstimos de guerra; se recursos naturais ou energia hidrelétrica são desenvolvidos, resultam empréstimos de energia hidrelétrica; se uma fábrica é expandida, novas ações são emitidas; se uma nova empresa é fundada, alguma forma de empresa capitalista de juros é escolhida, que permite que o trabalho e o risco fluam para os empresários e a maior parte dos lucros para os financiadores. Se não for mais por meio de empréstimos, escolhe-se a maneira muito mais simples e abrangente de imprimir dinheiro, como na época da inflação de 1923, que também gera os maiores juros para o grande capital. Como no caso do rei Midas na saga, para quem tudo o que tocava se transformava em ouro, hoje tudo o que acontece se transforma em títulos que rendem juros.

Infelizmente, os banqueiros mundiais têm um apetite voraz e os títulos são, de fato, o seu alimento preferido, o que obviamente lhes convém na perfeição. Não podemos contar com que eles passem fome, como o rei Midas, para quem, como é sabido, até a comida na boca se transformava em ouro. Pelo contrário, os trabalhadores passarão fome antes dos senhores dos juros.

Eles também não pensam em desistir ou suavizar as suas regras, por isso esta regra dos juros tem de ser quebrada.

Agora temos de esclarecer um terceiro aspecto que completará e arredondará o quadro da exploração capitalista dos juros, mesmo para os leigos, que é a inflação.

A inflação

A inflação é a expressão claramente visível da nossa miséria política financeira. A inflação afeta a todos aqueles que precisam ganhar a vida com uma severidade assustadora.

Mas de onde vem a inflação? Para essa pergunta, pode-se ouvir um grande número de explicações que são, em parte, retiradas do ponto de vista limitado da pessoa que responde, em parte do dicionário de slogans demagógicos e, em parte, indicam causas parciais reais, sem, no entanto, atingir corretamente a causa motivadora final. Quando se ouve essas causas da inflação identificadas pelas diferentes partes, logo não há mais ordem social nem profissão que não seja designada por algum lado como a causa da inflação.

Para aqueles que acompanharam as explicações do livro sobre a escravidão dos juros[78], a resposta não é difícil de encontrar. A culpa original pela inflação é suportada pela obrigação de juros do trabalho ao capital.

Juros — impostos — inflação, assim funciona a cadeia lógica que, partindo da promessa desastrosa e absurda de juros por parte do Estado, força a consequência de que o Estado deve extrair as obrigações de juros aceites do povo através de impostos; os impostos, e de fato impostos de todos os tipos, diretos e indiretos, direitos, bem como os impostos indiretos mais questionáveis, os da emissão de notas bancárias não cobertas, arrastam então consigo a inflação. Desta forma, contínua num ciclo eterno, pois a inflação condiciona despesas cada vez maiores do Estado que, preso na loucura dos empréstimos, pensa sempre que só pode cobrir através da aceitação de novas dívidas, estas novas dívidas trazem novos juros em si mesmas, os

[78] [O Das manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes, de Feder, foi publicado pela primeira vez em 1919. Veja a minha tradução desta obra. Manifesto for the breaking of the financial slavery to interest, Carshalton, Surrey: Historical Review Press, 2012.

novos juros tornam necessários novos impostos, a legislação fiscal falha gradualmente por completo, pois, no caso de tais colapsos monetários, todas as receitas fiscais ficam muito aquém da desvalorização da moeda e agora o Estado rende-se sem resistência ao bolchevismo financeiro da impressão de dinheiro, como experimentámos horrivelmente na inflação de 1923.

Os meus primeiros trabalhos polêmicos foram dedicados principalmente à revelação dessas conexões. No Manifesto pela quebra da escravidão dos juros[79], desenvolvi em linhas gerais a importância abrangente do problema dos juros na falência do Estado. A solução revelou de forma bastante específica a estupidez do sistema de empréstimos do Estado e apontou para as inúmeras leis tributárias que encareciam o sustento das grandes massas, cujas produções tinham de ser utilizadas inteiramente para o serviço dos juros. Na obra A greve fiscal que se aproxima, com a nova enxurrada de leis fiscais de 1920 e 1921, bem como o orçamento do Reich para 1918, foi apresentada a prova conclusiva de que toda a administração financeira do Reich e dos estados está completamente subjugada ao serviço dos juros do grande capital emprestado. No último livro, porém, já é indicada a maneira de reverter essas circunstâncias completamente miseráveis com um exemplo bastante palpável.

É bastante óbvio que, com a inundação da economia nacional com papel-moeda, o poder de compra desse papel-moeda deve diminuir constantemente.

---

[79] O poder de compra potencial é o poder de compra poupado que, no momento, não pesa sobre o mercado. A ele pertencem o dinheiro acumulado, bem como o capital poupado investido de forma segura.

O poder de compra efetivo é o montante total de todas as reivindicações de procura na economia nacional que, sob a forma de dinheiro ou de títulos, são aplicadas no mercado de bens e procuram transformar-se em bens materiais. O poder de compra potencial pode ser transformado a qualquer momento em efetivo; neste caso, fala-se de «fuga do marco».

Uma vez que o dinheiro, na sua essência, como reconhecemos, é um símbolo do trabalho realizado, a chamada teoria quantitativa da moeda, pelo menos nas suas características essenciais, deve ser reconhecida por nós. Esta teoria ensina que a quantidade de dinheiro em circulação numa economia nacional deve permanecer numa certa relação estável para que não surjam alterações no poder de compra. O dinheiro contrapõe-se, em certa medida, aos stocks de bens e é calculado a partir da quantidade de bens, produzindo um determinado número de unidades de valor da moeda habitual, ou seja, o preço médio dos bens. Aqui, saliento com veemência o adjetivo "médio". Na verdade, é preciso ir mais longe e dizer: o nível médio dos preços, e não de forma alguma o montante dos preços individuais, está em certa dependência do montante do poder de compra presente no total do país. Mas o poder de compra já é um conceito muito mais abrangente do que apenas a quantidade de ativos em dinheiro. Mas não queremos nos perder muito aqui em detalhes econômicos, pois, caso contrário, a questão do poder de compra efetivo e potencial em seu efeito sobre os preços deve ser abordada aqui. 86 De qualquer forma, é certo que, por exemplo, uma multiplicação mil vezes da moeda em circulação deve naturalmente trazer consigo uma multiplicação aproximadamente mil vezes dos preços. Na realidade, não são os preços que realmente subiram, mas o poder de compra do marco diminuiu em relação inversa à multiplicação da quantidade de moeda.

A causa básica da inflação é a obrigação de juros do Estado. Essa obrigação de juros torna os impostos necessários, pois o Estado só pode dar o que deve extrair de alguma forma de seus cidadãos.

Esta forma de roubo dos seus cidadãos pelo Estado é, como vimos, tripla — seja através de impostos diretos, seja de forma mais eficaz através de impostos indiretos, seja na forma indireta especial da inflação. A última forma é a mais questionável, é também aquela com

que os Estados falidos procuram manter-se à tona, é a falsificação mais perfeita. Mas esta última forma é especialmente prejudicial porque, com ela, a riqueza poupada da parte mais eficiente e trabalhadora da população é simplesmente destruída.

Este é um dos capítulos mais chocantes da tragédia do povo alemão. Centenas de milhares de trabalhadores manuais diligentes, funcionários, funcionários públicos, profissionais liberais, médicos, engenheiros, etc., durante toda a sua vida, através de um trabalho tenaz e incansável, pouparam para si próprios e para as suas famílias, para que pudessem desfrutar de uma velhice independente e sem preocupações. Eles juntaram as suas poupanças centavo por centavo e marco por marco, e cada marco significava a garantia do mínimo de subsistência para cada dia da velhice. Mas o Estado, ao qual essas pessoas infelizes confiaram as suas poupanças, não pagou, na inflação de 1923, de forma alguma pelo marco que lhe havia sido confiado de alguma forma como poupança, mesmo quando esses centavos economizados haviam sido depositados naquela época em moedas de ouro brilhantes — cerca de 30 milhões de marcos em papel[80]—, mas aproveitou-se da desvalorização da moeda causada por ele mesmo e disse: um marco é um marco. Com isso, roubou a todos esses homens os frutos do trabalho de toda a sua vida e os empurrou para a mais amarga miséria. Eles foram então enganados pelo Estado com esmolas patéticas e miseráveis, a caridade privada teve que intervir com ajuda, mas precisamente essa forma era especialmente vergonhosa para os afetados, pois, vindas de mãos privadas, essas doações continuavam sendo esmolas, doações de caridade pelas quais essas pessoas infelizes tinham que ser gratas, mesmo que se tratasse de um roubo organizado de direitos bem merecidos. Direitos que, se

[80] [O papiermark foi criado em agosto de 1914 devido à queda do marco, e a ligação entre o goldmark e o ouro foi abandonada. A taxa de inflação continuou a subir até novembro de 1923, quando a moeda foi estabilizada através do anúncio da criação de um novo rentenmark avaliado em 1 trilhão de papiermarks. O rentenmark, que entrou em vigor em 1924, foi substituído mais tarde no mesmo ano pelo Reichsmark.]

fossem restaurados, nem sequer exigiriam um «obrigado» por parte dos roubados.

Já apontamos noutras passagens para o fato de que um princípio falso se vingou terrivelmente dessas pobres pessoas, na verdade, o ideal da pensão de capital. Não que estes círculos merecessem este destino, pelo contrário — será um dever honroso do Estado Nacional compensar estas pessoas roubadas da melhor forma possível. No entanto, resta esperar que esta lição terrível continue a vibrar no inconsciente das pessoas e que o ideal da pensão de capital afunde e ajude o ideal de poupança correto, a ideia puramente alemã de cuidados na velhice, cuidados com mulheres e crianças através da criação de uma casa própria, campo e jardim, etc., a alcançar um avanço e a vitória.

A segunda forma de roubo dos cidadãos pelo Estado acima mencionado é o imposto indireto. O imposto indireto é, nas suas consequências, de fato um crime social. Impiedosamente e implacavelmente, de uma forma que ninguém pode evitar, ele atinge a grande massa da população com total severidade, enquanto os ricos, em geral, são pouco afetados pelos impostos indiretos.

O imposto direto, se for graduado de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, é, em si mesmo, um imposto justo e correto. Um imposto direto também não é, como contribuição ao Estado para tarefas comunitárias, um imposto que deva essencialmente encarecer a produção, pois só deve ser cobrado quando houver excedentes reais além da cobertura das necessidades básicas adequadas. Mas, tal como o imposto direto é tratado hoje, ele, tal como a inflação, equivale a um puro roubo e coloca-se em contradição direta com a garantia da propriedade expressa no artigo 153.º da Constituição de Weimar.

Em resumo, convém salientar mais uma vez que estamos aqui perante uma inflação que funciona geralmente como consequência da obrigação de juros do Estado para com as finanças internacionais. Trata-se aqui de uma sangria contínua do corpo económico da nossa nação em favor do poder financeiro supranacional, para o qual o nosso próprio Estado atua como cobrador de impostos.

Trata-se aqui de uma forma bastante especial de inflação — a inflação capitalista dos juros. A inflação natural surge quando uma colheita insuficiente ou uma epidemia atinge o país, quando a procura natural é maior do que a oferta existente. No entanto, essa inflação é sempre de natureza temporária. O ano seguinte, mais fértil, elimina o sofrimento e os preços voltam ao seu nível natural.

A inflação capitalista dos juros, porém, é como um fogo devorador que não se extingue até ter consumido todos os tesouros do mundo e tornado toda a humanidade escrava dos juros das finanças internacionais, *ou até que a escravidão dos juros seja quebrada*.

Reforma financeira nacional-socialista

Após um diagnóstico tão minucioso da doença das nossas finanças públicas, bem como do nosso sistema financeiro em geral, podemos esperar ser capazes de prescrever os remédios certos.

As regulamentações e medidas que regulam a transição da situação atual para a forma futura não se enquadram no âmbito deste trabalho. Para essas medidas, é válida a orientação geral de que, sempre que possível, deve-se evitar qualquer perturbação da vida econômica. Naturalmente, isso não acontecerá sem uma certa severidade aqui e ali e sem intervenções temporárias, mas, mesmo no caso de uma operação cuidadosamente preparada, não acontece sem uma certa pequena perda de sangue.

O nosso grande e brilhante objetivo final é quebrar a escravidão dos juros.

A primeira e fundamental medida, que resulta da rendição do sistema financeiro nacional a uma instituição privada, o Reichsbank, por exemplo, é a nacionalização do Reichsbank.

Deve ser bastante óbvio, pelo âmbito deste banco, que um «Reichsbank» tem de ser, de fato, uma instituição do Reich, tal como o Reichspost ou o Reichscourt. Deve ser absolutamente declarado como um engano da opinião pública que o Reichsbank, plc, possa ter este nome.

A tarefa de um verdadeiro Reichsbank deve ser, consequentemente, dupla. Em primeiro lugar, deve ser responsável pela prestação de serviços financeiros ao Reich, na medida em que estes não possam ser prestados diretamente por organismos administrativos individuais, como é o caso dos correios e dos caminhos de ferro, e, em segundo

lugar, deve constituir um forte apoio para toda a economia nacional na mediação fiduciária das transações de pagamento. A sua tarefa deve, além disso, ser a de garantir que haja sempre ativos em dinheiro suficientes para as transações monetárias. Para este leque de tarefas, deve ser o órgão executivo da administração financeira nacional, que deve estar totalmente sob a sua alçada. Os funcionários do Reichsbank devem ser funcionários públicos, tal como os outros funcionários. Um conselho consultivo, constituído por representantes da grande comunidade judaica, como o atual, é naturalmente completamente supérfluo. É realmente suficiente que um comissário especial do Estado para a supervisão da conduta financeira do banco, responsável pela conduta financeira do banco, seja nomeado pelo Estado. As tarefas do banco serão precisamente circunscritas pela sua própria lei do Reichsbank, de modo que a própria conduta financeira do banco já forneceria uma garantia de que a instituição do Reichsbank serve apenas os interesses nacionais.

Mas já temos agora uma instituição bancária que corresponde completamente a estas exigências que devemos colocar ao Reichsbank. Trata-se do Banco Estatal da Baviera. O Banco Estatal da Baviera é, na verdade, um banco puramente nacional, e ninguém poderá sustentar que ele não cumpriu as suas tarefas como instituição bancária de forma irrepreensível. Isto, naturalmente, com a ressalva de que ele também funcionou de acordo com os costumes gerais da economia capitalista de juros. Mas, em todo o caso, este banco serviu as transações monetárias sem considerar a rentabilidade do capital bancário como a sua primeira tarefa. Assim, manifestou o seguinte fenómeno muito notável: o banco, com o seu capital extremamente reduzido de apenas 8 000 000 de marcos, estava muito bem posicionado para servir todas as exigências das transações monetárias e gerir receitas na ordem dos milhares de milhões.

Não é desinteressante afirmar que, no Anuário da Bolsa de Valores (Anuário da Bolsa de Valores de Saling, Um Manual para capitalistas e acionistas, para 1914/15, apresentado pelo Banco Alemão), a existência deste Banco Estatal da Baviera (na altura ainda "Banco Real da Baviera") é simplesmente ignorada, apesar de haver oportunidade e espaço para o mencionar na página 644 deste manual sobre esta instituição estatal, no entanto, significativa. Mas um banco que não serve exclusivamente objetivos capitalistas privados não é, claramente, para as altas finanças, um banco.

É ainda mais notável que, imediatamente após a guerra e o período bolchevique de Munique, estivessem em curso esforços para colocar o Banco Estatal da Baviera «numa base mais ampla», como dizia a deliciosa expressão técnica da bolsa de valores, a fim de tornar mesmo esta instituição independente disponível para «rentabilizar» o capital privado. A nossa exigência tem, portanto, um modelo praticamente preservado no Banco Estatal da Baviera. A objeção de que não é possível administrar um banco como instituição estatal é, assim, refutada.

Para o próprio Reichsbank, a lei do Reichsbank propunha, na verdade, uma nacionalização segundo a qual o Reich teria o direito, após um aviso prévio de um ano, pela primeira vez em 1.1.1891, e depois em períodos de dez anos, de abolir o Reichsbank e adquirir os seus ativos (incluindo os edifícios de enorme valor) mediante o pagamento do valor líquido dos ativos (!) ou adquirir todas as ações pelo valor nominal (!!). Em 1 de janeiro de 1921, o Reich teria assim podido corrigir um grave erro da legislação do Reich contra o povo alemão se tivesse adquirido toda a propriedade do Reichsbank pela bagatela de 180 milhões, que é o valor nominal das ações do Reichsbank.

O *Völkischer Beobachter*, que na altura ainda não era propriedade do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, mas que já

era liderado por homens que pertenciam aos precursores intelectuais do nacional-socialismo, e o semanário do Dr. Sch. Pudor, *Der deutsche Finanzmann*, chamaram a atenção para isso a tempo — claro que, como únicos jornais alemães públicos, naturalmente sem qualquer sucesso.

É ainda mais notável que, embora as ações do Reichsbank sejam nominativas, nada menos que 2153 estrangeiros possuíam ações do Reichsbank! Infelizmente, não é possível determinar a partir das divulgações do Reichsbank que parte do capital total do Reichsbank esses 2153 estrangeiros (em 1913) possuíam. De qualquer forma, trata-se de uma percentagem muito considerável, uma vez que o número de acionistas locais é de apenas 16 646. Agora, é claro que, no caso dos acionistas locais, podem ter sido adquiridas quantias muito menores, enquanto que, naturalmente, pode-se supor corretamente que um estrangeiro, ao comprar ações do Reichsbank alemão, não adquire apenas uma ou duas ações, mas sim um pacote considerável. Este fato esconde a situação incrível de que montantes bastante significativos foram retirados sob a forma de dividendos, mesmo durante a guerra, do «Banco Central Alemão» para países estrangeiros.

Agora, a partilha de lucros do Reichsbank, que obtém os seus principais lucros do desconto de letras, como aprendemos acima, é altamente original. Primeiro, os acionistas recebem um dividendo preferencial de 3,5% e, do lucro restante, um quarto é distribuído aos acionistas. Três quartos desse lucro restante são transferidos para o Reich, após mais 10% serem transferidos para um fundo de reserva. Em 1913, 31.025.555 marcos foram transferidos dessa forma para o Reich. Por essa razão, o Reich conferiu a essa notável instituição o chamado privilégio de impressão de notas bancárias, ou seja, o direito de emitir notas bancárias de acordo com a necessidade de suas transações. Até ao início da guerra, o Reichsbank deveria, pelo

menos, manter disponível, como cobertura para essas notas, até um terço do ouro ou prata em moedas ou barras alemãs ou estrangeiras. Depois que mesmo essa restrição caiu, não havia mais nenhum obstáculo à impressão ilimitada de papel-moeda. A única cobertura (1) que o Reichsbank tinha para o seu papel-moeda eram as maravilhosas letras do Tesouro do Reich, portanto, mais uma vez, apenas outro papel, por trás do qual estava um Estado falido. Não é de se admirar que, em tais condições, ocorresse um colapso inevitável da moeda alemã.

É sem dúvida uma tarefa estatal bastante importante para um banco nacionalizado zelar sempre por que as necessidades da economia em termos de meios de pagamento sejam plenamente satisfeitas; pois só se não ocorrerem impasses nesta área, mesmo que as outras instituições financeiras possam satisfazer plenamente todas as necessidades, é que se exclui a extorsão de juros com base na escassez de dinheiro, que pode levar às maiores crises mundiais. Por outro lado, os montantes emitidos de dinheiro fluem de volta, mesmo em tempos de menor dinamismo da economia, para o Reichsbank através dos inúmeros canais de transações monetárias públicas, para que este possa retirar novamente as notas de circulação. No caso do Banco de Inglaterra, é habitual, como é bem sabido, que uma nota que flui de volta para o banco não seja novamente emitida, mas seja trocada por uma nova, enquanto a antiga é destruída. Isto acontece principalmente por razões de higiene.

Agora, a questão da moeda terá, de fato, uma importância crescente no futuro, depois de os chamados substitutos do dinheiro, como letras de câmbio e cheques, e especialmente as transações monetárias sem dinheiro, ganharem cada vez mais importância.

Numa economia de compensação como essa, as agências de cheques postais, que já hoje são exemplares para transações monetárias puras,

sem dinheiro e sem juros, ganharão extraordinariamente em importância. Nas agências de cheques postais atuais, podem-se vislumbrar as células centrais que podem ser facilmente desenvolvidas para um sistema ideal de transações monetárias sob supervisão estatal, correspondendo totalmente ao transporte nacional de passageiros e mercadorias.

Ninguém pode contestar que as transações de pagamento através dos escritórios de cheques postais são processadas de forma mais rápida e fiável. Não importa que as notas de crédito e débito não sejam processadas no prazo máximo de 48 horas, quando, por outro lado, hoje em dia se pode verificar que os bancos só emitem notas de crédito para montantes recebidos há muito tempo, 8 a 14 dias depois. Se o cliente do banco precisar de dinheiro para o seu empreendimento, continua a ser obrigado a solicitar um crédito bancário. No caso das transações monetárias através dos serviços de cheques postais, todo o cálculo de juros é eliminado. Isto significa um alívio e uma simplificação considerável das transações de pagamento, especialmente nos prazos de fim de ano.

O cliente de cheques postais recebe, em 2 de janeiro de cada ano — e também todos os dias, mediante solicitação —, informações exatas sobre a situação da sua conta postal.

A mediação da transação monetária através dos bancos não é, portanto, de forma alguma especialmente vantajosa para a economia. A transação monetária pura através dos bancos sobrecarrega a produção apenas com provisões de todos os tipos, e apenas e exclusivamente os bancos têm um benefício com os juros, mas nunca aquele que faz uso do banco.

Para o proprietário de fábrica e empresário justo, o recebimento de alguns marcos de juros por créditos temporários não é de todo

importante. Um empresário justo orienta-se de tal forma que tem à sua disposição no banco apenas o dinheiro necessário para pagar os salários e outros pagamentos correntes.

As contas de cheques postais correspondem perfeitamente a essas exigências e não é por acaso que, mesmo durante a guerra, a sociedade inglesa dos "Fabianos", a "Fabian Society"[81], em Londres, enviou um memorando ao Ministro das Finanças com o título: «Como pagamos a guerra?», no qual apontavam a organização das contas de cheques postais alemãs e austríacas como um apoio. Os inimigos são sempre perspicazes e, quando indicam uma instituição do seu próprio país como exemplo, pode-se ter a certeza de que há algo de verdade nisso.

O mesmo que foi dito sobre a nacionalização do Reichsbank é naturalmente válido também para a nacionalização dos outros bancos centrais, para a Baviera, portanto, do "Banco Central da Baviera". O Banco Central da Baviera é igualmente uma sociedade anónima pura, na qual a maioria dos acionistas, por exemplo, pode simplesmente decidir distribuir as reservas de ouro do banco, nas quais se baseia o privilégio do banco de emitir notas, aos acionistas. De fato, ainda nos lembramos que tentativas nesse sentido foram feitas pelo banqueiro judeu Schweißheimer em Munique. Desta vez, o plano fracassou devido à objeção do governo da Baviera. O Estado da Baviera tinha adquirido, na altura, um sexto das ações, enquanto outro sexto tinha sido adquirido pelo Banco Hipotecário e de Desconto da Baviera e os restantes dois terços foram distribuídos aos acionistas.

[81] [A Sociedade Fabiana é uma organização socialista democrática que defende a reforma em vez da revolução. Foi fundada em 1884 e entre os seus primeiros membros contavam-se George Bernard Shaw, H.G. Wells, Annie Besant, Leonard e Virginia Woolf, embora os mais significativos fossem Sidney e Beatrice Webb. Foi Sidney Webb quem redigiu a constituição do nascente Partido Trabalhista em 1900].

É, em si mesmo, absolutamente monstruoso que um Estado tenha de temer que as reservas de ouro do banco central possam ser postas em risco pela intervenção dos "acionistas" deste banco. Quem conhece a tenacidade judaica sabe que o perigo para a Baviera em relação às suas reservas de ouro não foi de forma alguma eliminado pelo fato de o governo, por uma vez, ter permanecido firme. Contra isso, existe realmente apenas um meio radical: a nacionalização dos bancos centrais. Além do Banco Central da Baviera, temos na Alemanha também o Banco de Baden, o Banco da Saxônia em Dresden e o Banco Central de Württemberg.

No caso da nacionalização do Reichsbank e dos bancos centrais, os funcionários e empregados dos bancos serão obviamente assumidos pelo Estado na mesma qualidade, como servidores públicos. O direito de emitir notas será, assim, exercido exclusivamente pelo Estado. Tal emissão de notas só poderá ocorrer após uma portaria do Ministério das Finanças e somente contra cobertura completa. A este respeito, deve ser resolvida a grande tarefa da estabilização da nossa moeda. No entanto, esta não é uma tarefa que se insira no âmbito restrito dos bancos centrais; estes apenas têm de zelar por que não haja emissão de notas sem cobertura.

Para a produção de notas, mantêm-se válidas as disposições até agora em vigor. Qualquer imitação será punida com o maior rigor, de acordo com as disposições do Código Penal, Secção VIII, Arts. 146-152.

Os acionistas serão indemnizados. Qualquer reivindicação dos acionistas sobre as reservas de ouro do banco será legalmente excluída.

Uma estabilização real da nossa moeda está totalmente excluída enquanto se esperar, da forma descrita, juros e encargos fiscais do povo alemão que não podem ser cumpridos a longo prazo. Também é

falso querer manter um meio radical para a estabilização da moeda. Não se trata aqui de um problema especial que se possa separar do problema internacional da economia de juros. Enquanto esta economia internacional predatória da alta finança judaica continuar a existir, as moedas das diferentes nações continuarão sempre a ser o objeto bem-vindo da especulação da alta finança. Além disso, a estabilidade de uma moeda — isto é, o que o significado interno do termo "moeda" expressa — depende de outros fatores, sobretudo da atividade ou passividade da balança comercial. Aqui, o nosso olhar se estende além dos limites da nossa pátria, e a economia doméstica entra em relações mútuas com as economias nacionais de países estrangeiros.

Para nos orientarmos rapidamente neste enorme campo das finanças internacionais, devemos ter em mente, mais uma vez, que o significado e o objetivo desta economia internacional não é a rentabilidade do capital privado, mas a cobertura das necessidades. Tudo o resto é apenas um acessório, um auxílio. A economia financeira internacional – as transações de pagamentos internacionais – é, no entanto, hoje aquilo que parece ser o principal e que, na verdade, desempenha o papel principal. São as instituições bancárias internacionais que hoje realmente governam o mundo, que «cobrem» as necessidades monetárias dos Estados e, portanto, arrogam-se o poder; são as instituições bancárias internacionais que hoje controlam a produção em gigantescos trustes, ferro, aço, petróleo, alimentos enlatados, cereais, gordura, óleo, algodão, etc. As instituições bancárias internacionais financiaram as guerras, as grandes instituições bancárias financiaram e controlaram todos os suprimentos de guerra. Elas próprias não realizaram nada como homens produtivos, nem participaram na produção, nem participaram ativamente nas atividades de guerra; apenas obtiveram lucro de tudo, do sangue e das lágrimas, dos horrores da guerra, da fome das massas, do desperdício dos novos ricos, da fúria especulativa do público da

bolsa de valores. Tudo isso se transforma em ouro e valor de ouro para as finanças internacionais. Todo o trabalho das nações produtivas traz juros para as finanças internacionais. Mesmo aqui, na economia internacional, temos a ver com uma inversão completa da relação correta e razoável entre capital e trabalho.

Os trabalhadores trabalham de forma razoável e oferecem os seus produtos no mercado mundial para trocá-los por produtos estrangeiros (matérias-primas, produtos semi-acabados ou acabados). Uma economia razoável não se destina a trocar moedas estrangeiras (dólares ou libras esterlinas) por instrumentos ópticos fornecidos e, em seguida, cancelá-las e especular ainda mais com moedas estrangeiras. Em tempos de economia saudável, nenhum proprietário de fábrica teria pensado em tal coisa. É claro que ele precisa dos rendimentos para os seus produtos futuros, a fim de poder continuar a produzir, pagar aos seus trabalhadores e comprar novas matérias-primas. É totalmente impossível que toda a economia alemã receba os seus rendimentos da exportação de produtos industriais na forma de moedas estrangeiras ou em divisas, pois a mesma economia nacional alemã deve comprar as suas necessidades de matérias-primas em algodão para a enorme indústria têxtil, em cobre para a nossa igualmente gigantesca indústria elétrica, em seda, juta, frutas tropicais, a demanda crescente, acima da produção interna, em alimentos e forragem, etc., para citar apenas alguns exemplos. Os montantes recebidos em moeda estrangeira têm, portanto, de ser imediatamente desembolsados novamente. Isto também é, em si mesmo, bastante natural, pois em tempos normais não se pode fazer nada com moedas estrangeiras no próprio país, exceto trocá-las. Isto continua a ser verdade ainda hoje. O trabalhador americano não pode ser pago com francos franceses, e o empresário inglês não é pago nas suas lojas com liras italianas. Também não faz sentido levar as moedas para países estrangeiros onde elas não podem ser usadas como meio de pagamento legal. A moeda local serve e deve servir

apenas às necessidades internas do país que a emite. Assim como, dentro de uma economia nacional, o significado da produção de bens não reside em negociar dinheiro e, em seguida, ficar com ele e retê-lo da economia, também o intercâmbio econômico internacional de bens só se completa quando a importação é paga com a exportação.

A situação ideal teórica seria agora que cada país pudesse cobrir e pagar as suas necessidades de importação exatamente com as suas exportações. Só então se pode falar de uma estabilidade absoluta das moedas estrangeiras. Agora, o esforço de toda a economia nacional em ascensão é compreensivelmente direcionado para alcançar um excedente de exportação sobre as necessidades de importação. Só isso indica um aumento da riqueza. Então, fala-se de uma balança comercial ativa. Se as necessidades de importação permanecerem acima das exportações, elementos da riqueza interna devem ser entregues a países estrangeiros para equilibrar esse défice. Mas essas entregas, uma vez que não podem ser extraídas da renda do trabalho, devem ser feitas novamente apenas a partir da riqueza. Isso ocorre por meio da exportação de ouro ou de títulos. Especialmente a última "exportação", no entanto, nada mais é do que o início da escravidão internacional dos juros. Se essa "exportação de títulos" se estende aos títulos internos existentes ou é disfarçada na forma de "títulos" estrangeiros é praticamente uma questão de indiferença para as nações afetadas por ela. Mas como também, no pensamento económico internacional, apenas a loucura da rentabilidade do grande capital emprestado impera, todas as dúvidas razoáveis de uma economia nacional honrada são pisoteadas pela imprensa e pelos parlamentos, e a escravidão internacional de todas as nações à finança internacional que faz esta ligação se espalha a um alcance assustador.

Mesmo aqui, na economia internacional, manifestam-se os mesmos fenómenos que na economia nacional interna, e as crises terríveis que hoje abalam as diferentes economias nacionais são, em grande parte,

um fenómeno resultante dessa escravidão de todas as nações do círculo cultural ocidental, como já aprendemos acima. Os países com moedas fracas, cuja economia interna se tornou demasiado fraca (Rússia) ou cuja situação interna se tornou incerta devido à revolução (Alemanha) e cujos excedentes de produção, ainda gigantescos, são confiscados gratuitamente como reparações do inimigo, não têm mais poder de compra excedente, pelo que já não podem pagar as suas necessidades de importação com mercadorias, mas com papel-moeda, que lançam em grandes quantidades nos países estrangeiros para comprar moeda estrangeira. Com isso, prejudicam de forma semelhante tanto a economia interna como também as economias estrangeiras. Os países com moedas fortes, por outro lado, sufocam precisamente com a valorização das suas moedas (Suíça, por exemplo). Já não podem exportar os seus produtos para os grandes mercados anteriores porque os seus produtos são demasiado caros devido ao elevado valor de câmbio da sua moeda. Estes países podem cobrir facilmente as suas necessidades de importação com a sua moeda forte. Mas quando os produtos acabados são muito mais baratos nos países com moedas fracas, os comerciantes e especuladores vão para os países com moedas fracas e compram e roubam esses países, em detrimento de ambos os países: a produção local e o consumo nos países que são comprados, nos quais o nível já baixo de estoque de mercadorias é reduzido ainda mais por essas compras descontroladas. Assim, o poder de compra da moeda nacional nos países com moedas fracas cai novamente.

Que, tendo em conta estas relações totalmente distorcidas, tudo ainda não tenha entrado em colapso há muito tempo deve-se ao fato de, mesmo acima de todas as maquinações das finanças internacionais, prevalecer simplesmente a necessidade mútua internacional. Só que tudo acontece no último momento, com gemidos e lamentações, porque a chave inglesa que são as exigências dos juros do capital internacional foi atirada para as engrenagens da economia

internacional. Ou, expresso em imagens médicas: na circulação sanguínea saudável da economia internacional, instalou-se um carcinoma, inicialmente pequeno, mas hoje já enormemente grande, que tem apenas um interesse unilateral de sugar todo o sangue para si mesmo, à custa do resto do corpo, e de cobrar uma taxa de trânsito, um juro, de tudo. Todo o sangue, é claro, flui para o coração, mas o coração também expele o sangue contaminado a cada batida. O banco estatal, que serve apenas à transação monetária pura, corresponde precisamente a essa imagem, e ao carcinoma corresponde mais precisamente a atividade das finanças internacionais, que também controlam todo o dinheiro do mundo por meio de seus bancos de crédito e mantêm toda a economia internacional presa em seus braços sugadores e cobram juros em todos os lugares.

Tudo isso não é necessário! As nações do mundo não precisam, de forma alguma, de poderes financeiros supranacionais. Obviamente, são necessárias instituições que regulamentem internacionalmente as transações monetárias internacionais no sentido de uma câmara de compensação ou no sentido das contas de cheques postais. Isso pode e será feito por casas de câmbio estatais.

De qualquer forma, existem meios e recursos suficientes, muito semelhantes à forma como foi possível criar uma união postal internacional, para organizar até mesmo as transações de pagamentos internacionais principalmente por meio de compensação, sem que as finanças internacionais se beneficiem duas ou três vezes em todas essas operações mercantis simples e se tornem grandes e gordas às custas das nações produtivas. Detalhes são supérfluos aqui.

A estabilização de uma moeda não pode, portanto, como enfatizado, ser separada das relações internacionais. Existe, no entanto, uma série de possibilidades para eliminar as fontes de erro e as

irresponsabilidades que residem nas deficiências da administração interna ou na manipulação irrestrita da impressão de notas.

Todas as medidas propostas se enquadram no âmbito de sistemas já testados; tal como a nacionalização do Reichsbank e dos bancos centrais, elas surgem simplesmente como consequências lógicas de uma nova posição do Estado em relação às suas tarefas como protetor das transações monetárias. Representam apenas a reação natural a condições que serviam única e exclusivamente os interesses das altas finanças, ao custo mais elevado para o povo. A extensão sensata da nacionalização do Reichsbank é a regulação e mediação das transações monetárias pelo Estado, de acordo com o modelo do sistema de cheques postais, que será ainda mais alargado e desenvolvido de forma mais adequada para este fim.

Todas estas medidas representam, de fato, passos bastante poderosos em frente, mas poderiam ser levadas a cabo sem que a atitude económica tivesse de ser já basicamente transformada no sentido do princípio nacional-socialista apresentado com toda a ênfase: *"A tarefa da economia é cobrir as necessidades e não a rentabilidade do capital privado"*.

Esta transformação fundamental e nova ordenação no domínio do sistema financeiro e fiscal, bem como, em especial, no financiamento de grandes tarefas do Estado, evitando o recurso a empréstimos, e as medidas de política financeira que, de fato, se aproximam do âmbito das funções do domínio da política social, serão abordadas no próximo capítulo.

Os novos caminhos — O financiamento de grandes obras públicas.

Entre as tarefas mais importantes do Estado está a execução de empreendimentos econômicos de grande envergadura, cuja realização excede os recursos de capital dos círculos empresariais privados, cuja execução envolve, além disso, interesses públicos e jurídicos consideráveis e cuja execução se baseia na exploração de recursos naturais ou fontes de energia natural. Trata-se, portanto, de tarefas em que está em causa a exploração das forças naturais que pertencem à comunidade, ou cuja execução deve ocorrer no âmbito das tarefas que incumbem principalmente ao Estado, como todo o setor dos transportes.

Vê-se que é perfeitamente possível limitar com bastante precisão o campo em que a iniciativa estatal pode ser desenvolvida, sem que isso imponha limites à iniciativa empresarial privada ou obrigue o Estado a exercer concorrência com ela. Além disso, há o fato de que a execução dessas grandes obras públicas é naturalmente atribuída quase totalmente a empresas privadas.

Já descrevemos em detalhes nas observações fundamentais de que maneira exemplar o Estado construiu o nosso sistema de transportes alemão. Certamente, aqui e ali, ele teria sido desenvolvido de forma mais racional e barata por empresas privadas, mas, no caso de tarefas em que está em jogo a segurança de milhões de pessoas, não se trata tanto disso, mas da maior solidez possível. Ora, a empresa de transportes é definitivamente uma tarefa puramente estatal. Confiabilidade, pontualidade, segurança, tarifas uniformes para ferrovias e correios devem ser os pontos de vista decisivos para o sistema de transportes, e não a rentabilidade do capital privado.

Mas esta questão está intimamente ligada à forma de financiamento de tarefas públicas tão grandes.

Já vimos o absurdo interno que se revela no fato de os «créditos» aprovados pelo parlamento terem de ser «aprovados» novamente pelo capital privado, pelo que o Estado tem de assumir um encargo bastante extraordinário através da promessa de juros. Não será mais necessário aqui apontar de forma geral as consequências desastrosas dessa promessa de juros. O presente trabalho serve, de fato, principalmente para provar esse fato. No entanto, que se faça aqui uma referência especial também ao quanto essa promessa de juros sobre os empréstimos do Estado tornou as tarifas ferroviárias, por exemplo, extraordinariamente mais caras e de uma forma inacreditável para todos que ouvem esses números pela primeira vez.

Os custos de capital para toda a rede ferroviária alemã, que foi construída ou empreendida através de empréstimos, ascenderam a cerca de 25 mil milhões de marcos-ouro até 1914. Os pagamentos de juros para este montante, com uma taxa média de 31/24%, ascenderam a cerca de 800-900 milhões de marcos-ouro. As receitas líquidas, após a dedução dos custos com despesas pessoais (funcionários e empregados) e materiais (carvão e lubrificantes), totalizaram cerca de 800 a 1100 milhões de marcos.

O pagamento de juros consumiu, assim, quase toda a receita líquida das ferrovias alemãs. Era sempre um engano da opinião pública quando se explicava com certo orgulho que as receitas dos correios e das ferrovias formavam a espinha dorsal do orçamento do Estado. É claro que poderia ter sido assim, se o pagamento dos juros não tivesse consumido toda a receita líquida. Outro paralelo interessante pode ser traçado na comparação, ou seja, que as despesas totais com salários e remunerações de todos os funcionários e empregados ferroviários alemães e dos trabalhadores ferroviários nas fábricas e nas linhas,

somadas, totalizavam exatamente o mesmo valor que os juros sobre o capital emprestado! Por outras palavras: o gigantesco exército de trabalhadores ferroviários alemães, até aos cargos mais altos, com um total de 782 731 pessoas, recebeu pelo seu trabalho exatamente o mesmo rendimento que a mão completamente inativa do capital emprestado embolsou.

Este pagamento de juros sobre o capital emprestado apenas pelas ferrovias era maior do que todas as despesas da nossa grande Reichsarmy (Exército Imperial Alemão) da época! E, na verdade, por tudo o que está relacionado a ele, incluindo também a supervisão militar, a administração militar da justiça, incluindo os sistemas de administração da guarnição e construção militar, o sistema de educação e desenvolvimento militar, os institutos técnicos, os fundos de assistência e viúvas militares e, além disso, o vestuário e o armamento das tropas!!! O montante total para todo o nosso exército ascendeu, em 1913 — ou seja, no último ano completo de paz — a 775 385 300 marcos. Tais números comparativos proporcionam uma visão profunda. Enquanto o lado socialista e democrático protestava constantemente contra o «fardo dos armamentos militares» nas sessões parlamentares e na imprensa, nunca se encontra uma única palavra contra esses encargos de juros que eclipsam todas as outras despesas dos empréstimos públicos. Na verdade, poderia-se ter pago toda a marinha com os juros do empréstimo para as necessidades gerais. Todas as despesas da nossa orgulhosa Marinha Imperial ascenderam, em 1913, a 197 milhões. E deve-se considerar que todas essas despesas poderiam ter sido custeadas sem um centavo se o nosso orçamento estatal não estivesse sobrecarregado com encargos de juros tão gigantescos. Um punhado de grandes capitalistas de empréstimos, os dois mil “aproveitadores”, pequenos poupadores com os seus bens de alguns milhares de marcos, não desempenham qualquer papel nesses empréstimos públicos assim embolsados ano após ano, sem qualquer trabalho ou esforço, montantes com os quais

poderíamos ter mantido e pago toda a nossa administração do Reich, todo o nosso exército e a nossa marinha.

Quem, diante de tais números, não compreende a importância transcendental do problema dos juros em geral e da política financeira nacional totalmente fracassada com a sua economia de empréstimos em particular, não tem realmente solução. Além disso, os números e valores que proporcionam essa compreensão estão acessíveis a todos, encontram-se no Anuário Estatístico do Reich Alemão, publicado com a maior consciência pelo antigo Serviço Real de Estatística, e também no Anuário Estatístico do Reich Alemão, Editores Puttkammer e Mühlbrecht, publicado pelo Serviço Republicano de Estatística do Reich.

Que tais desequilíbrios entre as despesas necessárias para a administração do Reich, o exército e a marinha e as despesas do Estado com o pagamento de juros sobre o capital emprestado se tornam uma injustiça clamorosa só ficará totalmente claro quando examinarmos de que forma o Reich cobre agora as suas necessidades monetárias para esses pagamentos de juros. Aqui chegamos ao campo das alfândegas e dos impostos. Devo apontar aqui mais uma vez para a representação completa desta situação no meu livro *A greve fiscal que se aproxima*, onde apresentei a prova conclusiva de que a maior parte de todos os impostos é suportada pelas grandes massas da população trabalhadora. Temos, portanto, diante de nós o fato de que o Estado, em primeiro lugar, ignorando completamente as possibilidades que lhe são oferecidas pela sua soberania financeira, aventura-se na via do empréstimo para a execução de grandes tarefas públicas, ou seja, contrai dívidas; que, com isso, sobrecarrega ainda mais o seu orçamento, de tal forma que deve utilizar todas as suas receitas líquidas para o pagamento de juros e que, além disso, deve oprimir o povo com impostos e taxas apenas para poder cumprir as suas obrigações de juros. Todas as tarefas estatais essenciais têm

agora de ser combatidas no parlamento provincial e no Reichsparlament contra a maior resistência e, finalmente, o Estado vê-se no papel de cobrador de juros do capital emprestado, como vemos hoje.

A saída já foi apontada há muito tempo — após uma análise tão detalhada das condições absurdas atuais, é óbvio que é a seguinte:

O Estado financiará todos os grandes empreendimentos públicos do Reich em virtude da sua soberania financeira e após aprovação da população através do parlamento, evitando rigorosamente a via do empréstimo através da alocação direta de meios por meio de transações de transferência sem dinheiro ou através da emissão de notas do tesouro público sem juros.

Posso explicar melhor esta medida através de um exemplo: o desenvolvimento da energia hidráulica na Baviera.

Os planos e esforços para tornar útil a enorme energia hidráulica existente nos rios das montanhas, em combinação com os grandes lagos montanhosos, remontam a mais de duas décadas atrás. Sem dúvida, no caso dessa energia hidráulica, tratava-se de fontes de energia do país que pertenciam à comunidade e deveriam ser retiradas dela e utilizadas para lucro pessoal. Assim, é claro que, no desenvolvimento de estruturas tão grandes, muitos interesses jurídicos públicos e privados foram afetados. Trata-se aqui de um campo que pertence exclusivamente à esfera de influência do Estado. O povo também aprovou verbalmente os créditos através dos seus representantes em dezembro de 1920. Tinha sido suficientemente aconselhado e testado e replanejado repetidamente e estava totalmente claro quais eram as grandes vantagens económicas. O Estado e o povo tinham decidido explorar as fontes de energia, agora, com esta aprovação de crédito, tinham simplesmente de tomar a decisão

correspondente de que os montantes ganhos pelos empresários poderiam ser pagos diretamente pelo banco estatal com base nos créditos aprovados. Se isso ocorreria sem dinheiro, por meio de transferência para as transações giro, ou por meio de aviso de crédito para contas de cheque postal ou em dinheiro, é finalmente uma questão indiferente.

É realmente óbvio e claro, se imaginarmos que o banco estatal, para tais fins, emitiria o seu próprio dinheiro no montante dos créditos necessários e aprovados. Estas notas de construção hidroelétrica representavam, assim, até certo ponto, notas do tesouro estatal que seriam emitidas para as obras hidráulicas em ascensão como crédito antecipado sob garantia estatal. Tratava-se, portanto, de dinheiro coberto de várias maneiras. A cobertura consistia, em primeiro lugar, na obra pronta ou em ascensão de Walchensee, etc. e, em segundo lugar, na garantia estatal de que o dinheiro seria aceito pelo seu valor total pelo tesouro público em vez de pagamento. As notas de construção seriam, ao mesmo tempo, obrigações parciais sobre as obras hidráulicas, sem, no entanto, estarem vinculadas a juros. No entanto, como é bem sabido, este não é o caso de quaisquer outras notas que estejam em circulação.

As notas de construção de energia hidráulica poderiam muito bem incluir essas especificações sobre a cobertura total do seu valor no texto da sua impressão. Por exemplo: "*Esta nota de mil marcos encontra a sua cobertura parcialmente no valor da instalação que está a ser construída para a exploração da energia hidráulica da Baviera. É aceito em todos os tesouros públicos como pagamento*".

Se se quiser ir mais longe, nada impede que o Estado se comprometa a fornecer, após a conclusão da obra, contra o depósito da nota, tantos quilowatts-hora de eletricidade ou tantas centenas de quilos de azoto.

Ninguém recusaria aceitar esse dinheiro emitido pelo Estado, que é totalmente coberto por bens materiais e que, ao mesmo tempo, pode ser usado, em certa medida, como um cupão de racionamento de eletricidade. Pelo contrário, podemos ter a certeza de que esse dinheiro gozaria de uma popularidade especial, pois é estável, exatamente tão estável quanto um dólar, ou muito melhor, porque com ele é possível receber uma quantidade bastante definida de eletricidade ou nitrogênio, independentemente das flutuações econômicas.

É um sinal da completa estreiteza de visão dos homens que, na propaganda pública de diferentes debatedores, tenha surgido a objeção de que «ninguém aceitaria esse dinheiro». Nenhum homem jamais hesitou, nem mesmo esses senhores debatedores, em aceitar o dinheiro emitido pelo Estado.

Todos aceitaram até mesmo o papel-moeda mais danificado do Reichsbank, embora esse dinheiro fosse puro dinheiro inflacionário. E, no entanto, todos o aceitaram, mesmo quando os especuladores astutos tentaram se livrar dele o mais rápido possível em troca de moeda estrangeira ou mercadorias. Na verdade, ninguém recusou nem mesmo a moeda de emergência das cidades e comunidades, que era igualmente papel-moeda sem lastro. E agora, uma moeda de papel preferível como a moeda de construção, totalmente coberta por ativos materiais, não deveria ser imediatamente aceite para as nossas grandes obras? Certamente, mesmo aqueles que levantam tais objeções contra o dinheiro governamental sem juros em nome ou no espírito dos seus senhores não acreditam basicamente nisso. Está de fato provado ser irrefutável, apesar de todas as queixas dos "metalistas" que gostariam de considerar como dinheiro apenas o dinheiro feito de metais preciosos, que "dinheiro" é aquilo que o Estado declara ser dinheiro — se esse dinheiro é constituído de papel ou porcelana, ferro ou couro ou qualquer outro material é uma questão de completa indiferença. É

bem diferente quando se trata do poder de compra desse dinheiro. Nesse aspecto, os metalistas estão certos ao afirmar que uma moeda feita de ouro mantém, em geral, o seu valor de troca, mesmo quando distúrbios políticos abalam o Estado. Essa estabilidade, no entanto, o dinheiro metálico feito de metais preciosos não deve ao seu caráter monetário, mas ao seu caráter de mercadoria, ou seja, o ouro.

Não há dúvida alguma sobre a justificação do Estado em cobrir as suas necessidades monetárias para uma grande obra da forma descrita. Em primeiro lugar, o Estado é soberano, ou seja, não precisa ser influenciado por ninguém, pois tem o poder, e, em segundo lugar, tal medida pode resistir ao mais rigoroso exame comercial. O Estado emite com esse dinheiro uma espécie de vouchers com base no seu crédito. Por que razão alguém deveria ter menos consideração pelo crédito do Estado do que pelo crédito de qualquer banco, especialmente quando o Estado está a produzir obras úteis para o bem-estar da comunidade? Mesmo que se diga que o Estado paga o trabalho realizado (os empresários e trabalhadores envolvidos na obra de Walchensee) com papel, isso é verdade, porque mais tarde, após a conclusão das obras, o Estado aceita esse papel mais uma vez como pagamento pelo trabalho realizado por ele (fornecimento de eletricidade ou nitrogénio, etc.). Com isso, o ciclo económico está completo. As notas de construção são assim novamente resgatadas a partir do fornecimento de eletricidade, etc., dos primeiros anos, as notas são destruídas e uma gigantesca obra de arte organizacional governamental foi criada de forma isenta de juros como uma posse isenta de juros para todos. Uma obra que explorou, sem um grande encargo para os consumidores de eletricidade, outra grande fonte de dinheiro para o Estado, o que, por sua vez, aproxima o Estado do objetivo ideal de uma política financeira nacional saudável: o Estado sem impostos.

Agora, há, além disso, o fato de que o processo descrito com a emissão do próprio dinheiro de construção para uma determinada obra não exige de forma alguma a emissão de todo o montante aprovado nessas notas de construção, porque, na verdade, a maior parte dos pagamentos aos empreiteiros não ocorre em dinheiro, mas sem dinheiro, por meio de transferências. Mas, mesmo supondo que se emitisse todo o novo montante de construção em novas notas bancárias estatais, esses montantes, em comparação com os outros montantes de que o Estado necessita hoje, não seriam de todo consideráveis. Ao mesmo tempo que se quebrava a cabeça no parlamento da Baviera por causa do crédito de 800 milhões para a energia hidrelétrica da Baviera — ou melhor: não se quebrava a cabeça, mas apenas se recorria mais uma vez ao "empréstimo" —, 8000 milhões foram aprovados no parlamento «sem debate na terceira leitura para fins de emergência geral».

Aqui, recordo mais uma vez as considerações de que, no caso de tal financiamento através da nova emissão de dinheiro, não se provocaria qualquer tipo de inflação, que, por outro lado, a emissão de obrigações com juros durante o período de construção significa, em qualquer caso, uma certa inflação, uma vez que os juros já têm de ser pagos, embora ainda não tenha sido realizado qualquer trabalho produtivo pelas obras.

No entanto, o equilíbrio econômico nacional entre dinheiro e bens materiais, no sentido da teoria quantitativa, não é de forma alguma afetado, pois, em contrapartida ao aumento dos meios de pagamento do lado do dinheiro, há um aumento exatamente maior nos bens. Se, posteriormente, através das receitas dessas obras, o dinheiro emitido for novamente retirado e destruído, o equilíbrio económico nacional será naturalmente melhorado em benefício da riqueza nacional, de acordo com o valor total dessas novas obras.

Mesmo aqui, deve-se salientar o quanto os juros afetam os custos dos produtos dessas obras. Oskar Pöbing[82] determinou, numa análise detalhada dessa questão, que os custos de produção de um quilowatt-hora ficam mais caros devido ao encargo dos empréstimos com juros na enorme quantia de 500% (!). Agora, a eletricidade das nossas centrais hidroelétricas da Baviera chega até nós cinco vezes mais cara, porque recorremos mais uma vez à via do empréstimo que está "mais à mão". Mesmo aqui, é apropriado imaginar que todas as despesas materiais e pessoais para a operação e manutenção das grandes centrais elétricas da Baviera e escritórios interurbanos, ou seja, todos os salários e remunerações de todas as pessoas ocupadas nessas obras, operadores de eclusas, maquinistas, trabalhadores, operários, pessoal de supervisão e, além disso, todo o aparato técnico e administrativo comercial, até aos diretores, recebam pelo seu trabalho, ano após ano, apenas um quinto dos montantes que os — tão bons — capitalistas de empréstimo recebem ano após ano, sem esforço ou trabalho, a título de juros.

Os juros devoram tudo, os juros tornam tudo mais caro. Apenas o capital emprestado tem o benefício, a população tem o prejuízo. A população que constrói as obras com a sua própria força tem o prejuízo; pois quem constrói as obras da Baviera? Na verdade, os engenheiros da Baviera, os trabalhadores da Baviera, os capatazes e empresários da Baviera; as fábricas bávaras fornecem a maior parte das máquinas e equipamentos e, para o que não é produzido na própria Baviera, é necessário fornecer grãos ou gado bávaros, portanto, o trabalho bávaro deve ser novamente dado em troca, só que o povo bávaro não investe o dinheiro para a construção (aparentemente!), e por isso precisa dos grandes capitalistas de Nova Iorque e Londres, Paris e Berlim. O povo bávaro tem de pedir

[82] [Oskar Pöbing (1882-1956) foi um engenheiro mecânico bávaro que trabalhou na Universidade Técnica de Munique. Foi autor de estudos como Die Wasserkräfte Baverns (1919) e Zur Bestimmung strömender Flüssigkeitsmengen in offenen Gerinnen (1922).]

empréstimos a todos os países do mundo e sobrecarregar a sua energia hidráulica com um pagamento de juros que torna a eletricidade 500% mais cara!

Não é loucura? Não é um crime econômico? As pessoas que nada fizeram além de, em determinado momento, colocarem a caneta em movimento e preencherem um cheque ou instruírem o seu banqueiro a assinar o empréstimo hidroelétrico da Baviera, recebem por isso, ano após ano, juros pagos pelo povo da Baviera.

Além disso, as obras hidráulicas deixam de ser propriedade livre do povo bávaro, passando a ser penhoradas ao capitalista. É especialmente engraçada a situação em que os grandes capitalistas naturalmente não emprestariam o "seu bom dinheiro" a um Estado que não é, em si mesmo, "bom" para o capital e os juros, mas que ainda goza de tanto crédito que se pode injetar 800 milhões nele. E, de fato, os concursos para as obrigações hidrelétricas continham a garantia tão aliciante e tranquilizadora para os capitalistas "de que o Estado da Baviera, com toda a sua riqueza, garante o capital e os juros - (!)".

Moneybag, o que mais você quer! Então, aqui o estado da Baviera admite expressamente que vale tanto que se poderia emprestar 800 milhões para a energia hidrelétrica de Walchensee e do Middle Isar, mas não pode usar a sua soberania financeira e financiar essas obras por conta própria. Porquê? Porque está demasiado envolvido na loucura dos empréstimos e juros, porque os seus estadistas responsáveis não têm tanta capacidade de raciocínio e sentido de responsabilidade próprios que se atrevam a julgar por si próprios estes planos simples e claros de financiamento sem juros; por isso, recorrem aos especialistas bancários profissionais. É exatamente como se um tuberculoso perguntasse aos seus bacilos da tuberculose

se eles achavam certo que ele fosse para Davos ou para Engadin[83] a fim de se livrar da sua doença, e eles lhe garantissem: *"Não, não faça isso, a viagem pode prejudicá-lo, talvez ocorra um acidente ferroviário, fique em casa, no seu ambiente habitual. Na sua condição, não deve fazer experiências! etc."* Seguindo este conselho, que do ponto de vista dos bacilos da tuberculose é bastante correto, a tuberculose progride naturalmente, os bacilos multiplicam-se maravilhosamente. Exatamente assim no nosso caso da economia financeira e de juros.

Receber conselhos dos próprios adversários é extremamente característico dos alemães ingênuos. Se aparecer um homem que ama apaixonadamente o seu povo e lhe dá conselhos sobre isto e aquilo e alerta os responsáveis sobre esta ou aquela malandragem, pode-se apostar dez contra um que as pessoas envolvidas correrão até o malandro e lhe perguntarão com toda a ingenuidade:

"Diga-me, fulano me disse que você é um malandro, por favor, diga-me se isso é verdade!" E se o outro lhe explicar com a cara mais honesta do mundo: "Mas o que você pensa então, que eu sou um canalha! Pelo contrário, sou seu melhor amigo, sempre o ajudei a sair das nossas dificuldades financeiras", então o questionador ingênuo fica bastante feliz — ele fez o suficiente e está especialmente contente por não ter que se esforçar muito. O amigo incómodo do povo, no entanto, ele geralmente não considera digno de sua resposta e as coisas continuam presas na rotina da política de empréstimos capitalistas até que o último item da riqueza nacional livre seja penhorado aos poderes financeiros e toda a nação pague apenas juros à finança internacional.

[83][Davos, na Suíça, é famosa desde meados do século XVIII como estância médica para quem sofre de doenças pulmonares. Engadin é um vale nos Alpes suíços.

Em conclusão, devemos, precisamente neste contexto, salientar ainda o fato de que o Estado da Baviera, quando não se tratava de uma tarefa estatal tão importante como o desenvolvimento da energia hidráulica bávara, mas sim de remediar a crise monetária do governo de novembro, foi muito rápido em emitir, através do banco estatal da Baviera, cerca de 130 milhões de notas do tesouro do Banco Estatal da Baviera. Isto aconteceu de forma totalmente coberta — e todos aceitaram estas notas bávaras com a mesma disposição com que aceitavam as notas do Reichsbank, e todos podiam comprar para si tanto pão com os vales bávaros como com as notas do Reichsbank. Na verdade, nem precisava ser todo o estado da Baviera, bastava que o presidente da câmara da capital provincial, Munique, e alguns anciãos da cidade tivessem os seus nomes impressos nesses pedaços de papel coloridos, e mesmo esse dinheiro de emergência circulava, todos o aceitavam e todos o distribuíam exatamente como os pedaços do Reichsbank, e esse dinheiro de emergência cumpria a tarefa de qualquer dinheiro de ser uma ajuda para a troca de mercadorias de uma forma inquestionável.

Apenas um órgão foi extremamente afetado de forma desagradável por essas notas artificiais das províncias e comunidades: as altas finanças, que impuseram uma lei do Reich em outubro de 1921, segundo a qual era estritamente proibido às províncias e comunidades continuar a emitir dinheiro de emergência. Essa lei era, na prática, uma lei clara para a proteção dos judeus, que seria seguida em 1922 pela «Lei para a proteção da república».

Posso imaginar muito bem o medo repentino das finanças internacionais quando reconheceram que, com o dinheiro sem juros, mesmo na forma inofensiva de dinheiro de emergência, o povo tinha nas mãos uma arma, naturalmente sem saber disso, que poderia, de uma só vez, destruir a rede dourada estabelecida com mentiras e

enganos ao longo de séculos de trabalho clandestino e falsificação e libertar os povos da sua escravidão aos juros.

Já naquela época, no caso da emissão do dinheiro do estado da Baviera, o Reichsbank exigiu muito rapidamente que esse dinheiro fosse retirado novamente, o que também ocorreu de forma complacente ao longo de 1921. A razão: esse dinheiro não trazia juros para as altas finanças, como o dinheiro do Reichsbank traz através da rota indireta dos títulos do tesouro do Reich.

No Estado nacional-socialista, no futuro, todas as grandes tarefas do Estado serão financiadas e organizadas da forma descrita, evitando totalmente a via do empréstimo. Naturalmente, só recorreremos à via indireta do dinheiro para a construção sem juros em geral se os meios necessários não puderem ser obtidos a partir dos excedentes de outras empresas estatais ou de impostos especiais para tais fins específicos. De qualquer forma, sabemos que esta forma de financiamento abre possibilidades inimagináveis e enormes de explorar os recursos naturais do país, melhorar as vias de transporte, etc.

Cada nação é tão rica quanto é capaz de organizar o trabalho[84].

[84] [Isso reflete-se no discurso de Hitler ao Reichstag em 30 de janeiro de 1939, no qual ele declarou: «Sob a compulsão da... necessidade, aprendemos, em primeiro lugar, a levar em conta o capital mais essencial de uma nação, ou seja, a sua capacidade de trabalhar.» (citado em R de Roussy de Sales (ed.) Adolf Hitler: My New Order, Londres: Angus and Robertson, 1942, p. 4570)]

O Banco social de construções econômicas

Em conexão lógica com o capítulo anterior, está a criação de um banco social de construção e economia, cuja tarefa é emitir dinheiro sem juros para a construção, especialmente para a construção de casas. É claro que este banco social de construção e economia não deve ser gerido como uma instituição estatal, mas como uma empresa de direito público. Logicamente, portanto, a discussão sobre ele deve vir após a apresentação do sistema tributário nacional-socialista, mas como este banco social de construção e economia nada mais é do que o financiamento sem juros transferido para as condições da economia privada e, de fato, especialmente para o sistema de construção de moradias — portanto, um ramo da economia de importância universal —, talvez seja justificado colocá-lo em primeiro lugar.

A razão pela qual tal banco de construção não deve ser conduzido como uma empresa estatal pura deve-se ao fato de que tal instituição financeira de direito público deve ser mais livremente manobrável do que uma empresa estatal pode ser. Isso não seria motivo suficiente se se tratasse apenas da construção de habitações, mas haverá muitos casos em que se trata de tarefas da maior importância que afetam indiretamente o interesse público, e então o banco, que é de fato responsável perante o Estado pela sua gestão, deve e tem de ter liberdade para conceder também crédito sem juros após uma análise aprofundada de todas as condições.

Tal liberdade de decisão, porém, não é possível em empresas puramente estatais. É por isso que isso deve ser deixado à iniciativa privada.

A título de ilustração, pode-se apresentar aqui o esboço de uma lei desse tipo que foi aprovada em 1922 para a Baviera:

Lei sobre o desenvolvimento de um banco social, de construção e económico da Baviera.

Art. 1

Será fundado um banco social, de construção e econômico nacional da Baviera (BWB).

O BWB tem a tarefa de apoiar financeiramente empresas do estado ou empresas privadas (sejam elas indivíduos ou sociedades) economicamente valiosas a nível nacional que contribuam para o desenvolvimento do país ou sejam benéficas para o bem-estar geral.

Art. 2

O BWB é uma corporação de direito público. As prescrições mais detalhadas relativas à sua organização, administração e atividade e à sua direção serão decretadas por todo o ministério.

Art. 3

É concedida ao BWB a autorização para emitir, numa primeira fase, títulos do Tesouro sem juros, cobertos por ativos materiais, num montante máximo de 50 milhões de marcos-ouro.

A emissão só pode ocorrer de forma legal, de modo que o montante do dinheiro emitido em qualquer momento e em circulação seja coberto por garantias materiais de, pelo menos, o mesmo valor (hipotecas sem juros, notas promissórias, hipotecas, etc.) e o reembolso ou a devolução das notas do Tesouro seja garantido pelas receitas das empresas ou instituições a serem desenvolvidas dentro de um prazo adequado, no máximo 50 anos.

Art. 4

A soma das garantias e títulos devidos pelas notas do Tesouro emitidas pela BWB constitui a associação de cobertura da BWB.

Quaisquer transações legais que perturbem ou prejudiquem uma garantia ou cobertura patrimonial pertencente à associação de cobertura são nulas.

Alterações de propriedade ou posse de qualquer tipo em objetos ou direitos sujeitos à organização de cobertura não afetam a existência dos títulos e permanecem vinculadas ao objeto, mesmo para o novo comprador; o antecessor no título é liberado da responsabilidade pessoal somente quando o BWB concorda com a mudança na pessoa do devedor. Acordos contrários são nulos.

Art. 5

Todos os constituintes e direitos da organização de cobertura do BWB estão registados neste registo público; os princípios e consequências jurídicas são válidos para este livro, tal como para os registos; o registo goza da confiança pública e da presunção de direito em si mesmo.

O acesso ao registo ou às secções pertinentes do mesmo deve ser concedido a todos aqueles que comprovem um interesse legal no acesso.

Devem ser publicados anualmente resumos semelhantes a balanços sobre os montantes totais das notas do Tesouro emitidas, bem como o montante total dos títulos devidos ao BWB por estas, bem como adições e deduções, e sobre os reembolsos e resgates bem-sucedidos de notas do Tesouro.

Art. 6

As notas do Tesouro do BWB são moeda legal. Todos têm de as aceitar pelo valor nominal total em relação à taxa de câmbio das outras moedas legais do Estado. Se um credor recusar a aceitação das notas do Tesouro do BWB em vez do pagamento à taxa de câmbio mínima acima mencionada, o devedor fica, na medida em que tenha efetivamente oferecido o pagamento em notas do Tesouro, livre da dívida desse montante.

O BWB emite as notas do Tesouro sem juros e acorda, num contrato, as condições gerais e especiais das condições legais mútuas relativas aos períodos e taxas da emissão, às garantias e hipotecas a pagar pelo devedor, bem como aos reembolsos e outras condições legais pertinentes. Uma cópia destes contratos

deve ser disponibilizada a todos como anexo às inscrições no registo da associação de cobertura.

O BWB tem o direito de determinar sobretaxas ou taxas para os custos administrativos no compromisso de empréstimos e para as cobranças anuais ou de determinar prémios ou descontos correspondentes a qualquer momento de forma pública e uniforme.

A emissão ou a cotação na bolsa de valores de uma taxa superior à taxa mínima determinada no Art. 1 é permitida.

Os reembolsos só podem ser feitos em títulos do Tesouro do mesmo tipo que os emitidos.

Art 7

A atividade do BWB, na medida em que se estende à observância das prescrições contidas nesta lei, está sujeita ao controlo e supervisão de um conselho público de supervisão composto pelo Ministro das Finanças ou um representante por ele nomeado, pelo Ministro do Interior ou um representante por ele nomeado, pelo Ministro da Justiça ou um representante por ele nomeado e por três pessoas a eleger pelo parlamento por um período de dois anos.

Art. 8

Cláusula penal: Penas de prisão por danos intencionais aos

títulos da associação de cobertura e, da mesma forma, por sabotagem comercial ou habitual, especialmente na bolsa de valores, das notas bancárias de construção ou do valor cambial das mesmas, ou por tentativa de fazê-lo. Além disso, altas penalidades monetárias por isso, mesmo para pessoas jurídicas.

***

Nas “condições executivas” foram então emitidas prescrições precisas sobre a constituição do conselho de administração e do conselho

consultivo, ao qual pertencem representantes dos ministérios, do parlamento e dos construtores. A tarefa deste conselho consultivo é o controlo da utilização legal das notas de construção, a análise dos reembolsos, a verificação das indemnizações hipotecárias, a aprovação das bases da hipoteca com notas de construção sem juros, etc.

As condições adicionais regulavam então o reembolso e a liquidação, os lançamentos em stock sobre a série emitida de notas de construção e sobre os títulos registados para tal, e, além disso, mais prescrições sobre os projetos de construção aprovados, etc. Naquela época, o incentivo para a criação de um banco social desse tipo foi proporcionado pela enorme necessidade de habitação e pela circunstância de que o Reich e as províncias não podiam, de forma alguma, controlar a situação de emergência de maneira eficaz. As instituições competentes dos serviços de habitação podiam, naturalmente, libertar espaços habitacionais aqui e ali, mas não podiam construir novas habitações. A nova atividade de construção sofria da falta de materiais, sobretudo do fato de, com o controle de emergência dos alugueis existentes, a construção de novas casas ser absolutamente “não rentável” para o capital privado.

Os subsídios concedidos pelo Reich e pelas províncias para cobrir as chamadas despesas de construção perdidas eram insuficientes, devido à desvalorização monetária progressiva. Mesmo as construções habitacionais individuais iniciadas aqui e ali não conseguiam eliminar a crise habitacional geral. A criação de hipotecas baratas era impossível porque, com os aluguéis fixados na época, mesmo o dinheiro de construção mais barato impedia uma taxa de juros de 4%.

Acontece, portanto, que, como já sugerido nas observações fundamentais, apesar da grande necessidade, devido à rentabilidade insuficiente, a necessidade simplesmente não é coberta.

Agora, se se conseguir eliminar os encargos de juros recorrentes anualmente, se se tomarem medidas para colocar meios sem juros à disposição daqueles que precisam de habitação, é possível estimular o mercado imobiliário em grande estilo. Com isso, porém, não só seria eliminada a terrível necessidade de habitação, com todos os seus danos sociais e sanitários, como também o mercado interno seria estimulado de forma extraordinária, porque todos os inúmeros ofícios auxiliares, os serralheiros, carpinteiros, telhadores, canalizadores, vidraceiros, instaladores, ceramistas, ladrilhadores e azulejistas, pintores e estucadores dependem disso, encontrariam trabalho e sustento e veriam reforçada a sua capacidade de compra.

Isto significa, no entanto, que é oferecido dinheiro para a construção sem juros.

Estas notas de construção são emitidas pelo "Banco Social de Construção e Economia". Os fornecedores e empreiteiros são pagos pela construção com este dinheiro. O proprietário do edifício paga o dinheiro recebido sem juros em prestações adequadas, num período de 30 a 50 anos, de acordo com o caráter e a durabilidade da construção. As notas de construção diferem do dinheiro do Reich ou provincial da mesma forma que as notas do Reichsbank diferiam das notas do tesouro de empréstimo. Estas notas de construção encontram, como já mencionado, a sua cobertura material total no fato de que, ao mesmo tempo, surgem, a crédito do banco de construção, novos ativos materiais (casas) de valor igual ao das notas emitidas, que são legalmente garantidos através do registo de hipotecas sem juros no mesmo valor.

Na prática, também aqui o valor total dos novos edifícios não será indicado nas notas de construção, mas apenas as despesas reais de construção. O terreno terá, portanto, de ser disponibilizado, pelo

menos, pelos construtores, pelas sociedades de construção ou pelas comunidades e, além disso, pelo menos 10-30% do valor do edifício deve ser produzido por aqueles que necessitam de habitação, dos quais 5% devem ser retidos para cobrir os custos administrativos do banco de construção.

O reembolso segue-se então sem qualquer cálculo adicional de juros. Desta forma, a propriedade livre dos proprietários cresce de ano para ano nas suas casas e, da mesma forma, os valores retidos na associação total como cobertura para as notas de construção emitidas. Assim, o montante das notas de construção em circulação diminui de acordo com os reembolsos efetuados.

O caráter legal desse dinheiro de construção não é outro senão a emissão de uma obrigação. O devedor dessa obrigação é o banco de construção. O credor de uma obrigação é o atual proprietário dessa obrigação.

Ninguém pode ser proibido de emitir obrigações, é sempre apenas uma questão de circunstâncias externas, se as obrigações emitidas por alguém são geralmente aceites como pagamento. Como mencionado muitas vezes anteriormente, as notas de construção são sempre e em qualquer condição económica e política concebível totalmente cobertas pelos ativos materiais contra elas. Portanto, não pode haver dúvida de que o banco venha a ter dificuldades em qualquer momento.

A aceitação universal é, no entanto, garantida no momento em que o Estado se compromete a assumir a garantia para o resgate limitado no tempo das notas de construção e, durante a vigência das notas, a aceitar as notas nos seus registos como pagamento ou quando forem declarados meios legais de pagamento.

Tal aceitação da garantia não significa agora, na prática, o menor encargo para o Estado; pelo contrário. Hoje, o Estado tem de gastar e pagar juros e, em seguida, recuperar através de impostos gerais, milhões incontáveis anualmente pelas subvenções que aprovou para despesas de construção perdidas. Isto é então totalmente cancelado.

As subvenções agora concedidas pelo Estado são, portanto, dinheiro realmente perdido que deve ser recuperado pela comunidade e que vai para algumas pessoas afortunadas que conseguiram realmente obter essas subvenções.

Assim, mesmo quando um pagador inadimplente entre os recebedores de notas de construção sem juros realmente não consegue cumprir as suas obrigações em algum momento, isso não tem qualquer influência em relação às enormes economias que o orçamento do Estado realiza, pois, dessa forma, ele também não precisa fazer sacrifícios que são totalmente perdidos.

Como se trata de uma tarefa de grande importância social, justifica-se a criação de uma corporação jurídica pública independente como instrumento e responsável pela sua execução.

Desta forma, esta instituição será removida da esfera das formas sociais económicas privadas, às quais estão naturalmente associados lucros pessoais e intenções de enriquecimento aos olhos das pessoas. Por outro lado, a instituição será removida do domínio da empresa estatal pura, contra a qual, da mesma forma, não sem alguma injustiça, existe uma certa aversão em todas as questões económicas entre o público.

Nos regulamentos de implementação, deve ser registrado tudo o que é basicamente indispensável para o público e para a segurança da gestão empresarial do banco.

O conselho consultivo proposto pode exercer sua influência além disso. O próprio conselho consultivo é, mais uma vez, um reflexo de todos os grupos de interesse envolvidos.

A criação de um banco de construção como pessoa coletiva pública tem também o agradável efeito secundário de que, desta forma, todo o complexo de valores patrimoniais assim criados não aparece como propriedade do Estado, mas como propriedade de uma entidade jurídica independente, que é o banco de construção.

A construção jurídica ou o caráter legal deste banco de construção é, portanto, o seguinte: o banco de construção é uma entidade jurídica em virtude do fato de ser reconhecido ou estabelecido como uma corporação jurídica pública; este banco de construção não é composto por membros individuais; é ele próprio o detentor dos direitos e deveres que decorrem da sua atividade. No entanto, também não é uma instituição oficial nem estatal, nem membro de um organismo estatal.

A criação de tal forma jurídica não é, de fato, algo comum e tradicional; mas, no entanto, é algo já previsto na lei; as condições atuais, porém, exigem instituições correspondentes de tipo moderno. Aqui reside, de fato, o serviço quando algo deste tipo é estabelecido: que, de certa forma, se ultrapassa os limites do tradicional para se adaptar às exigências da época.

A forma como os negócios são conduzidos pode ser melhor explicada com um exemplo individual: o banco de construção divulga antecipadamente os fundamentos e pré-requisitos que devem ser cumpridos para que um pedido de aprovação de dinheiro do banco de construção seja considerado. O requerente encaminha o seu pedido com os documentos necessários ao banco de construção e, em casos

afirmativos, celebra um contrato com aqueles que necessitam de habitação (proprietários de casas).

Neste contrato, deve ser previsto, em primeiro lugar, tudo o que a portaria do banco de construção e os regulamentos de implementação prescrevem, ou seja, a obrigação de utilizar o dinheiro da construção apenas para a construção do edifício, a obrigação de hipoteca e as obrigações de reembolso. Além disso, todas as outras condições legais aplicáveis devem ser estabelecidas neste contrato. Deve ser especialmente determinado que quem necessita de habitação não tem justificação para vender novamente o imóvel, o que, aliás, já é destacado na ordem da hipoteca. As condições para a devolução da herança e para o caso de incumprimento do pagamento devem ser reguladas em conformidade com uma ou mais prestações de reembolso.

(Os detalhes decorrem da natureza desta matéria).

Como todas as empresas de entrega e todos os trabalhadores são pagos apenas com notas do banco de construção, produzidas pelo próprio banco, as notas do banco de construção entram em circulação pela primeira vez em todas as circunstâncias apenas na medida em que o equivalente em pagamentos é acumulado pela propriedade. Das mãos dos trabalhadores e fornecedores, as notas do banco de construção chegam ao público; tendo em conta os títulos existentes e, especialmente, porque o Estado assume a garantia das notas do banco de construção e os tesouros públicos aceitam as notas do banco de construção como pagamento, o público aceitará as notas do banco de construção como qualquer outra moeda. Assim, cabe ao proprietário da casa decidir como cumprir a sua obrigação para com o banco de construção de reembolsar anualmente 2% dos montantes emprestados em notas do banco de construção. Por outras palavras, o proprietário do imóvel e devedor hipotecário do banco de construção deve

produzir anualmente 2% em notas do banco de construção a partir dos montantes encontrados em circulação. Na prática, os devedores hipotecários irão recolher notas do banco de construção que circulam juntamente com o dinheiro local antes da data de vencimento dos seus pagamentos e, com isso, satisfazer a sua obrigação de pagamento. Um local especialmente adequado para obter notas do banco de construção serão os estaleiros de construção que se encontram em funcionamento a qualquer momento.

Se supusermos, para ter uma ideia, que num ano são emitidas em Munique notas do banco de construção no valor de 10 milhões, destas, anualmente, 200.000 marcos-ouro regressarão ao banco de construção; assim, após 50 anos no máximo, os 10 milhões terão retornado e sido recolhidos pelo banco de construção, após 50 anos no máximo as casas construídas com esse dinheiro serão pagas e se tornarão propriedade livre de dívidas dos seus proprietários. O pagamento total terá ocorrido sem que um centavo tenha sido pago inutilmente a título de juros; o pagamento é realizado através de nada mais do que o simples estabelecimento do banco de construção, vinculado à garantia do Estado.

O ato social consiste no fato de o Estado ter produzido o valor das casas absolutamente do nada, de ter criado um rendimento para milhares de trabalhadores e empresários através da construção de todo este edifício. Se se supuser que se trata de milhares de casas individuais, milhares de pessoas sem terra são assim transformadas em proprietárias de terras.

Serão feitas diferentes objeções e reservas, das quais se pode sugerir a mais importante:

a) A objeção da inflação. Esta objeção é tão míope quanto irrelevante; como já explicado em passagens anteriores, a

inflação só pode surgir quando é emitido dinheiro sem cobertura. Aqui, a cobertura material se opõe às notas bancárias de construção; portanto, é irrelevante se mesmo quantidades consideráveis de notas bancárias de construção entrarem em circulação;

b) A objeção de que esta questão é nova e não foi testada. Esta objeção é, na verdade, inaplicável, e a questão talvez seja nova para a Alemanha.

Em outros lugares, está-se habituado a esses certificados de dívida sem juros cobertos por ativos materiais. O exemplo típico disso é o warrant inglês, que foi introduzido há cem anos e ainda é preservado. O warrant é uma ordem que dá ao proprietário o direito a uma determinada quantidade de ferro bruto depositada num determinado armazém central. Essas notas de warrant são usadas como moeda; o poder de compra do warrant sofre apenas as flutuações a que o preço do ferro bruto está sujeito no mercado mundial.

Se tivéssemos na Alemanha, por exemplo, tais warrants, eles seriam completamente independentes das moedas alemãs e de suas flutuações. O valor desses warrants estava relacionado ao preço do ferro bruto e, por sua vez, o valor desses preços era automaticamente regulado em relação à moeda.

No warrant, encontramos o exemplo significativo da natureza popular deste certificado de dívida sem juros e ordem de dívida coberta por um ativo material.

Na medida em que construções novas consideráveis e economicamente importantes para o país devem ser realizadas, é imperativo construir colônias inteiras em série.

Seria um ponto de vista defeituoso se se quisesse construir casas individuais ou mesmo casas geminadas apenas quando a pessoa que procura uma casa deseja se tornar proprietária. O dano que tem de ser remediado é a crise habitacional, não se tratando, portanto, principalmente de uma questão de habitação, mas sim, acima de tudo, da criação de oportunidades de habitação. Esta necessidade também será remediada pelo fato de se promover a construção comercial de apartamentos para arrendamento. Nada impede, portanto, que um proprietário de uma casa de arrendamento à moda antiga receba notas bancárias de construção para a construção de uma nova casa de arrendamento. Precisamente no caso dessas pessoas, será possível exigir antecipadamente em dinheiro um adiantamento superior a apenas 10% do valor total do edifício; muitas dessas pessoas estão dispostas e em condições de gastar somas consideráveis dos seus próprios recursos para a construção de habitações, se receberem como subsídio o restante ou uma parte correspondente, sem juros, do banco de construção. É precisamente a natureza isenta de juros do dinheiro do banco de construção que torna possível levar em consideração este aspecto da revitalização do mercado imobiliário, que é tão extremamente importante para as grandes cidades.

Este banco social de construção e econômico, no entanto, também ultrapassará mais tarde os limites do financiamento de edifícios residenciais para a emissão de créditos isentos de juros a empreendimentos, indústrias, obras comunitárias, melhorias na agricultura, etc., economicamente importantes para o país, mesmo que com um prazo de reembolso mais curto.

O Estado sem impostos

O principal objetivo do Estado nacional-socialista é: um Estado sem impostos. Se isso pode parecer, nas circunstâncias atuais, uma utopia louca, se pode parecer para muitos uma promessa boa demais para ser verdade, sabemos, no entanto, que esse objetivo é totalmente alcançável, pelo menos na medida em que a enorme pressão tributária deve ser removida da população.

Com toda a clareza, apresentámos nos capítulos anteriores a prova de que hoje quase todos os impostos são devorados apenas pelo pagamento de juros. Pagamos impostos em cada pedaço de pão que comemos, cada sala aquecida custa um excesso de impostos, cada compra é sobrecarregada com o imposto sobre vendas. Mas tudo o que vai para os impostos dessa forma não é, de longe, suficiente para pagar os impostos sobre as dívidas de reparação.

É sempre revelador de falta de bom gosto e compreensão crítica descartar um objetivo tão importante como, sem dúvida, o Estado sem impostos é uma utopia. Para quem nos acompanhou pelos caminhos largos e sinuosos da política financeira atual e não perdeu o fio de Ariadne — a obrigação de juros do Estado —, deve ser fácil encontrar também a saída deste labirinto do Minotauro.

Aquele que se eleva acima das degradações e observa de um ponto de vista elevado as conexões descritas: obrigação de juros do Estado, inflação fiscal, aquele que reconheceu a obrigação de juros de todas as nações do círculo cultural ocidental como o fato que domina tudo, aquele que reconheceu que vivemos numa era de completa reversão das condições saudáveis e razoáveis entre trabalho e riqueza, aquele que não pode mais evitar a lógica premente de que especialmente o Estado, em virtude da sua soberania financeira, não está completamente vinculado à via do empréstimo, mas que pode

financiar criativamente, por direito próprio, todas as grandes tarefas públicas do Estado, para ele é apenas o último passo para um Novo Mundo político-financeiro exigir um Estado em que a administração financeira do Estado não considere como sua primeira tarefa extrair o máximo possível de impostos dos cidadãos do Estado, mas, pelo contrário, remover toda a pressão fiscal onerosa e fertilizar a economia nacional.

Estamos em posição de apresentar provas numéricas de que o Estado sem impostos não é de todo uma utopia, mas que essa possibilidade existe em todos os orçamentos estatais ordenados, se o Estado se libertar do peso dos juros que sobre ele pesam. Que pode fazê-lo sem ter de prestar contas é provado pela história das falências estatais, que relata dezenas de casos em que os Estados, através da falência, escaparam ao peso dos juros e da dívida que sobre eles pesavam.

Levar-nos-ia demasiado longe entrar aqui novamente em detalhes sobre a demonstração precisa que apresentei na minha pequena obra polêmica. A falência do Estado: a solução, ou seja, o ajustamento do pagamento de juros dos empréstimos públicos numa transformação simultânea das obrigações em ativos bancários sem juros, não merece de forma alguma o nome desonroso de falência, mas esta forma de libertação do Estado e do povo da sua dívida vinculada a juros significa, na verdade, a liberdade do Estado e da economia de correntes insuportáveis.

No entanto, um ajuste desses pagamentos de juros teria possibilitado, já antes da guerra, a cobertura das despesas estatais para toda a administração estadual. Apresentei o orçamento estadual da Baviera de 1911 como exemplo. Naquela época, as receitas do estado da Baviera provenientes das chamadas empresas estatais comerciais (ferrovias, correios e telégrafos) totalizavam 120 milhões de marcos-ouro, e as receitas da silvicultura estadual, 40 milhões. As

despesas totais de toda a administração estadual para a administração da justiça (todos os tribunais distritais com todas as suas despesas de pessoal e materiais, todos os tribunais provinciais, os tribunais regionais e os tribunais superiores em Munique, Nuremberga, etc.) totalizavam 27 milhões. Para toda a grande e cuidadosamente desenvolvida administração interna de todo o estado da Baviera, ou seja, para os numerosos tribunais distritais, para os governos municipais, para o departamento de polícia de Munique, para a gendarmerie, além de para os numerosos outros órgãos e autoridades, como as autoridades médicas, o hospital provincial de vacinação, as instituições de pesquisa para alimentos e alimentos semiluxuosos, os sanatórios e manicômios, o tribunal administrativo, o escritório provincial de estatística, as autoridades metrológicas, as câmaras de seguros, etc., em 1911, foram desembolsados 40 milhões do orçamento do estado. Para a educação, escolas e igrejas, portanto, especialmente para todas as escolas de ensino médio, escolas secundárias, escolas preparatórias, escolas de latim, escolas de ensino secundário, escolas de ensino fundamental II, escolas profissionais superiores, instituições de formação de professores, para todas as escolas estaduais de construção e escolas especializadas, escolas de comércio e música, escolas agrícolas e distritais, para Weihenstephan[85] e para o instituto de investigação biológica, para todos os institutos de educação feminina e, acima de tudo, para as universidades com as suas inúmeras coleções e institutos, a universidade técnica, para as outras universidades de artes, para as universidades comerciais, para a academia de música, depois para o Maximilianeum[86], ainda para os institutos centrais de ciência e arte, a academia de ciências, as coleções científicas do estado, os museus da Baviera, a biblioteca estadual, o teatro estadual, etc., para este enorme campo de atividades do Ministério da Cultura com os seus milhares

[85] [Weihenstephan é um mosteiro do século XI na Alta Baviera que foi transformado em 1803 numa escola florestal e cervejaria estatal.]
[86] [O Maximilianeum, em Munique, foi projetado pelo rei Maximiliano II da Baviera como sede de uma fundação estudantil. Desde 1949, abriga o parlamento estadual da Baviera.]

de funcionários, com os seus enormes tesouros artísticos nas coleções e museus, todos os quais requerem edifícios, administração e cuidados, em 1911, foram desembolsados 51 milhões no total. No âmbito do Ministério das Finanças, que de fato não exerce apenas funções que extraem dinheiro do povo, encontram-se as atividades da administração florestal com centenas de guardas florestais, além da administração de minas, fundições, salinas, todas as alfândegas centrais e subsidiárias, a casa da moeda central, a administração da dívida pública e o banco estatal, além dos gabinetes de agrimensura e do gabinete provincial de agrimensura, e também as administrações estatais de estâncias termais, o gabinete da cervejaria da corte, Munique, etc.

Esta empresa igualmente muito grande causou uma despesa de 15 milhões. As despesas do Ministério dos Transportes foram cobertas pelas suas próprias receitas operacionais, por outro lado, as pensões dos antigos funcionários públicos exigiram ainda o montante muito elevado de cerca de 36 milhões.

Assim, no total, a administração da justiça, a administração interna, incluindo os edifícios que não mencionei especificamente acima, e também a administração financeira, bem como a educação e o desenvolvimento e as pensões exigiram 27+40+51+13+36-167 milhões.

Os excedentes que as empresas estatais, os correios e os caminhos de ferro, as minas e as florestas entregaram ao tesouro do Estado, no valor de cerca de 160 milhões, teriam, assim, sido quase suficientes para cobrir todo o gigantesco aparelho administrativo do Estado sem um cêntimo de impostos!

O Estado sem impostos teria sido uma realidade, se os impostos totais cobrados ao povo da Baviera, ou seja, 60 milhões de impostos diretos

e 53 milhões de impostos indiretos, além de 31 milhões de taxas, num total de 134 milhões, não tivessem sido usados inteiramente para o pagamento de juros sobre o capital emprestado. O pagamento de juros apenas pelas dívidas do Estado da Baviera exigiu 84,6 milhões (!) e a Baviera teve de entregar 50 milhões ao Reich, igualmente para o pagamento de juros da dívida do Reich.

Apresentei uma breve visão geral dos grandes e pequenos campos da nossa vida estatal. Isto parece especialmente importante porque o nacional-socialismo também tem em mente o trabalho extraordinário e exemplar que o antigo Estado realizou, muito do qual não requer reformas nem melhorias, na medida em que não se trata de assuntos que nunca podem ser concluídos. Mesmo para cada organismo estatal, é verdade que ele não pode ficar parado se não quiser se tornar obsoleto. Em muitos campos, um espírito mais fresco e livre não fará mal, e aqui e ali reformas profundas são apropriadas. Em muitos ramos do nosso aparato administrativo, pelo menos um novo espírito deve entrar, especialmente o espírito da responsabilidade definitiva do funcionário público em relação às suas tarefas e às pessoas a quem ele serve.

Apenas um campo foi forçado a seguir caminhos completamente falsos — a administração financeira do Estado. Se circunstâncias como as que acabamos de descrever são possíveis, isso é realmente um sinal de que aqui deve ser efetuada uma mudança radical. Ora, isso já era verdade para o Estado antes da guerra, pois já naquela época o Estado estava subjugado ao serviço dos juros do capital privado emprestado. Nada revela de forma mais marcante a dependência do Estado em relação ao capital emprestado já existente naquela época do que um levantamento da distribuição dos impostos sobre as diferentes formas de rendimento. De acordo com o orçamento para 1911, no qual baseámos as nossas observações até agora, a propriedade fundiária foi avaliada em 12,6 milhões, a

propriedade imobiliária em 12,1 milhões, as empresas comerciais em 17 milhões, mas, por outro lado, as pensões de capital, com um rendimento total de 253 (!) milhões de marcos-ouro, em apenas 10 milhões. Trata-se, portanto, de um tratamento extremamente indulgente para com aqueles que podem viver sem esforço e trabalho, às custas da população trabalhadora.

As inúmeras pequenas rendas de pensões — estamos a pensar no grupo de pensões de 70 a 700 milhões de marcos — representam, de fato, em números, a massa predominante das obrigações fiscais das pensões de capital, ou seja, cerca de 150 000, mas nem os seus rendimentos de juros de capital nem o seu pagamento de impostos, em cerca de 0,7 milhões, teriam qualquer impacto no orçamento do Estado — mas o que torna estes números tão notáveis para nós é o fato de o grande capital emprestado ter criado nestas centenas de milhares de pequenos beneficiários de juros uma poderosa guarda protetora contra todos os ataques aos rendimentos de juros sem esforço e sem trabalho.

É naturalmente fácil persuadir estes pequenos beneficiários de juros de que as suas poupanças devem garantir, em certa medida, um direito duradouro aos juros, pois a semelhança entre estas pessoas, que trabalharam arduamente toda a sua vida e realmente trabalharam para as suas poupanças, e os beneficiários de pensões nas condições do Estado e dos empregados é óbvia. Mas o que diferencia essa atitude da ideia de uma pensão é a diferença essencial de que o direito à pensão depende da pessoa e termina com a morte, enquanto o direito aos juros é material e está vinculado de forma independente da pessoa, de maneira impessoal, à mera posse do dinheiro como um «direito legal eterno».

Abordaremos estas conexões mais adiante na discussão sobre as pensões gerais de velhice, porque estas observações nos permitiriam

encontrar a transição dos juros eternos injustificados para o direito justificado de todos os camaradas nacionais a uma velhice sem preocupações.

Esses pequenos recebedores de juros não são levados em consideração na questão que estamos a tratar, que é o tratamento notavelmente indulgente do capital emprestado por parte do antigo Estado, mas apenas aqueles que engoliram a maior parte das pensões de capital e que depois se apresentaram novamente como os grandes doadores financeiros do Estado.
Portanto, acabemos com esse disparate económico nacional de uma administração financeira estatal orientada para o capitalismo de juros e avancemos para o Estado Nacional-Socialista livre, baseado no trabalho e no desempenho, livre de todos os impostos.

Uma vez que o Estado esteja livre do peso das suas obrigações de juros, ver-se-á o que o Estado pode alcançar. Se novas fontes de receita de grande alcance forem adicionadas, como a exploração da energia hidráulica e dos recursos naturais do país, então o Estado sem impostos deixará de ser uma utopia e passará a ser uma realidade alegre.

Se, mesmo assim, quisermos falar de uma política fiscal do Estado nacional-socialista, é porque dessas fontes fiscais poderiam fluir os meios para muitas tarefas que realmente aguardam uma solução estatal, para as quais, no entanto, nunca houve mais meios no orçamento do Estado. Estamos a pensar aqui nos amplos campos da saúde nacional, da luta contra as doenças venéreas, do abuso de álcool, da promoção dos desportos físicos, da promoção mais substancial da arte e da ciência, da licença de maternidade, dos cuidados infantis, da construção de cidades-jardim e, acima de tudo, do pagamento da dívida de honra do povo alemão para com os seus feridos de guerra, viúvas e órfãos de guerra.

O seguinte deve ser tomado como princípios orientadores para um sistema estatal nacional-socialista no campo da política fiscal:

1. A tributação para fins de pagamento de juros sobre empréstimos internos é excluída.

2. Os impostos só são permitidos para cobrir despesas do Estado com fins improdutivos, para administração, administração da justiça, forças armadas, polícia, sistema de saúde e educação, na medida em que os excedentes das empresas comerciais estatais, ferrovias, correios, telégrafos, florestas estatais e minas estatais, bem como o fornecimento de eletricidade das grandes bases interurbanas estatais, não sejam suficientes para cobri-las.

3. Para a cobertura de necessidades especiais ou para emergências especiais, especialmente no caso de guerra, os impostos diretos e indiretos não só são admissíveis como obrigatórios.

4. Os impostos diretos podem ser aplicados sobre a propriedade sob qualquer forma, mas aqui deve ser planeada uma gradação de longo alcance. O rendimento deve ser isento de impostos até um limite adequado. Neste caso, deve ser considerado mais cuidadosamente do que até agora se o contribuinte tem uma família com filhos ou outras responsabilidades de cuidados.

5. Os funcionários públicos devem, em princípio, estar isentos de impostos. Para as pessoas casadas, devem ser garantidos abonos de família.

6. Os impostos indiretos só são considerados em tempos normais para objetos de luxo. O Estado tem aqui um excelente meio à sua disposição para controlar e aumentar os preços da produção de artigos

que servem apenas para satisfazer o luxo atraente, a extravagância e a gula na alimentação e na bebida, bem como os excessos da moda. Mesmo os bens semiluxuosos puros, como o tabaco, o álcool e o vinho, na medida em que não servem para fins de saúde, serão sujeitos a impostos indiretos. Por outro lado, todos os impostos indiretos, tais como os que hoje exploram o povo na sua totalidade, devem ser fundamentalmente evitados. Referimo-nos aqui a todos os impostos indiretos absurdos que funcionam apenas de forma a aumentar os preços, sobre o açúcar, o sal, os fósforos, as lâmpadas, a limonada, bem como os impostos sobre o carvão que tornam a produção radicalmente mais cara, os impostos sobre o transporte de pessoas e mercadorias e, acima de tudo, os impostos sobre a venda de mercadorias.

7. A cobrança dos lucros da guerra e da revolução deve ser realizada como uma tarefa de justiça. Para tal tarefa, naturalmente, deve ser criada primeiro uma base de cálculo razoável sobre a qual se possa comparar a riqueza atual com a anterior. Obviamente, também aqui deve ser feita uma distinção entre a riqueza que provém do trabalho produtivo, para o qual a guerra significou, no entanto, um boom especial. É mais do que justo e adequado que uma parte desses lucros de guerra bastante significativos seja direcionada para a comunidade. Por outro lado, deve ser feita uma avaliação muito mais rigorosa no caso da riqueza que provém do comércio intermediário e da especulação.

8. Os impostos e taxas de selo, mesmo os impostos que restringem o direito de livre disposição dos elementos da riqueza, na medida em que essa disposição não seja dirigida contra o bem-estar geral, devem ser limitados sempre que possível. A isso pertencem também os impostos sobre heranças e doações.

Fundamentalmente, a política fiscal e financeira deve ter como objetivo final um «Estado sem impostos», pois não é tarefa do Estado extrair dinheiro dos seus cidadãos para perpetuar uma economia estatal basicamente falsa, baseada em empréstimos, mas sim aumentar o bem-estar geral da população. O Estado não existe para cobrar juros de grandes capitais emprestados, mas sim para proteger as pessoas e os bens dos seus cidadãos e para tornar os recursos naturais do país úteis à comunidade. Os meios para as tarefas improdutivas do Estado devem, como já descrito, ser obtidos principalmente dos excedentes das empresas comerciais estatais e, em segundo lugar, dos impostos sobre artigos de luxo, em terceiro lugar, da riqueza e do rendimento que excedem o que pode ser obtido através do mero desempenho do trabalho e, só então, da classe média proprietária, bem como dos impostos indiretos sobre bens semiluxuosos cuja utilização não é vitalmente necessária. E somente em tempos de guerra, em que a vida de toda a nação está ameaçada, o Estado pode exigir que até mesmo a comunidade — assim como pode exigir o serviço militar de todos por meio de sua soberania de serviço, e mais uma vez com referência especial às classes proprietárias — faça sua contribuição financeira para a condução da guerra na forma de impostos indiretos e diretos.

Para concluir, podemos dizer algo mais sobre a questão das “empresas estatais comerciais”. Atualmente, prefere-se apontar o fato de que as empresas estatais não são “rentáveis”. Já discutimos longamente a questão fundamental da rentabilidade.

No esforço de conduzir os caminhos de ferro, etc., “de forma empresarial”, de “libertá-los da empresa estatal antieconômica” ou de “introduzi-los numa forma econômica mista”, esconde-se apenas o desejo mal dissimulado do grande capital emprestado de tornar até mesmo esta componente considerável da riqueza da nação útil para si próprio. Se o Estado entregar mesmo estes componentes da riqueza, então estará totalmente entregue ao capital emprestado e, para além da

permissão para agir como cobrador de juros para o capital emprestado, não terá mais nenhum campo em que seja soberano, ou em que possa operar de forma reguladora e a partir do qual possa obter receitas consideráveis para a cobertura das suas tarefas.

Libertação política financeira do Estado

Descrevemos primeiro quais medidas devem ser tomadas para tornar impossíveis no futuro circunstâncias como as que vivemos agora. Essas tarefas exigem, de fato, serviços criativos, mas podem ser realizadas sem que as condições legais existentes sejam prejudicadas ou alteradas. É diferente com o rompimento das cadeias existentes da dívida com juros do nosso Estado para com seus credores internos e externos.

As medidas a serem tomadas aqui são, em si mesmas, extremamente simples. Apenas a sua execução causará muitas dificuldades. O remédio para a eterna obrigação de juros dos empréstimos internos é: a abolição legal desse pagamento de juros. Por outro lado, o grande capital emprestado, alegando os interesses dos pequenos pensionistas, levantará um grande alvoroço e emitirá as mais terríveis ameaças contra um Estado que "pisoteia direitos invioláveis", que "comete uma violação da lei que lhe roubará o último resquício de confiança". O grande capital naturalmente moverá todas as alavancas para impedir "o enorme crime contra as leis económicas básicas".

Naturalmente! Não se pode realmente esperar que uma potência internacional renuncie repentinamente à sua pretensão de domínio.

Nesta batalha, trata-se apenas de manter nervos de aço e não se deixar intimidar pelo uivo dos jornalistas que são mantidos pelas altas finanças.

O judeu conduzirá esta batalha com a mais tenaz obstinação, pois é uma questão de "sua honra", como disse o velho Rothschild: *"O meu dinheiro é a minha honra, e quem tira o meu dinheiro tira-me a minha honra"*.

Agora, de fato, o seu dinheiro não deve de forma alguma ser retirado aos proprietários dos títulos do Estado, mas as exigências legais devem ser removidas, pois se tornaram uma grande injustiça para a comunidade nacional.

Mas do ponto de vista do Estado, bem como do ponto de vista da população que deve arrecadar as enormes quantias através do seu trabalho para satisfazer essas "exigências legais dos credores do Estado", não se trata de "exigências legais", mas da maior injustiça de todos os tempos, um roubo duradouro dos trabalhadores em favor de uma pequena parte dos grandes capitalistas com apoio do Estado. Um Estado que torna a «quebra da escravidão dos juros» um fato não comete de forma alguma uma injustiça, mas expia uma injustiça bastante poderosa, para a qual ele próprio serviu de fantoche.

É claro que isso significa uma reorganização completa do Estado atual; ele deve decidir se deseja servir ao todo ou se, como agora, deseja ser o executor da finança internacional. Sobre essa questão, não há compromissos. Aqui, apenas uma repressão determinada pode levar ao objetivo e à solução.

O Estado nacional-socialista está de fato consciente desta poderosa decisão — seria extremamente difícil dar um passo tão decisivo se não soubéssemos exatamente o que temos de estabelecer em vez da economia capitalista de juros. Mas, porque sabemos isso, entramos com a mais completa certeza da vitória nesta maior batalha da história mundial. Sabemos que o domínio dos juros se baseia apenas em mentiras e enganos e, porque sabemos e reconhecemos isso claramente, sabemos também que essa teia de mentiras e enganos, por mais arduamente que tenha sido tecida, pode ser destruída com um único puxão.

Apenas mais uma questão, a última, deve ocupar-nos: o que dirão as nações estrangeiras a uma reforma tão radical e, especialmente, à recusa de continuar a pagar juros aos credores estrangeiros?

Sim, o que dirão as nações estrangeiras a isso? Esta questão já é, por si só, extremamente significativa para o nosso sofrimento alemão e também para a atitude cosmopolita dos círculos mais amplos. O que são, em geral, "nações estrangeiras"? São os franceses, os ingleses e os americanos? São os suecos, os holandeses e os noruegueses? São os russos ou os chineses? Ou são os indianos, os fuegianos[87] ou os negros congoleses? Na verdade, todos esses povos pertencem a "nações estrangeiras" em relação a nós. Ora, a grande maioria desses "estrangeiros" não dirá nada, e apenas uma pequena parte dos chineses, russos e franceses saberá, em geral, do que se trata. Por fim, restam os governos dos nossos inimigos de guerra e, naturalmente, os verdadeiramente interessados, os banqueiros internacionais judeus, que «dirão algo sobre o assunto». O que as finanças internacionais dirão sobre isso é, no entanto, muito fácil de responder. Com todos os meios à sua disposição, caracterizará tal procedimento como um crime sem precedentes contra a humanidade culta, através da sua imprensa devotada, com todas as mentiras e distorções possíveis, levantará o chamado mundo civilizado contra tal violação sem precedentes das obrigações assumidas, falará do colapso total da Europa e tentará incitar a França, como portadora especialmente adequada da civilização europeia, a uma guerra aberta contra a Alemanha. Tudo isso as nações estrangeiras, ou seja, as altas finanças judaicas, dirão contra tal tentativa de assassinato contra o poder total da grande comunidade judaica.

Pode-se, portanto, poupar-se tanto da pergunta em si como da resposta. Pois é claro como a luz do dia que esse poder contra o qual a guerra de libertação é dirigida não se submeterá sem lutar, uma vez

[87] [Os habitantes da Terra do Fogo, o arquipélago na ponta sul da América do Sul.]

que não se trata aqui de alemães, para quem os interesses e direitos estrangeiros são, na maioria das vezes, mais sagrados do que os direitos dos alemães, mas de homens cuja característica mais marcante é uma vontade brutal de poder.

Em todas essas questões históricas finais, é absolutamente inútil fazer observações especulativas sobre o que o inimigo fará agora, pois é óbvio que este não permitirá uma libertação ou revolta imediata. Muito diferente é a consideração de quais meios de poder o adversário tem à sua disposição e saber quais são os pontos fortes de que se dispõe. Além disso, se se sabe exatamente o que se deve fazer e o que se fará, então deve-se observar como o inimigo irá se defender do ataque e só então se pode adotar as contramedidas. Nenhum plano militar pode determinar a campanha além do primeiro ataque, mas pode, de fato, fornecer as diretrizes gerais para um curso de ação enérgico. O mesmo se aplica aqui.

No nosso caso, os oponentes são difíceis de capturar, pois se trata de um poder impessoal e supranacional. O plano da campanha terá, portanto, de considerar primeiro quais os poderes e interesses que não entram em consideração como adversários. Isto é importante para não usar poderes desnecessariamente numa direção que não representa qualquer perigo.

Por trás da questão “O que dirão os países estrangeiros a isso?” esconde-se principalmente a ansiedade de que, nesse caso, não receberemos crédito, alimentos ou outras matérias-primas do estrangeiro. Agora, qual é a situação aqui?
Em todas essas questões históricas finais, é absolutamente inútil fazer observações especulativas sobre o que o inimigo fará agora, pois é óbvio que este não permitirá uma libertação ou revolta imediata. Muito diferente é a consideração de quais meios de poder o adversário tem à sua disposição e saber quais são os pontos fortes de que se

dispõe. Além disso, se se sabe exatamente o que se deve fazer e o que se fará, então deve-se observar como o inimigo irá se defender do ataque e só então se pode adotar as contramedidas. Nenhum plano militar pode determinar a campanha além do primeiro ataque, mas pode, de fato, fornecer as diretrizes gerais para um curso de ação enérgico. O mesmo se aplica aqui.

No nosso caso, os oponentes são difíceis de capturar, pois se trata de um poder impessoal e supranacional. O plano da campanha terá, portanto, de considerar primeiro quais os poderes e interesses que não entram em consideração como adversários. Isto é importante para não usar poderes desnecessariamente numa direção que não representa qualquer perigo.

Por trás da questão "O que dirão os países estrangeiros a isso?" esconde-se principalmente a ansiedade de que, nesse caso, não receberemos crédito, alimentos ou outras matérias-primas do estrangeiro. Agora, qual é a situação aqui?

Como economia nacional, a longo prazo, só podemos pagar as nossas importações através das nossas exportações, ou seja, trocar bens por bens, mas não com papel-moeda e nem com "créditos". Tudo isso funciona por algum tempo, desde que os países estrangeiros concedam crédito real, ou seja, desde que os diferentes fornecedores estrangeiros tenham fé que os importadores alemães pagarão as mercadorias em questão com dinheiro de valor total. Mas isso só é possível se os importadores tiverem recolhido dinheiro estrangeiro como exportadores de mercadorias alemãs. O receio de que não receberemos algodão ou gorduras, cobre ou forragem, devido à recusa do pagamento de juros internacionais, combina questões que, basicamente, não têm nada a ver umas com as outras. Mesmo o poder bancário totalmente judaico não pode, a longo prazo, impedir que os excedentes dos países produtores de matérias-primas cheguem de

alguma forma às fábricas e locais de trabalho alemães, e da mesma forma os produtos acabados alemães também encontrarão o seu caminho para os mercados de vendas do mundo. Esta troca mútua de mercadorias entre as diferentes economias nacionais ocorre de fato de acordo com as leis imperiosas da oferta e da procura. É claro que, sob coação e temporariamente, podem ocorrer restrições e interrupções, como experimentámos na guerra e, novamente, na região do Ruhr[88]. Mas todas essas são medidas coercivas que prejudicam os países estrangeiros de maneira semelhante. Podemos, portanto, supor com certeza que o comércio grossista conseguirá cobrir as necessidades de importação absolutamente necessárias. Sempre haverá países neutros através dos quais essas importações poderão chegar até nós.

Além disso, uma economia nacional que está novamente consciente dos seus deveres nacionais e que, por isso, se tornaria novamente mais eficiente no caso dos artigos de exportação, pode muito mais contar com o fato de que recuperará a antiga confiança. Os créditos intermediários temporários na importação e exportação são assuntos das casas comerciais e baseiam-se no seu crédito pessoal.

Agora, esta questão tem outro aspecto, que é o receio de medidas políticas coercivas devido à suspensão do pagamento dos juros nacionais dos títulos de guerra e outros títulos remunerados do Reich ou dos estados federais. Mesmo isso é extremamente improvável, uma vez que se trata aqui das exigências de juros de credores privados individuais de títulos do governo alemão, em cujo nome dificilmente se pode tomar qualquer ação política. De fato, também ainda não ocorreu na história das falências estatais que uma intervenção militar

[88] [Quando, no final de 1922, se descobriu que os alemães estavam a falhar gravemente no pagamento de madeira e carvão como reparações de guerra aos Aliados, os franceses e belgas, sob a direção do primeiro-ministro francês Raymond Poincaré, ocuparam a região industrial do Ruhr em janeiro de 1923. A reação alemã a essa ocupação foi principalmente de resistência passiva, o que conquistou a simpatia do mundo e levou a um «abrandamento» dos termos das reparações no Pacto Dawes de abril de 1924 (ver acima p. 94), que também exigia a retirada das tropas de ocupação aliadas do Ruhr].

se seguisse quando um Estado suspendia o pagamento de juros. A opinião contrária de que, neste caso, os franceses efetuarem imediatamente represálias não pode de forma alguma ser aceite por motivos lógicos, pois, caso contrário, os inimigos teriam de intervir com ação militar contra a desvalorização do marco alemão. A desvalorização da moeda acabou por privar os credores estrangeiros de títulos alemães de tudo. Agora, as nossas medidas não prevêem de forma alguma a anulação dessas dívidas internas do Estado alemão, mas apenas o cancelamento dos juros e a transformação dos títulos em ativos bancários. O pagamento em dinheiro, por outro lado, pode ser oferecido imediatamente aos credores estrangeiros.

Como é possível que, nesse caso, ou seja, quando o Sr. X. Ilinois ou Chicago recebe a informação do seu banqueiro de que o governo alemão está a reembolsar os títulos de guerra em dinheiro e que esse montante foi creditado na sua conta, ele fique muito zangado e mobilize o seu governo contra a Alemanha?

Não se espera resistência séria de nenhum lado se um governo nacionalista alemão declarar o cancelamento dos juros de todos os títulos com juros e, simultaneamente, transformar esses títulos em ativos sem juros em bancos estatais ou contas correntes postais. Para nós, é importante que, por meio das nossas medidas, a comunidade não seja prejudicada. O fato de que haverá resistência por parte do lado capitalista não pode impedir a ação libertadora. Ver-se-á precisamente no caso desta medida que aqui ocorrerá uma separação de almas e que a falange fechada daqueles que sentirão nesta medida governamental uma libertação e libertação do trabalho de uma enorme pressão incluirá muito em breve todos os trabalhadores. Apenas o círculo bancário e bolsista e aqueles no círculo dos pequenos pensionistas presos às suas próprias vantagens continuarão a opor-se.

Quem trabalha não tem interesse especial no fato de receber dos seus ativos temporários juros dos bancos, muito menos tem interesse em pagar juros muito altos por créditos; com o seu dinheiro como capital de giro, quer trabalhar e ganhar. Por esta razão, todos os empresários, proprietários de fábricas e comerciantes terão muito pouco interesse na manutenção do sistema capitalista de juros. Isto torna-se claro como a luz do dia para todos aqueles que têm em mente que os juros do governo, como mostramos muito claramente, são extraídos apenas através de impostos diretos ou indiretos sobre o rendimento do trabalho dos trabalhadores produtivos.

Quem tem este conhecimento claramente em mente não pode ser influenciado em nenhum momento, pois é de fato apenas um princípio fundamental: que o Estado só pode dar o que deve retirar novamente aos seus cidadãos de alguma forma.

Os juros para o pagamento dos juros do Estado devem, em todas as circunstâncias, ser retirados dos trabalhadores produtivos. Nenhum trabalhador está excluído deste princípio, muito menos o trabalhador manual que não tem títulos de juros à sua disposição. Esta situação atinge-o mais duramente, pois os impostos diretos e, especialmente, os indiretos também o afetam mais severamente. Ora, o fato de ser precisamente o trabalhador chamado a pagar o imposto através do imposto direto sobre o rendimento, sob a forma de dedução do rendimento, antes de todos os outros círculos, já tornou o trabalhador clarividente em relação a estas questões; o mesmo se aplica também a todos os assalariados. É certo que estes círculos estão muito menos conscientes dos impostos indiretos, muito mais radicais, embora os sintam principalmente na inflação, como foi descrito no capítulo sobre «Inflação». O imposto indireto é o imposto mais antisocial. Ele sobrecarrega o trabalho em favor do capital de empréstimo puro. Ninguém pode se eximir dele e, portanto, ele oprime mais severamente aquele que tem a menor renda. Por outro lado, os

impostos indiretos sobre o carvão, o sal, os fósforos, o açúcar, a cerveja e as bebidas, os impostos sobre o transporte pessoal, etc., não incomodam nem um pouco o proprietário de grandes fortunas de capital.

Portanto, alguém do círculo dos trabalhadores que se oponha a tal ato libertador só pode fazê-lo por falta de conhecimento e compreensão dessas conexões.

A última e mais difícil questão que ainda devemos abordar neste capítulo é a remoção das obrigações internacionais relativas aos juros, ou seja, a recusa de continuar a pagar juros pelas dívidas de guerra.

Esta questão está intimamente ligada à questão histórica alemã, na verdade, é a questão alemã em geral, pois coloca o seguinte dilema: a nação alemã quer liberdade ou escravidão?

Sabemos que, em questões tão decisivas, apenas a vontade determinada pode determinar e alcançar a vitória; a resposta a esta questão vai, portanto, muito além do âmbito das observações financeiras e políticas. Mas é essencial que uma nação que deve lutar pela sua liberdade saiba que a sua escravidão é, em primeiro lugar, financeira e política, que aqui a política e a economia estão intimamente relacionadas. Mas é precisamente isso que há de novo na situação atual: ela é governada por pontos de vista financeiros e políticos, e os pontos de vista militares e políticos vêm apenas em segundo lugar.

Podemos realmente falar da era mammonista como de uma nova época. O deus Mammon ascendeu ao trono deste mundo. Imperadores e reis curvam-se perante ele. Os parlamentos e governos são seus servos submissos. Ele conseguiu subjugar grandes movimentos, como a luta dos assalariados por melhores condições. O capital

internacional também colocou a imprensa mundial a serviço dos seus objetivos, assim como se tornou o administrador da riqueza cultural e o adulterador de toda a arte e literatura nacionais indígenas.

Como os portadores mais proeminentes dessa infestação mammonista e do domínio do mundo, reconhecemos os judeus e, assim, o círculo do nosso conhecimento se fecha mais uma vez com a questão de todas as questões: a questão judaica.

A solução do problema dos juros é a solução da questão judaica. A solução do problema dos juros, no sentido das nossas explicações, é a quebra do domínio judaico mundial, porque destrói o poder da comunidade judaica mundial — o seu poder financeiro.

Mas a solução do problema dos juros é, além disso, num sentido construtivo, ao mesmo tempo também a solução da questão social.

A recusa de todos os pagamentos de juros e dívidas de guerra colocaria as finanças internacionais, ou a França, diante da questão da aquisição de toda a administração financeira da Alemanha. Se todos os impostos do Reich que agora servem para pagar os juros ao inimigo fossem removidos, isso significaria, em primeiro lugar, internamente, uma redenção da opressão fiscal insana, um grande feito político-social de grande alcance, e o inimigo teria que tentar desenvolver a sua própria administração financeira na Alemanha.

Mas se o povo alemão visse o cobrador de impostos francês ou judeu sentado em todos os escritórios fiscais e de pensões, e se as melhores vacas fossem tiradas dos estábulos dos agricultores por esses opressores estrangeiros — então a raiva e a indignação talvez se tornassem tão fortes que uma noite varreria o espectro estrangeiro com uma vassoura sangrenta e libertaria a Alemanha.

Portanto, ainda é muito questionável se, em geral, uma potência militar assumiria tal empreendimento a serviço do poder financeiro.

As perspectivas de nossa vontade de libertação não são de forma alguma tão desfavoráveis quanto podem ter parecido à primeira vista, pelo contrário. A primeira vez que a Alemanha recusou unanimemente a entrega de seus "heróis de guerra", com esse "não", o espectro estava acabado.

Agora, as finanças internacionais certamente buscarão outros métodos, especialmente o método do boicote e o estrangulamento total do mercado internacional. É igualmente certo que não terá sucesso neste último, e também o boicote aos produtos alemães direcionaria a Alemanha, inicialmente apenas em sua atividade econômica e, por um tempo, também exclusivamente, para o seu mercado interno. Portanto, também aqui seria apenas tarefa de uma política interna habilidosa, especialmente por meio de uma promoção generosa no campo da construção de moradias, superar os tempos críticos e usá-los para o bem-estar do povo, até que novos caminhos para o mundo fossem determinados.

Esta abertura de novos caminhos para o mundo ocorrerá através da quebra do domínio judaico, mesmo entre outras nações, pois o caminho das nações individuais para uma economia nacional saudável só pode ser através da cura do seu envenenamento interno pelo veneno judaico-mamonista. *Então, os caminhos naturais de um comércio internacional saudável e do comércio econômico entre as nações se abrirão por si mesmos e a humanidade, livre da opressão judaica, experimentará uma era de prosperidade sem precedentes e, acima de tudo, a Alemanha - o coração do mundo.*

Apêndice A: Nacional-Socialismo e propriedade

Extraido de "Gottfried Feder. Kampf gegen die Hochfinanz. Franz Eher Verlag de Munique N.2, 1933. Nationalsozialismus und Eigentum, pp.311"

O Nacional-Socialismo entende puramente pela evolução histórica do conceito, por propriedade: o poder ordenado de disposição sobre os objetos. Com a expressão ordenada, a propriedade entra na esfera das instituições do direito jurídico, e assim podemos definir como o conceito mais geral de propriedade como como a regulamentação legal (jurídica) do poder de disposição sobre os objetos . Porém, sem dúvida, uma limitação do indivíduo em dispor livremente dos objetos é possível por uma ação exterior, como em comunidades, de forma que a propriedade em última análise nunca pode se tratar de um poder ilimitado de disposição. Com a explicação formalmente exata e mais justa de propriedade, portanto, deve-se considerar o direito de último decisão sobre o objeto na propriedade, depois disso, previamente, outras pessoas ou o ministério público podem fazer valer direitos que na prática em determinadas circunstâncias são capazes de anular completamente o livre poder de disposição sobre os objetos.

Da maior importância parece-me a esse respeito a ordem hierárquica dos direitos dos outros. Em primeiro lugar, em cada caso, segue-se o primado da autoridade, seguido das limitações da propriedade por direitos de particulares sob a forma de hipotecas ou penhores de direitos. É muito especialmente incisivo para nossas reflexões, sem dúvida, a primazia das autoridades ou respectivamente do Estado. Indubitavelmente, o Estado pode anular completamente o direito de propriedade do particular, pois pode, por meio da expropriação,

produzir uma intervenção na propriedade privada por meio de ato compulsivo da autoridade até a total anulação do direito do imóvel.

Nem a mais bela Lei Fundamental do Estado o protege, que, como o artigo 153 da Constituição do Reich, declara inviolável a propriedade privada. Após estas breves orientações muito gerais e considerações formais sobre o conceito de propriedade, que apesar da forte possibilidade de limitação que fizemos, deve ser definido como a relação decisiva do direito em si mesmo em última análise, será necessária logo uma breve retrospectiva da história da propriedade, tanto mais que o nacional-socialismo rejeita por princípio qualquer tipo de reivindicação ou concepção utópica que não decorra historicamente de uma configuração e observação orgânica da nacionalidade.

Na antiga lei alemã, não havia titularidade da propriedade fundiária. A terra era terra do povo, que era dada ao particular em feudo. Recentemente, com a penetração da Lei Justiniana, também a posse de terra foi declarada propriedade individual, para protegê-la contra o poder principesco e a justiça do gabinete. Essa ancoragem da propriedade privada também na terra e no solo nas cláusulas legais da Idade Média não foi quebrada nem mesmo pela Revolução Francesa, e neste lugar eu gostaria de apontar com toda ênfase contra a fraseologia marxista e a prática bolchevique que o artigo 17 da Declaração *“des Droits de l’homme et du citoyen”* (Declaração dos direitos do homem e do cidadão), determina expressamente: *"A propriedade como um direito inviolável e sagrado só pode ser anulada quando uma necessidade pública, legalmente comprovada, exija expressamente esta, e somente sob a condição de compensação adequada."* Portanto, não pode haver a menor dúvida de que o conceito geral de reconhecimento e proteção da propriedade privada como fundamento da sociedade humana tem sido, até o presente, um bem comum de todas as nações civilizadas.

O artigo 903.º do Código Civil determina: *"O proprietário de uma coisa pode, no que respeita à lei ou aos direitos alheios, proceder à sua vontade com a coisa e excluir as influências de terceiros."*

Nesta concepção legal da lei válida na Alemanha, parece-me particularmente notável a determinação expressa de que o proprietário pode dispor de seu objeto a seu critério e sob a exclusão das influências de terceiros, enquanto a possibilidade de limitação legal ou limitação por privilégios alheios é apenas mencionada em proposição acessória. Certamente, a prática das últimas décadas ensinou ao proprietário alemão de objetos ou posse de terra da maneira mais desagradável que essa proposição acessória finalmente se tornou a proposição principal, e a nação produtora alemã entrou em uma era de expropriação desenfreada.

O fundamento mais nítido e claro em favor da propriedade privada em antítese à dissolução teórica de toda propriedade privada no anarquismo foi dado por Aristóteles quando declarou: *"Toda comunidade é perigosa e produz conflitos mais facilmente e em maior extensão do que a posição especial propriedade do indivíduo. A propriedade separada será um incentivo ao trabalho, pois assim cada um o faz melhor por si. Mas também em termos de alegria e obrigação na propriedade, a ideia de que algo é nosso é muito maior, sobretudo porque por isso só se torna possível a virtude da generosidade, que na vida comunista se perde totalmente".*

Na Roma antiga, os juristas incluíam a propriedade privada entre as instituições do ius gentium: um direito resguardado entre todos os povos. De forma engenhosa, Hobbes fundou a propriedade de forma f inalista, embora, aliás, parta principalmente da ideia comunista do omnia omnibus (tudo é de todos), todos podem pegar livremente o que está em seu poder e podem defender o que possuem, tomou posse, mas imediatamente acrescenta a noção de que isso significa

uma guerra de todos contra todos. O direito de todos, portanto, não pode ser mantido, e apenas o estabelecimento da propriedade privada, isto é, uma regulamentação legal do poder de decisão sobre objetos, indica a cada um seu campo jurídico. Nisso se dá a ligação do objeto com a pessoa: a propriedade torna-se significado e, segundo o conceito da jurisprudência moderna, de certa forma, um pedaço da personalidade.

Contra este fundamento e este lastro do conceito de propriedade baseado na ideia de sociedade humana ordenada, levantaram-se ataques, dos quais nomearemos brevemente os seguintes: é feita a acusação de que o cristianismo primitivo havia rejeitado a propriedade privada. Isso, porém, não é de forma alguma exato, apenas que o momento caritativo foi muito fortemente desenvolvido, os membros da comunidade se apoiaram e mutuamente se ajudaram. Em várias seitas medievais, como os cátaros, os valdenses, os adamitas boêmios, os anabatistas e outros, a compulsão pela comunidade da vida toma o lugar da livre atividade caritativa. Por outro lado, a Igreja Católica nunca exigiu a propriedade comunitária nem condenou a propriedade privada como obstáculo à salvação. Só que esse reconhecimento da propriedade privada esteve sempre ligado à indicação de que o proprietário perante Deus é apenas o administrador de seus bens, dos quais deve dar participação aos semelhantes necessitados, sendo a exploração dos mesmos, em virtude de sua especial posse condenável. Nisso também se ancora a doutrina agostiniana do interesse, que guarda uma relação extraordinariamente semelhante com a concepção nacional-socialista.

As utopias de Thomas Morus, do Sunshine State, de Campanella, nas quais a comunidade de mulheres também é exigida, a *Looking Back Since the Year 2000*, de Bellamy, podem ser justamente ignoradas como construções ideológicas ficcionais. Por outro lado, o Socialismo Utópico de Babeuf é notável como um terreno fértil intelectual para as

teorias marxistas. Babeuf faz com que todos os bens pertençam ao povo e cunhou a frase: *"Todos têm direito a tudo, é introduzida a mais completa igualdade de bens"*. O mesmo é exigido por Fourier, que exige a eliminação de toda propriedade privada, e de Proudhon vem a famosa frase: *"La propiété c'est le vol"* ("Propriedade é roubo").

Finalmente, o socialismo marxista, no sentido de sua concepção materialista da História, vê na propriedade privada dos meios de produção uma instituição compulsória injusta, por meio da qual o proprietário pode dispor do fruto do trabalho de terceiros e obtém mais-valia às custas do trabalhador. Em um consequente desenvolvimento posterior dessas ideias, o bolchevismo eliminou a propriedade privada. Certamente, com isso não anulou a exploração, mas apenas substituiu a possível e existente exploração do trabalhador pelos indivíduos, a exploração dos trabalhadores pelas massas.

Esta breve retrospectiva histórica sobre o conceito e o conteúdo da propriedade privada, sobre a fundação e a rejeição da propriedade privada, foi essencial para explicar a posição nacional-socialista em relação à propriedade privada e poder justificá-la. As concepções existentes até agora poderiam, sem dúvida, enquadrar-se em ambos os extremos: reconhecimento da propriedade privada e rejeição da propriedade privada. A rejeição da propriedade privada leva a uma economia coletivista-comunista, à compulsão e à miséria. Um reconhecimento irrestrito da propriedade privada, como o capitalismo ocidental exigiu e como tentou garanti-la por meio de demandas privilegiadas por meio de acordos estatais (Dawes e Young Plan), também leva à dissolução da propriedade privada para o indivíduo e, com isso, à desolação e miséria.

O Nacional-Socialismo, como o nosso programa anuncia, de forma clara e inequívoca, é incentivado com base no reconhecimento da propriedade privada com a expressa limitação geral, na medida em

que deve a sua origem à sua própria capacidade e desempenho. Incluindo a esse respeito meu comentário, também expressamente, a atuação anterior dos pais e dos ascendentes. O direito de herança é, portanto, igualmente reconhecido. Certamente isso também por sua vez com a inclusão fundamental da obrigação ética: o que você herdou de seus pais, adquira-o pelo esforço de possuí-lo.

O nacional-socialismo persegue, portanto, uma moralização do conceito de propriedade, tanto no sentido de que, no sentido do princípio geral do rendimento, eleva a exigência da própria criação de valores, como, por outro lado, inclui a obrigação social que só permite uma disposição irrestrita sobre a propriedade privada quando esta se realiza a serviço da generalidade: bem comum acima do interesse particular.

Um terceiro aspecto é, além de importante, muito especial: a primazia do Estado, bem como seu direito de ingerência e, se for o caso, o direito de expropriar a propriedade privada mal administrada ou em detrimento do bem comum. Precisamente a última ideia tem que substituir, substituirá e deve substituir o mundo das representações do individualismo com seu desrespeito liberal-capitalista pelo uso irrestrito da propriedade privada. Especialmente as tendências à exploração desenfreada e imprudente que foram introduzidas na economia pelas formas modernas de finanças puras e capital de empréstimos devem desaparecer. O anonimato, a forma da sociedade anônima na economia, levou a um declínio simplesmente terrível da economia, a uma despersonalização e degradação, que deve ter se tornado o mais perigoso terreno fértil e terreno pantanoso para ideias marxistas-comunistas.

Assim, o Nacional-Socialismo, que reconhece a personalidade como o fator mais importante do Estado ou da vida econômica, é conduzido frente à ilusão das massas e pelo poder do dinheiro, a uma clara

posição de combate a certas formas de propriedade privada hoje reconhecidas.

O Nacional-Socialismo vê numa ordem jurídica que permite aos trabalhadores e capazes adquirir a propriedade privada, e garante a posse do que foi adquirido, o melhor fundamento para o revigoramento da economia, da personalidade e com ela também a condição e base da toda cultura. As intervenções do Estado geralmente só devem ocorrer quando as altas necessidades da comunidade o exigem urgentemente, e isso também geralmente só deve ocorrer com a indenização correspondente, se não for o caso que sacrifícios gerais devam ser exigidos no interesse da comunidade (impostos de guerra). Que o próprio Estado, assim como outros organismos público-jurídicos, podem possuir propriedade coletiva é autocompreendido, ainda mais em um Estado nacional-socialista, de acordo com o sentido do programa partidário, que no artigo 13 exige a nacionalização de todas as empresas já convertidas em sociedades anónimas, que irá nacionalizar diferentes ramos de trabalho que até agora durante o seu período de construção económica estavam em mãos privadas, como o fornecimento de energia eléctrica e o fornecimento de combustível. Neste lugar deve-se assinalar expressamente que não está prevista uma nacionalização na esfera da produção, uma vez que esta é sustentada em sua riqueza de rendimentos pela personalidade livre e autocriadora.

Por outro lado, princípios muito diferentes se aplicam no âmbito da circulação, isto é, no campo da administração e no abastecimento da população com os artigos de primeira necessidade mais importantes, no campo do trânsito e especialmente no campo das finanças. A nacionalização de tudo relacionado ao dinheiro e ao crédito tornou-se simplesmente o eixo central do programa nacional-socialista, e todas as soluções contrárias ou meias-soluções, que gostariam de deixar o tesouro para o capitalismo financeiro ou para diferentes grupos

profissionais, são rejeitadas por princípio. Lembre-se especialmente que, nas mãos do capital de empréstimos, a usura de juros era um dos instrumentos mais perigosos para expropriar a propriedade privada e a posse de imóveis e terras, como provam nada menos que 100.000 falências na Alemanha durante a última década. A terrível ação de expropriação no pós-guerra devido à inflação é mais uma prova de quão perigoso é o efeito da ideologia marxista em conjunto com o banditismo dos senhores capitalistas para a preservação da propriedade privada.

O princípio do reconhecimento da propriedade privada no Estado Nacional-Socialista em nada é afetado pelo artigo 17.º do nosso programa, repetidamente citado com preferência pelos nossos adversários, que fala da criação de uma lei para a livre expropriação de terras e solos. Um governo que tem a coragem de expropriar propriedades adquiridas ilegalmente, mesmo quando assume a aparência de propriedade legalmente reconhecida, e isso sem compensação, está em condições de proteger a propriedade adquirida honestamente contra usura, roubo e furto, especialmente nas formas modernas do hienismo bancário e bolsista.

No geral, o nacional-socialismo está, portanto, localizado na fundação da propriedade privada, que coloca sob a proteção do Estado. O bem-estar do povo, porém, limita a irrestrita acumulação de riquezas nas mãos de alguns. A prática da usura e de intermediários injustificados e gananciosos, bem como o enriquecimento sem consideração à custa e em detrimento do povo, é punível com a morte.

Pela quebra da escravidão dos juros, ou seja, pela libertação do Estado e de sua economia de suas terríveis obrigações de juros e impostos político-externos (um ato político), pela nacionalização das atividades monetárias e creditícias com a finalidade de concessão de créditos produtivos e mesmo sem juros para tarefas importantíssimas da

economia popular, conversão de dívidas, redução de juros e impostos para agricultura, comércio, artesanato e indústria que se encontram em situação difícil. A formação de fortunas privadas só se tornará possível novamente, o que nos últimos anos em todos os círculos da população foi abalado em seus alicerces, tributado e totalmente expropriado.

O novo ordenamento que decorre dos fundamentos, das atividades monetárias e creditícias, conjugado com o desprendimento do padrão-ouro por enquanto no mercado interno, e com ele uma possibilidade de criação de dinheiro e crédito que seja correspondente às necessidades do aumento do volume de produção, apenas recriará as condições prévias para a reinserção de milhões de compatriotas no processo produtivo, hoje libertos da maldição do desemprego. O aproveitamento de inovações técnicas significativas fertilizará o mercado de trabalho de forma inesperada, e levará a um importante florescimento secundário da crise econômica mundial, certamente existente no campo da produção técnica, o que permitirá aos povos assegurar um nível cultural superior ao bem-estar de todos os compatriotas. Esta posição fundamental do nacional-socialismo em relação à propriedade será de importância muito especial para as massas de trabalhadores manuais hoje destituídos de propriedade.

O Estado nacional-socialista prestará atenção especial ao fato de que a classe trabalhadora pode emergir de seu desenraizamento desesperado nas grandes cidades e tornar-se novamente consubstancial à pátria alemã através do assentamento. Tem de voltar a ligar-se ao solo, tem de apoderar-se das suas próprias casinhas de série, irrepreensíveis do ponto de vista higiénico e técnico-habitacional; ao mesmo tempo, receberá tanta área de terra que estará em condições de se sustentar com jardinagem e criação de pequenos animais durante os períodos críticos de carência. Em tempos bons, o jardim será um aumento de renda muito bem-vindo.

Claro que isso pressupõe uma reestratificação sistemática da população, no sentido de uma descompactação das grandes cidades e reassentamento no campo e nas cidades menores do interior, de acordo com a grande política populacional inaugurada por Adolf Hitler.

No maior número possível de existências livres e independentes, o nacional-socialismo vê a melhor e mais segura base para um estado de trabalho e desempenho vigoroso, próspero, física e mentalmente saudável e racialmente elevado.

Um tempo futuro também reconhecerá, em algum momento, o que se refere ao campo da reforma do conceito de propriedade no pensamento nacional-socialista, um grande fato, que remove uma infinidade de ódio e discórdia da vida dos povos ao criar hierarquias claras e delimitações entre o poder do Estado e a propriedade privada, expropriando os bens adquiridos por furto ou usura e criando assim uma nova segurança jurídica no povo e entre os povos.

Apêndice B: Fundamentos da política econômica nacional-socialista

Extraido de "Gottfried Feder. Kampf gegen die Hochfinanz. Franz Eher Verlag de Munique N.2, 1933.Grundsätzliches über nationalsozialistische Wirtschaftspolitik, pp.301"

1. Função e significado da economia

A economia nacional, no seu conjunto, tem como função principal satisfazer de forma adequada as três necessidades básicas de todos os cidadãos: alimentação, habitação e vestuário. Além disso, deve satisfazer todas as necessidades de natureza cultural e civilizacional, de acordo com o estado da técnica e as condições de rendimento. A economia, em sua totalidade, é um elo servil no organismo geral do povo, ela é, no melhor sentido, um serviço ao povo para a grandeza e o bem-estar da nação.

A economia de um povo não é um fim em si mesma, não existe para enriquecer os líderes econômicos individuais à custa dos seus funcionários, empregados e trabalhadores, e muito menos para servir de objeto de exploração para a alta finança internacional.

2. Forma da economia

Existem três possibilidades para praticar economia:

1. Economia livre sem qualquer restrição capitalista-liberal);

2. Economia planificada, restrita e acorrentada (marxista-coletivista);

3. Economia popular genuína, estruturada de forma corporativista (universalista nacional-socialista).

A forma de economia capitalista totalmente livre leva a contrastes cada vez mais acentuados entre ricos e pobres, gera métodos de exploração que resultam na despersonalização e desumanização de toda a economia e desencadeia lutas econômicas contínuas, que o próprio Estado deve assistir impotente e inerte. A forma de economia marxista, restrita e planificada, de socialização dos meios de produção leva à eliminação do fator econômico mais poderoso, a personalidade criativa. Uma economia assim empobrece e diminui a sua riqueza produtiva.

Apenas a economia nacional-socialista organicamente estruturada, que liberta a personalidade criativa da exploração capitalista e da igualdade marxista, pode tornar-se, sob a cuidadosa tutela do Estado, uma fonte de verdadeiro bem-estar para toda a população.

A divisão de classes entre empregadores e empregados deve ser superada pelo lema nacional-socialista:

Trabalhadores de testa e de punho, uni-vos!

Só assim cada um poderá dar o melhor de si pelo seu povo e, consequentemente, por si mesmo.

3. Estado e economia

Na era liberalista, a gestão econômica orgânica foi dissolvida e desenvolveu-se uma luta de poder acirrada entre o Estado e a economia.

Esta luta de poder pode ter dois resultados: Ou os interesses puramente materialistas e capitalistas prevalecem sobre o Estado e, consequentemente, sobre a população (escravidão dos juros), ou os detentores do poder político assumem o controle de todo o aparato econômico (socializam-no), transformando o próprio Estado em uma máquina econômica e rebaixando-o ao nível de uma instituição de trabalho forçado, como na Rússia.

O nacional-socialismo atribui ao Estado uma posição de primazia absoluta sobre a economia, pois o Estado, como representante, guardião do poder, da honra e da reputação da nação, como promotor do Império, não pode atuar na economia produtiva, pois seria rapidamente arrastado para os interesses econômicos de determinados setores da economia e deixaria de poder zelar livremente pelo bem comum.

Daí resulta, no que diz respeito à relação entre o Estado e a economia:

1. o direito de supervisão do Estado sobre a economia e;

2. o direito de intervenção do Estado através de medidas policiais, administrativas e financeiras (fiscais), caso o interesse geral do Estado assim o exija.

4. Fundamentos da economia

O trabalho criativo, o trabalho da testa e dos punhos, é a base de toda a economia. Por isso, o trabalho merece o primeiro lugar de honra em toda a economia. Património, propriedade, posse, lucro de bens materiais de todos os tipos, dinheiro, capital, casas, fábricas, meios de produção, máquinas, sim, até mesmo construções e terras cultiváveis, tudo isso são frutos do trabalho criativo. A tarefa mais importante do futuro Estado será a proteção da personalidade criativa e da força de

trabalho contra a exploração. Todo trabalho merece o seu salário, e todo trabalho deve render o seu devido fruto. Daí decorre que os frutos do trabalho diligente e competente, sejam eles terras cultivadas, ferramentas ou bens, passam a ser propriedade livre do criador e são protegidos por lei e pelo direito. O mesmo se aplica aos direitos autorais intelectuais.

O nacional-socialismo reconhece fundamentalmente a propriedade privada e coloca-a sob a proteção do Estado.

No entanto, vincula o direito de propriedade a deveres morais para com a comunidade.

O nacional-socialismo também reconhece o direito de herança, uma vez que, para ele, a família é a célula mais importante do Estado.

O direito ao rendimento do trabalho não deve ser interpretado como se fosse possível basear o salário no valor de venda de um produto. Os preços (preços de venda) dos produtos devem incluir os inúmeros itens relativos a matérias-primas, desgaste e renovação de máquinas, edifícios, trabalhadores auxiliares, gestão comercial e técnica, instalações sociais e sanitárias, além de educação e formação de novos profissionais, assistência a idosos e doentes, instituições estatais para possibilitar e garantir a produção, administração da justiça, contratos comerciais e até mesmo a produção nacional pela polícia e pelo exército, etc.

Além desta forma mais comum de propriedade privada, é claro que também é possível a propriedade coletiva na forma de propriedade estatal e municipal, cooperativa ou propriedade de pessoas jurídicas de direito civil, etc. Ao contrário do sistema capitalista e marxista, o Estado nacional-socialista permitirá que todos os trabalhadores possam adquirir propriedade.

Os proletários sem propriedade devem adquirir propriedade no Estado nacional-socialista através do trabalho árduo e da competência. Devem sentir que são cidadãos de pleno direito e participantes na produção nacional total.

5. Trabalho e capital

O capitalismo conseguiu subjugar completamente o trabalho, explorá-lo e torná-lo sujeito a juros. Com isso, ele virou de cabeça para baixo a relação natural e saudável entre trabalho e capital (dinheiro). A situação atual no Estado, nos municípios e na economia mostra as consequências terríveis desse desenvolvimento doentio, sim, mortal. O nacional-socialismo denomina esta situação de escravidão dos juros.

A distopia do capital de empréstimos já não se contenta com as formas simples de empréstimo de dinheiro, há muito que, através da anonimização (transformação das empresas econômicas em sociedades anónimas), privou as personalidades criativas da melhor parte das suas possibilidades de ação e transformou a economia da sua função original de satisfação das necessidades para uma posição de puro lucro. Além disso, o capital financeiro conseguiu também converter a gestão financeira do setor público inteiramente no funesto sistema de empréstimos (leia-se: endividamento) e, à escala mundial, os terríveis tratados entre a Alemanha e os Aliados (Tratado de Versalhes, Pacto de Dawe e Plano Young) significam a consumação do domínio dos juros da alta finança sobre o trabalho alemão.

A quebra da escravidão dos juros é a maior e mais significativa tarefa de política económica que o Estado nacional-socialista tem de resolver. É a condição prévia para a recuperação da economia. Os

detalhes sobre as medidas pretendidas pelo NSDAP estão suficientemente descritos nos documentos oficiais do partido.

Durante o período de transição, o Estado nacional-socialista fará uso moderado do seu direito de criação de moeda para financiar grandes tarefas públicas e a construção de habitações, de acordo com as minhas propostas conhecidas (*Bau und Wirtschaftsbank*, etc.).

6. A economia orgânica

A estrutura económica nacional-socialista: a economia é uma construção complexa. As ligações transversais existentes atualmente (trabalhadores, funcionários, empresários, sindicatos) levam à divisão da economia em diferentes grupos de interesses, que lutam abertamente ou secretamente uns contra os outros.

A economia verdadeira e genuína busca a dissolução dessas conexões transversais desorganizadas e a união de empregadores e empregados nos diversos setores econômicos, no sentido de uma estrutura profissional.

O Estado nacional-socialista considera uma das suas tarefas mais importantes retirar a relação entre empregador e empregado da atmosfera envenenada da luta de classes e do preconceito de castas e orientar todos os envolvidos no processo de produção, com lealdade e responsabilidade, para o objetivo comum do trabalho nacional.

Com ampla autonomia administrativa, as profissões terão de regulamentar as condições salariais e de férias; acima de tudo, elas trabalharão para o renascimento da honra profissional e regulamentarão todas as relações pessoais entre os empregados e os dirigentes das empresas. Essas profissões serão agrupadas em

associações distritais, regionais e estaduais, tendo sua liderança em um órgão central no Reich.

Além dessas câmaras profissionais e corporativas que regulam as relações pessoais, serão criadas, como novidade na vida econômica, as chamadas câmaras econômicas, formadas por homens independentes, que não têm nenhum interesse pessoal na economia nem dependem dela. As câmaras econômicas têm a tarefa de examinar a importância dos diferentes ramos profissionais, supervisionando-os no sentido e a serviço dos interesses da comunidade.

Uma tarefa particularmente importante dessas câmaras econômicas será a manutenção do mercado interno e a supervisão cuidadosa do comércio exterior.

As câmaras económicas estão reunidas no Conselho Econômico do Reich, que defende os interesses gerais de toda a nação face aos desejos e interesses específicos de determinados setores econômicos.

Exemplo:

Nos anos 1925-1930, a indústria têxtil da Saxónia viveu um período de extraordinária prosperidade devido à moda das meias femininas claras, que se espalhou por todo o mundo. Ao mesmo tempo, os industriais alemães de máquinas de tricotar ofereceram as suas máquinas em todo o mundo. Cada máquina de tricotar vendida no estrangeiro significa para a indústria têxtil alemã concorrência para os trabalhadores têxteis alemães, desemprego, fome e miséria. As câmaras de comércio do Terceiro Reich terão a tarefa de impossibilitar essa concorrência mútua. As máquinas de malha que tiram o sustento dos trabalhadores têxteis alemães não podem ser exportadas. Um exemplo moderno em grande estilo são as

encomendas da Rússia Soviética, que foram feitas à indústria alemã para poder iniciar uma terrível concorrência contra a economia alemã.

7. Política comercial

O princípio da política comercial externa nacional-socialista é:

Todos os produtos que podem ser cultivados ou fabricados na Alemanha não podem ser adquiridos no exterior. Isso significa proteger a economia alemã nas cidades e no campo contra a concorrência estrangeira.

Se hoje a Alemanha importa cerca de 4 mil milhões de alimentos estrangeiros (trigo, cevada, frutas, legumes, manteiga, ovos, queijo, carne, etc.), isso significa miséria e necessidade na agricultura alemã, desemprego e perda contínua do património nacional alemão. (Exemplo: a importação de carne congelada.) Igualmente escandaloso é o facto de mais de 2 mil milhões de produtos manufaturados (roupas, roupa de cama, máquinas, automóveis, ferragens, etc.) terem sido importados do estrangeiro para a Alemanha. Um alemão que compra um carro estrangeiro caro paga com isso cerca de 3000 RM. Salários a trabalhadores estrangeiros. Os trabalhadores alemães, que poderiam fazer o mesmo, ficam desempregados, e os contribuintes alemães têm de pagar mais 2000 RM. A proibição de importar produtos estrangeiros supérfluos não significa, de forma alguma, um isolamento insensato é inviável em relação ao exterior e ao mercado mundial, mas, assim como o exterior ainda precisa dos produtos alemães de alta qualidade por muitos anos, nós precisamos urgentemente das matérias-primas de que a nossa indústria de transformação necessita: algodão, lã, cobre, peles, couros, óleos minerais, minérios de ferro, etc.

8. Medidas transitórias

Eliminação do desemprego.

Ao assumir o poder político, o nacional-socialismo encontrará uma situação econômica alemã verdadeiramente terrível. Um exército de 5 milhões de desempregados exigirá a reintegração no processo produtivo, as finanças públicas estarão destruídas, o Estado e a economia estarão completamente endividados, os impostos e o poder de compra da população estarão enfraquecidos, os cofres do Estado estarão vazios, a agricultura, a indústria, o comércio e o artesanato estarão à beira do colapso. Além disso, prevalecerá um sistema de

irresponsabilidade, corrupção e economia partidária, e o espírito está envenenado pela ideia da luta de classes. Portanto, é necessário, em primeiro lugar, realizar um enorme trabalho de limpeza e educação.

É preciso criar trabalho e pão.

A introdução do serviço obrigatório libertará, inicialmente, meio milhão de compatriotas alemães da maldição do desemprego. A necessária redução da legislação sobre arrendamentos será inicialmente realizada de forma a que os contribuintes do imposto sobre o rendimento imobiliário sejam isentos de pelo menos metade da sua obrigação fiscal, se apresentarem recibos de trabalhos de reparação na sua propriedade para os montantes isentos. Centenas de milhares de pessoas teriam acesso a alimentos e centenas de milhares seriam reintegradas no processo económico.

Em seguida, o setor da construção civil encontrará emprego através da promoção da construção e do assentamento, através da disponibilização de empréstimos baratos (sem juros), de acordo com

as minhas propostas, através da criação de bancos sociais de construção e econômicos.

Sob pressão do Estado, será implementada uma restrição extensiva às importações e a procura será direcionada para o mercado interno. A agricultura será fortemente incentivada, através da redução das taxas de juro, da renegociação da dívida, da redução de impostos e da disponibilização de empréstimos baratos, a produzir e comercializar no mercado alemão ovos, frutas, legumes, carne, manteiga, etc. É necessário conseguir tornar supérflua a importação de pelo menos 2 mil milhões de alimentos através da produção própria. Isto permitiria a reintegração de pelo menos 1 milhão de desempregados na produção. O mesmo objetivo será alcançado através da eliminação da importação de produtos industriais estrangeiros no mercado interno alemão. E, mais uma vez, centenas de milhares de pessoas encontrarão emprego na economia em recuperação. No domínio da política financeira, os maiores impulsos e facilidades serão obtidos através da redução das altas taxas de juro, começando pela nacionalização do Reichsbank e dos restantes bancos centrais.

A nacionalização do crédito imobiliário e a conversão das obrigações hipotecárias com juros elevados trarão uma enorme revitalização ao mercado imobiliário e da construção.

A nacionalização ou a colocação dos grandes bancos sob supervisão estatal irá preparar o terreno para um abrandamento e a resolução da dívida com juros de amplos círculos económicos.

A nacionalização do fornecimento de eletricidade resultará numa redução significativa dos preços da eletricidade e terá um efeito estimulante em toda a produção.

Além destas medidas, que significam uma enorme revitalização do mercado interno, surgem as grandes tarefas de política externa, que aqui apenas podem ser sugeridas:

A abolição dos tributos Young, a expansão do nosso espaço económico através de acordos alfandegários, etc. Uma política de alianças forte garantirá a reconstrução de um Estado alemão do trabalho e do desempenho que, longe de objetivos imperialistas, terá como único objetivo garantir trabalho e pão ao povo alemão em liberdade e honra.

Apêndice C: Ouro como moeda?

Extraido de "Gottfried Feder. Kampf gegen die Hochfinanz. Franz Eher Verlag de Munique N.2, 1933. Goldwährung? pp.343"

Um dos preconceitos mais arraigados é que o ouro é, de certa forma, uma medida de valor de validade geral, semelhante à medida métrica para medir comprimentos, adequada para medir valores. Por esse motivo, acreditava-se que as moedas dos diferentes países deveriam ter uma relação específica com uma determinada quantidade de ouro, a fim de se poder determinar de forma relativamente segura o valor das diferentes mercadorias na sua relação de troca.

Estamos aqui perante um dos erros mais perigosos, que é também extremamente prejudicial devido à sua extraordinária disseminação. Acima de tudo, é preciso ter uma coisa bem clara: os valores não podem ser medidos, apenas avaliados. Por isso, a própria expressão "medidor de valor" é uma contradição em si mesma. Em todos os casos em que intervêm fatores subjetivos e pessoais, em que intervêm a oferta e a procura, a escassez e a abundância, a raridade e a antiguidade, a durabilidade e a rápida deterioração, não se pode falar de uma medição exata, tal como a conhecemos nas ciências naturais.

O facto de o nosso mundo materialista e tecnificado acreditar que pode medir valores e que pode usar o ouro como padrão de medida, por assim dizer, não é de forma alguma uma prova da correção ou mesmo da possibilidade de tal procedimento. O ouro é, em primeiro lugar, uma mercadoria e, como metal precioso, uma mercadoria nobre, especialmente adequada para ser guardada devido à sua qualidade constante e, devido à sua especial cobiça, especialmente adequada para funcionar como meio de troca, e como "mercadoria mais cobiçada" era certamente adequada para isso em tempos passados.

Mas o ouro também é um metal monetário e, como tal, assume o estranho duplo caráter de dinheiro e mercadoria.

O dinheiro como função da sociedade, o dinheiro como prova de trabalho realizado, é sem dúvida independente do valor intrínseco das moedas. Historicamente, conchas kauri, pacotes de chá, escravos e escravas, gado, prata e notas bancárias desempenharam, sem dúvida, as mesmas funções que as moedas de ouro e, na economia moderna intensificada, o dinheiro acabou por se libertar completamente do seu substrato e serve à economia como dinheiro escritural ou na forma de pagamentos sem dinheiro, exatamente da mesma forma que o ouro.

A indexação ao ouro da unidade monetária revela-se hoje um obstáculo inaudito à expansão do crédito, indispensável para a criação de emprego. A indexação ao ouro como padrão de valor é também, como nos ensinaram os últimos meses, uma autoilusão da economia nacional que se rende à loucura do ouro.

O que se pretendia alcançar com o padrão-ouro não foi alcançado e não pode ser alcançado, como nos prova a história dos últimos anos. O preço do ouro subiu cerca de 70% nos últimos anos, enquanto os produtos que supostamente podem ser medidos com o ouro caíram 30, 40, 50% ou mais. É importante reconhecer aqui que não se trata de um movimento uniforme dos preços, embora se diga que o ouro tem o poder mágico de fornecer uma medida igualitária para todos os outros valores.

É preciso finalmente compreender que, no domínio dos valores e bens, não existe nada de absoluto, mas apenas algo relativo.

Só é possível medir com exatidão objetos na área das ciências exatas. É possível medir com exatidão o tamanho de uma mesa, de uma casa.

É possível medir com exatidão o peso de qualquer objeto em quilogramas ou gramas, em libras ou onças, unidades de medida que, por sua vez, têm uma relação de conversão muito exata entre si. É possível medir com exatidão a energia elétrica consumida em quilowatts-hora, a potência de uma máquina em metros-quilogramas e cavalos-vapor. Mas quem é capaz de indicar com exatidão o valor de uma peça de roupa, de uma refeição, de um gole de água, de um remédio, de um serviço político-estadual etc.? Em que proporção fixa deve estar o valor da produção agrícola com o valor dos produtos do comércio, do artesanato e da indústria? A avaliação e a relação de troca de todos esses valores dependem de tantos fatores pessoais, humanos e subjetivos que é impossível fazer uma avaliação exata e universalmente válida. É preciso levar em consideração a quantidade e a qualidade, o tempo e as circunstâncias, a situação de necessidade daquele que é forçado a vender, o interesse ou o desejo daquele que está decidido a comprar, o tamanho da carteira do comprador, bem como inúmeros fatores de natureza especulativa. Todas estas considerações mostram que a chamada unidade monetária tem apenas a função de um denominador fixado pelo Estado, mas que estas qualidades de medida fixadas não são de forma alguma adequadas. Caso contrário, seria proibido, por exemplo, que bens fossem vendidos a preços irrisórios em leilões com o suposto padrão estatal, que, em caso de escassez natural, ocorresse um aumento natural dos preços, ou que, em caso de escassez artificial causada por especulação e usura, a população tivesse de gastar repentinamente muito mais unidades de valor para poder comprar o mesmo.

Certamente, pode-se e deve-se exigir que os preços não oscilem arbitrariamente de forma contínua. Mas todos os fanáticos que defendem um poder de compra absolutamente constante da unidade monetária e que veem a garantia disso apenas na cobertura do ouro ficam sempre entusiasmados e aceitam de bom grado quando certos produtos ficam mais baratos de acordo com o «padrão-ouro». Os

produtos podem ficar mais baratos; os fanáticos da cobertura do ouro aceitam isso de bom grado. No entanto, não consideram que, ao fazê-lo, destronaram o próprio ouro como medida de valor.

A relatividade do padrão-ouro talvez seja ainda mais bem compreendida se tivermos em mente o seguinte. Pode-se dizer que 10 unidades de ouro (sejam marcos, xelins, francos ou florins, isso aqui é irrelevante) permitiam, em 1928, a compra de 10 centésimos de trigo, em 1929 apenas 8 centésimos, mas em 1930 12 centésimos, e, inversamente, com exatamente a mesma justificativa, pode-se dizer que Por uma tonelada de trigo, o agricultor recebeu 30 unidades de ouro no primeiro ano, 24 unidades de ouro no ano seguinte e 36 unidades de ouro no terceiro ano, o que prova que se trata de uma relação de valor extremamente flexível entre o ouro e o trigo, e que, portanto, a crença de que se pode medir valores ou preços com ouro é completamente errada.

Do ponto de vista da economia nacional, parece mais importante e valioso para o futuro estadista ter sempre à disposição uma determinada quantidade de cereais para alimentar o seu povo do que uma determinada quantidade de ouro como base monetária. O ouro não é uma base monetária, não é uma medida de valor. O ouro é uma mercadoria como milhares de outras, cujo valor flutua em relação a outros bens, sendo tão relativo quanto qualquer outro bem. As flutuações de preço dos bens dependem de fatores e razões totalmente diferentes da cobertura de ouro de uma moeda.

A redução do preço dos sapatos e das roupas, dos aparelhos de rádio, etc., depende dos avanços tecnológicos. Se as maçãs e as cerejas ficam mais baratas depende da riqueza da natureza, mas não da quantidade de ouro que existe nos cofres do Reichsbank. O preço a que compramos algodão, lã, cobre e minério de ferro do estrangeiro não depende da quantidade de ouro existente no mundo nem da

relação entre as moedas dos diferentes países e o dólar, mas sim da produção nos países produtores das matérias-primas em questão e da procura pergunta nos países industrializados consumidores, pode depender de maquinações da alta finança nas bolsas de algodão e metais, depende da invenção de substitutos, etc.

Onde fica, então, o «medidor de valor» ouro com o colapso dos preços das matérias-primas em todo o mundo? Onde está o ouro como «medida de valor» na avaliação do desempenho político ou da atividade inventiva genial? O ouro era necessário como medida de valor na introdução do Rentenmark? Não! Sem qualquer cobertura de ouro, o Rentenmark foi reconhecido como moeda forte, de pleno valor e estável, não só no país, mas também no estrangeiro.

Será que hoje a França, com o seu enorme tesouro de ouro, está a ser poupada do avanço do desemprego? Será que as fantásticas quantidades de ouro acumuladas nos bancos americanos conseguiram impedir que o desemprego na América assumisse proporções gigantescas e que os preços das matérias-primas entrassem em colapso catastrófico?

Para a vida do povo, a disponibilidade de alimentos, roupas, habitação, vontade de trabalhar e prazer no trabalho é infinitamente mais importante do que qualquer montante de ouro, por maior que seja.

A relação de valores na troca de bens nunca pode ser fixada, caso contrário, os termos «barato» e «caro», «económico» e «razoável» perderiam o seu significado. Por um lado, o incentivo para baratear a produção desapareceria se os preços fossem fixados pelo Estado; por outro lado, em tempos de escassez e granizo, um sistema de preços fixados pelo Estado entraria em colapso. O máximo que se pode alcançar com a manipulação da moeda pelo Estado é um custo de vida

médio relativamente constante. A indexação da moeda ao ouro é totalmente inadequada para esse fim, levando apenas a uma escassez extremamente perigosa de meios de pagamento e servindo basicamente apenas aos interesses dos detentores de ouro, a alta finança. Para um Estado nacional-socialista, o desligamento da moeda-ouro é um pré-requisito e uma evidência para a reconstrução da economia alemã.

No comércio com o exterior, a qualidade e a superioridade dos produtos manufaturados alemães são infinitamente mais importantes do que a base do ouro para a possibilidade de obter as matérias-primas necessárias do exterior, que, por sua vez, também tem interesse em trocar seus excedentes de matérias-primas por produtos manufaturados que não pode produzir por conta própria.

Não é o ouro que é a moeda mundial. A moeda mundial foi, é e sempre será a mercadoria. O pensamento judaico colocou o ouro no centro das atenções. A fixação das moedas em ouro tornou os povos da cultura ocidental tributários do capital financeiro, sujeitos a juros e tributos. Seria impossível romper com a servidão dos juros sem se libertar do ouro.

A necessidade da cobertura ou lastro no ouro é uma crença errada. É totalmente errada a opinião de que o ouro é adequado para ser uma medida de valor.

A separação do ouro é o pré-requisito para uma economia saudável no Terceiro Reich, na qual o trabalho deve ter novamente prioridade sobre o dinheiro, num Estado que coloca o bem-estar da população acima do lucro dos banqueiros.

Apendice D: Abolindo a escravidão dos juros sob o nacional-socialismo (Kerry Bolton)

Extraído de "Kerry Bolton. Breaking the Bondage of Interest: A Right Answer to Usury" em: Counter Currents, August 15, 2011

Os estudos sobre a Alemanha nacional-socialista foram dominados pela propaganda e não pela erudição. Assim, a maneira pela qual certas conquistas socioeconômicas foram alcançadas é enterrada em meio a histórias que se concentram na guerra, no Holocausto e nas teorias raciais. Quando a recuperação econômica da Alemanha durante a era da Depressão é notada, ela é simplisticamente explicada pelos gastos com rearmamento, o que por si só não explica nada.

Se os Estados da Comunidade Britânica tiveram seu C. H. Douglas, o principal defensor da libertação da Alemanha da usura foi Gottfried Feder. O partido Nacional Socialista foi o movimento que serviu de veículo para defender as opiniões de Feder. Suas teorias poderiam ter sido adotadas pelo regime de Weimer, que demonstrou interesse, se tivesse tido determinação. Feder foi palestrante para os militares, e foi nessa função que ele foi ouvido por Hitler[1].

Já em 1917 - ou seja, mais ou menos na mesma época em que Douglas formulou o Crédito Social - Feder começou a defender a reforma bancária e formou a Fighting League Against Interest Slavery (Liga de Luta Contra a Escravidão dos Juros)[2]. Nele, ele afirmou que a fonte do poder do sistema bancário internacional "é a multiplicação infinita e sem esforço da riqueza que é criada pelos juros". Ele recomendou que os "drones" que "vivem dos povos

produtivos e de seu trabalho" fossem eliminados por meio da "quebra da escravidão dos juros":

O dinheiro não é e não deve ser nada além de uma troca por trabalho; que, com certeza, qualquer país altamente desenvolvido precisa de dinheiro como meio de troca, mas que isso esgota a função do dinheiro e não pode, em hipótese alguma, dar ao dinheiro, por meio de juros, um poder sobrenatural de se reproduzir às custas do trabalho produtivo[3].

Feder havia sido membro fundador do Partido dos Trabalhadores Alemães antes do recrutamento de Hitler. O documento político mais antigo do Partido dos Trabalhadores Alemães[4] mostra que a oposição à usura foi uma premissa do grupo desde o início. O partido rejeitava a socialização da produção em favor da "participação nos lucros" e das cooperativas. À pergunta "contra quem o DAP está lutando?", a resposta foi:

> "O DAP está lutando com todas as suas forças contra a usura e o aumento forçado dos preços. Contra todos aqueles que não criam valores, que obtêm altos lucros sem nenhum trabalho mental ou físico.[5]"

O Partido dos Trabalhadores Alemães, assim como outros direitistas e revolucionários conservadores, como Oswald Spengler, reconheceu desde o início o nexo entre as finanças internacionais e a esquerda, inclusive os comunistas. Outro tratado inicial, "To All Working People!" (Para todos os trabalhadores!) foi escrito pelo eminente dramaturgo Dietrich Eckart, que se tornou o mentor de Alfred Rosenberg e Hitler. Na época da criação do Soviete de Munique, Eckart distribuiu seu ensaio em forma de folheto nas ruas, em um esforço para afastar as massas da República Soviética. O folheto foi republicado em 1924, e por Feder em 1933, quando ele se identificou como coautor.[6] O folheto de Eckart e Feder é, portanto, obviamente

um documento importante e bem sucinto. Eckart e Feder destacam que, apesar do tumulto revolucionário criado pelos marxistas, os marxistas não estavam se esforçando para criar um movimento de protesto:

> "Apenas uma coisa não é mencionada, nunca se ouve uma palavra sobre ela, nem uma sílaba, e não há nada no mundo que seja uma maldição tão grande para a humanidade. Quero dizer...
> CAPITAL DE EMPRÉSTIMO!
> Essa era a questão principal, e foi ignorada pelos marxistas no clamor pela nacionalização da iniciativa privada. Mas o "capital de empréstimo" e "nada além disso!" é a causa do ônus de uma nação e de um indivíduo. Eles continuaram:

> O capital de empréstimo gera dinheiro sem trabalho, gera-o por meio de juros. Repito: sem mexer um dedo, o capitalista aumenta sua riqueza ao emprestar seu dinheiro. Ele cresce por si só. Não importa quão preguiçoso alguém seja, se tiver dinheiro suficiente e emprestá-lo a juros, poderá viver muito bem e seus filhos também não precisarão trabalhar, nem seus netos, nem seus tataranetos, e assim por diante até a eternidade! Como isso é injusto, como é vergonhoso - será que todo mundo não sente isso?
> Esse capital de empréstimo cresce até o infinito...
> Mas quem fornece a eles [a Casa de Rothschild] e a seus semelhantes uma quantidade tão grande de dinheiro? Os juros têm de vir de algum lugar, afinal, em algum lugar esses bilhões e mais bilhões têm de ser produzidos pelo trabalho duro! Quem faz isso? Você, ninguém além de você! É isso mesmo, é o seu dinheiro, ganho com muito esforço e sofrimento, que é como se fosse magneticamente atraído para os cofres dessas pessoas insaciáveis…"[7]

O "Programa do NSDAP" de vinte e cinco pontos, formulado no ano seguinte, refletia novamente as doutrinas de Feder. Entre esses pontos estão:

> "10. Deve ser dever de todo cidadão trabalhar mental ou fisicamente. As atividades do indivíduo não podem entrar em conflito com os interesses do público em geral, mas devem ser realizadas dentro da estrutura do todo e para o bem de todos.
> PORTANTO, EXIGIMOS

11. Abolição da renda não obtida por trabalho ou esforço;
A QUEBRA DA ESCRAVIDÃO DOS JUROS[8].
Foi depois de ouvir um discurso de Feder para os agentes políticos do exército que Hitler declarou: "Logo após ouvir a primeira palestra de Feder, passou pela minha cabeça o pensamento de que eu havia encontrado o caminho para uma das premissas mais essenciais para a fundação de um novo partido."[9]

É uma pena que grupos e indivíduos da direita não se lembrem ou não saibam disso e não consigam ir além do "poder branco" ou do "antissemitismo". Por meio de obsessões inanes, a direita está perdendo o barco histórico no exato momento em que o sistema global de "capital de empréstimo" deveria ser combatido com mais vigor.

Como, então, a Alemanha "rompeu a escravidão dos juros"? Poucos sabem agora. O rearmamento não é uma explicação suficiente. O Prof. A. J. P. Taylor, eminente historiador britânico, e dificilmente um simpatizante do nazismo, escreve:

Afirmava-se que o fascismo representava o último estágio agressivo do capitalismo em declínio, e que seu ímpeto só poderia ser sustentado pela guerra. Havia um elemento de verdade nisso, mas não muito. O pleno emprego que a Alemanha nazista foi o primeiro país europeu a ter dependia, em grande parte, da produção de armamentos, mas poderia ter sido proporcionado igualmente bem (e foi, até certo ponto) por outras formas de obras públicas, de estradas a grandes edifícios. O segredo nazista não era a produção de armamentos; era a liberdade em relação aos princípios econômicos ortodoxos da época (...) o argumento para a guerra não funcionava mesmo que o sistema nazista tivesse se baseado apenas na produção de armamentos. A Alemanha nazista não estava sufocada por uma enxurrada de armas. Pelo contrário, os generais alemães insistiram unanimemente em 1939 que não estavam equipados para a guerra e que muitos anos deveriam se passar antes que o "rearmamento em profundidade" fosse concluído.

No entanto, mesmo Taylor, cujo livro é interessante em seu repúdio à doutrina da "culpa exclusiva da guerra", não consegue entender exatamente como a Alemanha conseguiu se recuperar. Apesar do que Taylor afirma sobre a falta de uma política consistente de Hitler, as opiniões sobre o capital de empréstimo e a bolsa de valores eram características de seus discursos antes e depois de assumir o governo. O discurso de Hitler de 30 de janeiro de 1939 ao Reichstag é talvez o mais informativo que ele fez sobre os princípios sobre os quais a Alemanha estava sendo reconstruída. Respondendo às previsões de ruína feitas por economistas ortodoxos em todo o mundo, Hitler explicou que a Alemanha não havia se retirado do comércio mundial, mas que havia contornado o sistema financeiro internacional por meio da troca, afirmando:

> Se alguns países combatem o sistema alemão, isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que, por meio do método alemão de comércio, seus truques com a moeda internacional e as especulações na bolsa de valores foram abolidos em favor de transações comerciais honestas (...) Somos compradores de bons gêneros alimentícios e matérias-primas e fornecedores de mercadorias igualmente boas![11]

Taylor comenta sobre a troca comercial alemã:

A Alemanha não tinha falta de mercados. Pelo contrário, Schacht usou acordos bilaterais para dar à Alemanha praticamente o monopólio do comércio com o sudeste da Europa; e planos semelhantes estavam sendo preparados para a conquista econômica da América do Sul quando a eclosão da guerra os interrompeu.

Em seguida, Hitler explicou com precisão os fundamentos do novo sistema econômico e financeiro:

Se alguma vez a necessidade fez com que os seres humanos enxergassem com clareza, isso fez com que o povo alemão o fizesse. Sob a compulsão dessa necessidade, aprendemos, em primeiro lugar, a levar plenamente em conta o

capital mais essencial de uma nação, ou seja, sua capacidade de trabalhar. Todos os pensamentos sobre reservas de ouro e moeda estrangeira desaparecem diante da indústria e da eficiência de recursos produtivos nacionais bem planejados. Hoje, podemos sorrir de uma época em que os economistas acreditavam seriamente que o valor da moeda era determinado pelas reservas de ouro e de moeda estrangeira nos cofres dos bancos nacionais e, acima de tudo, era garantido por eles. Em vez disso, aprendemos a perceber que o valor de uma moeda está no poder de produção de uma nação, que um volume crescente de produção sustenta uma moeda e poderia possivelmente aumentar seu valor, enquanto uma produção decrescente deve, mais cedo ou mais tarde, levar a uma desvalorização compulsória.[13]

Um dos poucos lugares em que as políticas econômicas da Alemanha nacional-socialista foram claramente explicadas foi na Nova Zelândia, e pode-se observar que, por mais desconfortável que isso seja para a maioria, as políticas bancárias dos dois estados eram semelhantes. Henry Kelliher, mais tarde nomeado cavaleiro como "Sir Henry", foi um rico empresário e patrono das artes que atuou na diretoria do Banco da Nova Zelândia. Ele é conhecido pelos neozelandeses principalmente como o chefe da Dominion Breweries e como o iniciador do icônico programa milk-in-schools que durou décadas. Kelliher também foi um ávido defensor da reforma bancária[14] e foi editor de uma revista doméstica, The Mirror, uma revista que estava intelectualmente muito acima da infinidade de revistas atuais para a "mulher liberada". A campanha de Kelliher pela reforma econômica ajudou o Partido Trabalhista a assumir o governo.[15] Portanto, ao consultar o Kelliher's Mirror para obter uma descrição das políticas econômicas da Alemanha, estamos diante de algo diferente de uma folha de propaganda "nazista".

Em 1938, o The Mirror publicou um artigo de seu correspondente europeu, Bertram de Colonna: *"A Alemanha não podia produzir ouro, mas riqueza real da terra e da floresta, campos e fábricas. A mão de obra também estava disponível em abundância. De fato, os desempregados totalizavam cerca de sete milhões na época.*"[16] O capital não estava disponível, nem nacional nem

internacionalmente, e as reservas de ouro eram suficientes apenas para cobrir 10% da moeda em circulação. De Colonna escreve que *"o resultado foi uma decisão do governo de emitir e assumir o controle da moeda e do crédito"*. Um milhão de marcos de crédito estatal foram emitidos para financiar obras públicas, incluindo moradias estatais. *"Os banqueiros profetizaram uma falência rápida. Essas profecias se mostraram totalmente erradas(...)" Os bancos estatais recém-criados emitiram crédito estatal. "O novo dinheiro lastreado pelo crédito da nação foi gradualmente absorvido pelo mercado monetário aberto." Isso, por sua vez, trouxe um grande aumento na receita do estado sem a necessidade de aumentar a tributação. Os bancos privados foram colocados sob a supervisão do Estado e "a taxa de juros foi limitada por lei".*

De Colonna ressaltou que o dinheiro do Estado não era de forma alguma inflacionário (uma objeção frequente contra esses esquemas por parte dos economistas ortodoxos). A emissão de crédito e dinheiro novo *"baseia-se na produção efetiva de riqueza real"*, por meio de uma maior produção industrial. De Colonna afirmou que, após cinco anos de aplicação dessa política, ela havia provado seu valor ao manter o dinheiro em circulação constante; *"afinal, esse é o único uso do dinheiro - circular e trocar a riqueza produzida pela nação"*[17].

Mais recentemente, um economista profissional, Henry C K Liu[18], que dificilmente pode ser suspeito de hitlerismo, analisou os métodos pelos quais a Alemanha saiu da Depressão:

> “Os nazistas chegaram ao poder na Alemanha em 1933, em uma época em que sua economia estava em colapso total, com obrigações ruinosas de preparação para a guerra e nenhuma perspectiva de investimento ou crédito estrangeiro. No entanto, por meio de uma política monetária independente de crédito soberano e um programa de obras públicas de pleno emprego, o Terceiro Reich conseguiu transformar uma Alemanha falida, sem colônias no exterior que pudesse explorar, na economia mais forte da Europa em quatro anos, mesmo antes do início dos gastos com armamentos. Na verdade, a recuperação econômica alemã precedeu e, mais tarde, possibilitou o rearmamento alemão, em contraste com a economia dos EUA, onde os bloqueios constitucionais colocados pela Suprema Corte dos EUA no New Deal atrasaram a recuperação econômica até que a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial colocasse a economia de mercado dos EUA em pé de guerra. Embora essa observação não seja um endosso à

filosofia nazista, é inegável a eficácia da política econômica alemã nesse período, algumas das quais foram iniciadas durante a última fase da República de Weimar.[19]"

Henry Liu acrescenta um comentário interessante sobre a China comunista a título de comparação. Ele é instrutivo para nós hoje, pois o marxismo fracassou historicamente como alternativa ao capitalismo - como apontaram Spengler e Eckart - especialmente por sua incapacidade de lidar com o sistema financeiro mundial no qual se baseia o capitalismo monopolista. Liu escreve:

"Após duas décadas e meia de reforma econômica em direção à economia de mercado neoliberal, a China ainda não conseguiu realizar na reconstrução econômica o que a Alemanha nazista conseguiu em quatro anos após chegar ao poder, ou seja, pleno emprego com uma economia vibrante financiada com crédito soberano sem a necessidade de exportar, o que desafiaria a Grã-Bretanha, a superpotência da época. Isso porque a China cometeu o erro de depender de investimentos estrangeiros em vez de usar seu próprio crédito soberano.[20]"

É mais do que possível que os sistemas monetário e comercial da Alemanha expliquem mais as causas da Segunda Guerra Mundial do que a invasão da Polônia. Essa era a opinião do bem informado Hasting W. S. Russell, Marquês de Tavistock e, mais tarde, 12º Duque de Bedford, que era um pacifista e reformador monetário. Ele escreveu no início da guerra que:

Uma guerra de financistas e tolos, embora a maioria das pessoas, pelo menos do lado dos aliados, ainda não veja claramente como os financistas estão envolvidos nisso (...) Os financistas também desejavam a guerra como um meio de derrubar seus rivais e consolidar ainda mais seu imenso poder (...) Hitler não apenas se envolveu no comércio de permuta, o que não significava nenhum lucro com desconto para os banqueiros que organizavam letras de câmbio, mas chegou ao ponto de declarar que a verdadeira riqueza de um país consistia em sua capacidade de produzir bens; nem, quando havia homens e materiais

disponíveis, ele jamais permitiria que a falta de dinheiro fosse um obstáculo no caminho de qualquer projeto que ele considerasse ser do interesse de seu país. Isso era uma heresia aos olhos dos financistas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, uma heresia que, se fosse permitida sua disseminação, acabaria com todo o esquema financeiro.

Japão

O que é ainda menos conhecido é que, em 1929, o Major Douglas fez uma turnê pelo Japão. Assim como na Nova Zelândia, Douglas foi recebido com entusiasmo, e seus livros foram publicados no Japão mais do que em qualquer outro país. O Banco do Japão, formado em 1882, tinha desde o início a Casa Imperial como principal acionista. Entretanto, em 1932, ele foi reorganizado especificamente como um banco estatal. Stephen M. Goodson, consultor financeiro, fundador do *Abolition of Income Tax and Usury Party* (Partido da Abolição do Imposto de Renda e da Usura) e diretor da diretoria do Reserve Bank da África do Sul[22], declarou o seguinte sobre o sistema bancário japonês:

A reforma do banco central foi concluída em fevereiro de 1942, quando a Lei do Banco do Japão foi remodelada com base na Lei do Reichsbank da Alemanha de 1939. O crédito seria emitido pelo banco conforme os interesses e a produtividade do Japão exigissem.

Durante o período de 1931 a 1941, a produção manufatureira e a produção industrial aumentaram 140% e 136%, respectivamente, enquanto a renda nacional e o Produto Nacional Bruto (PNB) aumentaram 241% e 259%, respectivamente. Esses aumentos notáveis superaram por uma ampla margem o crescimento econômico do resto do mundo industrializado.

No mercado de trabalho, o desemprego diminuiu de 5,3% em 1930 para 3,0% em 1938. As disputas industriais diminuíram, com o número de paralisações caindo de 998 em 1931 para 159 em 1941.[23]

Conclusões

A usura é a "mão oculta" da história. Ela está por trás das guerras e revoluções, dos booms e das crises, e da farsa chamada "pobreza em meio à abundância". Ela causa guerras civis e guerras de classe. Muitos problemas do mundo poderiam ser resolvidos com clareza quando a poeira que os emprestadores de dinheiro jogam nos olhos fosse removida. O sistema financeiro é o meio pelo qual a política de poder funciona em todos os níveis.

Como um exemplo histórico da "mão oculta" em ação: Quantos irlandeses anglófobos entendem as verdadeiras razões da "fome da batata"? Henry Kelliher escreveu que lhe foram contadas anedotas sobre a terrível fome dos irlandeses. Posteriormente, ele descobriu que a fome irlandesa não era resultado de superpopulação, como alegado na época por alguns setores, nem mesmo devido à escassez de alimentos, já que apenas a safra de batatas havia fracassado. Em 1845 (enquanto a fome ceifava a vida de 1.029.000 pessoas), 779.000 quartos de trigo e farinha, 93.000 quartos de cevada e 2.353.000 quartos de aveia - o suficiente para alimentar por um ano todas as pessoas que morreram de fome, quase quatro vezes mais - foram exportados da Irlanda.[24] Kelliher comentou:

> “Quando a verdadeira história da Irlanda for escrita, será descoberto que tudo o que se interpunha entre a fome e a abundância disponível era a esmagadora carga de juros que tinha de ser paga aos credores externos, que o país não estava sofrendo de fome, mas do que hoje chamamos de "depressão". Uma fome é a ausência de alimentos causada pela falta de alimentos; uma depressão é a ausência de alimentos causada pela falta de alimentos, causada por uma deficiência no meio de troca - o dinheiro.[25]”

Quantos sabem que uma das principais causas da Revolução Francesa, o evento histórico que foi uma das primeiras vitórias do

Poder do Dinheiro sobre a Tradição, não foi causada pelas massas que ansiavam por derrubar a tirania da Monarquia, mas pelos deslocamentos econômicos causados pela dívida, quando 50% dos gastos do Estado foram destinados ao pagamento de juros aos agiotas? E assim podemos continuar, até o presente: quanto do agravamento entre o Islã e o Ocidente é causado (além da traição dos árabes que remonta à Declaração de Balfour e ao Acordo Sykes-Picot) pelo objetivo das finanças internacionais de controlar o mundo islâmico, onde a usura é considerada "pecado", como já foi pela cristandade ocidental? Remova a "Mão Oculta" da usura e, quando a perspectiva se tornar clara, as questões poderão ser resolvidas com justiça entre muitos que atualmente estão se engalfinhando, enquanto os verdadeiros culpados permanecem invisíveis.

Notas

[1] J. Toland, Adolf Hitler (New York: Doubleday, 1970), p. 83.

[2] B. M. Lane and L. J. Rupp, Nazi Ideology Before 1933 (Manchester University Press, 1978), p. 148.

[3] Gottfried Feder, “Manifesto for Breaking the Bondage of Interest,” reprinted in B M Lane and L J Rupp, ibid., p. 27–30. A copy of the Manifesto is available from this writer.

[4] Deutsche Arbeiterpartei (DAP).

[5] “Guideline of the German Workers’ Party,” January 5, 1919. B. M. Lane and L. J. Rupp, op. cit., p. 10.

[6] B. M. Lane and L. J. Rupp, ibid., p. 30.

Thule, [02/11/2025 17:24]

[7] D. Eckart and G. Feder, “To all Working People,” Munich, April 5, 1919; B. M. Lane and L. J. Rupp, ibid., pp. 30–31.

[8] “The Program of the NSDAP,” February 24, 1920. B. M. Lane and L. J. Rupp, ibid., p. 42.

[9] J. Toland, op. cit., pp. 83–84.

[10] A. J. P. Taylor, The Origins of the Second World War (New York: Fawcett Premier, 1961), pp. 103–104.

[11] A. Hitler, Reichstag speech, January 30, 1939. R de Roussy de Sales (ed.) Adolf Hitler: My New Order, (London: Angus and Robertson, 1942), p. 457.

[12] A. J. P. Taylor, op. cit. 105.

[13] A. Hitler, Reichstag speech, January 30, 1939. R de Roussy de Sales (ed.) op. cit., pp. 457–458.

[14] H. J. Kelliher, New Zealand at the Cross-Roads (Auckland, 1936).

[15] O primeiro-ministro Joseph Savage reconheceu o apoio de Kelliher em uma "Mensagem ao Povo": "Parabenizo e agradeço ao 'Mirror' pelo papel monumental que desempenhou ao lançar as bases de grandes mudanças econômicas para o benefício do povo e confio que ele receberá o apoio merecido em sua política progressista e destemida." H. J. Kelliher ibid., between pp. 56 and 57.

[16] Bertram de Colonna, “The Truth About Germany,” The Mirror, Auckland, 1938.

[17] Bertram de Colonna, ibid.

[18] Henry C. K. Liu is chairman of the New York-based Liu Investment Group, and has been a professor at University of California L.A., Harvard, and Columbia.

[19] Henry C K Liu, “Nazism and the German economic miracle,” Asia Times Online, 24 May 2005, http://www.atimes.com/atimes/Global_Economy/GE24Dj01.html

[20] Ibid.

[21] H. W. S. Russell, The Duke of Bedford, Propaganda for Proper Geese (England, ca. 1939), pp. 3–4. Available from this writer.

Bedford formou o British People's Party para fazer campanha pela paz e pelo Crédito Social, e uma frente, a People's Campaign Against War and Usury. Veja: K. Thomson, "Hastings William Sackville Russell, The 12th Duke of Bedford & the Fight for Peace & Justice", Ab Aeterno, edição no. 7, abril-junho de 2011, (Academy of Social & Political Research), pp. 40-4 3.

[22] Por meio de uma revolta dos acionistas.

[23] Stephen M. Goodson, “Why the USA forced the Empire of Japan into World War II,” Abolition of Usury and Taxation Party. http://www.aitup.org.za/

[24] H. J. Kelliher, op. cit., p. 147.

[25] H. J. Kelliher, ibid.

Apêndice E: Gottfried Feder contra a Escravidão dos Juros (Kerry Bolton)

Extraído de: Kerry Bolton. Opposing the money lenders - The Struggle to Abolish intereset Slavery, pp.173-186. Black House Publishing Ltd, 2016.

A linha partidária da esquerda é que o "nazismo" foi o último recurso do capitalismo. De fato, a crítica marxista ortodoxa não vai além disso. A "direita" libertária se entrega a algo semelhante, como em Wall Street and the Rise of Hitler, do Dr. Antony C. Sutton, por exemplo. É conveniente seguir essa linha. No entanto, conveniência não é verdade, conveniência não é erudição e, acima de tudo, a conveniência obscurece as conquistas que foram feitas sob o sistema socioeconômico e financeiro da Alemanha nacional-socialista, assim como as conquistas pioneiras em relação à ecologia (Anna Bramwell, Blood Spoil, The Kensal Press, Buckinghamshire, 1985), saúde pública, alimentos orgânicos, pesquisa sobre câncer (Robert N. Proctor, The Nazi War on Cancer, Princeton University Press, New Jersey, 1999) e bem-estar animal. Em termos gerais, as medidas socioeconômicas e financeiras da Alemanha nacional-socialista eram semelhantes àquelas promulgadas na mesma época pelo icônico Primeiro Governo Trabalhista da Nova Zelândia e por alguns outros governos social-democratas de outros países. Também não é considerado conveniente para os reformadores bancários atuais, com algumas exceções notáveis, como a Dra. Ellen Brown e Dick Eastman, examinar objetivamente as reformas bancárias da Alemanha. Portanto, um oponente pioneiro da usura, ou "escravidão de juros" e "Mammonismo", como ele o chamava, Gottfried Feder, foi relegado ao buraco da memória, em vez de receber o respeito de outros oponentes da usura, como C. H. Douglas. Isso poderia ter sido diferente se Feder, por meio de eventos históricos suprapessoais, não tivesse se envolvido no que se tornou o NSDAP de Hitler.

Feder já havia apresentado suas propostas financeiras em 1918 à república soviética da Baviera e elas foram rejeitadas. Como ele observa no ensaio autobiográfico que se segue, a quebra da "escravidão dos juros" é estranha ao socialista ortodoxo. De fato, procura-se, sem sucesso, em Das Kapital de Marx e em outros textos socialistas, uma análise e uma alternativa à usura.

Entre os nacional-socialistas, a oposição ao capital internacional ocupou um lugar de destaque desde o início, antes da chegada de Hitler. O primeiro programa do Partido dos Trabalhadores Alemães, em 1919, afirmava que o partido estava lutando "contra a usura... contra todos aqueles que obtêm altos lucros sem nenhum trabalho mental ou físico", os "zangões" que "nos controlam e governam com seu dinheiro". É notável que, mesmo naquela época, o partido não defendia a "nacionalização" da indústria, mas o compartilhamento de lucros e a unidade orgânica e simbiótica entre todas as classes que não fossem "drones". (Diretrizes do Partido dos Trabalhadores Alemães, 5 de janeiro de 1919).

Hitler havia aprendido a distinção entre capital produtivo e capital especulativo com Feder, que fazia parte de uma série de palestras políticas organizadas pelo exército. Hitler então entendeu que a natureza dual do capital teria de ser um fator primordial abordado por qualquer partido de renovação. (Hitler, Mein Kampf, Londres, Hurst and Blackett, 1939, pp. 180-181). A palestra havia sido intitulada "The Abolition of Interest- Servitude" (A abolição da servidão por juros). (Ibid., 183). Hitler escreveu que uma *"verdade de importância transcendental para o futuro do povo alemão"* era que *"a separação absoluta do capital da bolsa de valores da vida econômica da nação tornaria possível opor-se ao processo de internacionalização dos negócios alemães sem, ao mesmo tempo, atacar o capital como tal...*

Agora eu havia encontrado um caminho para um dos pré-requisitos mais essenciais para a fundação de um novo partido." (Ibid.).

Gottfried Feder (1883-1941) era, como C.H. Douglas, um engenheiro. Ele estudou em universidades técnicas em Munique, Berlim e Zurique. Em 1908, fundou uma empresa de construção e realizou vários projetos na Bulgária. Em 1917, foi atraído para os problemas bancários e de crédito. Em 1918, Feder escreveu The Manifesto for the Breaking of the financial Slavery to Interest (O Manifesto para a quebra da escravidão financeira aos juros), com o objetivo de libertar todos os países do "Mamonismo". O trabalho foi enviado a Kurt Eisner, chefe da República Soviética da Baviera. No entanto, não obteve resposta. Como Feder observaria, isso é típico dos marxistas, principalmente porque atacar a causa principal do conflito de classes, o sistema bancário, interromperia a suposta "dialética da luta de classes da história". Em 1919, o Tratado de Versalhes colocou a Alemanha firmemente sob as garras da especulação financeira internacional. Em setembro daquele ano, Feder fundou a Federation for the Abolition of Interest Slavery (Federação para a Abolição da Escravidão de Juros). Ele se juntou a Anton Drexler, Karl Harrar e Dietrich Eckart no Partido dos Trabalhadores Alemães (Deutsche Arbeiter Partei), que abordou a questão da usura desde o início.

Feder, juntamente com Hitler e Anton Drexler, redigiu o programa de 25 pontos do NSDAP em 1920, sendo que os pontos sobre o setor bancário afirmavam:

> “10. O primeiro dever de todo cidadão deve ser o de realizar trabalho físico ou mental. As atividades do indivíduo não devem entrar em conflito com o interesse geral, mas devem ser realizadas dentro da estrutura da comunidade e para o bem geral.
> Portanto, exigimos:

11. A abolição de rendas não auferidas pelo trabalho. O fim da escravidão dos juros.”

Feder participou do Putsch de Munique em 1923, mas foi multado em apenas 50 marcos. Em 1924, foi eleito para o Reichstag. Em 1931, foi nomeado presidente do conselho econômico do NSDAP. Quando Hitler assumiu o governo em 1933, Feder foi nomeado Secretário de Estado da Economia, mas logo se retirou do governo. Ele trabalhou como professor até sua morte em 1941. No entanto, seria um erro descartar a influência fundamental de Feder nas finanças e na economia do Terceiro Reich e afirmar que ele foi substituído pelas grandes empresas. O plano de Feder foi seguido das maneiras mais fundamentais.

Terceiro Reich

Hjalmar Schacht é instrutivo quanto à forma como o nexo bancário global procurou cooptar o Estado nazista - e como falhou. Embora os pesquisadores tenham se concentrado no primeiro caso, eles negligenciaram as implicações do segundo. É tentador especular se Schacht foi plantado no regime nacional-socialista para fazer descarrilar os aspectos mais estridentes da ideologia do NSDAP sobre o capitalismo internacional. Entretanto, é impreciso afirmar que Hitler traiu a luta nacional-socialista contra o capital internacional, porque o programa econômico completo do NSDAP não foi cumprido. Geralmente, há uma diferença de perspectiva em relação ao que pode ser alcançado quando não se está no governo. Schacht foi obrigado a trabalhar dentro dos perímetros nacional-socialistas e não pôde deixar de alcançar alguns resultados notáveis. O fato de ele ter ido parar em um campo de concentração por causa de seu compromisso com o capital internacional não é mencionado por pesquisadores como Antony Sutton. Hitler havia nomeado novamente Hjalmar Schacht

como presidente do Reichsbank em 1933 e, em 1934, como ministro da Economia. Schacht escreveu após a guerra:

> "Agitadores nacional-socialistas liderados por Gottfried Feder realizaram uma campanha cruel contra os bancos privados e contra todo o nosso sistema monetário. Nacionalização dos bancos, abolição da escravidão ao pagamento de juros e introdução do dinheiro estatal Giro 'Feder', essas eram as frases pomposas de um grupo de pressão que visava à derrubada de nosso sistema monetário e bancário. Para manter esse absurdo sob controle, [eu] convoquei um conselho de banqueiros, que fez sugestões para uma supervisão e um controle mais rígidos sobre os bancos. Essas sugestões foram codificadas na lei de 1934 (...) aumentando os poderes da autoridade de supervisão bancária. No decorrer de várias discussões, consegui dissuadir Hitler de colocar em prática as ideias mais tolas e perigosas sobre bancos e moeda defendidas por seus colegas de partido." (Hjalmar Schacht, The Magic of Money, Londres, Oldbourne, 1967, p. 49)

O que Schacht apresentou foi a cédula MEFO. Entre 1934 e 1938, foram emitidas 12.000.000 de cédulas, a uma taxa de 3.000.000 de cédulas por ano. As notas do MEFO foram usadas especificamente para transferir a troca de mercadorias. (Ibid., 117). Entretanto, depois que o pleno emprego foi alcançado, Schacht quis retornar às finanças ortodoxas. Hitler se opôs, e foi acordado que Schacht continuaria como presidente do Reichsbank até 1939, com a garantia de que a emissão de MEFO seria interrompida quando se chegasse a 12.000.000 de notas. (Ibid., 114). Após a guerra, Schacht garantiu aos leitores que a moeda fiduciária, como o MEFO (Ibid., 116), assim como a troca, não deveria se tornar a norma para o mundo, apesar dos sucessos na Alemanha.

Da mesma forma, Schacht se opôs aos objetivos autárquicos do nacional-socialismo. Em resumo, Schacht era ideologicamente contrário à razão de ser do nacional-socialismo. Hoje, ele seria um expoente zeloso da globalização. Ele escreveu após a guerra:

"A autarquia exagerada é o maior obstáculo para uma cultura mundial. É somente a cultura que pode aproximar as pessoas umas das outras, e o comércio mundial é o mais poderoso veículo de cultura. Por essa razão, não pude apoiar aqueles que defendiam a reclusão autárquica de um eremitério como solução para os problemas da Alemanha." (Ibid., 85).

No entanto, Schacht também foi responsável, durante seis anos, pelo restabelecimento da economia alemã e, entre as conquistas que estavam de acordo com o nacional-socialismo, estava a criação de acordos comerciais bilaterais baseados em créditos recíprocos. Schacht escreveu sobre isso:

"Em setembro de 1934, introduzi um novo programa de comércio exterior que utilizava contas de compensação e crédito escritural (...) Meu plano era, até certo ponto, um retorno à economia primitiva de troca, mas a técnica era moderna. O valor equivalente das mercadorias importadas era creditado ao fornecedor estrangeiro em uma conta bancária alemã e, vice-versa, os compradores estrangeiros de mercadorias alemãs podiam fazer o pagamento por meio dessas contas. Não havia movimentação de dinheiro em marcos ou moeda estrangeira. Tudo era feito por meio de créditos e débitos em uma conta bancária. Assim, não havia problema de câmbio". (Ibid., 85-86).

Em seguida, Schacht sugere o que resultaria em um choque de sistemas e o que poderia ser considerado a verdadeira causa da Guerra Mundial:

"Os interessados na troca de mercadorias entraram em conflito com os interessados apenas em dinheiro. Logo houve uma batalha real entre os exportadores que vendiam mercadorias para a Alemanha e os credores que queriam seus juros. Ambas as partes exigiram preferência, mas a decisão sempre foi a favor do comércio exterior.
"Celebrei acordos especiais com vários países que eram nossas principais fontes de matérias-primas e gêneros alimentícios. Qualquer um que desejasse vender matérias-primas para a Alemanha tinha que comprar produtos industriais alemães. A Alemanha só podia pagar por produtos vindos do exterior por meio

de produtos produzidos no país e, portanto, só podia comercializar com países preparados para participar desse programa bilateral. Havia muitos desses países. Toda a América do Sul e os Bálcãs ficaram felizes em aproveitar a ideia, pois ela favorecia a produção de suas matérias-primas. Na primavera de 1938, havia nada menos que 25 desses acordos de contas de compensação com países estrangeiros, de modo que mais da metade do comércio exterior da Alemanha era conduzido por meio desse sistema. Esse sistema de acordos comerciais, no qual dois países - a Alemanha e um país estrangeiro - estavam sempre envolvidos, entrou para a história econômica com o nome de política comercial "bilateral". (Ibid., 86).

"Isso gerou muito mal-estar nos países que não faziam parte do sistema. Esses eram exatamente os países que eram os principais concorrentes da Alemanha nos mercados mundiais e que, até então, haviam tentado pagar seus empréstimos impondo taxas especiais sobre suas importações da Alemanha. Os países que participavam do comércio bilateral não estavam entre aqueles que haviam concedido empréstimos à Alemanha. Eles eram produtores primários ou predominantemente agrários e, até então, quase não haviam sido afetados pela industrialização. Eles utilizavam o sistema de comércio bilateral para acelerar seu próprio desenvolvimento industrial por meio de máquinas e instalações fabris importadas da Alemanha." (Ibid., 87).

No entanto, Schacht nem mesmo era a favor da permanência desse grande método alternativo de comércio mundial que permitia o desenvolvimento pacífico de economias atrasadas. Imagine a diferença no mundo de hoje se esse sistema tivesse tido permissão para viver e crescer? Schacht permaneceu como membro da cabala bancária e se preocupava com isso:

"O sistema de comércio bilateral manteve a balança de pagamentos alemã sob controle por muitos anos, mas não foi uma solução satisfatória nem permanente. É verdade que ele permitiu que a Alemanha preservasse sua indústria e alimentasse sua população, mas o sistema não podia proporcionar um excedente de divisas. Nunca se importou mais do que se exportou. A importação e a exportação se equilibravam exatamente em termos monetários. Assim, esse

sistema alcançou exatamente o oposto do que eu, em acordo com os credores estrangeiros, considerava necessário." (Ibid., 87).

Como se quisesse enfatizar que nunca teve a intenção de renegar a cabala bancária, Schacht lamentou desculpando-se:

"Já na época em que introduzi o sistema de comércio bilateral, deixei claro que o considerava um sistema muito inadequado e desagradável, e expressei a esperança de que logo seria substituído por uma política de comércio multilateral, livre e abrangente. De fato, o sistema teve uma influência considerável sobre as políticas comerciais dos concorrentes da Alemanha." (Ibid.).

Parece que Schacht havia desencadeado forças de justiça econômica e equidade no mundo, apesar de suas intenções, e isso só poderia ser interrompido pela guerra. Mais uma vez: "De minha parte, eu não diria que o sistema de comércio bilateral está entre as minhas medidas que merecem ser copiadas." (Ibid., 89). A introdução da troca no comércio mundial parece ter sido motivo de grande vergonha para Schacht.

Dinheiro Fiduciário

Schacht critica Hitler por não ter financiado a guerra nem com impostos nem com a obtenção de empréstimos. *"Em vez disso, ele optou por imprimir notas de banco"* (Ibid., 98), o que, obviamente, é um anátema para um banqueiro como Schacht, que alega a perspectiva iminente de "inflação". É verdade que a "inflação" não ocorreu por causa dos outros controles estatais, mas Schacht afirma que ela ocorreu - em 1945. (Ibid., 143). No final da guerra, as notas em circulação totalizavam entre 40 milhões e 60 milhões de marcos. Schacht comenta que isso não resultou em hiperinflação e que o objetivo era manter o nível nesse valor. (Ibid., 109). Poderíamos concluir, então, que a moeda fiduciária - um palavrão, hoje em dia

mais do que nunca, entre os economistas - que foi emitida pelo Terceiro Reich não foi a causa da inflação, mas sim a destruição da produção alemã no final da guerra? De qualquer forma, foi somente em 1948 que a ocupação aliada tentou reformar a moeda, com base nas recomendações do secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau Jr., por meio de uma desvalorização maciça do marco. Foi isso que teve consequências devastadoras para os alemães da classe média e trabalhadora, e Schacht afirma que *"havia uma intenção malévola envolvida"*. (Ibid., 121). O dinheiro fiduciário tem sido há muito tempo o grande problema entre os economistas ortodoxos. Curiosamente, Schacht passou dois dias durante os procedimentos de Nuremberg tentando explicar as contas do MEFO e, quando solicitado pela terceira vez, desistiu e recusou. (Ibid., 118).

Os relatórios do Bank of International Settlements mostram que, até o final da guerra, o governo do Reich usou uma variedade de métodos de financiamento, incluindo o que Schacht ridicularizou como "dinheiro estatal do Giro 'Feder'".

Outro ponto interessante apresentado por Schacht é que, ao contrário da suposição generalizada, a recuperação econômica alemã não se baseou nos gastos de guerra. Schacht até critica Hitler com a suposição de que ele não entendia as exigências da preparação para a guerra. Entre 1935 e 1938, os gastos com armamentos foram de 14.000.000 RM. (Ibid., 101). Schacht supõe que isso se deveu à ignorância de Hitler. A outra alternativa é que não havia um plano de longo prazo para travar uma grande guerra e uma agressão prolongada. Não houve acúmulo de matérias-primas e nenhuma economia de guerra real até 1939.

Em 1939, Schacht foi substituído pelo Dr. Walther Funk, que havia servido em 1932 como vice-presidente do conselho econômico do NSDAP sob a presidência de Feder. Trabalhando sob a direção de

Goering como chefe do Plano Quadrienal, a substituição de Schacht por Funk parece ser uma indicação de que uma fase de transição havia sido concluída e que o governo estava bem ciente do papel de Schacht como agente do capital internacional. Otto D. Tolischus, escrevendo de Berlim para o The New York Times, conforme relatado em Father Coughlin's Social Justice, comentou:

"O Dr. Schacht foi destituído porque acreditava que a Alemanha havia atingido o limite no endividamento e na expansão da moeda, que qualquer expansão adicional representava um perigo para o sistema econômico, pelo qual ele ainda se considerava responsável, e que o governo teria de reduzir suas ambições e limitar-se aos meios da nação...

"Até o momento, não há nenhuma explicação oficial sobre a nova política financeira, mas, a julgar pelas sugestões dos mais altos escalões, é provável que a política proceda da seguinte forma:

"Expandir a circulação de moeda apenas para atender às demandas atuais de câmbio e não para fins especiais.

"Abrir o mercado de capitais para a indústria privada e fazer com que a indústria privada financie muitas tarefas até então financiadas pelo Estado, seja diretamente ou por preços de pedidos públicos, o que permitiu que a indústria financiasse a expansão de novas fábricas do Plano Quadrienal a partir de lucros e reservas acumulados.

"Crie um instrumento de crédito sem juros com o qual o Estado, agora tendo que compartilhar o mercado de capitais com a iniciativa privada, financiará seus próprios pedidos adicionais em antecipação ao aumento das receitas fiscais da expansão da produção resultante.

Em um aspecto, portanto, Herr Funk presumivelmente continuará a "pré-financiar" os pedidos do Estado, como fez o Dr. Schacht, mas enquanto o Dr. Schacht fez isso com letras, empréstimos, certificados de entrega e outros instrumentos de crédito, todos com juros entre 4% e 5% ao ano, Herr Funk propõe fazer isso com instrumentos que não rendem juros.

"Como isso será feito é segredo para ele, mas a simples menção de instrumentos de crédito sem juros inevitavelmente lembra o plano de Gottfried Feder, que certa vez fascinou o chanceler Hitler, mas que o Dr. Schacht vetou. ("The

Abolition of Debt-Bonds is the Story Behind the Removal of Dr. Schacht", Social Justice, 13 de fevereiro de 1939, p. 11).

O que aconteceu foi um ultimato do Reichsbank, que em janeiro de 1939 se recusou a conceder mais créditos ao Estado. (Schacht, 117). Isso representou um motim dos bancos ortodoxos. Em 19 de janeiro, Schacht foi destituído do cargo de presidente do Reichsbank e sua posição foi assumida pelo ministro da economia Funk. Hitler emitiu um decreto que obrigava o Reichsbank a fornecer crédito ao Estado.

Funk comentou sobre a política monetária da Alemanha um ano depois:

"Passando do setor externo para o interno, a pergunta: "Como essa guerra está sendo financiada na Alemanha?" é uma pergunta pela qual o mundo demonstra um vivo interesse. A guerra é financiada pelo trabalho, pois não estamos gastando dinheiro que não tenha sido ganho com o nosso trabalho. As letras baseadas no trabalho - emitidas pelo Reich e descontadas pelo Reichsbank - são a base do dinheiro(...)" (Funk, The Economic Re-Organisation of Europe, 25 de julho de 1940).

As ideias de Feder estavam sendo implementadas. Até mesmo Schacht teve que trabalhar dentro do ambiente que Feder havia criado com seus anos de campanha. O NSDAP rompeu a escravidão dos comerciantes de bancos internacionais, e isso estava sendo discutido abertamente em todo o mundo como o caminho do futuro. A Alemanha criou um bloco comercial autárquico antes e durante a guerra, baseado na troca por meio de um centro de compensação do Reich. A vinculação das moedas nacionais ao Reichsmark resultou em aumentos salariais imediatos nos estados ocupados. O Relatório Anual do Bank of International Settlements para 1940-1941 citou porta-vozes financeiros da Itália fascista e do Terceiro Reich:

"O desenvolvimento das compensações na Europa deu origem a certos temores com relação à futura posição do ouro como elemento da estrutura monetária. Desde então, observou-se que a Alemanha conseguiu financiar o rearmamento e a guerra com pouquíssimas reservas de ouro e que o comércio exterior da Alemanha e da Itália foi realizado em grande parte com base em compensações. Por isso, está sendo perguntado se está sendo desenvolvido um novo sistema monetário que dispensará totalmente os serviços do ouro."
Em declarações oficiais feitas sobre esse assunto na Alemanha e na Itália, é feita uma distinção entre as diferentes funções do ouro. O presidente do Reichsbank alemão disse em um discurso em 26 de julho de 1940 que "em qualquer caso, no futuro, o ouro não desempenhará nenhum papel como base das moedas europeias, pois uma moeda não depende de sua cobertura, mas do valor que lhe é dado pelo estado, ou seja, pela ordem econômica conforme regulada pelo estado". "É", acrescentou ele, "outra questão se o ouro deve ser considerado um meio adequado para a liquidação de saldos devedores entre países, mas nunca seguiremos uma política monetária que nos torne de alguma forma dependentes do ouro, pois é impossível se vincular a um meio cujo valor não se pode determinar". (Relatório Anual do Banco de Compensações Internacionais para 1940-1941, p. 96).

Apesar do papel secundário que Feder desempenhou na administração do Terceiro Reich, suas ideias, longe de serem repudiadas, estabeleceram as bases das políticas bancárias e econômicas do nacional-socialismo. Não é plausível que Feder, o teórico, teria sido um burocrata ruim? O que foi determinado, mesmo a partir das declarações de Schacht, que tentou contornar as ideias de Feder, foi que (1) o crédito estatal sem dívidas foi usado em grande escala; (2) o comércio exterior foi baseado na troca, (3) o ponto 8 do programa original de Feder: *"As sociedades anônimas devem usar seus lucros para aumentar sua capacidade produtiva e nada mais. Elas não deveriam ter permissão para pagar dividendos sem precedentes e, ao mesmo tempo, assumir dívidas sem precedentes"* era a base sobre a qual as grandes empresas eram obrigadas a operar.

De acordo com a Lei de Dividendos de 1934, as empresas estavam limitadas a 6% do montante de lucros e dividendos pagáveis aos acionistas. O restante dos lucros tinha de ser reinvestido na empresa ou usado para comprar títulos do governo. (Richard Overy, The Dictators, Londres, Allen Lane, 2004, pp. 438-439).

História interna da abolição da escravidão por juros.

Afortunado é aquele que reconhece as causas profundas das coisas - Virgílio.

"Como você realmente chegou à abolição da escravidão por juros?" é uma pergunta que agora me é feita com frequência. Não sei se Colombo também foi questionado com frequência: *"Como você realmente chegou à descoberta da América?"* A resposta a essa pergunta pode ser e será muito diferente, dependendo da posição que o questionador assume em relação ao assunto e em relação à pessoa. De qualquer forma, quero tentar dar uma resposta que satisfaça a pessoa que fez a pergunta e, o que considero mais importante nesses casos, que satisfaça em melhor consciência a pessoa que foi questionada.

Ao reconhecer conexões totalmente importantes, talvez as mais importantes, nas grandes questões do mundo, provavelmente sempre se trata de uma intuição como um relâmpago, de uma visão criativa de relações até então obscuras, iluminadas por perspectivas empolgantes para o futuro. Esse nascimento de uma ideia, esse conhecimento súbito e claro de uma verdade, está na interseção da história interna e externa da ideia.

A história interna é muitas vezes obscura e oculta; ela segue parte de seu curso inteiramente no subconsciente. Em todos os casos, entretanto, a evidência do desenvolvimento psicológico de uma ideia

pode ser encontrada por meio de uma investigação minuciosa das experiências internas; concomitantemente, é claro, uma certa orientação mental é o pré-requisito para avaliar corretamente as experiências da alma.

Esse pré-requisito mental, no entanto, não pode ser de forma alguma baseado no efeito de um treinamento especializado, mas reside de forma muito mais geral no instinto correto para determinados relacionamentos.

No meu caso, um bom senso de magnitude relativa talvez tenha sido o pré-requisito para a montagem final do conjunto de fatos, a princípio corretamente sentido e depois cientificamente verificado. E, em meu trabalho especializado como engenheiro, esse senso seguro da ordem de magnitude sempre foi mais importante e mais confiável para os resultados dos cálculos ou para o dimensionamento de componentes de construção do que os resultados da régua de cálculo e da tabela de logaritmos, que, é claro, produzem resultados numericamente muito mais precisos, mas não fornecem o "ponto decimal" correto. No entanto, é do "ponto decimal" correto, em outras palavras, da ordem de grandeza - se um, dezenas, centenas ou milhares - que dependem das soluções para as questões mais importantes da política econômica, e não da segunda, terceira ou quarta posição na série de números. A principal consideração não é se a dívida alemã com juros fixos é de 275 ou 320 bilhões, nem se o capital total de todas as empresas de capital aberto alemãs é de 13,8 ou 14,6 bilhões; a principal consideração é que os certificados de juros fixos exigem um pagamento de juros de cerca de 15 bilhões, enquanto o total de dividendos da indústria alemã no melhor ano foi de apenas cerca de um bilhão; portanto, é uma questão da ordem de magnitude de 1:15, no que diz respeito à proporção das duas formas mais familiares de papéis de valor, ativos de juros fixos e papéis de dividendos.

O impacto de experiências nem sempre fáceis na vida e na carreira sobre a orientação da alma - ao contrário da vida confortável baseada na renda proveniente da mera posse de dinheiro, de juros e dividendos - fez com que eu prestasse mais atenção aos assuntos econômicos e sociais em geral. Como jovem engenheiro e empresário com capital insuficiente para minha ambição empresarial de longo alcance, logo me familiarizei com o controle férreo e impiedoso do impessoal *Poder do Dinheiro*, que primeiro oferece e dá o "crédito" desejado, mas depois, em todas as crises econômicas, age exclusivamente de acordo com os interesses egoístas do capital, então, fora da Alemanha, como a necessidade de crédito dos estados menores foi cuidadosamente alimentada e, em seguida, o crédito foi "generosamente" concedido, por exemplo, os 600 milhões da Disconto-Gesellschaft dados à Bulgária em 1913-1914; mas que condições desmoralizantes de dependência de todo tipo também resultaram disso. Foi assim que a ponte foi criada, da estreita experiência pessoal à consciência abrangente das relações internacionais. A consciência de inter-relações financeiras e morais fortes e indivisíveis estava de fato presente no subconsciente, mas ainda não estava clara.

A Grande Guerra, com suas enormes impressões nos primeiros anos, provavelmente atrapalhou o rastreamento desses problemas financeiros, até o momento em que o gigantesco financiamento da Guerra Mundial por meio de nossos títulos de guerra e minha inquietação com o crescente endividamento do povo fortaleceram tanto minha atenção que protestei repetidamente, até mesmo diante de profissionais do setor bancário, contra a forma de nossa tão alardeada "dívida sólida" em comparação com as "dívidas flutuantes" da França e da Inglaterra. É claro que, na época, eu recebia sorrisos mais ou menos condescendentes, embora já naquela época eu tivesse que admitir que "é claro que, com o aumento contínuo" do endividamento, não se podia mais falar em uma "solidez" genuína da dívida de guerra.

Eu teria considerado o endividamento do Reich por meio da impressora de certificados como suficiente por si só, sem a obrigação de sobrecarregar ainda mais todo o povo com altos pagamentos de juros, que, assim como a dívida em si, considerando os enormes números que estão sendo levados em consideração, nunca mais poderiam ser considerados cobertos pelos ativos reais do Reich, mas só poderiam ser cobertos pelo potencial de impostos de todo o povo. No entanto, enquanto o fim vitorioso da guerra deixava em aberto a possibilidade de um descarregamento total ou parcial dos fardos de guerra, uma investigação completa desses assuntos foi negligenciada. Quando o destino se cumpriu para nosso pobre povo alemão naqueles dias sombrios de novembro, toda essa experiência e conhecimento, consciente e inconsciente, intuitivo e racional, despertou novamente - e minha resposta agora claramente reconhecida à simples pergunta "E agora?" foi:

Abolição dos juros - Escravidão!

Em uma noite, o primeiro ensaio foi criado e, já em 20 de novembro de 1918, apresentei ao governo do Estado Popular da Baviera [sob a liderança de Kurt Eisner] meus princípios básicos e exigências para a abolição da escravidão por juros.

Enfatizo que os processos de pensamento socialistas de forma alguma apoiaram essa prática.

De fato, ao contrário do slogan revolucionário de liberdade, igualdade e fraternidade, a ideia da abolição da escravidão por juros encontrou muito pouca compreensão no ministério marxista. Isso sem mencionar o fato de que a imprensa de orientação capitalista se encobriu em um silêncio gélido.

Com o surgimento da ideia perante o público, a ideia começa sua história externa, que então responderá à pergunta também frequentemente feita: *"O que aconteceu até agora para a atualização da ideia?"*

Völkischer Beobachter, 1920, nº 72

Programa da Federação para a Abolição da Escravidão deos juros Apresentado em debate público no Wagner Hall, em Munique, em 11 de abril de 1921.

A Federação Alemã para a Abolição da Escravidão dos Juros, doravante denominada "A Federação", exige o seguinte:

1. Exigimos a interrupção dos pagamentos de juros em todo o país, o que nada mais é do que o roubo da nação em nome das finanças globais.
2. Especificamente, exigimos a revogação do privilégio concedido a uma determinada corporação privada, a saber, o Reichsbank, de imprimir dinheiro em qualquer lugar do país. Essa revogação deve ser realizada por meio da nacionalização do Reichsbank.
3. Exigimos a nacionalização de todos os bancos que não cumprem mais sua tarefa socioeconômica válida de facilitar a circulação, o movimento e a transferência de dinheiro. Esses bancos assumiram impiedosamente o comando da nossa vida econômica. Eles estão extorquindo tributos do setor produtivo de nossa economia na forma de juros cada vez mais altos.
4. Exigimos uma compensação adequada pela desvalorização da poupança em nome dos pequenos aposentados. A desvalorização que resultou das políticas financeiras e tributárias do governo arruinou a todos.
5. Exigimos especificamente que a independência econômica e o futuro da Baviera não sejam comprometidos pela cessão de

nosso recurso natural inestimável, a energia hídrica, ao capital financeiro privado.

6. Exigimos que o Estado se encarregue do desenvolvimento dos recursos hídricos utilizando nossos próprios recursos de mão de obra. O Estado deve criar os instrumentos monetários necessários por meio de sua própria autoridade financeira. Esses instrumentos serão cobertos pela receita das usinas elétricas que forem construídas.
7. Exigimos que o Estado use seus ativos nacionais e seu poder tributário para empreendimentos produtivos, e não para fornecer as garantias necessárias para empréstimos de dinheiro.
8. Exigimos restrições ao aumento de capital por parte das empresas. As sociedades anônimas devem usar seus lucros para aumentar sua capacidade produtiva e nada mais. Elas não devem ter permissão para pagar dividendos sem precedentes e, ao mesmo tempo, assumir dívidas sem precedentes. Esses montantes maciços de dinheiro novo (emprestado) representam mais dívidas, exigindo juros adicionais que só podem levar ao aumento da inflação.
9. A Federação rejeita a acusação de que suas exigências são "utópicas" e "projetadas para espalhar a inquietação entre as pessoas".

A recuperação de nossa economia nacional só pode ser alcançada com a interrupção do serviço da dívida nacional, o que é de vital importância para todos.

Portanto, não é "utópico".

Qualquer inquietação pública existente é criada pelos oponentes da recuperação econômica e por mais ninguém. É verdade que os interesses egoístas individuais serão prejudicados aqui e ali, mas a interrupção do pagamento de juros é um ato necessário que não pode

ser evitado da mesma forma que uma operação que salva vidas não pode ser evitada por causa do desconforto associado. A Federação insiste que a crise econômica nacional exige uma solução!

A devastação causada por nossas políticas financeiras está afetando toda a nação!

Essas políticas fracassadas agravam todos os nossos problemas sociais.

Atualmente, nosso governo não consegue satisfazer a necessidade privada de crédito.

Um programa eficaz implicaria a abolição completa dos juros, para a qual há um precedente histórico.

Atualmente, as taxas de juros são deixadas ao sabor da demanda irrestrita dos credores.

A solução para a crise atual só pode ser encontrada exigindo-se que o credor compartilhe o risco e o lucro. O credor não deve receber uma garantia geral sobre o investimento, além de outros encargos sempre crescentes e o constante crescimento não obtido da riqueza por meio de juros fixos.

A Federação propõe a libertação de todas as nações ocidentais de seu estupendo endividamento. A abolição da escravidão dos juros é o pré-requisito necessário para a solução da crise de todos os países, não apenas da crise da Alemanha. Propusemos um plano para acabar com a luta titânica que está ocorrendo entre o Trabalho e o Capital em favor da liberdade de trabalhar e produzir. Nosso plano mostra como fazer isso sem prejudicar a aquisição de riqueza por meio do esforço individual, da diligência e da realização intelectual.

Somente com a abolição da escravidão por juros a Alemanha poderá alcançar a reconciliação em uma nação dilacerada pelo conflito de classes. Isso só pode ser alcançado com o fim da renda não auferida que é derivada da posse de dinheiro.

Nossa maior tarefa social é a abolição da escravidão dos juros. Essa responsabilidade de abolir a escravidão por juros está acima de todas as outras questões da atualidade.

É a única solução para o maior problema de nosso tempo.

A abolição da escravidão por juros nos livrará da dominação capitalista global. Isso será feito evitando tanto a destruição comunista do espírito humano quanto a degradação capitalista do trabalho.

A abolição da escravidão dos juros abre o caminho para uma economia verdadeiramente social, libertando-nos do domínio esmagador do dinheiro.

Ela abre o caminho para um estado baseado no trabalho criativo e na realização genuína.